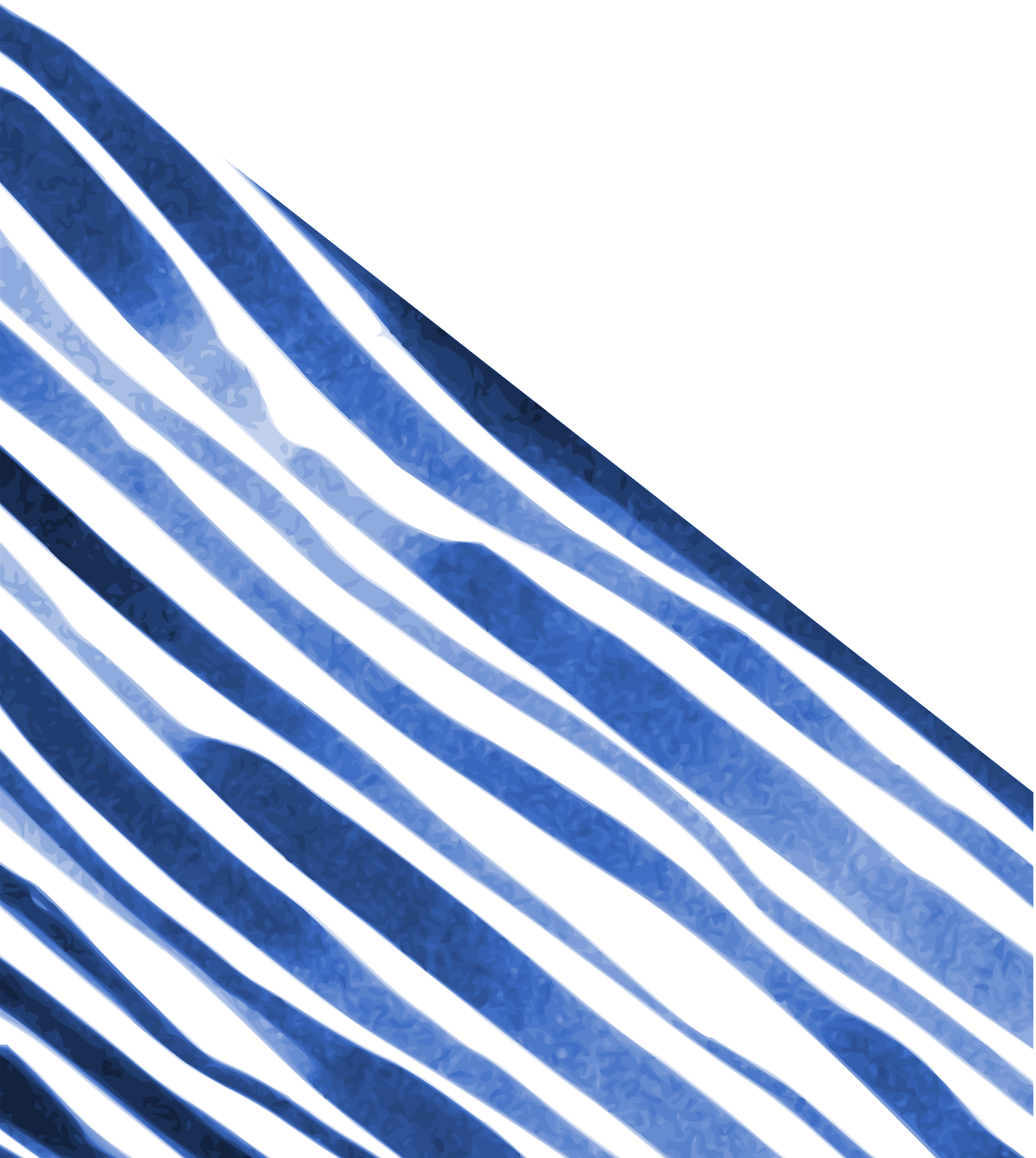
HAITONG

1º Semestre 2021
Relatório e Contas



PORTUGAL

Haitong Bank, S.A
Rua Alexandre Herculano, 38
1269 -180 Lisboa | PORTUGAL
Tel: + 351 213196900
Email: info.haitongbank@haitongib.com

BRASIL

Haitong Banco de Investimento do Brasil, S.A
Av. Brigadeiro Faria Lima,3729 – 8º
Itaim Bibi, CEP 04538-905, São Paulo | BRASIL
Tel: + 55 11 30747444
Email: info.haitongbrazil@haitongib.com.br

ESPANHA

Haitong Bank, S.A., Sucursal de Espanha
Paseo de la Castellana 52, 1º andar
28046 Madrid | ESPANHA
Tel: + 34 914005400
Email: info.spainbranch@haitongib.com

REINO UNIDO

Haitong Bank, S.A., Sucursal de Londres
1 Aldermanbury Square
LONDON EC2V 7HR | UK
Tel: +44 2074569191
Email: info.ukbranch@haitongib.com

POLÓNIA

Haitong Bank, S.A., Sucursal de Varsóvia
Zlota 59th Street, floor V - 00-120
Varsóvia | Polónia
(Entrada "Lumen" pela Jana Pawła II Avenue)
Tel: + 48 223474000
Email: info.warsawbranch@haitongib.com

MACAU

Haitong Bank, S.A., Sucursal de Macau
Avenida Doutor Mário Soares, nrs 300 – 322
Finance and IT Centre of Macau, 20º andar F
MACAU
Tel: +853 82901 000
Email: info.macaubranch@haitongib.com

HAITONG BANK, S.A.

Edifício Quartzo – Rua Alexandre Herculano, 38 | 1269-180 Lisboa | PORTUGAL
Capital Social: 844 769 000 euros
Matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa e Pessoa Coletiva: 501 385 932

RELATÓRIO DE GESTÃO

Principais Indicadores Financeiros ... 2
Estrutura Organizacional ... 3
Senior Management ... 4
Estratégia de Negócio ... 5
PRODUTO ... 6
Modelo de Negócio ... 7
Corporate Solutions ... 8
Mercado de Capitais ... 9
Structured Finance ... 15
Fusões e Aquisições ... 18
Fixed Income ... 22
Corporate Derivatives ... 26
Asset Management ... 28
Private Equity ... 31
PESSOAS ... 33
Capital Humano ... 34
PERFORMANCE FINANCEIRA ... 37
Ambiente Macroeconómico ... 38
Análise Financeira ... 42
Eventos Corporativos ... 43
Rating ... 43
Tesouraria ... 44
GESTÃO DE RISCO ... 46

RELATÓRIO FINANCEIRO ... 59
Demonstrações Financeiras Consolidadas e Notas às Contas ... 60
Declaração sobre a Auditoria às Contas ... 172

ANEXOS ... 173
Ações e obrigações detidas por membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal ... 174
Orgãos Sociais e Comités ... 175
Declaração de Conformidade ... 176

PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS

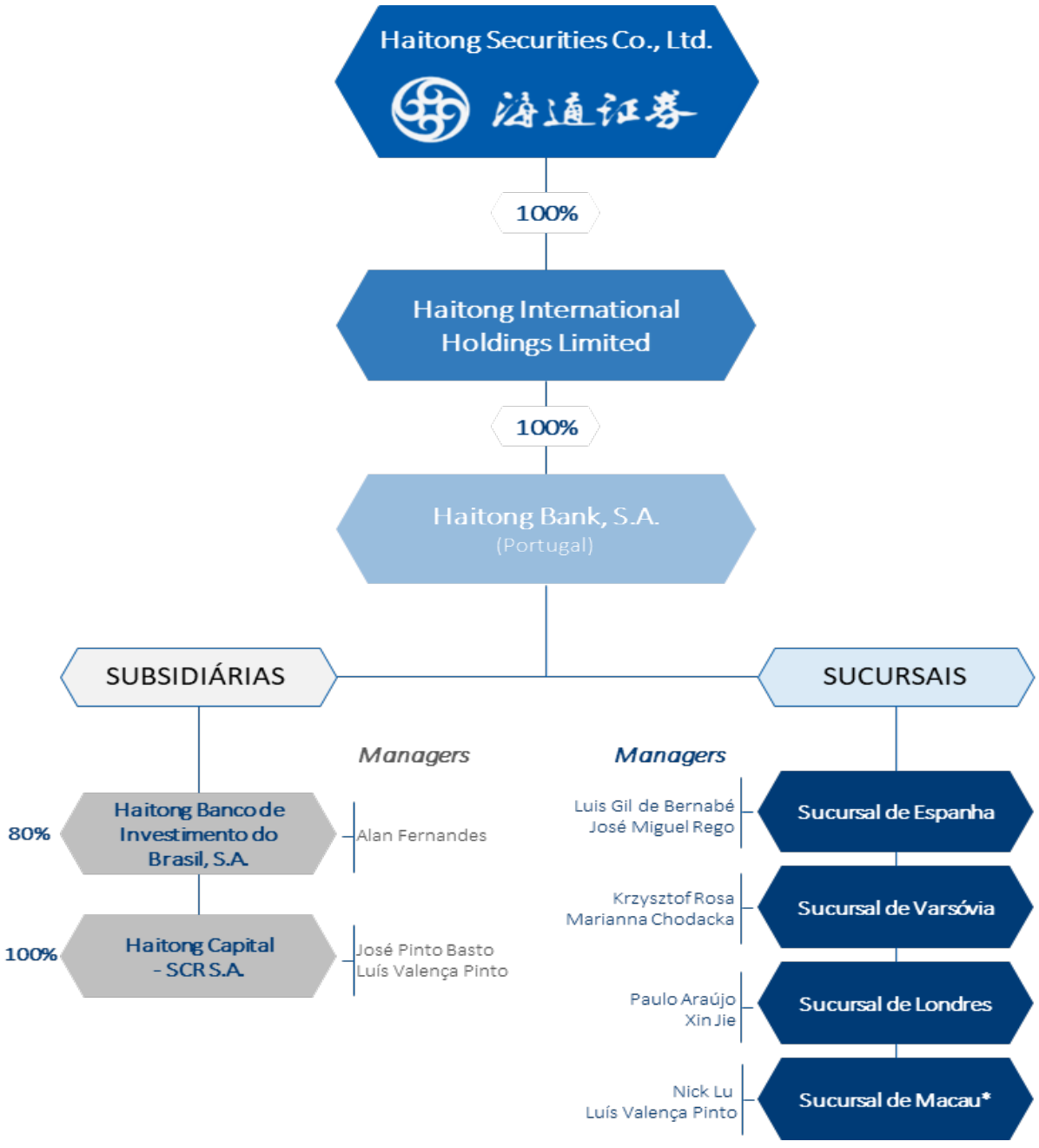
(milhões de euros)

	junho 2021	*dezembro 2020*	*junho 2020*
Balanço			
Total de Ativo	2 833	2 801	2 729
Total de Passivo	2 216	2 203	2 141
Total de Capital Próprio	616	598	588
Resultados			
Produto Bancário	44	82	24
Custos Operacionais	-29	-58	-31
Resultado Operacional	15	24	-7
Imparidades e Provisões	-9	-12	-4
Resultado Líquido	3	2	-12
Rentabilidade			
Rentabilidade dos capitais próprios médios ("ROE")	0,8%	0,3%	-3,9%
Resultado antes de impostos e interesses que não controlam / Capitais próprios médios (1)	2,1%	1,8%	-3,5%
Rentabilidade do ativo líquido médio ("ROA")	0,2%	0,1%	-0,8%
Resultado antes de impostos e interesses que não controlam / Ativo líquido médio (1)	0,5%	0,4%	-0,8%
Produto Bancário / Ativo líquido médio (1)	3,2%	2,9%	1,8%
Eficiência			
Custos Operacionais / Produto Bancário ("Cost to Income ratio") (1)	65,0%	71,3%	127,0%
Custo com o Pessoal / Produto Bancário (1)	40,3%	41,9%	78,0%
Qualidade do Crédito			
Carteira de Crédito (bruta)	577	432	335
Reforço de Provisões para Crédito	1	2	2
Rácio de crédito não produtivo ("NPL ratio")	4,5%	1,9%	2,3%
Cobertura de crédito não produtivo	17,7%	51,5%	52,3%
Solvabilidade			
Rácio Fundos Próprios Principais de Nível 1 *(phased-in)*	21,1%	22,7%	26,6%
Rácio Fundos Próprios Totais *(phased-in)*	26,3%	28,5%	33,8%
Rácio Fundos Próprios Principais de Nível 1 *(fully-loaded)*	21,0%	22,6%	26,5%
Rácio Fundos Próprios Totais *(fully-loaded)*	26,3%	28,4%	33,6%
Alavancagem			
Rácio de Alavancagem *(phased-in)*	15,7%	15,6%	18,4%
Rácio de Alavancagem *(fully-loaded)*	15,6%	15,5%	18,3%
Posição de Liquidez			
Net Stable Funding Ratio (NSFR)	180%	157%	176%
Rácio de Cobertura de Liquidez ("LCR")	266%	259%	299%
Rácio de Transformação (1)	58%	41%	31%
Nº de Colaboradores	368	362	369

(1) Indicadores de referência do Banco de Portugal (Instrução 23/2011)

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Através dos seus escritórios na Península Ibérica, Reino Unido, Polónia e Brasil, onde conta com uma equipa de cerca de quatrocentos profissionais, o Haitong Bank está empenhado em servir os seus clientes domésticos, corporativos e institucionais, assim como a sua base crescente de Clientes chineses.



** De acordo com a Ordem Executiva do Chefe do Executivo de Macau publicada a 19 de julho de 2021, foi formalmente autorizado o estabelecimento da Sucursal de Macau do Haitong Bank, S.A..*

O Banco detém ainda 100% da Polish Hotel Company, uma sociedade sem atividade operacional desde 1 de Setembro de 2020.

SENIOR MANAGEMENT

Conselho de Administração

Lin Yong
Presidente do Conselho de Administração

Wu Min
Presidente da Comissão Executiva e Membro Executivo do Conselho de Administração

Tesouraria & *Fixed Income*
Corporate Solutions
CEO Office
Recursos Humanos
Financeiro

Alan Fernandes
Membro Executivo do Conselho de Administração

CEO do Haitong Banco de Investimento do Brasil, S.A.

Miguel Guiomar
Membro Executivo do Conselho de Administração

Mercado de Capitais
Structured Finance
Fusões e Aquisições
Corporate Derivatives Desk
Asset Management
Haitong Capital – SCR, S.A.

Nuno Carvalho
Membro Executivo do Conselho de Administração

Compliance & AML-FT
Jurídico
Special Portfolio Management
Informática & Administrativo
Auditoria Interna

Vasco Câmara Martins
Membro Executivo do Conselho de Administração

Gestão de Risco
Rating
Operações

António Domingues
Membro Não-Executivo do Conselho de Administração

Martina García
Membro Não-Executivo do Conselho de Administração

Pan Guangtao
Membro Não-Executivo do Conselho de Administração

Paulo Martins
Membro Não-Executivo do Conselho de Administração

Vincent Camerlynck
Membro Não-Executivo do Conselho de Administração

Zhang Xinjun
Membro Não-Executivo do Conselho de Administração

Managers com Assento na Comissão Executiva

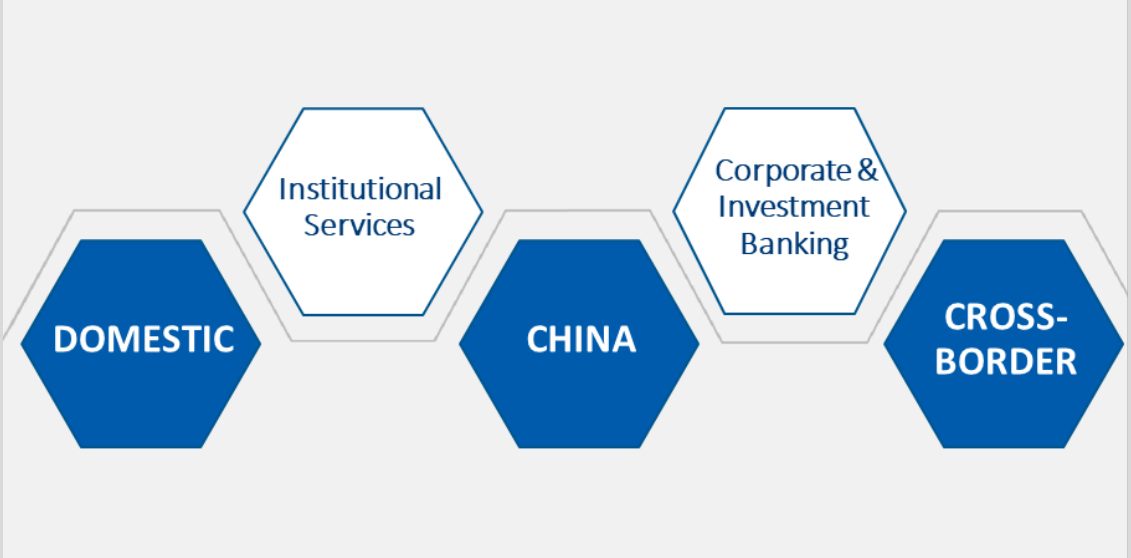
António Pacheco
Responsável pelo Departamento Financeiro

Pedro Costa
Responsável pelo CEO Office e Corporate Solutions

Secretário da Comissão Executiva e do Conselho de Administração

ESTRATÉGIA DE NEGÓCIO

A estratégia do Haitong Bank visa interligar clientes e oportunidades de negócio através da vasta rede do Banco, aliando a sua experiência de longa data na Europa e América Latina com a capacidade de originação cross-border de Ângulo Chinês do Grupo.



A estratégia do Banco assenta em três pilares:

- *Forte posicionamento na Península Ibérica, Polónia, Reino Unido e Brasil*
- *Ângulo Chinês*
- *Negócio cross-border entre estas regiões e a China*

Produto

MODELO DE NEGÓCIO

CORPORATE SOLUTIONS

VISÃO GLOBAL

A Direção de Corporate Solutions é a principal equipa focada no contacto com clientes, responsável pela cobertura de clientes e originação de negócio. Esta Direção coopera com clientes de forma a garantir a oferta das soluções corporativas e de banca de investimento mais adequadas às suas necessidades.

A Direção de Corporate Solutions está no centro das prioridades estratégicas do Banco, cujo foco é o desenvolvimento da base de clientes nas suas várias geografias.

O Haitong Bank privilegia de um posicionamento de negócio único, que combina a sua presença enraizada nos mercados domésticos na Europa e América Latina com o seu distinto Ângulo Chinês.

DESTAQUES DA ATIVIDADE

A Direção de Corporate Solutions opera em estrita coordenação com as várias áreas de produto e em total alinhamento estratégico conforme descrito de seguida:

- **Structured Finance**: o Banco tem sido bem-sucedido na expansão da carteira de crédito, oferecendo soluções customizadas a clientes focados em soluções estruturadas tais como crédito colateralizado, financiamento imobiliário, *acquisition finance* e empréstimos sindicados;
- **Capital Markets**: continuação do apoio dado na originação de transações de dívida doméstica de mercado de capitais. Estas transações incluem emissão de obrigações e instrumentos de curto prazo, como papel comercial. Este ano, o Banco foi particularmente ativo na vertente de ECM, no seguimento de uma abordagem seletiva nessa área;
- **Assessoria de F&A**: tem havido um crescimento consistente do pipeline de transações tanto do lado da venda como da compra, em paralelo com oportunidades *cross-border* e transações ligadas à China, tendo o Banco alavancado a sua forte reputação em serviços de assessoria;
- **Corporate Derivatives**: tem havido uma consistente expansão das contrapartes corporativas graças ao envolvimento dinâmico junto de uma base de clientes mais alargada. O Haitong Bank oferece uma combinação de soluções customizadas de *hedging* a clientes, juntamente com uma reconhecida plataforma eletrónica para produtos plain vanilla;
- **Produtos de Poupança**: trabalho conjunto com o Departamento de Tesouraria no apoio à expansão e diversificação das fontes de financiamento do Banco. A Direção de Corporate Solutions tem também trabalhado junto da Direção de Asset Management no apoio à distribuição do capital próprio e fundos de renda fixa e gestão de carteira.

Em geral, com o levantamento de restrições no âmbito dos diversos planos de desconfinamento, a melhoria da mobilidade e crescentes permissões no âmbito social, a atividade de clientes foi retomada no primeiro semestre de 2021. O total de iniciativas junto de clientes, incluindo apresentações e propostas das várias áreas de produto, aumentou em 85%, de 140 para 260.

MERCADO DE CAPITAIS

VISÃO GLOBAL

A Direção de Mercado de Capitais abrange a organização, estruturação e desenvolvimento de produtos de dívida e *equity* direcionados para o mercado. O Banco providencia serviços a clientes *corporate*, instituições financeiras, entidades estatais, empresas públicas e municípios.

A área de Debt Capital Markets (DCM) inclui a estruturação de instrumentos de dívida, sobretudo emissões domésticas e emissões *cross-border*, particularmente relacionadas com a China e mercados emergentes, bem como de produtos híbridos, *project finance* bonds, papel comercial e *liability management*.

A vertente de Equity Capital Markets (ECM) inclui privatizações, ofertas públicas iniciais (IPOs), aumentos de capital, OPAs, colocações privadas, *block trades* e saídas de Bolsa, bem como produtos *equity-linked*, como obrigações convertíveis e derivados sobre ações.

ESTRATÉGIA

A área de Mercado de Capitais está sobretudo focada nas atividades de dívida, mantendo uma atividade de ECM residual, de análise de casos pontuais.

A estratégia de negócio da área de DCM baseia-se em dois pilares principais: (i) *franchise* histórico (emissões locais de obrigações na Ibéria, Polónia e Brasil), tirando partido das capacidades locais de originação e distribuição; e (ii) emissores da China, que tiram partido da capacidade de originação do Grupo Haitong conjugada com a capacidade de tomada firme, estruturação e distribuição do Haitong Bank.

O Banco está bem posicionado para ser uma referência nas transações *cross-border* com a China, alavancando a sua destacada participação nos últimos três anos em operações denominadas em euro para emitentes chineses, e beneficiando ainda do acesso privilegiado do Grupo a *pools* de liquidez na Ásia.

5,0M€

Valor do Produto Bancário

11%

Peso no Produto Bancário

Oferta de Serviços

- *Estruturação e tomada firme de obrigações em Euro e USD*
- *Emissão de obrigações para o mercado local*
- *Instrumentos de dívida de curto prazo*
- *Participação pontual em oportunidades de negócio na atividade de Equity*

Uma referência nas transações cross-border com a China

O MERCADO NO 1º SEMESTRE DE 2021

Debt Capital Markets (DCM)

Embora com perspetivas diferentes devido à vacinação maciça nos países desenvolvidos, a pandemia de COVID-19 continuou a condicionar os mercados internacionais de dívida no 1º semestre do ano, refletindo-se sobretudo no tipo de emissores e no aumento da emissão de obrigações ESG (ambientais, sociais e de governo).

A atividade global de dívida ascendeu a 5,3 biliões de dólares no 1º semestre de 2021, o que corresponde a uma descida de 8% face ao período homólogo do ano anterior e ao segundo semestre consecutivo com um volume de emissões superior a 5,0 biliões de dólares. Foram lançadas no mercado 13.588 novas ofertas neste período, o que representa uma descida de 2% face ao 1º semestre de 2020. A emissão de dívida baixou 1% em valor no 2º trimestre de 2021 face ao 1º trimestre deste ano tendo, no entanto, aumentado 4% em número de emissões.

O montante global de emissões de dívida de empresas *investment grade* atingiu 2,4 biliões de dólares, o segundo maior volume no primeiro semestre desde que há registos, mas 18% inferior ao valor registado no 1º semestre de 2020. Por outro lado, a emissão de dívida corporativa *high yield* aumentou 52% no 1º semestre de 2021 face ao período homólogo do ano anterior, atingindo 400,9 mil milhões de dólares, o segundo volume mais elevado alguma vez registado nesta atividade.

As emissões de *green bonds* totalizaram 254,7 mil milhões de dólares no 1º semestre de 2021, o que representa uma subida homóloga de 188% e um máximo histórico para o primeiro semestre.

Não obstante o surgimento das obrigações sociais e sustentáveis, o volume anual de dívida emitida por organismos públicos, soberanos e supranacionais atingiu 1,6 biliões de dólares, representando uma descida homóloga de 2%. Assim, o peso da dívida de emissões dos setores financeiro, governamental e supranacional no total de emissão global de dívida aumentou de 74% no 1º semestre de 2020 para 78% no 1º semestre de 2021.

As emissões internacionais de obrigações ascenderam a 2,9 biliões de dólares no 1º semestre de 2021, o que representa uma descida de 9% e o valor mais baixo dos últimos dois anos, embora a dívida de emitentes corporativos de mercados emergentes tenha aumentado 4% face ao 1º semestre de 2020, atingindo 208,7 mil milhões de dólares.

As ofertas de dívida asiáticas em moeda local registaram um aumento homólogo de 4%, cifrando-se em 1,4 biliões de dólares, o melhor desempenho no primeiro semestre desde que existem registos (1980). As ofertas em Yuan aumentaram 2% face ao 1º semestre de 2020.

Equity Capital Markets (ECM)

A atividade global de *ECM* ascendeu a 686,5 mil milhões de dólares no 1º semestre de 2021, correspondente a um crescimento homólogo de 50% e ao melhor primeiro semestre para esta atividade desde que existem registos (1980). Foram lançadas no mercado 3.662 ofertas de *equity*, o que representa um aumento de 46% face ao 1º semestre de 2020 e o número mais elevado de sempre para a primeira metade do ano. Apesar de uma redução de 8% face ao trimestre anterior, o montante emitido no 2º trimestre de 2021 foi superior a 300 mil milhões de dólares pelo quinto trimestre consecutivo.

O volume global de IPOs, excluindo os SPACs (*special purpose acquisition company*) atingiu 209,3 mil milhões de dólares no 1º semestre de 2021, um valor que é três vezes superior ao registado no 1º semestre de 2020 e que marca o primeiro semestre mais forte para este tipo de operações desde que há registos (1980). Os *IPOs* nas Bolsas dos EUA aumentaram 237% no 1º semestre de 2021.

O volume global de ofertas secundárias ascendeu a 362,8 mil milhões de dólares no 1º semestre de 2021, o que representa uma subida homóloga de 21% e o primeiro semestre mais forte desde 2015. Foram realizadas cerca de 2.400 emissões *follow-on* durante o 1º semestre de 2021, o número mais elevado de ofertas secundárias num primeiro semestre desde que há registos (1980).

DESTAQUES DA ATIVIDADE

Em Portugal, a atividade do Haitong Bank no 1º semestre de 2021 foi marcada pela diversidade das operações concluídas, não só de DCM, como também de ECM.

O Haitong Bank continuou a tirar partido da sua experiência na emissão de Eurobonds por emitentes chineses, tendo concentrado os seus esforços em empresas com *rating* de crédito *investment grade*.

Entre as operações concluídas com sucesso em Portugal pela Equipa de DCM, destacam-se as seguintes:

- Emissão de ações reservada a acionistas, no montante de 104 milhões de euros, lançada pela Mota-Engil, S.A. através de uma Oferta Pública de Subscrição. O Haitong Bank participou nesta operação como *Joint Global Coordinator;*
- Emissão de obrigações do Futebol Clube do Porto – Futebol SAD através de uma Oferta Pública de Subscrição, no montante de 65 milhões de euros, com taxa de 4,75% e vencimento em 2023. O Haitong Bank participou nesta operação como *Sole Global Coordinator;*
- Programa de Papel Comercial garantido no montante de 50 milhões de euros da SATA AIR AÇORES – Sociedade Açoriana de Transportes Aéreos, S.A.. O Haitong Bank participou como *Arranger* e *Dealer* nesta operação;
- Processo de solicitação de consentimento para alteração dos *covenants* de duas emissões de obrigações da Mota-Engil, SGPS, S.A.. O Haitong Bank participou no processo como *Joint Consent Solicitation Agent*;
- Emissão pela SFG International Holdings Co., Ltd. de obrigações garantidas, no montante de 500 milhões de dólares, taxa de 2,4% e vencimento em 2026. O Haitong Bank participou nesta operação como *Joint Global Coordinator*, *Joint Lead Manager* e *Joint Bookrunner*;
- Emissão pela Hanhui International Ltd de obrigações garantidas no montante de 240 milhões de dólares, taxa de 3,15% e vencimento em 2026. O Haitong Bank participou nesta operação como *Joint Lead Manager* e *Joint Bookrunner*.

Na Polónia, depois de um ano sem precedentes para os mercados financeiros, assistiu-se a uma recuperação no 1º semestre de 2021, especialmente nos últimos meses, mas não ainda a um mercado "pré-pandémico". Os emitentes mais ativos no mercado polaco de DCM foram empresas do sector imobiliário (devido ao acesso limitado a outras fontes de financiamento) e subsidiárias de bancos com prestação de serviços nas áreas de *leasing*, *factoring* ou crédito à habitação. No entanto, o número de emissões de empresas de outros sectores foi reduzido. Já em julho, a área de DCM na Polónia atuou como *Co-arranger* e *Co-guarantor* na emissão de obrigações da Cognor S.A., controlada pela Cognor Holding S.A., uma das principais empresas de processamento de aço da Europa Central.

É igualmente de destacar o reembolso antecipado de uma emissão de obrigações de uma empresa do sector do carvão - a Fasing -, já que esta emissão tinha sido liderada pela Equipa de DCM da Polónia e parcialmente adquirida pelo Haitong Bank para a sua carteira própria.

No que diz respeito aos mercados polacos de ECM, o 1º semestre de 2021 manteve a retoma do mercado de *IPOs* iniciada no 3º trimestre de 2020. No 1º semestre de 2021, o valor total de *IPOs* na Bolsa de Valores de Varsóvia foi superior a 1,2 mil milhões de euros (um semestre sem

precedentes desde 2010), o que representa um aumento notável face aos 5 milhões de euros registados no 1º semestre de 2020.

No 1º semestre de 2021 a Equipa de ECM da Polónia concluiu a seguinte operação:

- IPO da Vercom S.A. - um dos principais fornecedores de CPaaS (Plataforma de Comunicação como um Serviço) na Europa Central e de Leste, no qual o Haitong Bank participou como *Co-manager*.

Em Espanha, o 1º semestre de 2021 mostrou uma tendência de recuperação do mercado de capitais, verificando-se um aumento face ao final de 2020, quer em termos de valor quer de número de emissões. No entanto, o mercado de *high yield* continuou a crescer a um ritmo mais lento.

A atividade de DCM em Espanha começou o semestre com um número de operações inferior ao do 4º trimestre de 2020, mas crescendo a bom ritmo e com várias operações concluídas. Durante o 1º semestre de 2021, a Equipa em Espanha registou uma quebra no fluxo de transações devido ao elevado nível de liquidez proporcionado às médias empresas pelo ICO ("Instituto de Crédito Oficial") e a taxas de juro muito próximas de zero e com grande facilidade de acesso, o que reduziu a apetência destas empresas pelo mercado de capitais.

Apesar destas condições, a Sucursal espanhola continuou a desenvolver as suas competências e a consolidar a sua posição no mercado espanhol com o objetivo de tirar partido da sua recuperação, destacando-se as seguintes operações concluídas na 1ª metade do ano:

- Colocação privada, no montante de 18,1 milhões de euros, para refinanciamento da dívida sénior da VM Capital, uma empresa alemã detentora de parques eólicos em Espanha. O Haitong Bank participou como *Debt Advisor* e *Placement Agent* nesta operação;
- Programa de Notas Promissórias, no montante de 100 milhões de euros, da Via Celere, uma empresa do sector imobiliário. O Haitong Bank participou como *Dealer* nesta operação;
- Programa de Papel Comercial, no montante de 75 milhões de euros, da Tradebe, uma empresa de serviços ambientais e gestão de resíduos. O Haitong Bank participou como *Dealer* nesta operação;
- Programa de Papel Comercial, no montante de 30 milhões de euros, da Copasa, uma empresa do sector da Construção e Infraestruturas, dedicada à prestação de serviços urbanísticos, logísticos e de energia. O Haitong Bank participou como Dealer nesta operação.

No Brasil, o financiamento através do mercado de capitais atingiu 253 mil milhões de reais no 1º semestre de 2021, um aumento de 65% relativamente ao mesmo período do ano passado. Uma vez mais, as emissões de debêntures de dívida estiveram em destaque, atingindo 99 mil milhões de reais no 1º semestre de 2021, mais do dobro do montante verificado no 1º semestre de 2020 e correspondente a 82% do encaixe total da venda de debêntures no ano anterior.

Comparado com o mesmo período do ano anterior, verificaram-se alterações significativas na repartição de ativos por detentor. No 1º semestre de 2021, os intermediários e outros participantes associados às emissões, que anteriormente detinham 87% dessa dívida, passaram a representar 45%, seguidos dos fundos mutualistas, cujo peso aumentou de 9% para 35%. Neste cenário, o Haitong Brasil conseguiu colocar uma operação híbrida de DCM:

- Emissão de debêntures no mercado local, no montante de 60 milhões de reais e vencimento a 3 anos, da Agrícola Alvorada, emissão parcialmente subscrita pelo Haitong Bank.

É de salientar que, apesar de uma ligeira subida das taxas de juro domésticas, as ofertas de ações tiveram um forte desempenho, angariando 68 mil milhões de reais no 1º semestre de 2021, o que representa um aumento homólogo de 84%. O atual *pipeline* de 28 novas ofertas e 20 operações de *follow-on* registadas na comissão local de mercado de valores mobiliários deverá conseguir desviar a atenção dos investidores dos mercados de dívida.

PERSPETIVAS PARA O 2º SEMESTRE DE 2021

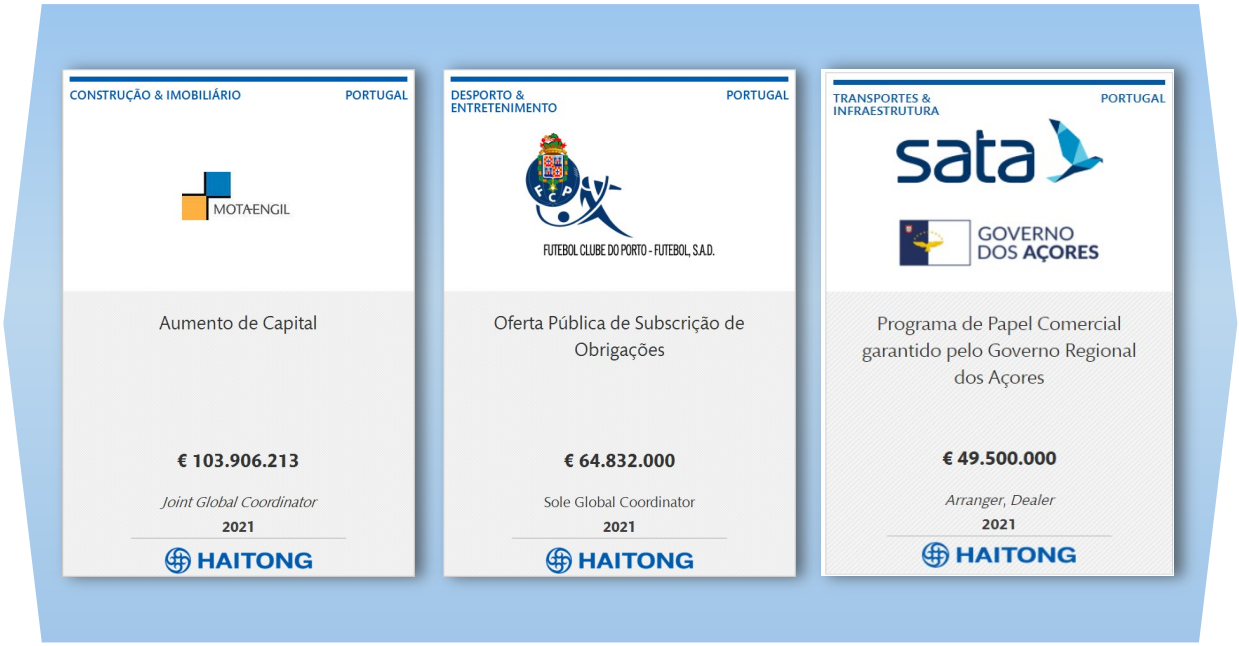
As economias globais parecem estar no bom caminho para uma forte recuperação pós-pandémica. Em muitos aspetos, o rendimento das obrigações beneficia dos fundamentais, estando criadas as condições para que os mercados antecipem uma redução gradual das compras de ativos pelos bancos centrais, prevendo-se assim o início de uma normalização lenta da política monetária.

Os fundamentais macroeconómicos são fortes e a inflação na zona euro tem vindo a surpreender pela positiva, embora a médio prazo as perspetivas sejam incertas. No entanto, o risco de inflação deverá continuar a condicionar os mercados e como a pandemia ainda não acabou, os emitentes deverão manter uma postura conservadora, visando um elevado volume de emissões e alimentando o mercado com novos fluxos de transações.

Em Portugal e Espanha, o *pipeline* de operações deverá manter-se forte durante o 2º semestre de 2021, com os emitentes a tirarem partido do ambiente de taxas de juro ainda baixas. A atividade de DCM deverá também beneficiar de um aumento de emissões de dívida com caraterísticas ligadas à sustentabilidade, sobretudo nas vertentes ecológica e social.

Na Polónia, o *pipeline* da Equipa de DCM tem vindo a recuperar em linha com a tendência do mercado, esperando-se a conclusão de novas operações até ao final do ano.

No atual cenário de subida das taxas de juro locais, a atividade de distribuição do Banco no Brasil tem vindo a posicionar-se para tirar partido da crescente tendência dos fundos corporativos em procurar operações de rendimento fixo com taxas mais elevadas. Assim, a Equipa de DCM do Brasil está a trabalhar no aumento da sua participação em operações híbridas não *high-grade*, tendo em conta o reconhecido sucesso da emissão de debêntures da Agrícola Alvorada: o *pipeline* inclui atualmente 5-6 transações híbridas deste tipo, com um valor nocional que poderá ascender a cerca de 600 milhões de reais.



CONSTRUÇÃO & IMOBILIÁRIO — PORTUGAL

MOTA-ENGIL

Noteholders' Consent Solicitation
Mota-Engil 2018/2021
Mota-Engil 2018/2023

Total outstanding amount €73M

Joint Consent Solicitation Agent

2021

HAITONG

SOE — CHINA, BVI

山东财金集团 SHANDONG FINANCE GROUP

2.40% Guaranteed Bonds due 2026

US$ 500.000.000

Joint Global Coordinator, Joint Lead Manager, Joint Bookrunner

2021

HAITONG

SOE — CHINA

水发 SHUIFA

4% Guaranteed Green Bond due 2024

US$ 200.000.000

Joint Lead Manager, Joint Bookrunner

2021

HAITONG

TELECOMS, MEDIA & IT — POLÓNIA

VERCOM

Emissão de Obrigações

PLN 225.000.000

Co-Manager

2021

HAITONG

ENERGIA — ALEMANHA

VM CAPITAL

Debt Advisory to VM Solar Jerez GmbH

€ 18.104.483

Financial Adviser

2021

HAITONG

CONSTRUÇÃO & IMOBILIÁRIO — ESPANHA

vía célere
Casas que innovan tu vida

Programa de Papel Comercial

€ 100.000.000

Dealer

2021

HAITONG

SERVIÇOS — ESPANHA

TRADEBE

Programa de Papel Comercial

€ 75.000.000

Dealer

2021

HAITONG

CONSTRUÇÃO & IMOBILIÁRIO — ESPANHA

COPASA

Programa de Papel Comercial

€ 30.000.000

Dealer

2021

HAITONG

AGRICULTURA — BRASIL

Agrícola ALVORADA

Emissão de Debêntures sob a ICVM 476 $60 milhões

R$ 40.000.000

Sole Lead Bookrunner, Lender

2021

HAITONG

STRUCTURED FINANCE

VISÃO GLOBAL

Com um âmbito geográfico global, vasto historial e larga experiência nas áreas de *project finance*, *acquisition finance* e outros créditos, a Direção de Structured Finance desenvolve e oferece aos seus clientes as seguintes soluções de financiamento e serviços:

- Estruturação, organização, montagem e tomada firme de operações de crédito – sobretudo focadas em transações com Ângulo Chinês e em financiamentos estruturados, incluindo de *acquisition finance* e *project finance,* nos sectores de imobiliário, infraestruturas e energia;
- Estruturação de operações financeiras através de emissões de obrigações em regime de *project finance* ("*Project Bonds*");
- Serviços de assessoria financeira – nomeadamente relacionadas com a estruturação de projetos de Parceria Público-Privada (PPPs) e processos de licitação;
- Serviços de agenciamento – gestão da carteira de crédito e organização;
- Garantias de desempenho e pagamento.

ESTRATÉGIA

A estratégia da área de Structured Finance do Haitong Bank assenta no potencial da originação de novos negócios relacionados com a China, bem como no posicionamento local do Banco e nas suas capacidades de execução na Europa e na América Latina.

Tirando partido da experiência do Haitong Bank na atividade de *project finance* e no sector das infraestruturas, as oportunidades de negócio de natureza *cross-border*, em coordenação com o Grupo Haitong e outros investidores têm merecido particular atenção.

17,6M€

Valor do Produto Bancário

40%

Peso no Produto Bancário

Principais Produtos

- *Project finance / Project bonds*
- *Aquisition finance*
- *Crédito a empresas / Financiamentos intercalares*
- *Garantias bancárias*

Uma Especialista em Financiamentos Estruturados e Infraestruturas com particular foco no Ângulo Chinês

DESTAQUES DA ATIVIDADE

Confirmando a tendência recente, a atividade de *Structured Finance* do Haitong Bank melhorou o seu desempenho e reforçou a sua presença na área do crédito, com um volume crescente de novos negócios aprovados e concluídos na Europa e no Brasil.

No 1º semestre de 2021, a área de *Structured Finance* atingiu um produto bancário de 17,6 milhões de euros, o que representa um crescimento expressivo face ao mesmo período do ano anterior e permitiu o registo de um rácio *cost-to-income* muito baixo, cerca de 7%, e um resultado operacional positivo acima de 16 milhões de euros.

Não obstante os efeitos negativos da pandemia da COVID-19, a área de *Structured Finance* conseguiu um desempenho muito positivo nas várias geografias em que o Banco está presente, em resultado de esforços comerciais bem coordenados juntamente com um foco em operações de valor acrescentado, tanto para o Banco como para os seus clientes. Merece especial destaque a atividade em Espanha, onde a área de *Structured Finance* reforçou recentemente a sua Equipa local, assim como o seu posicionamento no mercado.

A atividade mostrou-se particularmente dinâmica em sectores não afetados pela pandemia, tais como a energia, as telecomunicações e as infraestruturas. Durante este período, foram concluídas com êxito 5 novas transações na Europa – em Portugal, Espanha e Polónia -, nos sectores acima referidos.

Para além das transações concluídas até à data, várias outras foram aprovadas internamente durante o 1º semestre, encontrando-se agora na fase de implementação tendo em vista o respetivo *closing* financeiro até ao final do ano.

O negócio relacionado com a China manteve-se igualmente ativo, tendo sido desenvolvidas e analisadas diversas oportunidades, nomeadamente no Reino Unido, onde os sectores imobiliário e da energia continuam a atrair o investimento chinês.

Esta área de negócio manteve ainda como uma das suas prioridades a gestão dinâmica e criteriosa da carteira de crédito existente e prestação de serviços de agenciamento, tanto do ponto de vista de risco como de retorno.

Na atividade de *Structured Finance*, em geral, o Banco continua a posicionar-se como um provedor de soluções aos seus clientes, desenhadas através de uma abordagem flexível e construtiva, focada em transações de valor acrescentado.

No Brasil, apesar do difícil cenário durante o 1º semestre de 2021, a atividade de *Structured Finance* foi muito positiva, tendo sido concluídas diversas transações num total de cerca de 250 milhões de reais, com destaque para o sector do agronegócio. Com os esforços de vacinação em curso, a expetativa é de que a economia continue a melhorar durante o segundo semestre, e em especial nos últimos meses do ano, abrindo novas oportunidades de financiamento para esta área de negócio.

As Equipas de *Structured Finance* e de Mercado de Capitais continuaram a colaborar no desenvolvimento de sinergias e originação de mandatos para a estruturação de operações conjuntas, nas quais o Banco atuará simultaneamente como *bookrunner* e entidade financiadora.

Paralelamente o Banco continua a procurar posicionar-se junto de investidores, sobretudo chineses e europeus, interessados em concluir operações de financiamentos estruturados e em participar no sector das infraestruturas.

PERSPETIVAS PARA O 2º SEMESTRE DE 2021

As perspetivas de negócio para o segundo semestre são bastante positivas, esperando-se a conclusão de diversas operações de *Structured Finance*, em várias geografias, já aprovadas internamente no 1º semestre.

O atual *pipeline* de novas operações de *Structured Finance* é sólido e com uma tendência crescente, sendo os setores do imobiliário / hotelaria, energia e infraestruturas os mais representativos em termos de novas oportunidades de negócio.

Em linha com a tendência no 1ºsemestre, o negócio de *acquisition finance* deverá manter um forte crescimento na 2ª metade do ano, em particular em Portugal e Espanha, onde o Banco Haitong irá monitorizar várias oportunidades nos sectores das telecomunicações e das infraestruturas.

FUSÕES E AQUISIÇÕES

VISÃO GLOBAL

A Direção de Fusões e Aquisições (F&A) presta serviços de consultoria financeira na aquisição, venda ou fusão de empresas, bem como serviços de avaliações, processos de reestruturação e estudos de viabilidade.

A dinâmica desta Divisão baseia-se numa equipa de profissionais com elevada experiência, numa rede de contactos de longa duração e num historial de forte capacidade de execução em diversas geografias.

ESTRATÉGIA

A base de clientes do Banco é constituída principalmente por clientes institucionais globais e investidores estratégicos, fruto da forte posição competitiva do Grupo Haitong em vários mercados, incluindo o suporte prestado a empresas chinesas na execução da sua estratégia de internacionalização para a Europa e para a América Latina.

6,2M€

Produto Bancário

14%

Peso no Produto Bancário Total

Oferta de Serviços

- *Assessoria sell-side e buy-side*
- *Assessoria na alienação de ativos*
- *Avaliação de empresas*

Player local com Ângulo Chinês

O MERCADO NO 1º SEMESTRE DE 2021

A atividade global de Fusões e Aquisições (F&A) registou uma pequena descida homóloga de 6% no valor de transações concluídas, alcançando 1,3 biliões de dólares no 1º semestre de 2021, de acordo com dados da Merger Market. Na Europa, o mercado de F&A não acompanhou a tendência global, com o valor das transações concluídas a registar um modesto aumento de 3% face ao período homólogo do ano anterior, para 389 mil milhões de dólares.

Em Portugal, o valor das transações concluídas no 1º semestre de 2021 cifrou-se em 2,1 mil milhões de dólares, correspondente a 24 transações, o que representa uma quebra de 57% face ao mesmo período do ano anterior. Tal como no ano passado, este desempenho explica-se pela ausência de transações de relevo, já que apenas foi registada uma grande operação no setor da Energia durante o 1º semestre de 2021.

Em Espanha, o valor das transações concluídas no 1º semestre de 2021 ascendeu a cerca de 74 mil milhões de dólares, correspondente a 416 transações.

O Reino Unido mantém-se como um destino importante de transações *cross-border* a nível global. No entanto, a incerteza causada pela pandemia de COVID-19 continuou a condicionar a atividade de F&A no período em análise.

Na Polónia, o mercado de F&A registou 93 transações concluídas no 1º semestre de 2021, o que compara com 51 em igual período do ano anterior. O valor das transações concluídas no período ascendeu a cerca de 8,9 mil milhões de dólares. De forma geral, a economia polaca tem-se mostrado bastante resiliente à perturbação causada pela COVID-19, exibindo já um crescimento positivo do PIB, o que deverá contribuir para gerar um fluxo favorável de operações de F&A.

No Brasil, a atividade de F&A totalizou 8,8 mil milhões de dólares, o que representa um decréscimo de aproximadamente 10% face ao 1º semestre de 2020. No 1º semestre de 2021 foram concluídas 144 operações, com as 3 maiores a representar cerca de 50% do volume total.

Os sectores mais dinâmicos foram o financeiro (35 operações), saúde e educação (26) e tecnologia (24). É de destacar que a incerteza causada pela volatilidade cambial durante o 1º semestre de 2021 condicionou as decisões dos investidores estrangeiros relativamente a novos investimentos no Brasil.

DESTAQUES DA ATIVIDADE

Em Portugal, o Haitong Bank prestou assessoria à China Communications Construction Company, Ltd. ("CCCC") na negociação de um acordo de parceria e investimento com a Mota-Engil. No âmbito desta operação, a CCCC, um dos maiores grupos de infraestruturas do mundo, tornou-se um acionista de relevo e parceiro de longo prazo da Mota-Engil.

O Haitong Bank atuou também como assessor de *sell-side* da Sonae IM e restantes acionistas da Digitmarket - Sistemas de Informação S.A. (Bizdirect) na venda da totalidade do capital social e direitos de voto desta empresa à Claranet. Esta operação já foi autorizada pela Autoridade da Concorrência portuguesa e a sua conclusão ocorreu em meados de julho.

Adicionalmente, o Haitong Bank assessorou a venda da Cudell, uma empresa que fornece soluções para áreas exteriores, nomeadamente, irrigação de jardins e produtos para piscinas, ao Grupo Descours & Cabaud, uma empresa privada de relevo neste sector na Europa. A transação está sujeita à aprovação da Autoridade da Concorrência portuguesa, esperando-se a sua conclusão no início do 2º semestre de 2021.

Em Espanha, o Haitong Bank concluiu a aquisição histórica pela China Three Gorges do portfolio solar da X-Elio (pendente de conclusão no final de 2020), e prestou serviços de assessoria relativamente a um empréstimo destinado a financiar um projeto da VM Solar. Adicionalmente a carteira de *structured finance*

do Banco foi reforçada com o financiamento de diversas operações de LBO.

No 1º semestre de 2021, a Equipa de F&A no Reino Unido prestou assessoria a clientes internacionais em três mandatos *cross-border*, nos setores das energias renováveis e da reciclagem/gestão de resíduos neste país, estando ainda em curso uma operação *cross-border* de assessoria de *buy-side*. Foi igualmente bem-sucedida a colaboração da Equipa com o escritório do Banco na China, nomeadamente na apresentação de ideias de F&A a alguns clientes chineses, um serviço muito valorizado por estes. A nível doméstico, a Equipa tem em curso a angariação de até 75 milhões de libras para uma gestora de fundos europeia, num setor que conhece bem, estando atualmente na fase de contactar com investidores.

Na Polónia e durante o 1º semestre de 2021, o Haitong Bank atuou como assessor na aquisição da Capital Partners TFI pela empresa líder neste país na aquisição e cobrança de empréstimos não produtivos, cotada no NASDAQ.

Visando o desenvolvimento de operações no Brasil em que seja possível explorar o Ângulo Chinês, o Haitong Bank tem vindo a trabalhar em várias iniciativas de originação nos sectores da energia, mineração e petróleo e gás. Adicionalmente, o Haitong Bank reforçou a sua presença local através de 4 mandatos de *sell-side* nos sectores da cosmética, retalho, saneamento e energia, alguns dos quais a concluir durante o 2º semestre de 2021.

PERSPETIVAS PARA O 2º SEMESTRE DE 2021

O Haitong Bank encara o 2º semestre de 2021 com muito entusiasmo, com base no robusto *pipeline* de projetos em curso nas diversas regiões onde está presente.

Na Península Ibérica, prevê-se a conclusão de um número importante de operações, não obstante as limitações impostas pela pandemia.

A atividade dos fundos de infraestruturas e das empresas de *private equity* deverá manter-se robusta, e essencialmente centrada no aproveitamento de oportunidades de geração de receitas e na implementação de estratégias de expansão.

No Reino Unido, a atividade de F&A deverá manter uma trajetória de recuperação, impulsionada por sectores que tiveram um desempenho favorável durante a pandemia (tais como energia, serviços financeiros e saúde). É inquestionável que a pandemia veio trazer alterações ao mundo dos negócios, esperando-se assim um aumento do nível de interesse nas empresas que têm vindo a promover a eficiência industrial - nomeadamente através de tecnologias, transformação do negócio ou consolidação da cadeia de abastecimento. Os níveis de atividade serão certamente apoiados por processos a mais longo prazo, incluindo alienações de ativos *não core*, possivelmente conjugados com expectativas de ajuste das valorizações em alguns casos.

Na Polónia, as perspetivas para o mercado de F&A no 2º semestre de 2021 afiguram-se positivas, existindo uma série de operações em *pipeline*. Devido ao estado avançado em que algumas se encontram, o Haitong na Polónia estima que possam ser angariadas e concluídas novas transações de F&A ainda antes do final de 2021.

No Brasil, o valor das transações deverá aumentar nos próximos meses, tendo em conta os elevados desinvestimentos planeados pela Petrobras e as privatizações de grande dimensão que o Governo Federal brasileiro prevê realizar. No entanto, o número de transações deverá manter-se ainda reduzido no 2º semestre de 2021, devido ao impacto económico do confinamento causado pandemia em diversas regiões do país e um potencial aumento da taxa de desemprego.

.

CONSTRUÇÃO & IMOBILIÁRIO — CHINA / PORTUGAL

Assessoria financeira China Communications Construction Company, Ltd. na aquisição de uma posição minoritária na Mota-Engil SGPS, S.A.

€ 241.000.000

Financial Adviser

2021

HAITONG

TELECOMS, MEDIA & IT — PORTUGAL

Venda de 100% da Bizdirect à Claranet

Financial Adviser

2021

HAITONG

CONSUMO & RETALHO — PORTUGAL

Venda de 100% da Cudell OS à Descours & Cabaud (Conclusão Pendente)

Financial Adviser

2021

HAITONG

ENERGIA — ALEMANHA

Debt Advisory to VM Solar Jerez GmbH

€ 18.104.483

Financial Adviser

2021

HAITONG

ENERGIA — CHINA / ESPANHA

Assessoria Financeira à CTG Europe na aquisição de *572MW Solar PV Portfolio* à X-Elio

Financial Adviser

2021

HAITONG

BANCA & SEGUROS — E.U.A. / POLÓNIA

Aquisição de 100% das ações da TFI Capital Partners S.A. pela empresa líder na aquisição e cobrança de empréstimos não produtivos, cotada no NASDAQ.

Sole Financial Adviser

2021

HAITONG

FIXED INCOME

VISÃO GLOBAL

A Direção de Fixed Income funciona como uma "fábrica de produtos" e como uma plataforma de distribuição de produtos de dívida e derivados OTC. As suas fortes competências locais são utilizadas na plataforma internacional para captar os fluxos de negócios entre clientes em diferentes regiões, ao mesmo tempo que se mantém como um *player* de relevo nos principais mercados de atuação do Haitong Bank (Península Ibérica, Polónia e Brasil).

As áreas de atuação de Fixed Income permitem adquirir uma grande experiência nos mercados alvo e garantir uma forte capacidade de distribuição dos produtos de dívida junto de uma base internacional de clientes institucionais.

A Direção de Fixed Income tem presença em Portugal, Espanha, Polónia e Brasil, sendo responsável pela gestão da carteira bancária do Haitong Bank, assim como pelo trading / flow, Vendas Institucionais de Renda Fixa e Sindicação.

ESTRATÉGIA

A Divisão de Fixed Income vai continuar a seguir as linhas estratégicas do Haitong Bank, orientando os seus esforços para a integração do Ângulo Chinês na atual oferta, visando tornar-se um *player* importante no que respeita a produtos chineses. O desenvolvimento de uma ligação com as equipas locais chinesas e a constituição de equipas dinâmicas locais deverá permitir gerar importantes sinergias e tornar a área de negócios de Fixed Income num centro de execução de oportunidades de negócio *cross-border* de diferentes geografias.

8,2M€

Produto Bancário

19%

Peso no Produto Bancário Total

Oferta de Serviços

- *Fixed Income trading e debt market making*
- *Gestão da Carteira Bancária*
- *Derivados OTC para Clientes Institucionais*
- *Distribuição para Clientes Institucionais*
- *Sindicação*

Plataforma de desenvolvimento de produtos e de distribuição internacional

DESTAQUES DA ATIVIDADE

No 1º semestre de 2021 e em geral, o ambiente foi de crescimento económico e de recuperação dos impactos da COVID-19. A atividade do mercado ficou marcada pela subida dos juros suportada pela perspetiva de riscos de inflação na Europa e nos EUA, juntamente com o desempenho positivo da China, a performance favorável das *commodities* e os *spreads* de crédito em mínimos históricos. Este ambiente e a incerteza quanto à evolução das taxas de juro condicionaram a atividade dos clientes, tendo os fluxos globais diminuído cerca de 50% quando comparados com o mesmo período de 2020.

Trading / Flow

Durante o 1º semestre de 2021, registou-se alguma volatilidade nas taxas, especialmente em dólares, com o *reflation trade* a entrar em cena no 1º trimestre do ano. Os receios relativamente à inflação e à subida das taxas levaram a uma forte redução dos volumes negociados no mercado secundário, mas, de um modo geral, as novas emissões e os *spreads* de crédito tiveram um desempenho bastante favorável, tanto no universo de *investment grade* como no de *high yield*. À medida que as curvas se aplanavam novamente no final do semestre, aumentou o número de clientes que recorriam ao Banco para evitar deterem demasiada liquidez em carteira. Acreditamos que a manutenção para lá do esperado das políticas dos Bancos Centrais deverá evitar picos significativos de volatilidade, pelo menos durante os restantes meses do ano.

Gestão da Carteira Bancária

Contra todas as expetativas, o 1º semestre de 2021 foi um período de estabilidade, com a maioria dos bancos centrais a não tomar qualquer iniciativa ou a tentar acalmar os receios dos investidores relativamente a futuras revisões da sua política monetária. Além disso, a forte redução das taxas de incumprimento nos EUA e na Europa proporcionou o necessário conforto para que os *spreads* de crédito permanecessem no seu nível mais baixo. Neste contexto tão positivo para os mercados de crédito, as empresas com *ratings* mais baixos apresentaram os melhores desempenhos, com os emitentes com *rating* CCC a liderar este movimento.

Neste contexto, e apesar do forte desempenho de alguns sectores do mercado, o Banco decidiu ser muito cauteloso relativamente aos riscos acrescidos da carteira, mantendo uma abordagem conservadora tanto em relação ao risco de crédito como ao risco de taxa de juro. Do nosso ponto de vista, no decorrer do 2º semestre de 2021 a maioria dos Bancos Centrais terá de rever as suas atuais políticas monetárias ultra-expansionistas, o que poderá gerar importantes constrangimentos nos mercados de renda fixa. O 2º semestre de 2021 deverá, assim, trazer um aumento de volatilidade aos mercados de crédito, proporcionando melhores oportunidades do que as existentes no 1º semestre de 2021.

Vendas Institucionais

No que diz respeito ao *flow*, a atividade foi penalizada pela quebra brusca dos fluxos de renda fixa a nível global, com uma quebra dos volumes de perto de 50%, em resultado da incerteza quando à evolução das taxas de juro e do nível historicamente baixo dos *spreads* de crédito.

Apesar deste contexto, a Equipa conseguiu aumentar o número de clientes ativos, mantendo-se focada em novas operações de mercado de capitais e na colocação de dívida de curto prazo. Tirando partido de um relacionamento estreito com os clientes, a Equipa conseguiu ir de encontro às suas necessidades, identificando *reverse inquiries* relevantes e assegurando com sucesso a distribuição de informação a todas as novas operações lideradas pelo Haitong Bank.

Sindicação

Em termos de transações de mercado primário, o 1º semestre de 2021 foi marcado pelos efeitos da COVID-19 na economia e nos mercados financeiros. Tal como já tinha acontecido no 2º semestre de 2020, assistiu-se ao regresso de vários emitentes, sendo os detentores de *ratings*

mais elevados os primeiros a aceder aos mercados.

O semestre foi igualmente marcado por alertas de inflação pela volatilidade das taxas de juro, dificultando as decisões tanto dos emitentes como dos investidores. No segmento *high yield*, embora com tendência a melhorar, o volume de emissões manteve-se muito modesto e abaixo do normal. Uma vez que a maioria dos emitentes com quem o Haitong Bank trabalha se inclui neste segmento, o número de novas emissões foi muito reduzido no 1º semestre de 2021.

A Equipa continuou a organizar reuniões entre empresas e investidores (agora em formato digital devido ao risco de contágio) para discutir as alterações nas perspetivas de negócio e na situação financeira destas empresas. A TAP e a Mota-Engil foram alguns dos emitentes para quem foram organizadas reuniões com investidores. Na sequência destes pedidos, a Equipa executou com sucesso pedidos de *waiver consent* junto dos investidores.

No 1º semestre de 2021, assistiu-se ao acesso ao mercado de algumas empresas com grau de investimento e também de alguns emitentes chineses. A Equipa de Sindicação participou ativamente em todos os *pitch* feitos pela Equipa de DCM do Banco, fornecendo dados precisos sobre as leituras e preços de mercado. Adicionalmente, contribuiu para a execução de transações, nomeadamente através de marketing, organização de *roadshows*, definição de preço e alocação. O Banco participou ativamente tanto em colocações privadas como em operações de referência, sendo de destacar as seguintes emissões: Emissão da Shuifa International (*rating* Baa1 , no montante de 200 milhões de dólares e maturidade a 3 anos); emissão da Chongqing Nan'an (*rating* BBB, no montante de 150 milhões de dólares e maturidade a 3 anos; emissão da Hanhui International (*rating* BBB+, no montante de 240 milhões de dólares e maturidade a 5 anos) e emissão da Shandong Financial Group International (*rating* A2/A+, no montante de 500 milhões de dólares e maturidade a 5 anos).

Renda Fixa Polónia

A atividade económica continuou condicionada pela epidemia, embora com menos impacto do que na sua fase inicial. A recuperação económica em curso, uma taxa de inflação mais elevada do que no início do ano e as expectativas de alguns participantes do mercado relativamente ao aumento das taxas de juro nos próximos anos pressionaram em alta as *yields* das obrigações polacas. Estas *yields* têm vindo a aumentar, mas a um ritmo mais lento do que a inflação. Isto deve-se à flexibilização da política monetária do Banco Nacional da Polónia ("NBP"), que manteve as taxas de juro inalteradas e manteve outras medidas tomadas em resposta à pandemia.

Por outro lado, os clientes têm-se mostrado muito mais ativos, sobretudo no mercado de obrigações corporativas. Os clientes já interiorizaram o impacto da COVID-19 nos diversos sectores e procuram retornos mais elevados para investir.

Renda Fixa Brasil

A Equipa de Vendas de Renda Fixa no Brasil continuou a dar resposta a pedidos para estudar diversas empresas com o objetivo de analisar a viabilidade de distribuir as suas ofertas. No entanto, em muitos casos essas ofertas não se mostraram adequadas nem competitivas para distribuição junto dos clientes/investidores institucionais uma vez que os bancos mandatados utilizavam a estratégia de balanço com enfoque no mercado secundário. A emissão de debêntures da Agrícola Alvorada é o exemplo de uma colocação bem-sucedida, tendo o Banco atuado como *lead manager* na colocação de dívida sob uma modalidade híbrida, subscrevendo parte da emissão sob a forma de crédito e diversificando o risco no balanço através da distribuição do remanescente a investidores.

Adicionalmente, as Equipas de distribuição mantiveram-se focadas na obtenção de fundos por parte dos seus clientes institucionais, estando confiantes de que a médio prazo serão atingidos os níveis pré-COVID.

Para o 2º semestre de 2021, e apesar do considerável volume de tomadas firmes por parte dos bancos, espera-se uma maior participação de investidores institucionais nas ofertas de renda fixa, devido às perspetivas de subida das taxas de juro, a qual tornará a distribuição de renda fixa ainda mais atrativa no 2º semestre.

CORPORATE DERIVATIVES

VISÃO GLOBAL

A área de Derivados do Haitong Bank cobre várias classes de ativos tais como taxa de juro, FX e *commodities*, apoiando os seus clientes com soluções à medida de forma a otimizarem a sua estratégia de *hedging* contra a subida das taxas de juro, as variações cambiais entre pagamentos e recebimentos dos seus produtos e a fixação do preço custo/venda de matérias-primas.

A Equipa tem cerca de 20 anos de experiência nas várias áreas associadas aos Derivados, tais como *structured finance* e *project finance*, mantendo um contacto direto com Diretores Financeiros e CFOs das mais prestigiadas empresas cotadas e não cotadas em Portugal, Espanha, Polónia e Brasil.

ESTRATÉGIA

A área de Derivados do Haitong Bank tem como objetivo apoiar as empresas na imunização dos seus balanços contra variáveis financeiras que possam afetar negativamente os seus lucros, permitindo-lhes manter o foco no seu negócio *core*, salvaguardar a margem dos seus produtos e, acima de tudo, proteger o valor para o acionista.

.

2,0M€

Valor do Produto Bancário

5%

Peso no Produto Bancário

Oferta de Serviços

- *Soluções de cobertura para empresas cobrindo várias classes de ativos, tais como taxa de juro, FX e commodities*

Uma referência na imunização dos balanços dos clientes

DESTAQUES DA ATIVIDADE

No 1º semestre de 2021, a atividade de Derivados para Empresas na Península Ibérica registou uma quebra significativa relativamente ao mesmo período do ano anterior. Por uma questão de prudência e tendo em conta a volatilidade atípica do mercado durante a pandemia, o Banco decidiu reduzir a exposição a estruturas com maior exposição potencial, nomeadamente *Structured* FX e *Commodities*. Com o preço do petróleo acima de 70 USD/barril, a exposição do Banco a derivados de *Jet Fuel* foi totalmente cancelada. Para além do legado de custos de financiamento relacionados com *project finance,* os resultados da área de derivados do Banco foram fortemente penalizados pela inexistência de operações de cobertura em *Commodities* e *Structured* FX. Foram transacionados cerca de 530 milhões de euros, essencialmente através da plataforma FX lançada em janeiro.

No Brasil, a Equipa de Derivados para Empresas e Cambial teve algumas dificuldades em manter/expandir o negócio num nicho específico de clientes em que as receitas são provenientes de serviços (FX / Comissões), sobretudo devido a problemas relacionados com o volume de negócio e o acesso limitado a contrapartes operacionais. Não obstante, a Equipa manteve a implementação da sua estratégia visando a expansão da base de clientes de derivados.

A estruturação de operações que permitissem obter sinergias e conjugar ganhos através do *cross-selling* (Derivados + Empréstimos / DCM) foi a prioridade da Equipa. O sector do agronegócio foi aquele onde surgiram oportunidades mais relevantes, em termos do binómio risco/retorno, com destaque para as empresas Agrícola Alvorada, Grupo Cereal e Caramuru Alimentos.

PERSPETIVAS PARA O 2º SEMESTRE DE 2021

Para o 2º semestre, a Equipa ibérica de Derivados Corporativos tem vários negócios em pipeline nas áreas de *Structured* FX, Taxa de Juro e *Commodities*, nomeadamente Metais de Base, Açúcar e Licenças de Carbono, esperando-se uma recuperação parcial da atividade perdida na 1ª metade do ano. Esta área iniciou relações com vários novos clientes, alguns dos quais já começaram a trabalhar com o Banco.

Relativamente ao Brasil, as expetativas para o 2º semestre são positivas. Com o crescimento e renovação da carteira de clientes, a Equipa prevê atingir resultados consistentes, diversificando as fontes de receitas.

ASSET MANAGEMENT

VISÃO GLOBAL

A Divisão de Asset Management atua como um Gestor de Investimentos responsável por um leque diversificado de mandatos e carteiras de ativos, com o objetivo de maximizar o seu retorno absoluto, considerando o perfil de risco de cada cliente e os limites estabelecidos em cada mandato.

ESTRATÉGIA

A estratégia consiste em expandir significativamente esta atividade de negócios, procurando aumentar os Ativos sob Gestão tanto na área de ações como na de renda fixa.

Um historial de mais de 19 anos de forte desempenho da carteira de ações europeias dá ao Banco uma importante vantagem competitiva para o crescimento dos Ativos sob Gestão.

3,0M€

Valor do Produto Bancário

7%

Peso no Produto Bancário

Oferta de Serviços

- *Gestão Discricionária de Carteiras*
- *Fundo Fixed Income*
- *Novas iniciativas: Estratégias quantitativas*

Capitalizando num longo e bem-sucedido historial

O MERCADO NO 1º SEMESTRE DE 2021

Durante a 1ª metade de 2021, os mercados acionistas prosseguiram a subida gradual que tinham vindo a registar desde o verão do ano passado, com os diversos índices americanos e europeus a valorizarem cerca de 15%. Para tal, foram fundamentais as políticas ultra-expansionistas dos Bancos Centrais, apoiadas por fortes políticas fiscais e, desde o final de 2020, os avanços nos processos de vacinação. De facto, foi o progresso das políticas de vacinação, principalmente nas economias desenvolvidas, que permitiu que os indicadores de atividade económica e a confiança das empresas e das famílias continuassem a recuperar, atingindo níveis bastante elevados ao longo de todo o 1º semestre.

Mais uma vez, a economia americana liderou, suportada por um forte pacote fiscal de combate à crise, de 2,25 biliões de dólares, anunciado no início do ano. E o novo presidente democrata, Joe Biden, pretende ainda aumentar a despesa e o investimento públicos em cerca de 4 biliões de dólares. De novo, os mercados financeiros anteciparam-se à evolução económica e os mercados de dívida reagiram logo nos primeiros meses do ano: as taxas de remuneração de dívida pública (*yields*), que tinham atingido valores mínimos históricos no ano passado, começaram a subir, nomeadamente nos prazos mais longos. A pressão sobre os bancos centrais começou a aumentar, pois os indicadores de inflação começaram a subir, fruto de efeitos base (os preços de muitos bens e serviços tinham caído no ano passado, durante os primeiros meses da pandemia), de perturbações nas cadeias de produção e da subida dos preços do petróleo e de outras matérias-primas.

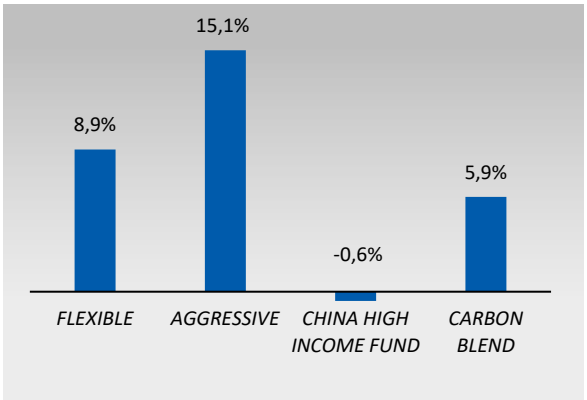
A discussão centrar-se-á no início da redução do programa de compra de ativos. Esta questão é mais ou menos comum a várias outras economias, até porque a subida da inflação é um fenómeno global. Alguns países, como o Brasil ou a Rússia, já começaram a subir as taxas diretoras e, na China, o Banco Central tem vindo a reduzir lentamente os apoios desde final do ano passado.

Para o 2º semestre, a direção dos mercados continuará dependente do sucesso dos processos de vacinação e da discussão sobre o início da retirada de estímulos monetários.

DESTAQUES DA ATIVIDADE

A maioria das estratégias de investimento do Banco terminou o semestre com um desempenho muito positivo. A recuperação dos mercados financeiros, com inicio no 2º semestre de 2020, prolongou-se pelo 1º semestre de 2021 com especial destaque para os mercados acionistas ocidentais incluindo, ao fim de vários anos de performances negativas, o mercado acionista europeu. Nesse contexto, merece destaque a estratégia agressiva de *equity* europeu que fechou o semestre com uma valorização superior a 15% e assim claramente acima da sua média histórica de 9,7% anual. Também quando ponderada pelo risco, esta performance ganha relevância com um índice de *sharpe* de 3,05 que compara com os 2,65 do *benchmark* Eurostoxx50 TR.

Performance das Estratégias de Investimento do Banco no 1S2021

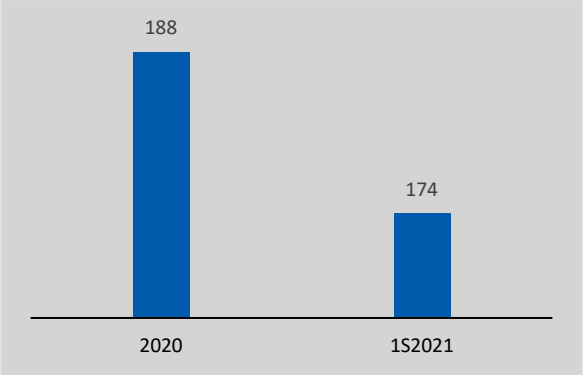


Fonte: Haitong Bank

O 1º semestre revelou-se bastante mais desafiante para as estratégias de renda fixa. Num contexto globalmente negativo para obrigações, em especial no 1º trimestre do ano, o fundo China High Income acabou o trimestre com uma performance que, apesar de melhor do que o seu *benchmark*, foi ainda assim marginalmente negativa em 0,58%.

O clima menos favorável ao mercado obrigacionista, com particular incidência na China, ajuda também a explicar a evolução negativa dos Ativos sob Gestão na 1ª metade de 2021. De facto, e apesar do comportamento positivo das estratégias *flexible* e *aggressive*, a retração nas estratégias de obrigações acabou por conduzir a um saldo negativo em termos evolução dos Ativos sob Gestão.

Ativos sob Gestão (milhões de euros)



Fonte: Haitong Bank

Neste âmbito, as restrições impostas às viagens e deslocações resultantes da 3ª vaga da pandemia foram também prejudiciais à atividade comercial, em especial no 1º trimestre. O contacto virtual continua a ser uma alternativa, mas não permite o mesmo tipo de dinâmica e proximidade.

PERSPETIVAS PARA O 2º SEMESTRE DE 2021

A 2ª metade do ano levanta ainda muitas incertezas. Por um lado, a discussão, algo binária, entre inflação e crescimento, ou a ausência dos mesmos, justifica alguma volatilidade acrescida. Acreditamos, pela positiva, que um equilíbrio saudável entre recuperação económica e estímulos dos bancos centrais e dos governos, permitirá aos mercados preservar, ou mesmo ampliar, os ganhos registados até ao momento, restando ainda assim a maior incerteza em relação ao comportamento das taxas de juro. A tendência mais recente aponta também para uma recuperação do preço das obrigações.

No centro de todas as incertezas, seja no que toca ao comportamento dos mercados, seja também no que toca à retoma de uma atividade comercial mais efetiva, permanece a pandemia e as suas restrições. Depois de uma certa euforia em relação à capacidade das vacinas reporem uma normalidade tão desejada, passamos no momento por uma fase de alguma angústia em relação à sua real capacidade, com todas as atenções centradas na resiliência, ou falta dela, dos sistemas de saúde nos países com a vacinação mais avançada. Em qualquer caso, o Banco continuará focado na criação de valor para os seus clientes e no desenvolvimento do negócio com especial determinação no segmento de clientes *High Net Worth*, tirando partido da presença global e da experiência do Grupo Haitong.

PRIVATE EQUITY

VISÃO GLOBAL

A Haitong Capital é uma sociedade gestora de fundos de *private equity*.

A Haitong Capital tira partido das suas competências geográficas e sectoriais para apoiar as empresas que pretendam expandir os seus negócios. A empresa ambiciona proporcionar aos seus investidores um retorno absoluto atrativo sobre os investimentos realizados.

Historicamente, esta área de negócio tem gerido uma combinação de *seed* capital do Grupo com os fundos obtidos junto de investidores externos de primeira linha.

Para além da carteira própria, a empresa faz a gestão de dois fundos de *private equity* dedicados aos segmentos de mercado de infraestruturas e capital de desenvolvimento / *buyout* na Europa.

A Haitong Capital iniciou um processo de mudança do seu modelo de negócio no sentido de alargar o âmbito da atividade de gestão de ativos para além do foco estrito no negócio de *private equity*.

Esta mudança do âmbito do negócio envolve alterações a nível corporativo assim como a aprovação do regulador. O pedido à CMVM foi efetuado em novembro de 2020, esperando-se a sua conclusão no decorrer do 2º semestre de 2021.

ESTRATÉGIA

A Haitong Capital tira partido das suas competências geográficas e setoriais para apoiar as empresas que desejem expandir os seus negócios, detendo um posicionamento diferenciado no contexto das trocas comerciais entre o oriente e o ocidente.

A estratégia da Haitong Capital consiste em conjugar as suas competências europeias e chinesas para investir em setores que beneficiem das dinâmicas que marcam ambos os mercados.

4,3M€
Valor do Produto Bancário

10%
Peso no Produto Bancário Total

Oferta de Serviços

- *Growth Capital Fund*

Posicionamento Sino-Europeu no mercado

DESTAQUES DA ATIVIDADE

A atividade da Haitong Capital no 1º semestre de 2021 foi condicionada por mais um período de confinamento em resposta à pandemia de COVID-19 e pelo seu impacto na sua carteira de participações. Todas as empresas em carteira implementaram medidas de preservação de valor tendo em vista assegurar a continuidade do seu negócio. Neste contexto, algumas destas empresas reduziram a atividade, mas a maioria não alterou os seus planos de produção.

Durante este trimestre, registou-se a liquidação do Fundo ES Iberia I, logo após a alienação da sua última participada em carteira.

Tendo em consideração a maturidade dos atuais fundos sob gestão - Haitong Infrastructure Fund (fase de liquidação) e FCR – PME /Novo Banco, as atividades de originação de fluxo de negócios não foram maximizadas.

Em maio, a Empresa lançou um novo fundo de *private equity* - Haitong Private Equity Fund, registado na CMVM, no valor de 50 milhões de euros, totalmente subscrito. Este fundo tem como objetivo investir em empresas europeias de *private equity*, incluindo outros fundos com o mesmo objetivo de investimento.

O encaixe agregado das carteiras de investimento atingiu 12,2 milhões de euros, dos quais 10,8 milhões de euros correspondem ao montante acumulado de alienações, gerado pelas saídas dos fundos Armilar II e III, assim como da Fomentinveste e da ESUS. O remanescente, no montante de 1,5 milhões de euros, é na maioria explicado pelo pagamento de juros de suprimentos e pelos dividendos recebidos. Relativamente ao pagamento de dividendos, destacam-se a ESID e a Fomentinveste com os maiores contributos, que totalizaram perto de 1,2 milhão de euros.

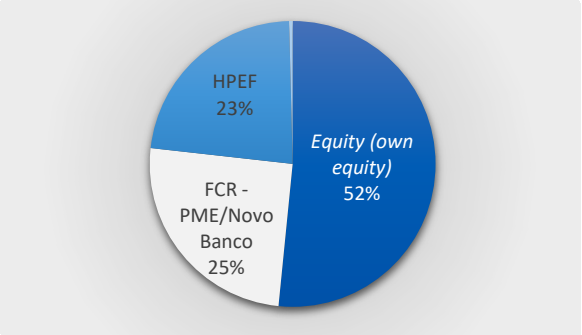
A Empresa concluiu ainda a venda de participações detidas em várias Empresas e Fundos, nomeadamente na ESID e no Fondo PPP Italia, entre outros, por um valor bruto de 14,3 milhões de euros. Estas operações estão pendentes da verificação de determinadas condições precedentes, o que deverá ocorrer no decurso do 3º trimestre.

Durante o 1º semestre do ano, a Haitong Capital manteve uma abordagem de gestão próxima das suas participadas, focada na criação de valor na carteira.

No final de junho, o valor conjunto das carteiras de investimento ascendeu a 14,8 milhões de euros, o que corresponde a uma subida de 4,1% face aos 14,2 milhões de euros registados em junho de 2020 (numa base equivalente), incluindo dividendos e juros acumulados provenientes do mesmo grupo de títulos.

No 1º semestre de 2021, a área de *Private Equity* apresentou um lucro de 2,6 milhões de euros e o montante de capitais próprios ascendeu a 59,2 milhões de euros.

Repartição dos Fundos sob Gestão (jun. 2021)



Fonte: Haitong Bank.

PERSPETIVAS PARA O 2º SEMESTRE DE 2021

O Grupo Haitong Bank tem em curso um processo de reorganização da Haitong Capital - Sociedade de Capital de Risco, S.A., tendo em vista a redefinição do seu modelo de negócio. No futuro, e após a aprovação do regulador, a Haitong Capital deverá passar a concentrar a sua atividade na gestão de ativos de âmbito geral e não apenas em atividades puras de *private equity*.

A empresa espera concluir igualmente as transações relativas a alguns dos ativos da sua carteira durante o 3º trimestre, logo que verificadas as condições precedentes aplicáveis.

Finalmente, a conclusão da liquidação do Haitong Infrastructure Fund deverá igualmente ocorrer até ao final do ano, após a alienação da última participação da carteira.

Pessoas

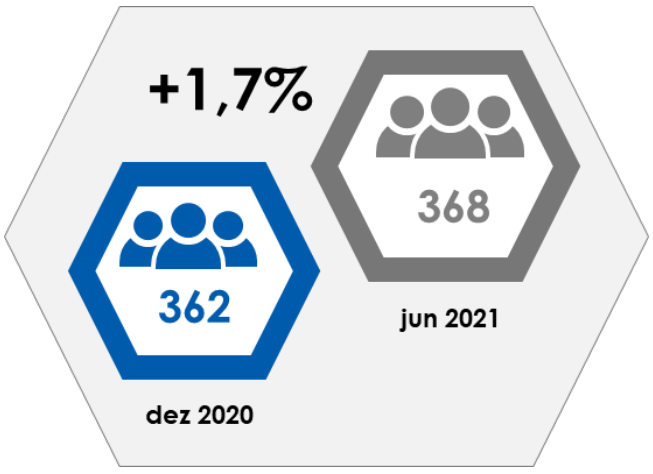
CAPITAL HUMANO

O Haitong Bank reconhece o seu Capital Humano como um ativo fundamental. O Banco acredita na aquisição do melhor talento, no desenvolvimento do quadro de pessoal existente, na promoção do trabalho em equipa e no incentivo à realização individual através de oportunidades de carreira e de mobilidade.

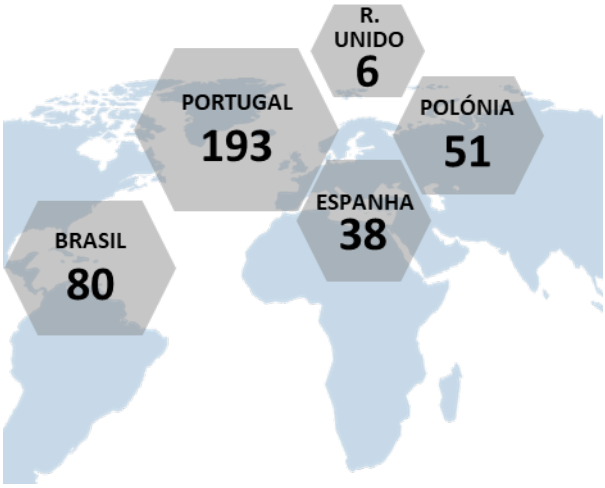
Os Recursos Humanos desempenham um papel essencial na coordenação da estratégia, assegurando a adequação dos colaboradores necessários, o que implica uma participação ativa na expansão para novos mercados e regiões. Adicionalmente, os Recursos Humanos visam aumentar a eficiência do quadro de colaboradores, promovendo soluções de mobilidade que promovam a melhoria do rácio entre *front-office* e *back-office*, assim como uma maior motivação e envolvimento.

No 1º semestre de 2021, os Recursos Humanos mantiveram o seu compromisso na construção de talento, procurando identificar e recrutar os candidatos ideais para cada função. Durante este período, o quadro de colaboradores do Haitong Bank registou um pequeno aumento resultante do reposicionamento estratégico do Banco e do reforço de equipas específicas em diversos locais.

Quadro de Colaboradores 1S2021

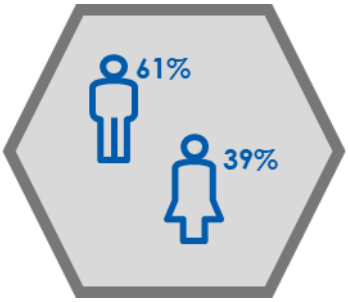


Nº Colaboradores por Região (1S2021)

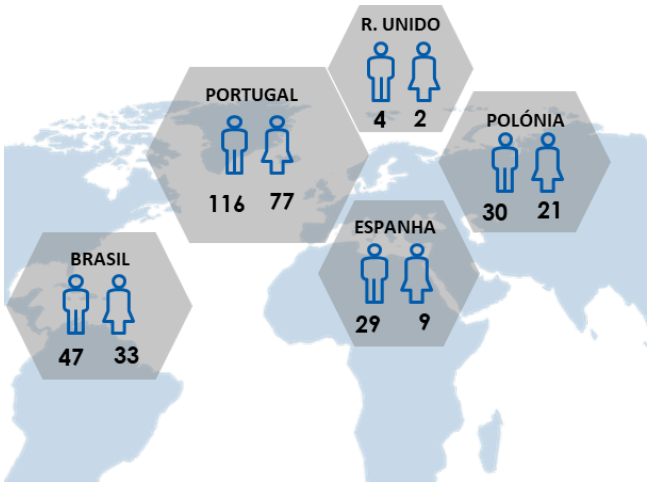


Fonte: Haitong Bank

O Haitong Bank advoga a diversidade e a inclusão, colaborando e apoiando as comunidades das várias regiões onde se encontra presente. O Banco continua a defender os princípios da igualdade de oportunidades. Atualmente as mulheres representam 39% do total de colaboradores, existindo um considerável número de colaboradores do sexo feminino nos lugares de topo do Banco.



Quadro de Colaboradores por Género



Fonte: Haitong Bank

Quadro de Colaboradores por Média de Idades

	Média (anos)	
	Idade	***Tempo de serviço***
R. Unido	44,5	8,9
Espanha	44,4	12,6
Polónia	39,1	6,6
Brasil	44,2	9,5
Portugal	41,7	11,7
Média	***42,2***	***10,6***

Fonte: Haitong Bank

RESPOSTA DO HAITONG BANK À COVID-19

Com os efeitos da pandemia global de COVID-19 ainda presentes, a segurança e bem-estar dos seus colaboradores manteve-se como uma das principais prioridades do Haitong Bank.

Num contexto em que as autoridades a nível mundial avançam na implementação de ações críticas para fazer face à COVID-19, nomeadamente através da consolidação da vacinação em massa, o Haitong Bank tem continuado a dar prioridade às medidas de continuidade do negócio, assegurando um local de trabalho saudável e seguro.

A maioria dos colaboradores do Banco encontra-se ainda a trabalhar a partir de casa. No entanto, o Banco alargou o regresso de colaboradores-chave, reforçando as equipas mais importantes *onsite*.

Entre as medidas de segurança tomadas, destacamos as seguintes:

- Limpeza e desinfeção constante dos locais de trabalho;
- Manutenção dos controlos existentes, nomeadamente controlo da temperatura de todos os colaboradores à entrada nas instalações do Banco, e divisórias de acrílico entre postos de trabalho, para os trabalhadores que permaneceram *onsite*;
- Disponibilização permanente de equipamento de proteção, como máscaras faciais e álcool gel;
- Disponibilização permanente de orientações aos colaboradores sobre as medidas a tomar à entrada e saída das instalações do Banco.

No contexto da atual pandemia, o Banco mantém-se focado em fomentar o alinhamento das equipas com a sua estratégia de negócio e em apoiar a sua preparação para o cenário da recuperação.

DESTAQUES DA ATIVIDADE

A Equipa de Recursos Humanos continuou a apoiar a gestão de topo e os órgãos de supervisão do Banco e respetivas comissões. Os principais marcos que caraterizaram a atividade dos Recursos Humanos no período foram os seguintes:

- Participação em feiras de carreira virtuais para universidades de topo, numa estratégia que combina a melhoria do Branding de Empregador e a atração de talento jovem;
- Implementação de novos KPI transversais ao Banco e a todas as suas geografias, permitindo reforçar o alinhamento dos objetivos individuais com a estratégia do Banco através de um processo de avaliação transparente, quantitativo e rigoroso;
- Processos de aquisição de talento, incluindo a previsão das necessidades de contratação, a seleção de candidatos (internos e externos) e os processos gerais de seleção e recrutamento;
- Melhoria dos serviços diários de Recursos Humanos, com enfoque permanente na administração eficiente de dados e reportes e na gestão de salários e benefícios complementares;
- Apoio às Comissões de Governo Societário e de Remuneração na implementação de políticas, novas e atualizadas;
- Reforço da comunicação eficaz num contexto de incerteza global, proporcionando orientação, e enfatizando a proximidade, compreensão e empatia das políticas e da informação disponibilizada, ajudando assim as equipas a sentirem-se informadas e apoiadas.

PERSPETIVAS PARA O 2º SEMESTRE DE 2021

Para atuar como um parceiro de negócios de Recursos Humanos eficiente, é crucial responder proactivamente aos muitos desafios que se avizinham.

A curto prazo, são estes alguns dos nossos objetivos:

- Manter o foco na atração e contratação do melhor talento disponível no mercado, de forma a assegurar que o Banco tem as pessoas certas com as competências certas;
- Apoiar as iniciativas estratégicas e de negócio emanadas das chefias, desenhando soluções construtivas para os desafios enfrentados pelos Recursos Humanos;
- Tirar partido do conhecimento, competências e aptidões dos colaboradores e apoiá-los no desenvolvimento e realização do seu potencial;
- Conceber e implementar uma cultura de conectividade, utilizando plataformas digitais inovadoras para instituir e consolidar novos modelos de colaboração e de produtividade;
- Manter o foco nos processos de angariação de talento e no reforço contínuo da visibilidade do Banco nas plataformas de recrutamento das Redes Sociais;
- Manter o foco em tarefas chave, tais como a gestão organizacional e do quadro de colaboradores, e a mobilidade global.

Performance Financeira

AMBIENTE MACROECONÓMICO

O MERCADO NO 1º SEMESTRE DE 2021

A atividade económica global recuperou ímpeto, suportada pela vacinação em massa contra a COVID-19 e a reabertura da maioria das economias no 1º semestre de 2021. O crescimento do PIB foi mais forte nos países com maior disponibilidade de vacinação em massa no 1º trimestre de 2021, como os EUA, o Reino Unido e a China, de acordo com dados preliminares.

A vacinação em massa ganhou tração na UE no final do 2º trimestre de 2021, com a percentagem da população com vacinação completa a atingir 43% em 20 de julho. Os países desenvolvidos concluíram a imunização total de 42% da população, enquanto que nas economias emergentes este número foi de apenas 11% no mesmo período, de acordo com dados governamentais. Embora as projeções indiquem que a maioria das economias desenvolvidas irá alcançar a imunidade de grupo no 2º semestre de 2021, os mercados emergentes deverão continuar vulneráveis aos impactos sociais e económicos de novas e diferentes variantes do vírus pelo menos até ao 1º semestre de 2022. As probabilidades apontam para que o mundo transite para um "estado de doença controlável" em 2022, com perspetivas de crescimento robusto em 2021 e 2022.

Variação no Produto Interno Bruto

	2019	2020	2021	2022
Global	**2,8%**	**-3,3%**	*6,0%*	*4,5%*
Zona Euro	**1,3%**	**-6,5%**	*4,5%*	*4,2%*
EUA	**2,2%**	**-3,5%**	*6,6%*	*4,2%*
Portugal	**2,5%**	**-7,6%**	*4,0%*	*5,0%*
Espanha	**2,0%**	**-10,8%**	*5,9%*	*5,7%*
Reino Unido	**1,5%**	**-10,1%**	*6,8%*	*5,4%*
Polónia	**4,7%**	**-2,7%**	*4,7%*	*5,0%*
Brasil	**1,4%**	**-4,1%**	*5,2%*	*2,2%*
China	**6,0%**	**2,3%**	*8,5%*	*5,6%*

**Estimativas de Consenso (Blomberg) jul21 | Bold= Valores reais | Itálico=consenso*
Fonte: Bloomberg

Os estímulos fiscais e monetários foram consolidados em todas as economias desenvolvidas durante o 1º semestre de 2021. Os bancos centrais dos EUA, Reino Unido, Zona Euro, Japão e Canadá mantiveram as perspetivas de expansão monetária prolongada sem alterações nas taxas de referência em 2021 e 2022. As autoridades monetárias dos principais bancos centrais, como a Reserva Federal dos EUA (FED), o Banco Central Europeu (BCE), e o Banco de Inglaterra (BOE) perspetivam uma taxa de inflação acima da meta, resultante da prevalência de desequilíbrios económicos, como os estrangulamentos das cadeias de abastecimento mundiais causados pela reabertura das economias em 2021. Por outro lado, tanto o FED, como o BCE e o BOE preveem igualmente um crescimento económico mais equilibrado num "cenário de pandemia controlável", assim como uma redução das pressões inflacionistas em 2022-2023.

Durante o 1º semestre de 2021, a recuperação económica foi desigual, mesmo entre países que reabriram mais cedo (EUA e China), e marcada pela persistência de choques nas cadeias de abastecimento e pelo aumento da inflação. De acordo com projeções de consenso (Bloomberg) e com referência ao Relatório Anual do Banco, o PIB global foi revisto de 5,2% para 6,0% em 2021 e de 3,9% para 4,5% em 2022.

As ruturas na cadeia de abastecimento de vacinas contra a COVID-19 atrasaram a reabertura da economia global até ao 2º trimestre de 2021, em particular na Europa. Como referido no Relatório Anual, a atividade económica medida pelo PIB continuou a evoluir numa curva em forma de "W" durante o 1º semestre de 2021, com um crescimento mais suave no 1º trimestre de 2021 e uma subida brusca no 2º trimestre de 2021 resultante da reabertura das economias conjugada com um forte efeito de base (vs. o primeiro grande confinamento global no 2º trimestre de 2020). De acordo com estimativas de

consenso, o PIB dos EUA deverá registar um crescimento homólogo de 12,8% no 2º trimestre de 2021 vs. 0,4% no 1º trimestre de 2021. Na Zona Euro, o PIB retraiu -0,3% no 1º trimestre de 2021, sendo que as estimativas de consenso apontam para um crescimento de 13,1% no 2º trimestre de 2021.

A China foi o primeiro país a sofrer o impacto da pandemia, no 1º trimestre de 2020, tendo também conseguido reabrir a sua economia mais cedo do que as economias ocidentais, o que se refletiu no desempenho do PIB. No 1º trimestre de 2021, o PIB chinês cresceu 18,3% face ao período homólogo do ano anterior, seguindo-se uma expansão "mais suave" no 2º trimestre de 2021, de 7,9%, de acordo com dados oficiais.

A volatilidade da atividade económica foi também patente nas taxas de inflação em todas as economias, devido aos constrangimentos nas cadeias de abastecimento e à forte procura dos consumidores perante a reabertura das economias no 1º semestre de 2021. De acordo com o índice de mercadorias CRB, o preço das *commodities* tinha aumentado em média 54,6% até ao final do 2º trimestre de 2021 face ao mesmo período do ano anterior (+25,3% desde o início do ano). Em junho de 2021, o preço do petróleo (Brent) atingiu 74,6 dólares/barril, o nível mais elevado desde junho de 2015 (45,7% desde o início do ano e 68,8% relativamente ao 1º semestre de 2020).

No final do 2º trimestre de 2021, a inflação medida pelo IPC tinha acelerado para 5,4% em termos homólogos nos EUA (vs. crescimento homólogo de +1,3% em dezembro de 2020), 1,9% na zona Euro (vs. -0,3% em dezembro de 2020), e 2,5% no Reino Unido (vs. +0,6% em dezembro de 2020). Na China, o crescimento da inflação manteve-se modesto, em 1,1% em junho de 2021, que compara com 0,2% em dezembro de 2020.

Os mercados emergentes, e em particular a Índia, o Brasil e a África do Sul, foram severamente afetados no 1º semestre de 2021 pelas novas variantes da COVID-19. Mesmo com um ritmo lento de vacinação, a maioria das economias emergentes evitou confinamentos tão rigorosos como nas economias desenvolvidas, o que se explica pelos recursos fiscais limitados dos governos para apoiar a atividade económica interna. O aumento global dos preços das *commodities* e a forte procura por parte dos consumidores dos países desenvolvidos terão suportado, nas economias emergentes, um crescimento impulsionado pelas exportações. O PIB do Brasil registou um crescimento homólogo de 1,2% no 1º trimestre de 2021 e deverá aumentar 12,6% no 2º trimestre de 2021 (consenso Bloomberg). Na Índia, o ritmo de crescimento foi semelhante, com o PIB a aumentar 1,6% no 1º trimestre de 2021 face ao mesmo período do ano anterior, e com as estimativas de consenso a apontar para uma subida de +18,9% no 2º trimestre de 2021. O PIB da África do Sul teve um desempenho abaixo do esperado, registando uma contração homóloga de -3,2% no 1º trimestre de 2021, esperando-se, no entanto, uma recuperação de 17,3% no 2º trimestre de 2021, de acordo com as estimativas de consenso.

A inflação também disparou nas economias emergentes, com o IPC a acelerar para 8,4% em junho de 2021 no Brasil, 6,3% na Índia e 4,9% na África do Sul, face a junho de 2020. O Banco Central do Brasil foi um dos primeiros a retomar a subida das taxas de juro para combater as pressões inflacionistas, desde o início da pandemia em março de 2020. A taxa de juro de referência brasileira aumentou para 4,25% em junho de 2021 (face a 2,0% em dezembro de 2020).

A *yield* das obrigações do Tesouro de referência a 10 anos aumentou nas economias desenvolvidas no 1º semestre de 2021 face ao 2º semestre de 2020. No entanto, o surgimento de uma 4ª vaga de casos na Europa e nos EUA, causados pela variante Delta do vírus COVID-19, reduziu o apetite de risco em classes de ativos de maior risco e uma fuga para ativos de qualidade em dólares entre o final do 1º trimestre e o final do 2º trimestre de 2021. O rendimento dos Treasury Notes dos EUA a 10 anos atingiu um máximo de 1,74% em março de 2021, baixando depois para

1,47% no final de junho de 2021 (0,92% em dezembro de 2020). A *yield* das obrigações do Tesouro Alemão a 10 anos atingiu um pico de -0,10% em maio de 2021, com a reabertura em abril e o aumento do ritmo da vacinação, descendo depois para -0,21% no final de junho (-0,56% em dezembro de 2020). Na Ásia, o rendimento dos títulos de dívida pública chinesa a 10 anos denominados em dólares registou um ligeiro aumento, de 0,4% em dezembro de 2020 para 0,5% no final de junho de 2021.

Nos mercados cambiais, o dólar apreciou 2,9% face ao euro nos primeiros seis meses do ano face ao final de 2020. O Índice de Referência do Dólar avançou 2,8% no 1º semestre de 2021, com 46,2% da população americana (+12 anos de idade) totalmente vacinada no final de junho de 2021, que compara com 36,5% na Alemanha, 37,0% em Espanha e 29,3% em Portugal.

Com o Reino Unido a exibir uma taxa de vacinação mais elevada do que os EUA (49,2% da população total), suportando também uma reabertura mais ampla da economia no 2º trimestre de 2021, a libra valorizou face ao dólar (+0,7%).

As moedas dos países emergentes foram beneficiadas pelo aumento dos preços das *commodities* e pelo andamento muito positivo das exportações no 1º semestre de 2021. Desde o início do ano, o real e o Yuan Renminbi valorizaram respetivamente 4,3% e 1,1% face ao dólar.

Mercados Cambiais (taxa de câmbio e % de variação)

		2019	2020	1S2021	% (Jun21-dez20)
EUA	*Dollar Index*	96,39	89,94	92,44	2,8%
Euro	USDEUR	1,12	1,22	1,18	-2,9%
Reino Unido	USDGBP	1,33	1,37	1,38	0,7%
China	CNYUSD	6,96	6,53	6,45	-1,1%
Brasil	BRLUSD	4,02	5,19	4,96	-4,3%
Polónia	PLNUSD	3,79	3,73	3,81	2,1%

Fonte: Bloomberg | Análise: Haitong Bank

PERSPETIVAS PARA O 2º SEMESTRE DE 2021

O ritmo de crescimento da atividade económica deverá manter-se volátil em 2021 e 2022. Mais de um ano depois do primeiro surto, o vírus da COVID-19 deverá manter-se ainda como um risco para a plena recuperação económica global, enquanto persistirem limitações ao fornecimento de vacinas para a maioria da população mundial. No entanto, graças aos ganhos conseguidos em termos da dimensão e qualidade da taxa global de vacinação nos próximos 1-2 anos, e mesmo com as novas mutações do vírus, é de prever uma transição para um estado de "doença controlável".

Os participantes no mercado deverão manter uma atitude positiva perante as perspetivas fiscais nas economias desenvolvidas durante o 2º semestre de 2021. Neste cenário, e especialmente nos países desenvolvidos e na China, os riscos de uma grande correção nos mercados financeiros mundiais no 2º semestre de 2021 são limitados. Os mercados emergentes e as *commodities* deverão continuar a ser beneficiados por entradas de capital durante o 2º semestre de 2021, mesmo com alguma valorização do dólar no 3º trimestre de 2021. A expetativa é também de que o crescimento do PIB das economias emergentes e os fluxos de investimento estrangeiro melhorem se a taxa de vacinação acelerar.

No nosso principal cenário, a *yield* dos Treasuries americanos a 10 anos deverá aproximar-se de 1,75% até ao final de 2021. Na zona Euro, a *yield* das obrigações do Tesouro Alemão a 10 anos deverá deslocar-se para o intervalo de -0,10% a 0%.

As agências de *rating* abstiveram-se de fazer grandes alterações nas notações da dívida soberana no 1º semestre de 2021, uma vez que na maioria dos países a deterioração fiscal se deveu em grande parte às despesas governamentais destinadas a combater o impacto da pandemia e a promover a retoma da economia. Do nosso ponto de vista, os riscos de uma descida dos *ratings* soberanos tornar-se-ão mais visíveis no caso de uma recuperação da economia mais lenta do que o esperado, de um fraco

desempenho fiscal no período pós-pandemia (2º semestre de 2022 e 2023), e de desequilíbrios persistentes nos balanços das instituições financeiras (incluindo os bancos centrais).

Não se esperam alterações do *rating* soberano e *outlook* de Portugal no 2º semestre de 2021 (S&P BBB/estável; Moody's Baa3/positivo; e Fitch BBB/estável) e Espanha (S&P A/negativo; Moody's Baa1/estável; e A-/estável) devido às perspetivas de apoio da UE e do BCE até, pelo menos, 2023. As perspetivas indicam também que os *spreads* das obrigações do Tesouro Português a 10 anos face ao *Bund* alemão se situarão no intervalo de 50 a 70 pontos base no 2º semestre de 2021. No mesmo período, as obrigações equivalentes do Governo Espanhol a 10 anos deverão transacionar com um *spread* (face ao *Bund*) entre 60 e 80 pontos base.

Nos mercados cambiais, a taxa do euro face ao dólar deverá situar-se no intervalo de 1,15 a 1,20 em dezembro de 2021. Quanto ao Índice do Dólar, mesmo tendo subido 2,8%, para 92 pontos no 1º semestre de 2021, permanece ainda 3% abaixo da média de 5 anos de 95 pontos registada até junho de 2021. As taxas de juro reais nos EUA deverão manter-se negativas até aos finais de 2023, altura em que se espera que o Fed retome um ritmo gradual de normalização monetária. Devido à perspetiva de um *carry* negativo em dólares, é de prever algum risco de descida da taxa do dólar no 2º semestre de 2021 e em 2022.

A taxa de desemprego global deverá manter-se elevada durante o 2º semestre de 2021, embora abaixo dos níveis observados durante a Grande Recessão (2008-2009). Adicionalmente, o rendimento das famílias foi beneficiado pela reabertura das economias e pelo aumento das taxas de emprego. Devido à incerteza provocada pelos vários períodos de confinamento e pelo distanciamento social, a poupança das famílias manteve-se no nível mais elevado dos últimos mais de 20 anos (chegando a 20% do rendimento disponível no 1º semestre de 2021) na Europa e nos EUA (onde existem mais dados de alta frequência disponíveis).

Os projetos de lei de estímulo fiscal num total de 5,3 biliões de dólares aprovados pelo Congresso dos EUA nos últimos 14 meses deverão repercutir-se na economia real durante os próximos 3 a 5 anos. Adicionalmente, o plano de infraestruturas no valor de 1,2 biliões de dólares, ainda pendente de aprovação pelo Congresso, deverá impulsionar o crescimento potencial a partir de dezembro.

Na UE, espera-se que o pacote fiscal Next Generation, no montante de 750 mil milhões de euros, lançado no final do 2º trimestre de 2021, promova a recuperação assim como novos investimentos nos estados membros, visando sobretudo uma transição para um crescimento económico mais sustentável.

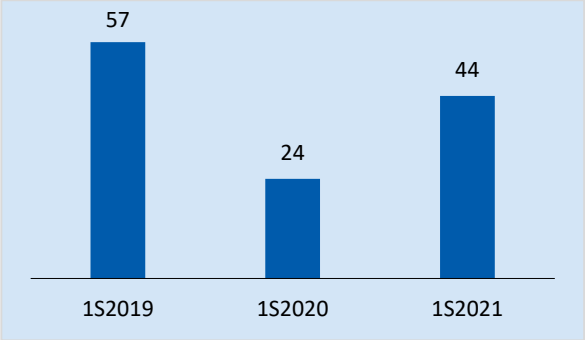
Esperamos um crescimento económico global robusto no 2º semestre de 2021, que deverá prolongar-se em 2022, impulsionado pela continuação dos estímulos da política monetária e fiscal, e pelo consumo privado. Prevê-se que o crescimento do investimento de capital melhore no 2º semestre de 2021 e acelere ainda mais em 2022. Apesar da volatilidade da inflação em 2021, é expectável que o ritmo de subida dos preços seja mais suave até dezembro de 2021, aproximando-se da meta dos bancos centrais nas economias desenvolvidas e na China.

Por último, mas não menos importante, as perspetivas apontam para um forte desempenho dos ativos financeiros verdes em 2021, em antecipação à Conferência das Nações Unidas sobre o Clima, que terá lugar em novembro de 2021 (COP26). A COP26 tem na agenda o reforço do compromisso global de redução das emissões de carbono em 50% até 2030, para atingir zero emissões até 2050. Na Zona Euro, o BCE irá realizar um teste de *stress* climático ao sistema bancário em 2022. Segundo as novas regras de financiamento sustentável, o risco climático será considerado um fator adicional no cálculo dos rácios de capital dos bancos da Zona Euro. É de prever que este teste acelere a procura por ativos com *ratings* de sustentabilidade ambiental mais elevados nos balanços dos bancos da Zona Euro.

ANÁLISE FINANCEIRA

No final do 1º semestre de 2021, o Produto Bancário atingiu 44 milhões de euros, tendo aumentado 81% face ao mesmo período do ano anterior. Embora o contexto de pandemia tenha continuado a afetar negativamente o negócio doméstico, algumas áreas de negócio, como Structured Finance e Fixed Income, recuperaram significativamente face aos níveis do ano passado. A atividade das áreas de negócio de banca de investimento continuou a defrontar-se com muitas dificuldades, devido à diminuição do negócio com clientes chineses e ao adiamento da conclusão de algumas operações para o 2º semestre de 2021.

Produto Bancário (milhões de euros)

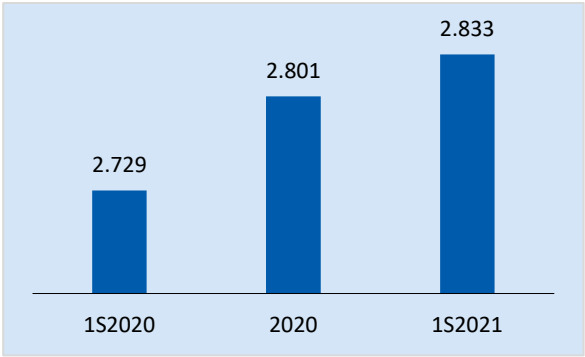


Fonte: Haitong Bank

O desempenho operacional beneficiou de uma nova descida dos custos operacionais, que baixaram 7,5%, para 29 milhões de euros, e se situam agora 26% abaixo dos níveis pré-COVID. Em consequência, o resultado operacional foi positivo em 15 milhões de euros no 1º semestre de 2021, o que compara com um resultado negativo de 7 milhões de euros no mesmo período de 2020 e marca uma clara recuperação para os níveis pré-COVID.

As imparidades e provisões mais do que duplicaram o valor apresentado no 1º semestre de 2020 (4,1 milhões de euros), atingindo 9,1 milhões de euros no 1º semestre de 2021. Mesmo assim, o Banco ultrapassou o objetivo de *break-even*, atingindo um lucro de 2,3 milhões de euros no 1º semestre de 2021 quando no 1º semestre de 2020 tinha registado um prejuízo de 11,7 milhões de euros.

Total do Ativo (milhões de euros)



Fonte: Haitong Bank

O Banco continuou focado em preservar o elevado nível de qualidade dos seus ativos, mantendo uma abordagem conservadora que permitiu uma tendência crescente, embora moderada, dos novos ativos. Os Ativos Totais situaram-se ligeiramente acima dos 2,8 mil milhões de euros alcançados no final de 2020, tendo aumentado 1,1% para 2,83 mil milhões de euros. O Rácio NPL situou-se em 4,5% e o rácio NPE em 4,4%. O Banco mantém uma sólida posição de Capital, com um rácio CET1 de 21,1% e um rácio de Capital Total de 26,3%.

Em meados de julho, o estabelecimento da sucursal de Macau do Haitong Bank obteve as necessárias autorizações das autoridades competentes em Portugal e Macau. A presença do Banco em Macau irá reforçar ainda mais o pilar estratégico do Haitong Bank baseado na construção de um negócio *cross-border* com um Ângulo Chinês.

EVENTOS CORPORATIVOS

- Em **maio** de 2021, foi concluído o processo de liquidação do Fundo Espírito Santo IBERIA I.
- Em **junho** de 2021, o Haitong Bank, S.A. adquiriu 50,5% da Polish Hotel Company, passando a deter 100% desta entidade.
- Em **julho** de 2021, de acordo com a publicação da Ordem Executiva do Chefe do Executivo de Macau, foi formalmente autorizado o estabelecimento da Sucursal de Macau do Haitong Bank.

RATING

A 17 de novembro de 2020, a S&P reafirmou a notação de *rating* de crédito de longo prazo do Banco em "BB" e a notação de curto prazo em "B". O *Outlook* manteve-se "Negativo".

De acordo com a S&P, o *Outlook* "Negativo" resulta da situação originada pela pandemia COVID-19 e está em linha com os restantes bancos portugueses. De acordo com a S&P, esta crise de saúde pública, que poderá durar mais e propagar-se numa escala maior que o atualmente previsto, deverá continuar a pressionar as fontes de receita e perdas de crédito, ampliando os riscos para o Haitong Bank.

A S&P não fez qualquer alteração adicional até ao final do 1º semestre de 2021.

TESOURARIA

O MERCADO NO 1º SEMESTRE DE 2021

Não obstante a expansão da nova variante Delta, durante o 1º semestre de 2021 assistiu-se ao aumento das expectativas de crescimento económico, suportadas pelos programas de vacinação implementados em todo o mundo e pela melhoria dos indicadores económicos.

As expectativas de crescimento, conjugadas com enormes estímulos orçamentais - maiores nos EUA do que na UE -, políticas monetárias expansionistas e restrições à oferta contribuíram para um aumento da volatilidade, tendo em conta o surgimento de receios de inflação. Consequentemente, os rendimentos das obrigações subiram, levando os Bancos Centrais, principalmente a Reserva Federal, mas também o BCE, a manter inalteradas as suas políticas monetárias e programas de compra de ativos, contendo assim a subida das *yields*. Mesmo assim, estas aumentaram no 1º trimestre em toda a UE e também nos EUA.

No Brasil, o 1º semestre de 2021 foi marcado por uma recuperação económica mais forte do que o esperado. O nível ainda baixo das taxas de juro, uma abundante oferta de crédito e o prolongamento do programa de emergência de transferência de liquidez contribuíram significativamente para o crescimento do PIB no 1º semestre de 2021.

No entanto, a análise destes dados por sector de atividade revela que a dinâmica de recuperação é ainda muito heterogénea. Do lado da oferta, o sector da indústria beneficia ainda de um real mais fraco e da alteração estrutural do consumo ditada pela pandemia. O sector dos serviços tem vindo a recuperar a um ritmo mais lento, apesar da aceleração do processo de vacinação. Finalmente, o sector agrícola continua a exibir uma forte expansão na sequência do aumento dos preços das *commodities*.

No que diz respeito à inflação, tanto o crescimento mais forte do que o esperado como o aumento dos preços das *commodities*, contribuem para aumentar a pressão para a subida dos preços. Apesar dos choques recentes, as medidas *core* continuam a sugerir que os aumentos dos preços tenderão a ser mais prolongados do que seria de esperar.

Adicionalmente, as alterações nas cadeias de produção globais, assim como o aumento da concentração do mercado imposto pela pandemia, estarão também a contribuir para a subida da inflação. Neste contexto, é expectável que o Banco Central continue a aumentar as taxas de juro, com a taxa SELIC a aproximar-se de 7% até ao final do ano.

Por último, o final do 1º semestre foi também marcado por fortes perturbações políticas e instabilidade a nível institucional. A expetativa é de que estas tensões tendam a aumentar a partir da segunda metade do ano, com a aproximação do ciclo de eleições presidenciais.

Obrigações do Tesouro: Yields a 10 anos

País	jan-2021	Máximo de 2021	Mínimo de 2021	jun-2021
Alemanha	-0,572%	-0,105% (maio)	-0,572% (jan)	-0,210%
Itália	0,541%	1,115% (maio)	0,454% (fev)	0,818%
Espanha	0,043%	0,612% (maio)	0,018%	0,410%
Portugal	0,026%	0,613% (maio)	-0,030% (jan)	0,386%
Grécia	0,621%	1,118% (fev)	0,569%	0,801%
EUA	0,916%	1,740% (mar)	0,913%	1,468%

Fonte: Bloomberg.

DESTAQUES DA ATIVIDADE

Durante o 1º semestre de 2021, o Banco manteve uma posição de liquidez muito confortável, beneficiando também de uma descida dos custos de financiamento.

A taxa das TLTRO III foi revista em baixa e o Haitong Bank refinanciou parcialmente o financiamento intra-grupo através da emissão de um novo empréstimo sindicado com um custo inferior.

Depósitos de Retalho

Durante o 1º semestre de 2021, o Banco prosseguiu a sua estratégia de obtenção de fundos através de uma plataforma *online* de depósitos para particulares. O Banco concluiu a implementação de uma nova parceria para depósitos de retalho *online*, que se espera venha a melhorar o custo global e a estrutura de *funding*. Este canal provou ser uma fonte estável de financiamento com benefícios claros nos rácios de liquidez NSFR e LCR.

De um modo geral, os volumes mantiveram-se bastante estáveis, embora um montante considerável esteja já perto da maturidade.

No 1º semestre de 2021, o Banco continuou a tomar diversas iniciativas para melhorar a qualidade da oferta de depósitos de retalho, nomeadamente através da análise de novos mercados e produtos.

Financiamento através do Eurosistema

Como referido anteriormente, a taxa das TLTRO III foi revista em baixa no 1º semestre de 2021. Adicionalmente, o Banco aumentou a *pool* de ativos elegíveis, melhorando assim a sua capacidade de financiamento.

No Brasil, a atividade incidiu sobretudo no alargamento da base de clientes através da diversificação das fontes de financiamento.

O Banco tem vindo a reforçar o acesso a Investidores Institucionais, Clientes Empresariais e plataformas de retalho, permitindo utilizar os instrumentos mais adequados ao financiamento das atividades do Banco.

O resultado traduziu-se na manutenção de um nível de liquidez muito confortável, que será importante para apoiar o crescimento das atividades locais.

PERSPETIVAS PARA O 2º SEMESTRE DE 2021

O objetivo prioritário da Tesouraria do Banco para 2021 é continuar a assegurar a liquidez necessária para a execução do Plano de Negócios, com o objetivo particular de redução do custo de *funding* bem como através de uma estrutura de *funding* estável e diversificada, composta essencialmente por depósitos de retalho, *funding* de longo prazo através de empréstimos sindicados e/ou emissões de obrigações e também através da utilização dos instrumentos de politica monetária disponibilizados pelo BCE, designadamente o Eurosistema.

Gestão de Risco

Governance

O Conselho de Administração é o responsável final pelo enquadramento da gestão de risco do Haitong Bank. O Conselho de Administração está devidamente ciente dos tipos de riscos a que o Banco está exposto e dos processos utilizados para identificar, avaliar, monitorizar e controlar esses riscos, bem como das obrigações legais e dos deveres a que o Haitong Bank está sujeito, sendo responsável pelo estabelecimento e manutenção de uma estrutura de gestão de risco apropriada e eficaz.

O esquema abaixo descreve a estrutura de Comités relevantes para a função de gestão de risco no Banco.

Comissão de Risco

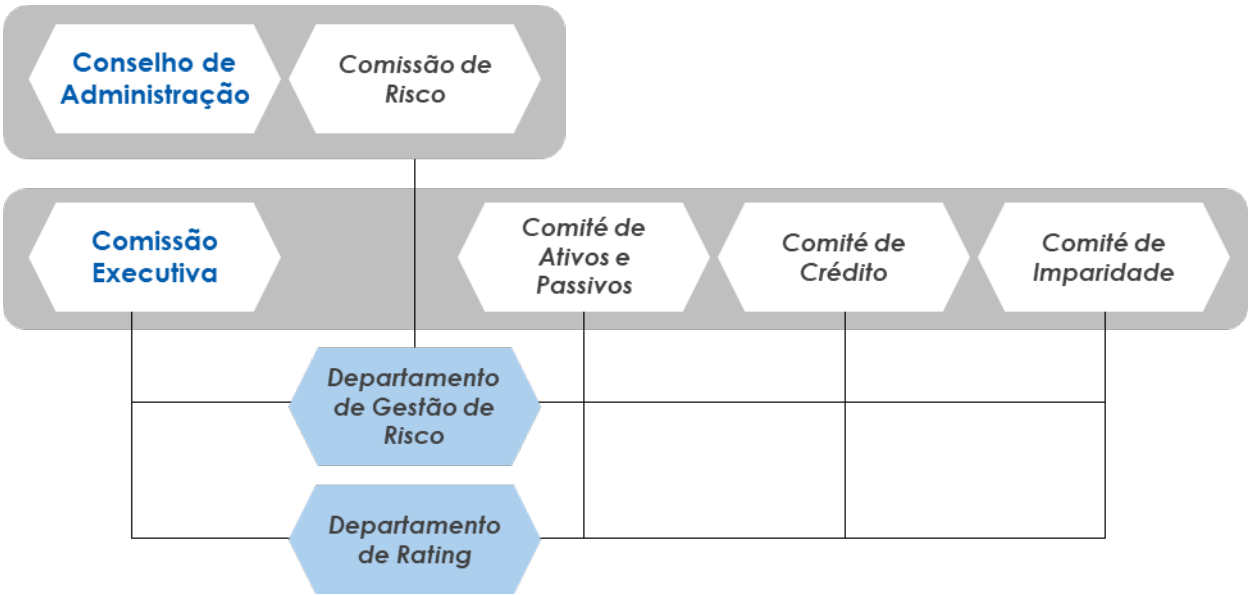
A Comissão de Risco tem como missão monitorizar de forma contínua o desenvolvimento e implementação da estratégia/ apetite de risco do Banco e certificar-se de que estes são compatíveis com uma estratégia sustentável a médio e longo prazo.

Comissão de Ativos e Passivos

A Comissão de Ativos e Passivos ("Assets and Liabilities Committee ou "ALCO") tem como missão aconselhar a Comissão Executiva na gestão dos ativos e passivos do Banco, incluindo a supervisão do planeamento de capital, da liquidez/estratégia de *funding*, da gestão de desempenho, da gestão da liquidez/*funding*, da gestão do risco de ativos e passivos, do *pricing* e da política de investimento, em consonância com a estratégia de negócio e os requisitos regulamentares aplicáveis.

Departamento de Gestão de Risco

O Departamento de Gestão de Risco, enquanto função de controlo independente, ativamente envolvida em todas as decisões relevantes e alinhada com as orientações e práticas da casa-mãe, tem por objetivo permitir ao Banco tomar decisões informadas e assegurar que as políticas de risco aprovadas pelo Conselho de Administração são devidamente implementadas e seguidas.



Departamento de Rating

Conjuntamente com o Departamento de Gestão de Risco, o Departamento de Rating faz parte da Função de Controlo de Risco do Haitong Bank. O Departamento de Rating desempenha um importante papel no apoio ao processo de tomada de decisão do Comité de Crédito e da Comissão Executiva, e na avaliação individual de imparidade em sede de Comité de Imparidade.

Comité de Crédito

O Comité de Crédito, estabelecido pela Comissão Executiva com a autorização do Conselho de Administração, é o Comité do Banco responsável por:

- Avaliar e decidir sobre operações que envolvam a tomada de risco para o Banco, no âmbito do Quadro de Decisão do Comité de Crédito estabelecido pela Comissão Executiva;
- Emitir pareceres não vinculativos sobre operações que não se enquadrem: (i) no Quadro de Decisão do Comité de Crédito estabelecido pela Comissão Executiva; ou (ii) no *Risk Appetite Framework* ("RAF") aprovado pelo Conselho de Administração – nesses casos, as operações devem ser submetidas, respetivamente, à aprovação da Comissão Executiva e do Conselho de Administração.

Comité de Imparidade

O Comité de Imparidade do Haitong Bank é responsável por analisar e propor os montantes de imparidade a serem atribuídos aos clientes de crédito sujeitos a análise individual.

Apetite de Risco

A estratégia do Haitong Bank consiste em alavancar as oportunidades resultantes da internacionalização da China, aliando os seus conhecimentos e experiência nos mercados ocidentais com a capacidade de originação e distribuição *cross-border* do Grupo. O Haitong Bank continuará a apoiar os seus clientes corporativos na Europa e na América Latina, a par da sua crescente base de clientes chineses.

Sendo um Banco com clientes maioritariamente corporativos e institucionais, as principais atividades de negócio desenvolvidas atualmente são: DCM, Structured Finance, Fusões e Aquisições, Fixed Income e Asset Management.

O Banco está ciente de que a sua função de gestão de risco é um fator chave para alcançar os objetivos estratégicos do Grupo. A visão global do risco do Haitong Bank é estabelecida em torno dos seguintes três princípios orientadores:

- Capital: O Haitong Bank pretende manter reservas de capital prudentes e superiores aos requisitos de capital, tanto internos como regulamentares;
- Liquidez e Financiamento: O Haitong Bank como um todo e cada uma das suas subsidiárias individualmente, visam manter uma sólida posição de liquidez de curto prazo e um perfil de financiamento sustentável a médio-longo prazo; e
- Resultados: O Grupo tem como objetivo gerar resultados recorrentes que garantam a sua sustentabilidade e um nível razoável de retorno para o Acionista.

Risco de Crédito

O Risco de Crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do devedor ou contraparte relativamente às obrigações contratuais estabelecidas com o Banco. Sendo a categoria de risco mais relevante a que se encontra exposta a atividade do Banco, a sua gestão e controlo são suportados por processos de identificação, avaliação, quantificação e reporte do risco.

PRÁTICAS DE GESTÃO

Tem sido prosseguida uma política de gestão permanente das carteiras de crédito que privilegia a interação entre as várias equipas envolvidas na gestão de risco ao longo das sucessivas fases da vida do processo de crédito.

Ratings Internos

No Haitong Bank, os *ratings* internos, que medem a probabilidade de *default* a um ano, são atribuídos através de ferramentas internas de *rating* desenvolvidas pela Standard and Poor's ('S&P'). Embora centralizada na sede do Banco, a atribuição de *ratings* internos é realizada por um grupo de analistas experientes integrados nas equipas de Lisboa, Varsóvia e São Paulo.

Monitorização

As atividades de acompanhamento e de controlo do risco de crédito têm por objetivo medir e controlar a evolução do risco de crédito e identificar atempadamente situações que indiciem uma deterioração de risco, bem como elaborar estratégias globais de gestão da carteira de crédito.

Nessa perspetiva, tendo como objetivo central a preservação do apetite de risco definido pelo Conselho de Administração, a função de monitorização do risco de crédito e o seu respetivo desenvolvimento é objetivamente assumida como um pilar de intervenção prioritário do sistema de gestão e controlo de risco.

Processo de Recuperação de Crédito

O Departamento de Special Portfolio Management do Haitong Bank gere os ativos não produtivos (*non-performing exposures*) do Banco, propondo e implementando estratégias de restruturação e/ou de recuperação de crédito com o objetivo de maximizar os valores de recuperação dos créditos.

ANÁLISE DO RISCO DE CRÉDITO

Carteira de Crédito

Estrutura da carteira de crédito

A junho de 2021, a carteira de crédito (bruta de provisões) ascendia a 577 milhões de euros, o que representa um aumento anual de cerca de 145 milhões de euros face a dezembro de 2020.

Carteira de Crédito por Segmentos de Produto e Geografia (milhares de euros)

	junho 2021		
	Doméstico	***Internacional***	***Total***
Carteira de Crédito [1]	**176 704**	**400 670**	**577 374**
Specialized Lending	131 522	37 077	**168 599**
Crédito a empresas	41 047	228 209	**269 256**
Outros	4 135	135 384	**139 519**

	dezembro 2020		
	Doméstico	***Internacional***	***Total***
Carteira de Crédito [1]	**143 984**	**288 046**	**432 030**
Specialized Lending	126 784	34 311	**161 095**
Crédito a empresas	13 038	240 783	**253 821**
Outros	4 162	12 952	**17 114**

[1] *bruto de provisões*
Fonte: Haitong Bank.

A distribuição setorial da carteira de crédito espelha a importância crescente da atividade internacional de concessão de crédito desenvolvida pelo Banco. As operações da área de *Specialized Lending* têm vindo a registar uma contínua redução em proporção da carteira de crédito global do Banco.

Carteira de Crédito por Segmento e Setor

	junho 2021			
	Crédito Especializado	Corporate	Outros	Total
TOTAL	**29,2%**	**46,7%**	**24,1%**	**100,0%**
Infraestruturas de transportes	16,8%	6,6%	0,0%	**23,4%**
Fundos & Gestores de activos	0,0%	0,0%	23,1%	**23,1%**
Energia	10,2%	6,3%	0,0%	**16,5%**
Telecomunicações	0,0%	8,4%	0,0%	**8,4%**
Agricultura e Bens alimentares	0,0%	5,5%	0,0%	**5,5%**
Construção e Obras Públicas	0,0%	4,0%	0,0%	**4,0%**
Papel e Produtos Florestais	0,0%	3,9%	0,0%	**3,9%**
Materiais de construção	0,0%	2,2%	0,0%	**2,2%**
Transportes	0,3%	1,8%	0,0%	**2,1%**
Comércio e Serviços	0,0%	1,9%	0,0%	**1,9%**
Bens de investimento	0,0%	1,9%	0,0%	**1,9%**
Metalúrgica & Mineração	0,0%	0,0%	0,0%	**0,0%**
Imobiliário	1,9%	1,4%	0,6%	**3,9%**
Outros	0,0%	2,8%	0,4%	**3,2%**

	dezembro 2020			
	Crédito Especializado	Corporate	Outros	Total
TOTAL	**37,3%**	**58,6%**	**4,1%**	**100,0%**
Infraestruturas de transportes	23,3%	0,5%	0,0%	**23,8%**
Fundos & Gestores de activos	0,0%	0,0%	2,5%	**2,5%**
Energia	13,5%	8,4%	0,0%	**21,9%**
Telecomunicações	0,0%	6,4%	0,0%	**6,4%**
Agricultura e Bens alimentares	0,0%	3,2%	0,0%	**3,2%**
Construção e Obras Públicas	0,0%	7,8%	0,0%	**7,8%**
Papel e Produtos Florestais	0,0%	5,2%	0,0%	**5,2%**
Materiais de construção	0,0%	2,9%	0,0%	**2,9%**
Transportes	0,4%	2,7%	0,0%	**3,1%**
Comércio e Serviços	0,0%	2,7%	0,0%	**2,7%**
Bens de investimento	0,0%	2,7%	0,0%	**2,7%**
Metalúrgica & Mineração	0,0%	13,4%	0,0%	**13,4%**
Imobiliário	0,1%	2,1%	0,9%	**3,1%**
Outros	0,0%	0,6%	0,7%	**1,3%**

Fonte: Haitong Bank.

Perfil de *Ratings* Internos

O Haitong Bank utiliza os sistemas de *rating* internos no apoio à decisão e na monitorização do risco de crédito. O quadro seguinte apresenta a distribuição da carteira de crédito por níveis de *rating* interno.

Perfil de rating da Carteira de Crédito

	junho 2021	dezembro 2020
[aaa+; a-]	0,4%	0,5%
[bbb+; bbb-]	15,8%	16,4%
[bb+; bb-]	48,9%	36,6%
[b+; b-]	34,8%	46,6%

Em percentagem da carteira não default com notações de risco
Fonte: Haitong Bank.

Indicadores de Risco

Indicadores de Risco de Crédito (milhares de euros)

	junho 2021	dezembro 2020
Carteira de Crédito	**577 374**	**432 030**
Carteira de Crédito Não Produtivo (NPL)	**26 236**	**8 005**
Rácio NPL	4,5%	1,9%
Imparidade do Crédito Não Produtivo	**4 653**	**4 123**
Cobertura de Crédito não Produtivo	17,7%	51,5%
Exposição de risco de crédito bruta	**1 963 949**	**1 870 321**
Exposições não produtivas (NPE) [1]	**85 820**	**64 581**
Rácio NPE	4,4%	3,5%
Cobertura de Exposições não Produtivas por Imparidades	45,7%	44,1%
Crédito reestruturado ("forborne") [1]	**58 476**	**117 008**
das quais exposições produtivas (%)	66,6%	88,0%

[1] O Banco segue o critério definido para exposições não produtivas com base nas Orientações da EBA sobre a gestão de exposições não produtivas e exposições reestruturadas (EBA/GL/2018/06) de 21 de Outubro de 2018, bem como a classificação definida de acordo com a Parte 2 "Instruções respeitantes aos modelos" do Anexo V do Regulamento de Execução (UE) 2018/1627 da Comissão Europeia, de 9 de Outubro de 2018, que altera o Regulamento de Execução (UE) n. 680/2014, respeitante à avaliação prudente no quadro do relato para fins de supervisão.

Fonte: Haitong Bank

A deterioração do rácio de crédito não produtivo (NPL) para 4,5% e do rácio de exposições não produtivas (NPE) para 4,4% em junho de 2021 resulta do aumento do crédito não produtivo na subsidiária do Brasil.

Títulos de Rendimento Fixo

Estrutura da Carteira

A carteira de títulos de rendimento fixo terminou o 1º semestre de 2021 com um total líquido de 1 360 milhões de euros, representando um aumento de 110 milhões de euros face a dezembro de 2020. Este crescimento deve-se, não só ao aumento das carteiras de dívida soberana europeia e brasileira, mas também decorrente da participação na colocação de dívida de clientes *corporate* e de bancos internacionais, nomeadamente da Europa e da China.

Carteira de Títulos de Rendimento Fixo por Setor (milhares de euros)

	junho 2021	*dezembro 2020*
Total	**1 360 351**	**1 249 910**
Administração pública	864 751	840 197
Imobiliário	85 597	77 120
Bancos	66 015	27 215
Transportes	47 667	54 604
Instituições financeiras não bancárias	47 265	26 635
Energia	29 503	20 400
Saúde	22 718	20 987
Retalho	20 971	20 860
Tecnologia e equipamento informático	13 045	19 713
Construção e Obras Públicas	18 168	23 634
Agricultura e Bens alimentares	17 072	9 367
Metalúrgica & Mineração	15 632	8 902
Automóveis e peças de automóveis	15 009	14 955
Indústria de petróleo e gás	13 438	13 894
Bens de investimento	12 464	16 578
Alojamento e Turismo	10 409	17 410
Telecomunicações	10 224	8 692
Água e saneamento	10 196	6 223
Indústria química	8 288	223
Papel e produtos florestais	7 593	7 256
Alimentação, bebidas e tabaco	6 649	358
Infraestruturas de transportes	5 817	528
Materiais de construção	3 194	8 348
Outros	8 666	5 811

Fonte: Haitong Bank.

Perfil de Ratings Internos

Em junho de 2021, a carteira de renda fixa do Banco apresentava o seguinte perfil:

Perfil de Rating da Carteira de Títulos de Rendimento Fixo

	junho 2021	*dezembro 2020*
[aaa; a-]	4,3%	3,0%
[bbb+; bbb-]	27,3%	26,4%
[bb+; bb-]	66,1%	66,5%
[b+; b-]	2,3%	4,0%

Em percentagem da carteira não default com notações de risco
Fonte: Haitong Bank.

Carteira de Derivados

Estrutura da Carteira

O risco de contraparte subjacente à carteira de derivados sobre instrumentos de taxa de juro, câmbio, crédito e ações ascendia a aproximadamente 144 milhões de euros em junho de 2021, um aumento de 1 milhão de euros face a dezembro de 2020, verificando-se um aumento nos setores de Infraestruturas de transportes e Bancos, parcialmente revertido pela redução no setor de Transportes.

No que respeita à distribuição setorial, em junho de 2021, 55% da exposição global resultou de transações com contrapartes do setor de infraestruturas de transportes, seguido por 14% em Bancos.

Carteira de Derivados por Setor (milhares de euros)

	junho 2021	*dezembro 2020*
Total	144 018	142 952
Infraestruturas de transportes	79 313	60 622
Bancos	19 671	10 395
Indústria de petróleo e gás	9 023	5 582
Instituições financeiras não bancárias	8 909	6 314
Alimentação, bebidas e tabaco	6 833	5 721
Energia	5 973	5 061
Agricultura e Bens alimentares	4 801	3 047
Transportes	3 440	40 105
Corretagem	2 823	3 187
Materiais de Construção	1 168	639
Outros	2 064	2 279

Fonte: Haitong Bank.

Perfil de Ratings Internos

O Banco assume sobretudo risco de contraparte subjacente à carteira de derivados, ao mesmo tempo que fornece soluções de cobertura para clientes *corporate* (incluindo contrapartes *Project Finance*). Em junho de 2021, a exposição do Banco a instrumentos derivados está essencialmente concentrada em operações de *swap* de taxa de juro.

Perfil de Ratings da Carteira de Derivados

	junho 2021	*dezembro 2020*
[aaa+;a-]	12,4%	7,9%
[bbb+;bbb-]	58,5%	46,1%
[bb+;bb-]	15,1%	7,9%
[b+;b-]	14,0%	38,1%

Em percentagem da carteira não default com notações de risco
Fonte: Haitong Bank.

RISCO DE MERCADO

O risco de mercado representa a possibilidade de ocorrência de perdas em posições patrimoniais ou extrapatrimoniais resultantes de alterações adversas nos preços de mercado, nomeadamente nos preços de ações, taxas de juro, taxas de câmbio e *spreads* de crédito. No desenvolvimento das suas atividades, o Haitong Bank está exposto ao risco de mercado na sua carteira de negociação e carteira bancária.

O Haitong Bank tem implementadas políticas, procedimentos e sistemas de gestão do risco de mercado que permitem avaliar e controlar todos os fatores de risco de mercado a que o Banco está exposto.

As tarefas de identificação, monitorização, controlo e reporte do risco de mercado são desenvolvidas por uma área específica dentro do Departamento de Gestão de Risco - a unidade de Controlo do Risco de Mercado - que as exerce de forma totalmente independente das áreas de negócio do Banco.

Em termos organizacionais, existe uma repartição geográfica da função de Controlo de Risco de Mercado pelas diversas entidades do Grupo, as quais detêm as competências adequadas para avaliar as atividades desenvolvidas e os riscos incorridos por cada uma.

A unidade de Controlo do Risco de Mercado é responsável por analisar os fatores relevantes para cada tipo de risco recorrendo a técnicas de tratamento estatístico, à medição da volatilidade do mercado, à análise de indicadores de profundidade e liquidez e à simulação do valor das transações sob diversas condições de mercado.

Para que a organização tenha uma imagem clara dos riscos incorridos e do apetite de risco desejado, é utilizado um vasto conjunto de medidas de risco, e respetivos limites, complementado com limites de *stop loss* e de concentração. Estas medidas de risco incluem o *Value at Risk* (VaR) e medidas de sensibilidade a variações em taxas de juro, *spreads* de crédito, taxas de câmbio, preços de ações e volatilidade.

RISCO DE CARTEIRA DE NEGOCIAÇÃO

Práticas de Gestão

O Haitong Bank estima as potenciais alterações no valor de mercado das posições na carteira de negociação, considerando um VaR por simulação histórica, um período de investimento de 10 dias úteis com observação histórica de 1 ano e um intervalo de confiança de 99%.

Em junho de 2021, o VaR do Haitong Bank, totalizava EUR 8,1 milhões, o que representa um aumento de EUR 3,3 milhões quando comparado com dezembro de 2020.

Value at Risk por fator de risco (milhões EUR)

	junho 2021	*dezembro 2020*
Cambial	6,2	1,9
Taxa de juro	0,6	0,4
Ações e Mercadorias	0,0	0,0
Spread de crédito	1,7	2,7
Covariância	-0,4	-0,3
Global VaR	**8,1**	**4,8**

Fonte: Haitong Bank.

RISCOS DA CARTEIRA BANCÁRIA

Os outros riscos da carteira bancária resultam de movimentos adversos nas taxas de juro, nos *spreads* de crédito e no valor de mercado de títulos de capital e imóveis em exposições *non-trading* que o Banco detém no seu balanço.

Risco de Taxa de Juro

O risco de taxa de juro na carteira bancária (IRRBB) refere-se ao risco atual ou perspetivo de capital e margem do Banco, decorrentes de movimentos adversos nas taxas de juro que afetam as posições da carteira bancária.

O Haitong Bank visa capturar todas as fontes materiais de IRRBB e avaliar os efeitos das mudanças de mercado no âmbito da sua atividade, e gere o IRRBB medindo a sensibilidade do valor económico da carteira bancária e a sensibilidade da margem financeira esperada num horizonte temporal de 1 ano.

Alterações nas taxas de juros podem afetar o valor económico subjacente dos ativos, passivos e instrumentos extrapatrimoniais do Banco, dado que o valor presente dos fluxos de caixa futuros varia aquando da variação das taxas de juro. A alteração nas taxas de juros também afeta as receitas do Banco, aumentando ou diminuindo a sua margem financeira (NII).

Em junho de 2020, o impacto no valor económico da carteira bancária, sob um choque paralelo na curva de rendimentos de +/- 200 pontos base foi estimado em EUR 15,12 milhões. Um floor de -100 pontos base foi aplicado na curva de rendimentos para desconsiderar cenários irrealistas de taxas de juro extremamente negativas.

Risco de *Spread* de Crédito

O *spread* de crédito, um dos fatores a considerar na avaliação de ativos, representa a capacidade de o emitente cumprir com as suas responsabilidades até à maturidade e visa refletir a diferença entre a taxa de juro associada a um ativo financeiro e a taxa de juro sem risco referente a um ativo na mesma moeda e com a mesma maturidade.

O Banco encontra-se ainda sujeito a outros tipos de risco da carteira bancária, onde se inclui o risco das Participações Financeiras e o risco dos Fundos de Investimento. Estes riscos podem ser definidos genericamente como a probabilidade de perda resultante da alteração adversa no valor de mercado dos instrumentos financeiros citados.

RISCO DO FUNDO DE PENSÕES

O risco de Fundo de Pensões resulta da possibilidade de o valor dos passivos (as responsabilidades do Fundo) exceder o valor dos ativos na carteira do Fundo, exigindo ao Haitong Bank uma contribuição extraordinária para o Fundo de Pensões. Caso contrário, se o rendimento dos ativos da carteira do Fundo de Pensões estiver alinhado com a evolução das responsabilidades do Fundo, o Haitong Bank só terá de fazer as contribuições regulares para o Fundo (o custo normal do plano de pensões).

Em dezembro de 2020, tendo por base um parecer favorável da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), um dos fundos de pensões do Haitong Bank foi convertido num plano de contribuição definida. Esta mudança tem um impacto favorável na exposição do Banco a este risco.

Risco Operacional

O Risco Operacional representa a probabilidade de ocorrência de eventos com impactos negativos nos resultados ou no capital, resultantes de procedimentos internos desadequados ou da sua implementação negligente, do funcionamento deficiente ou falha dos sistemas de informação, do comportamento do pessoal ou motivados por acontecimentos externos. O risco jurídico e de IT incluem-se nesta definição. Desta forma, o risco operacional é visto como o somatório dos riscos operacional e de sistemas de informação.

Práticas de Gestão

A gestão do risco operacional é efetuada através da aplicação de um conjunto de processos que visam assegurar a uniformização, sistematização e recorrência das atividades de identificação, monitorização, controlo e mitigação deste risco. A prioridade na gestão do risco operacional é a identificação e mitigação ou eliminação das fontes de risco.

As metodologias de gestão em vigor foram definidas com base nos princípios e abordagens à gestão do risco operacional emitidas pelo Comité de Basileia, reconhecidos como sendo os que refletem as melhores práticas nesta área.

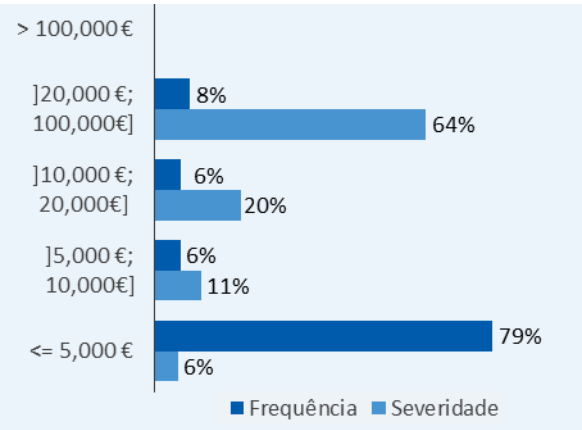
A função de gestão do risco operacional, suportada por uma estrutura exclusivamente dedicada ao acompanhamento deste risco, compreende os seguintes processos:

- Identificação e avaliação dos riscos e controlos através de exercícios de autoavaliação dos processo, riscos e controlos;
- Identificação e avaliação dos riscos operacionais em novos produtos e serviços, nomeadamente de IT, incluindo a necessidade de implementar novos controlos para mitigar os riscos identificados;
- Identificação, análise e reporte de eventos de risco operacional;
- Monitorização do risco através de um conjunto de indicadores de risco selecionados;
- Cálculo dos requisitos de capital de acordo com o Método Padrão.

ANÁLISE DO RISCO OPERACIONAL

Os eventos de risco operacional identificados são reportados de forma a permitir a sua caracterização completa e sistematizada e o controlo das ações de mitigação identificadas. Todos os eventos são classificados de acordo com as Categorias de Risco do Modelo de Avaliação de Riscos do Banco de Portugal, por Linhas de Negócio e Tipologias de Eventos de Basileia.

Distribuição da frequência e severidade dos eventos por escalões individuais de perdas



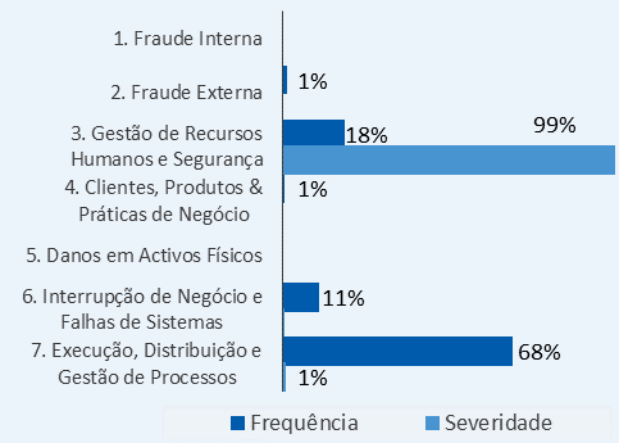
Fonte: Haitong Bank.

Como demonstrado no gráfico acima uma grande maioria dos eventos registados no 1º semestre de 2021 acarretaram perdas inferiores a 5 000 euros (79%).

Seguindo a caracterização de eventos operacionais definida por Basileia, verificamos que em 2020 68% dos eventos operacionais estavam relacionados com Execução, Distribuição e Gestão de Processos, contudo apenas por 1% das perdas reportadas no ano estão associadas a este risco. A tipologia Gestão de Recursos Humanos e Segurança no Trabalho foi a que apresentou perdas mais significativas no exercício, representando 91% do total de perdas de eventos

de risco operacional, tendo esta perdas sido geradas na subsidiária do Banco no Brasil.

Distribuição da frequência e severidade dos eventos por tipo de evento



Fonte: Haitong Bank.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é o risco que resulta da incapacidade, atual ou futura, de uma instituição liquidar as suas responsabilidades à medida que estas se vão vencendo, sem incorrer em custos excessivos.

Práticas de Gestão

A gestão da liquidez e do financiamento é um elemento crítico para persecução dos objetivos estratégicos do Haitong Bank, e constitui, em conjunto com a gestão do capital, um pilar fundamental para assegurar a robustez e resiliência da instituição.

A gestão de liquidez e a estratégia de financiamento do Haitong Bank são da responsabilidade da Comissão Executiva que assegura a gestão da liquidez do Banco de forma integrada, incluindo a tesouraria de todas as entidades do Haitong Bank.

Assente num modelo de organização sólido e, no sentido de dotar o Banco de proteção face a cenários adversos, a gestão do risco de liquidez do Haitong Bank tem como objetivo alcançar uma estrutura adequada de financiamento, tanto ao nível da sua composição, como ao nível do seu perfil de maturidades, através dos seguintes princípios:

- Assegurar a capacidade de cumprir as obrigações atempadamente e a um custo razoável;
- Cumprir os requisitos regulamentares de liquidez em todas as geografias em que o Banco opera;
- Garantir o total alinhamento com o apetite de risco de liquidez e *funding*;
- Disponibilizar um *buffer* de liquidez imediata suficiente para garantir a capacidade de reagir a qualquer evento de stress que possa restringir a capacidade de acesso ao mercado quer em condições normais quer em condições de stress;
- Desenvolver uma base diversificada de investidores e manter o acesso a múltiplas fontes de financiamento, procurando minimizar o custo de financiamento; e
- Desenvolver de forma contínua um quadro interno adequado à identificação, medição, contenção, monitorização e mitigação do risco de liquidez.

POSIÇÃO DE LIQUIDEZ

Rácio de Cobertura de Liquidez

O Rácio de Cobertura de Liquidez previsto na CRD IV (Diretiva 2013/36/UE) foi estabelecido para promover robustez da liquidez de curto-prazo das instituições, medindo a adequabilidade das reservas de ativos líquidos de elevada qualidade (que podem ser facilmente monetizáveis) face às necessidades de liquidez por um período de 30 dias resultantes de um cenário de *stress*.

Em junho de 2021, o Haitong Bank alcançou um rácio de cobertura de liquidez de 266%, o que representa uma posição de liquidez de curto prazo resiliente, cumprindo confortavelmente os requisitos mínimos regulamentares.

Rácio de Cobertura de Liquidez

	junho 2021	*dezembro 2020*
Ativos de Elevada Qualidade	762 461	738 419
Saidas Liquidas a 30 Dias	287 149	285 123
Rácio de Cobertura de Liquidez	266%	259%

Fonte: Haitong Bank.

Net Stable Funding Ratio

O Comité de Supervisão Bancária de Basileia aprovou o Net Stable Funding Ratio (NSFR) em outubro de 2014, no âmbito da reforma regulamentar de Basileia III. O NSFR foi transposto para a legislação da União Europeia pelo Regulamento 2019/876, tendo entrado em vigor a partir de junho de 2021.

O NSFR é uma medida estrutural que procura promover a estabilidade a mais longo prazo, incentivando os bancos a gerir de forma adequada os desfasamentos de maturidades através do financiamento de ativos de longo prazo com passivos de longo prazo.

Em junho de 2021 o Haitong Bank alcançou um NSFR de 180% assegurando assim um perfil de financiamento de médio longo prazo adequado.

NSFR

	junho 2021	*dezembro 2020*
Net Stable Funding Ratio	180%	157%

Fonte: Haitong Bank.

Gestão de Capital

Ao nível da gestão do capital, o Haitong Bank procura assegurar um nível adequado de solvabilidade e rentabilidade de acordo com os objetivos e políticas de apetite de risco definidos pelo Conselho de Administração, sendo por isso um elemento crítico na abordagem da instituição para a sua gestão estável e sustentada.

Práticas de Gestão

As políticas e práticas de gestão do capital são delineadas com vista a cumprir os objetivos estratégicos de negócio e o nível de apetite de risco definido pelo Conselho de Administração. Desta forma, para efeitos da determinação do nível de capital adequado, quer em quantidade, quer em qualidade, o Haitong Bank tem implementado um modelo de gestão de capital que assenta nos seguintes objetivos:

- Permitir o crescimento sustentado da atividade através da geração de capital suficiente para suportar o aumento dos ativos;
- Cumprir os requisitos mínimos definidos pelas entidades de supervisão em termos de adequação de capital; e
- Assegurar o cumprimento dos objetivos estratégicos do Grupo em matéria de adequação de capital e apetite de risco.

Em complemento aos requisitos regulamentares, o Haitong Bank executa periodicamente uma avaliação interna e prospetiva de todos os riscos materiais (incluindo os riscos não cobertos pelo Pilar 1) a que a instituição está exposta, no âmbito da elaboração do exercício ICAAP.

Adicionalmente, como parte integrante do seu processo de gestão de capital, o Haitong Bank desenvolve um Plano de Recuperação que estabelece o protocolo de decisão inerente ao processo de gestão de crises e identifica a lista de ações e estratégias pré-definidas para responder a um evento adverso em termos de capital.

Em complemento aos requisitos regulamentares, o Haitong Bank executa periodicamente uma avaliação interna e prospetiva de todos os riscos materiais (incluindo os riscos não cobertos pelo Pilar 1) a que a instituição está exposta, no âmbito da elaboração do exercício ICAAP.

RÁCIOS REGULAMENTARES DE CAPITAL E DE ALAVANCAGEM

Solvabilidade

Os requisitos regulamentares de capital são determinados pelo Banco de Portugal de acordo com as regras estabelecidas na CRR II (Regulamento (EU) nº 876/2019 que revoga Regulamento (EU) nº 575/2013) e na CRD V (Diretiva 878/2019 que revoga a Diretiva 2013/36/EU). De acordo com estes regulamentos, os requisitos de capital são apurados de forma a atender o nível de risco a que a instituição está exposta, que por sua vez é medido através dos ativos ponderados pelo risco (RWAs – *Risk Weighted Assets*) e pelo grau de alavancagem.

A legislação em vigor contempla um período de transição entre os requisitos de fundos próprios apurados de acordo com a legislação nacional e os calculados de acordo com a legislação comunitária por forma a fasear quer a não inclusão/exclusão de elementos anteriormente considerados (*phased-out*) quer a inclusão/dedução de novos elementos (*phased-in*). O período transitório terminou no final de 2017 para a maioria dos elementos, com exceção da dedução relacionada com os impostos diferidos gerados antes do dia 1 de janeiro de 2014, o ajustamento de transição resultante da implementação da IFRS9 e com a dívida subordinada e instrumentos híbridos não elegíveis como fundos próprios de acordo com a nova regulamentação, cujo período se estende até ao final de 2021.

De acordo com esta estrutura regulatória, os rácios mínimos de capital são 4,5%, 6% e 8% para os fundos próprios principais de nível 1, fundos próprios de nível 1 e fundos próprios totais, respetivamente. Adicionalmente, acresce a estes rácios mínimos a reserva de conservação de capital. A CRD IV permite que a inclusão desta reserva de fundos próprios seja faseada com incrementos de 0,625% por ano até ao valor de 2,5% dos ativos ponderados pelo risco em 1 de janeiro de 2019.

Ainda no contexto das reservas de fundos próprios prevista na CRD IV, o Banco de Portugal decidiu, em novembro de 2016, aplicar uma reserva adicional a seis Bancos portugueses considerados como "Outras Instituições de Importância Sistémica" (O-SII), no âmbito da sua revisão anual da imposição de reservas de fundos próprios, nos termos do n.º 2 do artigo 138.º-R do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF), o Haitong Bank encontra-se fora do âmbito de aplicação desta reserva macro prudencial.

A regulamentação prevê ainda uma nova reserva contra cíclica de fundos próprios que poderá atingir 2,5% (dos fundos próprios principais de nível 1), que pode ser imposta pelo supervisor nacional caso este considere que tal se justifica devido a um crescimento excessivo da atividade creditícia em Portugal. No dia 31 de dezembro de 2020, o Banco de Portugal decidiu pela não aplicação desta reserva contra cíclica de fundos próprios, estabelecendo uma percentagem de 0% do valor total da posição total em risco. Esta decisão está sujeita a reapreciação por parte do supervisor numa base trimestral.

Além das já mencionadas reservas de capital, a partir de 1 de julho de 2018, o Haitong Bank passou a estar sujeito a um requisito complementar específico, determinado e revisto anualmente no âmbito do Processo Anual de Supervisão conduzido pelo Banco de Portugal.

A junho 2021, os rácios de capital do Haitong Bank são calculados de acordo com as regras estabelecidas na CRR II (Regulamento (EU) nº 876/2019 que revoga Regulamento (EU) nº 575/2013) e na CRD V (Diretiva 878/2019 que revoga a Diretiva 2013/36/EU) tanto para período transitório como para o período de Implementação Plena, encontram-se na tabela que se segue.

Rácios de Solvabilidade

	junho 2021	
	Phased-in	***Fully-loaded***
Rácios Fundos Próprios Principais de Nível 1	21,1%	21,0%
Rácios Fundos Próprios de Nível 1	26,2%	26,1%
Rácios Fundos Próprios Totais	26,3%	26,3%

	dezembro 2020	
	Phased-in	***Fully-loaded***
Rácios Fundos Próprios Principais de Nível 1	22,7%	22,6%
Rácios Fundos Próprios de Nível 1	28,4%	28,3%
Rácios Fundos Próprios Totais	28,5%	28,4%

Fonte: Haitong Bank.

A gestão prudente de capital implementada pelo Haitong Bank permitiu o reforço dos níveis de solvabilidade garantindo-lhe uma sólida posição de capital.

Alavancagem

A regulamentação CRRII/CRDV introduziu o rácio de alavancagem não baseado no risco como medida complementar. Este rácio de alavancagem, que compara os fundos próprios de nível 1 com uma medida de exposição, tem como objetivo evitar o acumular de alavancagem excessiva no setor bancário. Assim, o Regulador definiu um limite prévio aos existentes requisitos de capital decorrentes dos ativos ponderados pelo risco, através de uma medida simples e não sensível ao risco.

A junho de 2021 e a dezembro de 2020, os rácios de alavancagem determinados à luz dos métodos Padrão previstos no regime de Basileia III, em período transitório e em implementação plena, encontram-se na tabela que se segue.

V

Rácios de Alavancagem

	junho 2021	***dezembro 2020***
Período Transitório	15,7%	15,6%
Implementação Plena	15,6%	15,5%

Fonte: Haitong Bank

O rácio de alavancagem acima apresentado baseia-se na atual interpretação das regras regulamentares feita pelo Haitong Bank.

RELATÓRIO FINANCEIRO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ÀS CONTAS

1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Demonstração dos Resultados Consolidados dos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(milhares de euros)

	Notas	30.06.2021	30.06.2020
Juros e proveitos similares	5	34 134	31 240
Juros e custos similares	5	18 777	19 158
Margem financeira		**15 357**	**12 082**
Rendimentos de serviços e comissões	6	27 059	22 605
Encargos com serviços e comissões	6	(2 684)	(3 562)
Resultados de instrumentos de negociação	7	(9 009)	(13 510)
Resultados de outros instrumentos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados	8	4 205	106
Resultados de desreconhecimento de activos financeiros ao justo valor através outro rendimento integral	9	54	(60)
Resultados de derivados de cobertura	19	-	1
Resultados de reavaliação cambial	10	408	9 889
Resultados de desreconhecimento de activos financeiros mensurados ao custo amortizado	11	8 994	864
Outros resultados operacionais	12	(274)	(4 062)
Proveitos operacionais		**44 110**	**24 353**
Custos com pessoal	13	17 775	19 045
Gastos gerais administrativos	15	7 681	8 470
Depreciações e amortizações	24 e 25	3 211	3 480
Provisões líquidas de anulações	31	(910)	1 232
Imparidade em activos financeiros	31	9 993	2 876
Custos operacionais		**37 750**	**35 103**
Resultados de associadas	26	-	51
Resultado antes de impostos		**6 360**	**(10 699)**
Impostos			
Correntes	32	3 273	(6 806)
Diferidos	32	(122)	7 632
		3 151	**826**
Resultado de actividades em continuação		**3 209**	**(11 525)**
Resultado líquido do exercício		**3 209**	**(11 525)**
Atribuível aos accionistas do Banco		**2 292**	**(11 738)**
Atribuível aos interesses que não controlam	35	**917**	**213**
		3 209	**(11 525)**
Resultados por acção básicos (em euros)	16	0,01	-0,07
Resultados por acção diluídos (em euros)	16	0,01	-0,07

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

O Director do Departamento Financeiro

O Conselho de Administração

Demonstração do Rendimento Integral Consolidado dos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(milhares de euros)

	30.06.2021	30.06.2020
Resultado líquido do período		
Atribuível aos accionistas do Banco	2 292	(11 738)
Atribuível aos interesses que não controlam	917	213
	3 209	**(11 525)**
Outro rendimento integral do período		
Itens que não serão reclassificados para resultados		
Desvios actuariais líquidos de impostos	6 216	1 341
	6 216	**1 341**
Itens que poderão vir a ser reclassificados para resultados		
Diferenças de câmbio líquidas de impostos		
Diferenças de câmbio resultantes de subsidiárias em moeda estrangeira	7 870	(33 461)
Ganhos/(Perdas) com cobertura de net investment (ver Nota 39)	(697)	18 966
Outro rendimento integral apropriado de associadas	1	(37)
Alterações no justo valor de instrumentos de dívida ao justo valor através outro rendimento integral	1 798	(2 651)
	8 972	**(17 183)**
Total do rendimento integral do período	**18 397**	**(27 367)**
Atribuível aos accionistas do Banco	**16 088**	**(20 553)**
Atribuível aos interesses que não controlam	**2 309**	**(6 814)**
	18 397	**(27 367)**

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

Balanço Consolidado em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(milhares de euros)

	Notas	30.06.2021	31.12.2020
Activo			
Caixa e equivalentes de caixa	17	442 348	494 885
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados		734 511	805 416
Activos financeiros detidos para negociação		706 442	770 119
Títulos	18	623 437	627 057
Instrumentos financeiros derivados	19	83 005	143 062
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados		28 069	35 297
Títulos	20	28 069	35 297
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	20	252 773	160 756
Activos financeiros pelo custo amortizado		1 058 146	996 653
Títulos	20	483 495	461 453
Aplicações em instituições de crédito	21	7 731	115 160
Crédito a clientes	22	566 920	420 040
Derivados de cobertura	19	-	151
Activos não correntes detidos para venda	23	2 199	1 699
Outros activos tangíveis	24	9 660	10 593
Activos intangíveis	25	3 847	4 658
Activos por impostos		119 890	118 189
Activos por impostos correntes	32	23 395	22 490
Activos por impostos diferidos	32	96 495	95 699
Outros activos	27	209 295	208 414
Total de Activo		**2 832 669**	**2 801 414**
Passivo			
Passivos financeiros detidos para negociação		97 896	221 787
Títulos	18	10 832	79 083
Instrumentos financeiros derivados	19	87 064	142 704
Passivos financeiros ao custo amortizado		1 995 524	1 870 363
Recursos de instituições de crédito	28	805 628	577 996
Recursos de clientes	29	1 125 209	1 227 505
Responsabilidades representadas por títulos	30	64 687	64 862
Provisões	31	20 704	20 923
Passivos por impostos		7 477	6 519
Passivos por impostos correntes	32	6 852	5 189
Passivos por impostos diferidos	32	625	1 330
Outros passivos	33	94 582	83 733
Total de Passivo		**2 216 183**	**2 203 325**
Capital Próprio			
Capital	34	844 769	844 769
Prémios de emissão	34	8 796	8 796
Outros instrumentos de capital	34	108 773	108 773
Reservas de reavaliação	35	571	(1 391)
Outras reservas e resultados transitados	35	(369 817)	(383 292)
Resultado líquido do exercício atribuível aos accionistas do Banco		2 292	1 641
Total de Capital Próprio atribuível aos accionistas do Banco		**595 384**	**579 296**
Interesses que não controlam	35	21 102	18 793
Total de Capital Próprio		**616 486**	**598 089**
Total de Passivo e Capital Próprio		**2 832 669**	**2 801 414**

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

O Director do Departamento Financeiro

O Conselho de Administração

Demonstração de Alterações no Capital Próprio Consolidado dos períodos findos em 30 de junho de 2021, 31 de dezembro de 2020 e 30 de junho de 2020

(milhares de euros)

	Capital	Prémios de emissão	Outros instrumentos de capital	Reservas de justo valor	Outras Reservas, Resultados Transitados e Outro Rendimento Integral	Resultado líquido do exercício atribuível aos accionistas do Banco	Capital Próprio atribuível aos accionistas do Banco	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	**844 769**	**8 796**	**108 773**	**468**	**(380 914)**	**7 508**	**589 400**	**26 142**	**615 542**
Outros movimentos registados directamente no capital próprio (ver Notas 35 e 39):									
Alterações de justo valor, líquidas de imposto	-	-	-	(2 357)	-	-	(2 357)	(294)	(2 651)
Outro rendimento integral apropriado de associadas	-	-	-	-	(37)	-	(37)	-	(37)
Diferenças de câmbio, líquidas de imposto	-	-	-	-	(7 762)	-	(7 762)	(6 733)	(14 495)
Desvios actuariais líquidos de impostos	-	-	-	-	1 341	-	1 341	-	1 341
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	(11 738)	(11 738)	213	(11 525)
Total do rendimento integral do período	**-**	**-**	**-**	**(2 357)**	**(6 458)**	**(11 738)**	**(20 553)**	**(6 814)**	**(27 367)**
Constituição de reservas (ver Nota 35)	-	-	-	-	7 508	(7 508)	-	-	-
Saldo em 30 de Junho de 2020	**844 769**	**8 796**	**108 773**	**(1 889)**	**(379 864)**	**(11 738)**	**568 847**	**19 328**	**588 175**
Outros movimentos registados directamente no capital próprio (ver Notas 35 e 39):									
Alterações de justo valor, líquidas de imposto	-	-	-	498	-	-	498	(47)	451
Outro rendimento integral apropriado de associadas	-	-	-	-	400	-	400	-	400
Diferenças de câmbio, líquidas de imposto	-	-	-	-	(1 446)	-	(1 446)	(812)	(2 258)
Desvios actuariais líquidos de impostos	-	-	-	-	(2 382)	-	(2 382)	-	(2 382)
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	13 379	13 379	503	13 882
Total do rendimento integral do período	**-**	**-**	**-**	**498**	**(3 428)**	**13 379**	**10 449**	**(356)**	**10 093**
Constituição de reservas (ver Nota 36)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Variação em Interesse Minoritários	-	-	-	-	-	-	-	(179)	(179)
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	**844 769**	**8 796**	**108 773**	**(1 391)**	**(383 292)**	**1 641**	**579 296**	**18 793**	**598 089**
Outros movimentos registados directamente no capital próprio (ver Notas 35 e 39):									
Alterações de justo valor, líquidas de imposto	-	-	-	1 962	-	-	1 962	(164)	1 798
Outro rendimento integral apropriado de associadas	-	-	-	-	1	-	1	-	1
Diferenças de câmbio, líquidas de imposto	-	-	-	-	5 617	-	5 617	1 556	7 173
Desvios actuariais líquidos de impostos	-	-	-	-	6 216	-	6 216	-	6 216
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	2 292	2 292	917	3 209
Total do rendimento integral do período	**-**	**-**	**-**	**1 962**	**11 834**	**2 292**	**16 088**	**2 309**	**18 397**
Constituição de reservas (ver Nota 35)	-	-	-	-	1 641	(1 641)	-	-	-
Variação em Interesse Minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30 de Junho de 2021	**844 769**	**8 796**	**108 773**	**571**	**(369 817)**	**2 292**	**595 384**	**21 102**	**616 486**

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados dos períodos findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(milhares de euros)

	Notas	30.06.2021	30.06.2020
Fluxos de caixa de actividades operacionais			
Juros e proveitos recebidos		39 769	51 233
Juros e custos pagos		(10 996)	(27 023)
Serviços e comissões recebidas		26 975	23 916
Serviços e comissões pagas		(2 684)	(3 562)
Recuperações de créditos		7 702	864
Pagamentos de caixa a empregados e fornecedores		(30 105)	(29 778)
		30 661	**15 650**
Variação nos activos e passivos operacionais:			
Disponibilidades em Bancos Centrais		306	3 865
Activos e passivos financeiros de negociação		(69 138)	(38 302)
Aplicações em instituições de crédito		106 814	(6 190)
Recursos de instituições de crédito		227 463	173 139
Crédito a clientes		(145 247)	(12 165)
Recursos de clientes e outros empréstimos		(107 681)	(12 619)
Derivados de cobertura		151	(91)
Outros activos e passivos operacionais		22 421	(196 260)
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais, antes de impostos sobre os lucros		**65 750**	**(72 973)**
Impostos sobre os lucros pagos		(2 353)	(1 590)
		63 397	**(74 563)**
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento			
Aquisição de investimentos em subsidiárias e associadas	23	500	-
Alienação de investimentos em subsidiárias e associadas	26	1	-
Compra de investimentos em títulos		(254 525)	(80 324)
Venda e reembolsos de investimentos em títulos		138 707	163 097
Compra de imobilizações		(254)	(1 279)
		(115 571)	**81 494**
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Emissão de obrigações e outros passivos titulados	30	11 241	11 299
Reembolso de obrigações e outros passivos titulados	30	(11 297)	(101 464)
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento		**(56)**	**(90 165)**
Variação líquida em caixa e seus equivalentes		**(52 230)**	**(83 234)**
Caixa e equivalentes no início do exercício		491 314	631 876
Caixa e equivalentes no fim do exercício		439 084	548 642
		(52 230)	**(83 234)**
Caixa e equivalentes engloba:			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	17	420 863	527 802
Disponibilidades em outras instituições de crédito	17	21 486	22 928
(-) Reservas Mínimas	17	(3 265)	(2 088)
Total		**439 084**	**548 642**

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

2. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Haitong Bank, S.A.

NOTA 1 – ACTIVIDADE E ESTRUTURA DO GRUPO

O Haitong Bank, S.A. (Banco ou Haitong Bank) é um banco de investimento com sede em Portugal, na Rua Alexandre Herculano, n.º 38, em Lisboa. Para o efeito possui as indispensáveis autorizações das autoridades portuguesas, bancos centrais e demais agentes reguladores para operar em Portugal e nos países onde actua através de sucursais financeiras internacionais.

A Instituição foi constituída como Sociedade de Investimentos em Fevereiro de 1983 como um investimento estrangeiro em Portugal sob a denominação de FINC – Sociedade Portuguesa Promotora de Investimentos, S.A.R.L.. No exercício de 1986 a Sociedade foi integrada no Grupo Espírito Santo com a designação de Espírito Santo - Sociedade de Investimentos, S.A..

Com o objectivo de alargar o âmbito da actividade, a Instituição obteve autorização dos organismos oficiais competentes para a sua transformação em Banco de Investimento, através da Portaria n.º 366/92 de 23 de Novembro, publicada no Diário da República - II Série – n.º 279, de 3 de Dezembro. O início das actividades de Banco de Investimento, sob a denominação de Banco ESSI, S.A., ocorreu no dia 1 de Abril de 1993.

No exercício de 2000, o Banco Espírito Santo, S.A. adquiriu a totalidade do capital social do BES Investimento de forma a reflectir nas suas contas consolidadas todas as sinergias existentes entre as duas instituições.

Em 3 de Agosto de 2014, na sequência da aplicação pelo Banco de Portugal ao Banco Espirito Santo, S.A. de uma medida de resolução, o Banco passou a ser detido pelo Novo Banco, S.A..

Em Setembro de 2015, a Haitong Internacional Holdings Limited adquiriu a totalidade do capital social do BES Investimento, tendo a denominação social do Banco sido alterada para Haitong Bank, S.A..

Presentemente o Haitong Bank opera através da sua sede em Lisboa e de sucursais em Londres, Varsóvia e Madrid, assim como através das suas subsidiárias no Brasil.

As demonstrações financeiras do Haitong Bank são consolidadas pelo Haitong International Holdings Limited, com sede no Li Po Chun Chambers, n.º 189, Des Voeux Road Central, em Hong Kong.

A estrutura do grupo de empresas nas quais o Banco detém uma participação directa ou indirecta, superior ou igual a 20%, ou sobre as quais exerce controlo ou influência significativa na sua gestão, e que foram incluídas no perímetro de consolidação, apresenta-se como segue:

	Ano constituição	Ano aquisição	Sede	Actividade	% interesse económico	Método de consolidação
Haitong Bank SA	**1983**	**-**	**Portugal**	**Banca**	**100%**	**Integral**
Haitong Capital - SCR, S.A.	1988	1996	Portugal	Capital de risco	100%	Integral
Polish Hotel Company	2004	2021	Polónia	Hotelaria	100%	Activos não correntes detidos para venda
Haitong Banco de Investimento do Brasi	2000	2000	Brasil	Banca de investimento	80%	Integral
FI Multimercado Treasury	2005	2005	Brasil	Fundo de Investimento	80%	Integral
Haitong Negócios S.A.	2004	2004	Brasil	Gestão de activos	80%	Integral
Haitong do Brasil DTVM, SA	2009	2010	Brasil	Gestão de activos	80%	Integral
Haitong Securities do Brasil S.A.	2000	2000	Brasil	Corretagem	80%	Integral

O Haitong Bank iniciou em 2013 um plano de simplificação do seu grupo. No âmbito desse processo foram tomadas diversas medidas, incluindo a alienação e a fusão de diversas participações. O processo de simplificação manteve-se ao longo do primeiro semestre de 2021, sendo as principais alterações à estrutura do grupo apresentadas abaixo.

Subsidiárias

- Em junho de 2021, o Haitong Bank, S.A adquiriu os restantes 50,5% da empresa Polish Hotel, passando a deter 100% da entidade; a empresa encontra-se em desactivação, sendo que a sua actividade será encerrada a partir de 1 de setembro de 2021. Não obstante, o grupo continua activamente à procura de soluções para este activo.

Associadas

- Em maio de 2021 concretizou-se a liquidação do Fundo Espírito Santo IBERIA I por cerca de 1 milhar de euros.

Durante o primeiro semestre de 2021, os movimentos relativos a aquisições, vendas e outros investimentos e reembolsos em empresas subsidiárias e associadas detalham-se como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2021					
	Aquisições			Vendas		
	Valor de aquisição	Outros Investimentos (a)	Total	Valor de venda	Outros Reembolsos (b)	Total
Empresas subsidiárias						
Polish Hotel Company	500	-	500	-	-	-
	500	**-**	**500**	**-**	**-**	**-**
Empresas associadas						
Fundo Espírito Santo IBERIA I			-		1	1
Total	**500**	**-**	**500**	**-**	**1**	**1**

Durante o exercício de 2020, não houve movimentos relativos a aquisições, vendas e outros investimentos e reembolsos em empresas subsidiárias e associadas.

A 28 de Janeiro de 2020 foi aprovada a incorporação da Haitong do Brasil Participações Ltda na Haitong Negócios, SA

NOTA 2 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, e do Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal (revogado pelo Aviso do Banco de Portugal, nº 5/2015), as demonstrações financeiras consolidadas do Haitong Bank, S.A., (Banco, Haitong Bank ou Grupo) são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras consolidadas do Haitong Bank agora apresentadas reportam-se ao período findo em 30 de junho de 2021 e foram preparadas de acordo com os IFRS em vigor tal como adoptados na União Europeia até 30 de junho de 2021. Estas demonstrações financeiras consolidadas intercalares são apresentadas em conformidade com o IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar e não incluem toda a informação requerida para as demonstrações financeiras completas anuais.

O Grupo adoptou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para os períodos que se iniciaram em ou após 1 de Janeiro de 2021. As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente a todas as entidades do Grupo, e são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do período anterior.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados e activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.

Os outros activos financeiros, passivos financeiros e activos e passivos não financeiros são registados ao custo amortizado ou ao custo histórico. Os activos não correntes detidos para venda e activos de unidades em descontinuação são registados ao menor valor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido dos respectivos custos de venda.

A preparação de demonstrações financeiras consolidadas de acordo com os IFRS requer que o Grupo efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou de complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, encontram-se analisadas na Nota 3.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 20 de agosto de 2021.

2.2. Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas reflectem os activos, passivos, proveitos e custos do Haitong Bank e das suas subsidiárias (Grupo ou Grupo Haitong Bank), e os resultados atribuíveis ao Grupo referentes às participações financeiras em empresas associadas.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo, relativamente aos períodos cobertos por estas demonstrações financeiras consolidadas.

Subsidiárias

Subsidiárias são entidades (incluindo fundos de investimento) controladas pelo Grupo. O Grupo controla uma entidade quando tem o poder de dirigir as actividades relevantes da entidade, e está exposto, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre as actividades relevantes dessa entidade (controlo de facto). As demonstrações financeiras das subsidiárias são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas desde a data em que o Grupo adquire o controlo até à data em que o controlo termina.

As perdas acumuladas de uma subsidiária são atribuídas aos interesses que não controlam nas proporções detidas, o que poderá implicar o reconhecimento de interesses que não controlam de valor negativo.

Numa operação de aquisição por etapas (step acquisition) que resulte na aquisição de controlo, qualquer participação minoritária anteriormente detida é reavaliada ao justo valor por contrapartida de resultados aquando do cálculo do *goodwill*. No momento de uma venda parcial, da qual resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação minoritária remanescente retida é reavaliada ao justo valor na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados.

Associadas

São classificadas como associadas todas as empresas sobre as quais o Grupo detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Normalmente é presumido que o Grupo exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, poderá o Grupo exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos órgãos de Administração com poderes executivos.

A existência de influência significativa por parte do Grupo é normalmente demonstrada por uma ou mais das seguintes formas:

- Representação no Conselho de Administração ou órgão de direcção equivalente;
- Participação em processos de definição de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- Transacções materiais entre o Grupo e a participada;
- Intercâmbio de pessoal de gestão;
- Fornecimento de informação técnica essencial.

Os investimentos em associadas são registados nas demonstrações financeiras consolidadas do Banco pelo método da equivalência patrimonial, desde o momento que o Grupo adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina. O valor de balanço dos investimentos em associadas inclui o valor do

respectivo *goodwill* determinado nas aquisições e é apresentado líquido de eventuais perdas por imparidade.

Numa operação de aquisição por etapas (*step acquisition*) que resulte na aquisição de influência significativa, qualquer participação anteriormente detida é reavaliada ao justo valor por contrapartida de resultados aquando da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial.

Quando o valor das perdas acumuladas incorridas por uma associada e atribuíveis ao Grupo iguala ou excede o valor contabilístico da participação e de quaisquer outros interesses de médio e longo prazo nessa associada, o método da equivalência patrimonial é interrompido, excepto se o Grupo tiver a obrigação legal ou construtiva de reconhecer essas perdas ou tiver realizado pagamentos em nome da associada.

Ganhos ou perdas na venda de partes de capital em empresas associadas são registados por contrapartida de resultados mesmo que dessa venda não resulte a perda de influência significativa.

Goodwill

O *goodwill* resultante das aquisições ocorridas até 1 de Janeiro de 2004 encontra-se deduzido aos capitais próprios, conforme opção permitida pelo IFRS 1, adoptada pelo Grupo na data de transição para os IFRS.

As aquisições de empresas subsidiárias e associadas ocorridas no período entre 1 de Janeiro de 2004 e 31 de Dezembro de 2009 foram registadas pelo Grupo pelo método da compra. O custo de aquisição equivalia ao justo valor determinado à data da compra, dos activos e instrumentos de capital cedidos e passivos incorridos ou assumidos, adicionados dos custos directamente atribuíveis à aquisição.

O *goodwill* representava a diferença entre o custo de aquisição da participação assim determinado e o justo valor atribuível aos activos, passivos e passivos contingentes adquiridos.

A partir de 1 de Janeiro de 2010, e conforme o IFRS 3 – *Business Combinations*, o Grupo mensura o goodwill como a diferença entre o justo valor do custo de aquisição da participação, incluindo o justo valor de qualquer participação minoritária anteriormente detida, e o justo valor atribuível aos activos adquiridos e passivos assumidos. Os justos valores são determinados na data de aquisição. Os custos directamente atribuíveis à aquisição são reconhecidos no momento da compra em custos do exercício.

Na data de aquisição, o Grupo reconhece como interesses que não controlam os valores correspondentes à proporção do justo valor dos activos adquiridos e passivos assumidos sem a respectiva parcela de *goodwill*. Assim, o *goodwill* reconhecido nestas demonstrações financeiras consolidadas corresponde apenas à parcela atribuível aos accionistas do Banco.

O *goodwill* positivo é registado no activo pelo seu valor de custo e não é amortizado, de acordo com o IFRS 3 – Concentrações de Actividades Empresariais. No caso de investimentos em associadas, o goodwill está incluído no respectivo valor de balanço determinado com base no método da equivalência patrimonial. O *goodwill* negativo é reconhecido directamente em resultados no período em que a aquisição ocorre.

O valor recuperável do goodwill registado no activo é revisto anualmente, independentemente da existência de sinais de imparidade. As eventuais perdas por imparidade determinadas são reconhecidas na demonstração dos resultados. O valor recuperável corresponde ao maior de entre o valor de uso e o valor de mercado deduzido dos custos de venda. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados com base numa taxa que reflecte as condições de mercado, o valor temporal e os riscos do negócio.

Transacções com interesses que não controlam

A aquisição de interesses que não controlam da qual não resulte uma alteração de controlo sobre uma subsidiária, é contabilizada como uma transacção com accionistas e, como tal, não é reconhecido *goodwill* adicional resultante desta transacção. A diferença entre o custo de aquisição e o valor de balanço dos interesses que não\ controlam adquiridos é reconhecida directamente em reservas. De igual forma, os ganhos ou perdas decorrentes de alienações de interesses que não controlam, das quais não resulte uma perda de controlo sobre uma subsidiária, são sempre reconhecidos por contrapartida de reservas.

Os ganhos ou perdas decorrentes da diluição ou venda de uma parte da participação financeira numa subsidiária, com perda de controlo, são reconhecidos pelo Grupo na demonstração dos resultados.

Transcrição de demonstrações financeiras em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras de cada uma das subsidiárias e associadas do Grupo são preparadas na sua moeda funcional, definida como a moeda da economia onde essas subsidiárias e associadas operam. As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo são preparadas em euros, que é a moeda funcional do Haitong Bank.

As demonstrações financeiras das empresas do Grupo cuja moeda funcional difere do euro são transcritas para euros de acordo com os seguintes critérios:

- Os activos e passivos são convertidos à taxa de câmbio da data do balanço;
- Os proveitos e custos são convertidos com base na aplicação de taxas de câmbio médias do exercício;
- As diferenças cambiais apuradas entre o valor de conversão em euros da situação patrimonial do início do ano e o seu valor convertido à taxa de câmbio em vigor na data do balanço a que se reportam as contas consolidadas são registadas por contrapartida de reservas. Da mesma forma, em relação aos resultados das subsidiárias e empresas associadas, as diferenças cambiais resultantes da conversão em euros dos resultados do exercício, entre as taxas de câmbio utilizadas na demonstração dos resultados e as taxas de câmbio em vigor na data de balanço, são registadas em reservas. Na data de alienação da empresa, estas diferenças são reconhecidas em resultados como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação.

Saldos e transacções eliminadas na consolidação

Saldos e transacções entre empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intra grupo, são eliminados no processo de consolidação, excepto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas contas consolidadas.

Ganhos não realizados resultantes de transacções com entidades associadas são eliminados na proporção da participação do Grupo nas mesmas. Perdas não realizadas são também eliminadas, mas apenas nas situações em que as mesmas não indiciem existência de imparidade.

2.3. Operações em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados.

2.4. Instrumentos financeiros

2.4.1. Classificação de activos financeiros

No reconhecimento inicial, os activos financeiros são classificados numa das seguintes carteiras:

a) Activos financeiros pelo custo amortizado;
b) Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral; ou
c) Activos financeiros ao justo valor através de resultados:
    i. Activos financeiros detidos para negociação
    ii. Activos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados
    iii. Activos financeiros designados ao justo valor através de resultados

A classificação e mensuração dos activos financeiros depende dos resultados do teste SPPI (análise das características dos fluxos contratuais, para concluir se os mesmos correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida) e do modelo de negócio.

a) Activos financeiros pelo custo amortizado

Um activo financeiro é classificado na categoria de "Activos financeiros pelo custo amortizado", quando são cumpridas as duas condições seguintes:

i. é gerido com um modelo de negócio cujo objectivo é manter activos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais, e
ii. as condições contratuais dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida (SPPI).

Nesta rubrica são classificados instrumentos de dívida, essencialmente aplicações em Instituições de Crédito, Crédito a clientes e títulos de dívida.

b) Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Um activo financeiro é classificado na categoria de "Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral", quando são cumpridas as duas condições seguintes:

i. é gerida com um modelo de negócio cujo objectivo combina o recebimento de fluxos de caixa contratuais dos activos financeiros e a sua venda, e
ii. as condições contratuais dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida (SPPI).

Adicionalmente, no reconhecimento inicial de um instrumento de capital, que não seja detido para negociação, nem uma retribuição contingente por um adquirente numa concentração de actividades à qual se aplica a IFRS 3, o Grupo pode optar irrevogavelmente por classificá-lo na categoria de "Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral". Esta opção é exercida numa base casuística, investimento a investimento e apenas está disponível para os instrumentos financeiros que cumpram com

a definição de instrumentos de capital disposta na IAS 32, não podendo ser utilizada para os instrumentos financeiros cuja classificação como instrumento de capital na esfera do emitente seja efectuada ao abrigo das excepções previstas nos parágrafos 16A a 16D da IAS 32. O Banco não adoptou esta opção irrevogável prevista na IAS 32, tendo classificado nesta categoria apenas títulos de dívida.

c) Activos financeiros ao justo valor através de resultados

Um activo financeiro é classificado na categoria de "Activos financeiros ao justo valor através de resultados" se o modelo de negócio definido pelo Grupo para a sua gestão ou devido às características dos seus fluxos de caixa contratuais não sejam apropriados para que sejam classificados nas categorias anteriores.

Adicionalmente, o Grupo pode designar irrevogavelmente um activo financeiro, que cumpra os critérios para ser classificado na categoria de "Activos financeiros pelo custo amortizado" ou de "Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral", ao justo valor através de resultados, no momento do seu reconhecimento inicial, se tal eliminar ou reduzir significativamente uma incoerência na mensuração ou no reconhecimento (accounting mismatch), que de outra forma resultaria da mensuração de activos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas sobre os mesmos em diferentes bases. O Banco não adoptou esta opção irrevogável, tendo classificado nesta categoria:

- activos financeiros na sub-categoria de "Activos financeiros ao justo valor através de resultados - Activos financeiros detidos para negociação", quando:

  i. sejam originados ou adquiridos com o objectivo de serem transaccionados no curto prazo;
  ii. sejam parte de um grupo de instrumentos financeiros identificados e geridos conjuntamente para os quais existe evidência de acções recentes com o objectivo de obter ganhos no curto prazo;
  iii. sejam instrumentos derivados que não cumpram com a definição de contracto de garantia financeira nem tenham sido designados como instrumentos de cobertura.

- activos financeiros na sub-categoria de "Activos financeiros ao justo valor através de resultados- activos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados", quando:

  i. instrumentos de dívida cujos fluxos de caixa não dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que sejam apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida (SPPI).
  ii. instrumentos de capital, que não se classifiquem como detidos para negociação.

Os ganhos e perdas dos activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, isto é, variações de justo valor e juros de derivados de negociação, assim como os dividendos recebidos associados a estas carteiras, são reconhecidos na rubrica de "Resultados de outros instrumentos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados" da demonstração de resultados.

Avaliação do modelo de negócio para a gestão de activos financeiros

Em relação à avaliação do modelo de negócio, esta não depende das intenções para um instrumento individual, mas sim para um conjunto de instrumentos, tendo em consideração a frequência, o valor, o calendário de vendas em exercícios anteriores, os motivos das referidas vendas e as expectativas em relação a vendas futuras. As vendas pouco frequentes ou pouco significativas, ou próximas do vencimento do activo e as motivadas por aumentos do risco de crédito dos activos financeiros ou para gerir o risco de concentração, entre outras, podem ser compatíveis com o modelo de deter activos para receber fluxos de caixa contratuais.

Avaliação das características dos fluxos contratuais dos activos financeiros (SPPI)

Se um activo financeiro contém uma cláusula contratual que pode modificar o calendário ou o valor dos fluxos de caixa contratuais (tais como cláusulas de amortização antecipada ou extensão da duração), o Grupo determina se os fluxos de caixa que serão gerados durante o período de vida do instrumento, devido ao exercício da referida cláusula contratual, são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do capital em dívida.

As condições contratuais dos activos financeiros que, no momento do reconhecimento inicial, tenham um efeito sobre os fluxos de caixa ou dependam da ocorrência de eventos excepcionais ou altamente improváveis (como a liquidação por parte do emissor) não impedem a sua classificação nas carteiras ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral.

Reconhecimento inicial

No momento do reconhecimento inicial todos os instrumentos financeiros serão registados pelo seu justo valor. Para os instrumentos financeiros que não são registados pelo justo valor através de resultados, o justo valor é ajustado adicionando ou subtraindo os custos de transacção directamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. No caso dos instrumentos ao justo valor através de resultados, os custos de transacção directamente atribuíveis são reconhecidos imediatamente em resultados.

Os custos de transacção são definidos como gastos directamente atribuíveis à aquisição ou alienação de um activo financeiro, ou à emissão ou assunção de um passivo financeiro, que não teriam sido incorridos se o Grupo não tivesse efectuado a transacção.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, o Grupo valoriza os activos financeiros ao custo amortizado, ao justo valor através de outro rendimento integral, ao justo valor através de resultados ou ao custo.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (bid-price). Na ausência de cotação, o Banco estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado. Estas metodologias incorporam igualmente o risco de crédito próprio e da contraparte. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

As receitas e despesas de instrumentos financeiros ao custo amortizado são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

a) Os juros são registados em resultados, utilizando a taxa de juro efectiva da transacção sobre o valor contabilístico bruto da transacção (excepto no caso de activos com imparidade, em que a taxa de juro é aplicada sobre o valor contabilístico líquido de imparidade).
b) As restantes alterações de valor serão reconhecidas como receita ou despesa quando o instrumento for desreconhecido do balanço, quando for reclassificado, e no caso de activos financeiros, quando ocorrerem perdas de imparidade ou ganhos de recuperação.

As receitas e despesas de instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

a) As variações no justo valor são registadas directamente em resultados, separando entre a parte atribuível aos rendimentos do instrumento, que se regista como juros ou como dividendos segundo a sua natureza, e o resto, que se regista como resultados na rubrica correspondente.
b) Os juros relativos a instrumentos de dívida são calculados aplicando o método da taxa de juro efectiva.

As receitas e despesas de instrumentos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

a) Os juros têm procedimento igual ao dos activos ao custo amortizado.
b) As diferenças cambiais são reconhecidas em resultados.
c) As perdas por imparidade ou ganhos na sua recuperação são reconhecidas em resultados.
d) As restantes variações de valor são reconhecidas em outro rendimento integral.

Assim, quando um instrumento de dívida é mensurado ao justo valor através de outro rendimento integral, os valores reconhecidos no resultado do período são os mesmos que os que seriam reconhecidos se mensurados pelo custo amortizado.

Quando um instrumento de dívida valorizado ao justo valor através de outro rendimento integral é desreconhecido do balanço, o ganho ou perda registado em outro rendimento integral é reclassificado para o resultado do exercício.

Quando os fluxos de caixa contratuais de um activo financeiro forem renegociados ou de outra forma modificados e a renegociação ou alteração não resulte no desreconhecimento do Activo financeiro em conformidade com a política adoptada pelo Banco, o Banco recalcula o valor bruto do activo financeiro e reconhece um ganho ou uma perda decorrente da diferença face ao anterior custo amortizado em contrapartida de resultados. O valor bruto do activo financeiro é recalculado como o valor actual dos fluxos de caixa contratuais renegociados ou modificados que são descontados à taxa de juro efectiva original do activo.

Reclassificações entre carteiras de instrumentos financeiros

Somente se o Grupo decidisse mudar o seu modelo de negócio para a gestão de uma carteira de activos financeiros, reclassificaria todos os activos financeiros afectados de acordo com os requisitos da IFRS 9. Esta reclassificação seria feita de forma prospectiva a partir da data de reclassificação. De acordo com a abordagem da IFRS 9, geralmente as mudanças no modelo de negócio ocorrem com muito pouca frequência. Os passivos financeiros não podem ser reclassificados entre carteiras.

Política de desreconhecimento

O Banco desreconhece um activo financeiro nas seguintes situações:

a) quando transfere esse activo e, na sequência dessa transferência, todos os riscos e benefícios desse activo são transferidos para outra entidade quando se verifica uma modificação considerada significativa nos termos e condições desse activo;
b) quando se verifica uma modificação considerada significativa nos termos e condições desse activo, ou uma mudança significativa na estrutura dos mutuários dentro do instrumento;
c) quando se verifica uma modificação considerada significativa nos termos e condições desse activo.

Crédito abatido ao activo (Write-off)

O Grupo reconhece um crédito abatido ao activo quando não tem expectativas razoáveis de recuperar um activo na sua totalidade ou parcialmente. Este registo ocorre após todas as acções de recuperação desenvolvidas pelo Grupo se revelarem infrutíferas. Os créditos abatidos ao activo são reconhecidos em contas extrapatrimoniais.

Activos financeiros adquiridos ou originados em imparidade de crédito

Os activos financeiros adquiridos ou originados em imparidade (POCI) são activos que apresentam evidências objectivas de imparidade no momento do seu reconhecimento inicial. Um activo financeiro está em imparidade se um ou mais eventos tiverem ocorrido com um impacto negativo nos fluxos de caixa futuros estimados do activo.

Os dois eventos que levam à origem de uma exposição POCI são apresentados como segue:

- activos financeiros originados na sequência de um processo de recuperação, em que se tenham verificado modificações nos termos e condições do contracto original, o qual apresentava evidências objectivas de imparidade, que tenham resultado no seu desreconhecimento e no reconhecimento de um novo contracto que reflecte as perdas de imparidade incorridas;
- activos financeiros adquiridos com um desconto significativo, na medida em que a existência de um desconto significativo reflecte as perdas de imparidade incorridas no momento do seu reconhecimento inicial.

No reconhecimento inicial, os POCI não têm imparidade. Em vez disso, as perdas de imparidade esperadas ao longo da vida são incorporadas no cálculo da taxa de juro efectiva. Consequentemente, no reconhecimento inicial, o valor contabilístico bruto do POCI (saldo inicial) é igual ao valor contabilístico líquido antes de ser reconhecido como POCI (diferença entre o saldo inicial e o total de cash flows descontados).

Imparidade de activos financeiros

O Grupo determina perdas por imparidade para os instrumentos de dívida que são mensurados ao custo amortizado e ao justo valor através de rendimento integral, bem como para outras exposições que tenham risco de crédito associado tais como garantias bancárias e compromissos assumidos.

Os requisitos da norma IFRS 9 têm como objetivo o reconhecimento de perdas esperadas das operações, avaliadas em base individual e coletiva, tendo em consideração todas as informações razoáveis, fiáveis e devidamente fundamentadas que estejam disponíveis em cada data de reporte, incluindo ainda informação numa perspetiva prospetiva (*forward looking*).

As perdas por imparidade dos instrumentos de dívida que estão mensurados ao custo amortizado são reconhecidas por contrapartida de uma rubrica de imparidades acumuladas de balanço, que reduz o valor contabilístico do ativo. O Grupo reconhece as perdas por imparidade em instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de outros resultados abrangentes contra a reserva de justo valor, pelo que o seu reconhecimento não reduz o valor de balanço dos instrumentos.

As perdas por imparidade das exposições que tenham risco de crédito associado e que não sejam instrumentos de dívida são registadas como uma provisão na rubrica de Provisões no passivo do balanço.

As dotações e reversões são registadas na rubrica de Provisões líquidas de anulações da demonstração de resultados.

Modelo de Imparidade

Nos termos da norma IFRS 9, o Grupo determina as perdas de crédito esperadas (*expected credit losses*, ou ECL) através de um modelo prospetivo, que considera as perdas de crédito ao longo da vida dos instrumentos financeiros. Assim, na determinação da ECL são levados em conta fatores macroeconómicos, assim como outras informações prospetivas, cujas alterações impactam as perdas esperadas.

Os instrumentos sujeitos a imparidade são classificados em três estágios tendo em consideração a evolução do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, conforme segue:

- Estágio 1 – *Performing*: ativos financeiros para os quais não se verificou um aumento significativo do risco de crédito desde o momento de reconhecimento inicial. Neste caso, a imparidade refletirá perdas de crédito esperadas resultantes de eventos de incumprimento que poderão ocorrer nos 12 meses seguintes à data de reporte;

- Estágio 2 – *Under Performing*: ativos financeiros para os quais ocorreu um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, mas para os quais ainda não existe evidência objetiva de imparidade. Neste caso, a imparidade refletirá as perdas de crédito esperadas resultantes de eventos de incumprimento que poderão ocorrer ao longo do período de vida residual esperado do instrumento;

- Estágio 3 – *Non Performing*: ativos financeiros para os quais existe evidência objetiva de imparidade como resultado de eventos que resultaram em perdas de crédito. Neste caso, o montante de imparidade refletirá as perdas de crédito esperadas ao longo do período de vida residual esperado do instrumento.

O modelo coletivo de imparidade implementado pelo Grupo é aplicável a todos os instrumentos financeiros classificados em Estágio 1, que não apresentem quaisquer sinais de alerta (classificados em Estágio 1), e para determinar as perdas mínimas de crédito esperadas ao longo da vida útil dos contratos no caso de exposições com aumento significativo de risco de crédito desde o reconhecimento inicial, mas para os quais não existe evidência objetiva de imparidade (classificados em Estágio 2).

Adicionalmente, os vinte maiores devedores empresariais (*corporate)* do Grupo são sujeitos anualmente à análise individual, com vista à confirmação de que não apresentam sinais de alerta prévios que possam suscitar a transferência para Estágio 2.

As exposições em Estágio 2 são analisadas individualmente, confirmando-se que não se verificam os elementos indicativos de reduzida probabilidade de pagamento do devedor e os eventos considerados pela CRR (*Capital Requirements Regulation*) na definição de incumprimento e pela norma IFRS 9 na definição de instrumentos financeiros em situação de imparidade, o que poderia suscitar a transferência para Estágio 3. As exposições que se confirme a sua adequada classificação em Estágio 2 ficam sujeitas à aplicação de uma taxa de imparidade correspondente ao período de vida previsto do instrumento financeiro, através da utilização de um modelo de imparidade coletiva *lifetime*, determinando a taxa de imparidade mínima em instrumentos financeiros. Todos os clientes em Estágio 3 são sujeitos a análise individual de imparidade.

No momento do seu reconhecimento inicial, os instrumentos são alocados em Estágio 1, exceto para instrumentos originados ou adquiridos com evidência objetiva de imparidade (*Purchased or originated credit impaired* - "POCI"), que são alocados no Estágio 3. Nas datas de reporte subsequentes, é realizada uma avaliação da alteração do risco de crédito durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Uma mudança no risco de crédito pode resultar numa transferência de Estágio 1 para o Estágio 2 ou Estágio 3. Enquanto o risco de crédito de um instrumento financeiro for baixo, ou não tiver sofrido um aumento significativo desde o momento de reconhecimento inicial, mantém-se em Estágio 1 com uma perda de crédito esperada a 12 meses. Caso contrário, se se verificar um incremento significativo do risco de crédito face ao momento de reconhecimento inicial, procede-se a uma transferência para Estágio 2 e, consequentemente, ao reconhecimento da perda de crédito esperada durante o período de vida residual do instrumento. A transferência para Estágio 3 ocorre mediante uma evidência objetiva de imparidade.

No momento em que um instrumento financeiro deixa de ser considerado como tendo evidência objetiva de imparidade (Estágio 3), é reclassificado para Estágio 2. É assumido que, quando um ativo financeiro recupera de Estágio 3, continua a evidenciar um aumento significativo no risco de crédito desde o momento de reconhecimento inicial e, portanto, deve ser reconhecido em Estágio 2. A partir dessa data, a imparidade continuará a ser reconhecida com base em perdas de crédito esperadas durante o período de vida residual do instrumento.

Foi estabelecido um período de quarentena para os instrumentos financeiros que deixem de estar classificados em Estágio 3, o qual está definido como 3 meses desde que o devedor deixa de apresentar incumprimento de crédito material superior a 90 dias, se aplicável, e sem indícios de reduzida probabilidade de pagamento. No entanto, o período de quarentena para exposições reestruturadas por dificuldades financeiras é mais longo (12 meses). Refira-se ainda que as exposições reestruturadas por dificuldades financeiras devem cumprir um período mínimo de 24 meses para serem reclassificadas para Estágio 1.

A Nota 39 – Gestão dos Riscos de Atividade revela os inputs do modelo de imparidade coletiva do Grupo, bem como os ajustamentos realizados para incorporação de informação prospetiva.

Cálculo das Perdas de Crédito Esperadas

De acordo com a norma IFRS 9, a perda de crédito esperada para ativos financeiros é o valor presente da diferença entre (1) os fluxos de caixa contratuais que são devidos a uma entidade ao abrigo do contrato, e (2) os fluxos de caixa que a entidade espera receber.

É necessário reconhecer imparidade para ativos financeiros mensurados com base no custo amortizado (AC) ou ao justo valor através de outro rendimento integral (FVOCI). Assim sendo, os tipos de ativos financeiros para os quais deve ser constituída imparidade serão os seguintes:

- Empréstimos e adiantamentos a clientes;
- Aplicações em instituições de crédito;
- Instrumentos de dívida;
- Devedores e outras contas a receber;
- Caixa e equivalentes de caixa.

Adicionalmente, de acordo com a norma IFRS 9, o Grupo inclui no cálculo das perdas de crédito esperadas as garantias prestadas e compromissos assumidos, bem como outros ativos.

As perdas de crédito esperadas são estimativas de perdas de crédito determinadas da seguinte forma:

- Ativos financeiros sem sinais de imparidade na data de reporte (Estágio 1 – *Performing*): correspondem às perdas de crédito esperadas que resultem de um evento de *default* que poderá ocorrer num período de 12 meses após a data de reporte (perdas de crédito esperadas a 12 meses).

- Ativos financeiros com um aumento significativo do risco de crédito ou com imparidade na data de reporte (Estágio 2 – *Under Performing* e Estágio 3 – *Non Performing*): correspondem às perdas de crédito esperadas *lifetime* apuradas mediante cálculo da diferença entre o valor contabilístico bruto e a perda dado o incumprimento, ponderada pela probabilidade de incumprimento no caso das exposições classificadas em Estágio 2.

- Compromissos de crédito não utilizados e garantias financeiras: o montante dos compromissos de crédito não utilizados ou das garantias financeiras à data de referência multiplicado pelo fator de conversão de crédito, probabilidade de incumprimento e a perda dado o incumprimento;

Aumento significativo do risco de crédito

No âmbito da norma IFRS 9, de forma a determinar se ocorreu um aumento significativo de risco de crédito desde o momento de reconhecimento inicial do instrumento financeiro, o Grupo considera toda a informação relevante e que se encontre disponível sem implicar custos ou esforços indevidos.

O Grupo identifica a ocorrência de um aumento significativo de risco de crédito de uma exposição através de três abordagens: (i) comparação entre o rating atual e o rating no momento de reconhecimento inicial do contrato, considerando-se uma deterioração igual ou superior a quatro notches (ii) identificação de sinais de alerta definidos internamente *(warning signals*) e (iii) avaliação de sinais de alerta prévios (*early warning signals*), a fim de detetar eventos e/ou circunstâncias que possam indicar um aumento significativo do risco de crédito (*significant increase in credit risk* ou "SICR").

Os sinais de alerta internos são os seguintes: (i) clientes com crédito vencido há mais de 30 dias; (ii) clientes em disputa na Central de Risco de Crédito (CRC) do Banco de Portugal; (iii) exposições reestruturadas por dificuldades financeiras do devedor (sem indícios de reduzida probabilidade de pagamento); (iv) dívidas à Administração Fiscal, Segurança Social e/ou a empregados, em situação de incumprimento; (v) clientes com sinais de alerta ativados nos últimos três meses; e (vi) outras situações pontuais/excecionais (*ad-hoc*). O Grupo identifica o aumento significativo de risco de crédito nas seguintes circunstâncias: (a) todos os devedores com um dos *triggers* (i), (iii), (v) e (vi) ativados; e (b) devedores com *triggers* (ii) e (iv) ativados simultaneamente.

A avaliação de sinais de alerta prévios inclui a revisão anual em sede de Comité de Imparidade e Comissão Executiva das 20 maiores exposições produtivas, com o intuito de confirmar que os clientes mais significativos não demonstram qualquer sinal de alerta que provoque uma reclassificação para Estágio 2.

O Grupo implementou o procedimento de preparar trimestralmente para clientes classificados em Estágio 1 um questionário denominado "*Questionário Early Warning Signals*" que visa identificar de forma tempestiva indicadores de aumento significativo de risco de crédito e, para clientes classificados em Estágio 1 e 2, o referido questionário permite ainda identificar de forma tempestiva indicadores que possam traduzir uma reduzida probabilidade de pagamento do devedor cumprir na integra as suas obrigações de crédito, indiciando créditos em situação de imparidade.

De acordo com os procedimentos internos definidos pelo Grupo, quando existe um aumento significativo no risco de crédito de um devedor, os instrumentos financeiros são sujeitos a análise individual de imparidade, confirmando-se que não se verificam os elementos indicativos de reduzida probabilidade de pagamento do devedor e os eventos considerados pela CRR na definição de incumprimento e pela norma IFRS 9 na definição de instrumentos financeiros em situação de imparidade, o que poderia suscitar a transferência para Estágio 3. As exposições que se confirme a sua adequada classificação em Estágio 2 ficam sujeitas à aplicação de uma taxa de imparidade correspondente ao período de vida previsto do instrumento,

através da utilização de um modelo de imparidade coletiva *lifetime*, determinando a taxa de imparidade mínima em instrumentos financeiros.

Definição de incumprimento

No âmbito da norma IFRS 9, o Grupo considera os seus ativos financeiros como estando em incumprimento aplicando a mesma definição usada para efeitos prudenciais. Assim, o Grupo Haitong Bank define incumprimento quando se verifica pelo menos um dos seguintes critérios: 1) exposições materialmente relevantes vencidas há mais de 90 dias; 2) não ser provável o reembolso integral das obrigações de crédito do cliente, sem execução de garantias; e 3) quando 20% da exposição a um devedor está em incumprimento, a restante exposição é classificada em situação de incumprimento (*pulling effect).*

São considerados os seguintes critérios para identificar a existência de indícios de reduzida probabilidade de pagamento: i) reestruturações urgentes; ii) clientes com crédito abatido ao ativo (capital e juros); iii) venda de obrigação de crédito com perda económica materialmente relevante (superior a 5%); iv) colocação do devedor em situação de falência e/ou processo de insolvência; v) quando os juros deixam de ser reconhecidos na demonstração de resultados do grupo (em todo ou parte); e vi) outras condições (*ad-hoc*) que possam sugerir uma reduzida probabilidade de pagamento do devedor.

A definição de incumprimento adotada pelo Grupo cumpre com o artigo 178º do Regulamento (UE) n.º 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, quanto aos requisitos prudenciais para as instituições de crédito e empresas de investimento, incluindo a definição da Autoridade Bancária Europeia (“EBA”) para exposições não produtivas ("NPE"), de acordo com o relatório final sobre a aplicação da definição de incumprimento (EBA/GL/2016/07).

Definição de exposições diferidas

A definição interna de exposições diferidas, i.e., que foram objeto de medidas de reestruturação por dificuldades financeiras do devedor (forbearance) segue as orientações do Banco Central Europeu (BCE), que consiste na necessidade em estabelecer acordos com um devedor que esteja a enfrentar, ou prestes a enfrentar, dificuldades em cumprir com os seus compromissos financeiros (“dificuldades financeiras”). Uma exposição só pode ser tratada como diferida (forborne) se o devedor estiver a atravessar dificuldades financeiras que tenham levado o Banco a fazer algum tipo de concessão.

Uma concessão pode envolver uma perda para o Banco e deve referir-se a uma das seguintes ações:

i. uma alteração aos termos e condições anteriores de um contrato aos quais o devedor é considerado incapaz de cumprir devido a dificuldades financeiras que resultam em capacidade insuficiente de obedecer ao serviço da dívida e que não seria concedida se o devedor não estivesse a enfrentar tais dificuldades;
ii. um refinanciamento total ou parcial de um contrato de dívida problemático, que não teria sido concedido se o devedor não estivesse a enfrentar dificuldades financeiras.

Ao conceder medidas de reestruturação a exposições produtivas com aumento significativo do risco de crédito, o Banco avalia se essas medidas podem levar a uma reclassificação dessa exposição para não produtiva, estando essa avaliação sujeita ao cumprimento das seguintes condições:

a) caso a diferença entre o valor atual líquido dos fluxos de caixa antes e depois do acordo de reestruturação exceda um determinado limite (1%), a exposição passa a ser considerada como não produtiva;

b) caso se apliquem outros indicadores que possam suscitar uma reduzida probabilidade de pagamento do devedor.

A definição de exposições diferidas seguida pelo Grupo acompanha as orientações sobre créditos não produtivos dirigidas a instituições de crédito publicadas pelo Banco Central Europeu em março de 2017, as quais abordam o conceito de exposições diferidas, bem como a identificação oportuna e apropriada de exposições diferidas divulgada na Carta Circular CC/2018/00000062 do Banco de Portugal (de Novembro de 2018), a qual aborda os critérios de referência para mensuração de perdas de crédito esperadas no contexto da aplicação da norma IFRS 9.

2.4.2. Contabilidade de cobertura

O Grupo designa derivados e outros instrumentos financeiros para cobertura do risco de taxa de juro e risco cambial resultantes de atividades de financiamento e de investimento. Os derivados que não se qualificam para contabilidade de cobertura são registados como de negociação.

Os derivados de cobertura são registados ao justo valor e os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adoptado pelo Grupo. Uma relação de cobertura existe quando:

- à data de início da relação existe documentação formal da cobertura;
- se espera que a cobertura seja altamente efectiva;
- a efectividade da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- a cobertura é avaliada numa base contínua e efectivamente determinada como sendo altamente efectiva ao longo do período de relato financeiro;
- em relação à cobertura de uma transacção prevista, esta é altamente provável e apresenta uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia em última análise afectar os resultados.

Quando um instrumento financeiro derivado é utilizado para cobrir variações cambiais de elementos monetários activos ou passivos, não é aplicado qualquer modelo de contabilidade de cobertura. Qualquer ganho ou perda associado ao derivado é reconhecido em resultados do período, assim como as variações do risco cambial dos elementos monetários subjacentes.

Efectividade de cobertura

Para que uma relação de cobertura seja classificada como tal de acordo com a IFRS 9, deve ser demonstrada a sua efectividade. Assim, o Grupo executa testes prospectivos na data de início da relação de cobertura, quando aplicável, e testes retrospectivos de modo a demonstrar em cada data de balanço a efectividade das relações de cobertura, demostrando que as variações do justo valor do instrumento de cobertura são cobertas por variações de justo valor do elemento coberto na parcela atribuída ao risco coberto. Qualquer imperfectividade apurada é reconhecida em resultados no momento em que ocorre.

Cobertura de um investimento líquido numa entidade estrangeira

A cobertura de um investimento líquido numa entidade estrangeira é contabilizada de forma similar à cobertura de fluxos de caixa. A cobertura é efectuada através de um instrumento cambial forward. Os ganhos e perdas cambiais resultantes do instrumento de cobertura são reconhecidos em capitais próprios na parte efectiva da relação de cobertura. A parte inefectiva é reconhecida em resultados do período. Os ganhos e perdas cambiais acumulados relativos ao investimento e à respectiva operação de cobertura

registados em capitais próprios são transferidos para resultados do exercício no momento da venda da entidade estrangeira, como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação.

2.4.3. Passivos financeiros

Classificação, reconhecimento inicial e mensuração subsequente

No momento do seu reconhecimento inicial, os passivos financeiros são classificados numa das seguintes categorias:

- Passivos financeiros ao custo amortizado;
- Passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

Passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Classificação

Os passivos financeiros classificados na categoria de "Passivos financeiros ao justo valor através de resultados" incluem:

a) Passivos financeiros detidos para negociação

Nesta rubrica são classificados os passivos emitidos com o objectivo de recompra no curto prazo, os que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados e para os quais exista evidência de um padrão recente de tomada de lucros no curto prazo ou que se enquadrem na definição de derivado.

b) Passivos financeiro designados ao justo valor através de resultados ("Fair Value Option")

O Grupo pode designar irrevogavelmente um passivo financeiro ao justo valor através de resultados, no momento do seu reconhecimento inicial, se for cumprida pelo menos uma das seguintes condições:

- o passivo financeiro é gerido, avaliado e reportado internamente ao seu justo valor; ou
- a designação elimina ou reduz significativamente o "mismatch" contabilístico das transacções.

Os produtos estruturados emitidos pelo Grupo, por se enquadrarem sempre numa das situações acima descritas, seguem o método de valorização dos passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

O justo valor dos passivos financeiros cotados é o seu valor de cotação. Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando metodologias de avaliação considerando pressupostos baseados em informação de mercado, incluindo na determinação do próprio risco de crédito da entidade do Grupo emitente.

Caso o Grupo recompre dívida emitida esta é anulada do balanço consolidado e a diferença entre o valor de balanço do passivo e o valor de compra é registada em resultados.

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Considerando que as transacções efectuadas pelo Grupo no decurso normal da sua actividade são em condições de mercado, os passivos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, com os custos ou proveitos associados às transacções reconhecidos em resultados no momento inicial.

As variações subsequentes de justo valor destes passivos financeiros são reconhecidas da seguinte forma:

- a variação do justo valor atribuível a alterações do risco de crédito do passivo é reconhecida em outro rendimento integral;
- o valor remanescente da variação no justo valor é reconhecido em resultados.

A periodificação dos juros e do prémio/desconto (quando aplicável) é reconhecida na rubrica de "Juros e custos equiparados" com base na taxa de juro efectiva de cada transacção.

Passivos financeiros ao custo amortizado

Classificação

Os passivos que não foram classificados ao justo valor através de resultados são mensurados ao custo amortizado.

A categoria de "Passivos financeiros ao custo amortizado" inclui Recursos de instituições de crédito, Recursos de clientes e Responsabilidades representadas por títulos.

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os passivos financeiros ao custo amortizado são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, acrescido dos custos de transacção, e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado. Os juros dos passivos financeiros ao custo amortizado são reconhecidos na rubrica de "Juros e custos equiparados", com base no método da taxa de juro efectiva.

Reclassificação entre categorias de passivos financeiros

Não são permitidas reclassificações de passivos financeiros.

Desreconhecimento de passivos financeiros

O Grupo procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados ou extintos.

2.4.4. Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros activos e passivos mensurados ao custo amortizado são reconhecidos nas rubricas de “Juros e proveitos similares” ou “Juros e custos similares” (margem financeira), pelo método da taxa de juro efectiva. Os juros à taxa efectiva de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral também são reconhecidos em margem financeira.

A taxa de juro efectiva corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro (ou, quando apropriado, por um período mais curto) para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

Para a determinação da taxa de juro efectiva, o Grupo procede à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando eventuais perdas por imparidade. O cálculo inclui as comissões pagas ou recebidas consideradas como parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios ou descontos directamente relacionados com a transacção, excepto para activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

Os proveitos com juros reconhecidos em resultados associados a contractos classificados no stage 1 ou stage 2 são apurados aplicando a taxa de juro efectiva de cada contracto sobre o seu valor de balanço bruto. O valor de balanço bruto de um contracto é o seu custo amortizado, antes da dedução da respectiva

imparidade. Para os activos financeiros incluídos no stage 3, os juros são reconhecidos em resultados com base no seu valor de balanço líquido (deduzido de imparidade). O reconhecimento de juros é realizado sempre de forma prospectiva, i.e. para activos financeiros que entrem em stage 3 os juros são reconhecidos sobre o custo amortizado (líquido de imparidade) nos períodos subsequentes.

Para activos financeiros originados ou adquiridos em imparidade de crédito (POCI) a taxa de juro efectiva reflecte as perdas de crédito esperadas na determinação dos fluxos de caixa futuros expectáveis a receber do activo financeiro.

2.4.5. Garantias financeiras

São considerados como garantias financeiras os contractos que requerem que o seu emitente efectue pagamentos com vista a compensar o detentor por perdas incorridas decorrentes de incumprimentos dos termos contratuais de instrumentos de dívida, nomeadamente o pagamento do respectivo capital e/ou juros.

As garantias financeiras emitidas são inicialmente reconhecidas pelo seu justo valor. Subsequentemente estas garantias são mensuradas pelo maior (i) do justo valor reconhecido inicialmente e (ii) do montante de qualquer obrigação decorrente do contracto de garantia, mensurada à data do balanço. Qualquer variação do valor da obrigação associada a garantias financeiras emitidas é reconhecida em resultados.

As garantias financeiras emitidas pelo Grupo normalmente têm maturidade definida e uma comissão periódica cobrada antecipadamente, a qual varia em função do risco de contraparte, montante e período do contracto. Nessa base, o justo valor das garantias na data do seu reconhecimento inicial é aproximadamente nulo tendo em consideração que as condições acordadas são de mercado. Assim, o valor reconhecido na data da contratação iguala o montante da comissão inicial recebida a qual é reconhecida em resultados durante o período a que diz respeito. As comissões subsequentes são reconhecidas em resultados no período a que dizem respeito.

2.5. Activos cedidos com acordo de recompra e empréstimo de títulos

Títulos vendidos com acordo de recompra (*repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desreconhecidos do balanço. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições de crédito ou a clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Títulos comprados com acordo de revenda (*reverse repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço, sendo o valor de compra registado como empréstimos a outras instituições de crédito ou clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de compra e o valor de revenda é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo não são desreconhecidos do balanço, sendo classificados e valorizados em conformidade com a política contabilística aplicável. Os títulos recebidos através de acordos de empréstimo não são reconhecidos no balanço.

2.6. Instrumentos de capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio:

i. se não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro a uma outra entidade, ou de trocar activos financeiros ou

passivos financeiros com outra entidade em condições potencialmente desfavoráveis para o emitente;

ii. se o instrumento for ou puder ser liquidado nos instrumentos de capital próprio do próprio emitente, é um não derivado que não inclui qualquer obrigação contratual para o emitente de entregar um número variável dos seus próprios instrumentos de capital próprio, ou um derivado que será liquidado apenas pelo emitente trocando uma quantia fixa em dinheiro ou outro activo financeiro por um número fixo dos seus próprios instrumentos de capital próprio.

Custos directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transacção.

As distribuições efectuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

2.7. Compensação de instrumentos financeiros

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.8. Activos não correntes detidos para venda e activos de unidades em descontinuação

Activos não correntes ou grupos de activos não correntes detidos para venda (grupo de activos a alienar em conjunto numa só transacção, e passivos directamente associados que incluem pelo menos um activo não corrente) e operações descontinuadas são classificados como detidos para venda quando existe a intenção de efectuar uma transacção de venda (incluindo os adquiridos exclusivamente com o objectivo da sua venda), os activos ou grupos para alienação estiverem disponíveis para venda imediata e a venda for altamente provável, de acordo com o definido na IFRS 5. Para que a venda seja altamente provável, o Grupo deve dispor de um plano aprovado pelo órgão de administração adequado, bem como deve ser expectável que a venda se qualifique para desreconhecimento como venda concluída até um ano após a data da classificação.

Imediatamente antes da classificação inicial do activo (ou grupo para alienação) como detido para venda, a mensuração dos activos não correntes (ou de todos os activos e passivos do Grupo) é efectuada de acordo com os IFRS aplicáveis. Subsequentemente, estes activos ou grupos para alienação são remensurados ao menor valor entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda.

2.9. Outros activos tangíveis

Os outros activos tangíveis do Grupo encontram-se valorizados ao custo deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. O custo inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes com os outros activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos outros activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que reflectem a vida útil esperada dos bens.

	Número de anos
Imóveis de serviço próprio	35 a 50
Beneficiações em imóveis arrendados	5 a 10
Equipamento informático	3 a 8
Instalação de interiores	5 a 12
Mobiliário e material	3 a 10
Equipamento de segurança	4 a 10
Máquinas e ferramentas	4 a 10
Material de transporte	4 a 5
Outro equipamento	5

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

2.10. Activos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Grupo necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos, a qual se situa normalmente entre 3 a 8 anos.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

2.11. Contratos de locação (IFRS 16)

Conforme estabelecido na IFRS 16, no início de um contracto, o Grupo avalia se é ou contém uma locação. Um contracto é, ou contém, uma locação se transmitir o direito de controlar o uso de um activo identificado por um período de tempo em troca de uma prestação. Para avaliar se um contracto transmite o direito de controlar o uso de um activo identificado, o Grupo avalia se:

- o contracto envolve o uso de um activo identificado – este activo poderá ser explicita ou implicitamente especificado, e deve ser fisicamente distinto ou representar substancialmente toda a capacidade de um activo fisicamente distinto. Se o locador detiver um direito de substituição relevante, então o activo não é identificado;
- o Grupo tem o direito de obter a maioria dos benefícios económicos do uso do activo durante o período contratado; e
- o Grupo tem o direito de direccionar o uso do activo. O Banco tem esse direito quando possui os direitos de decisão que são mais relevantes para alterar como e para que finalidade o activo é usado. Em casos

raros em que a decisão sobre como e para que finalidade o activo é usado é predeterminada, o Grupo tem o direito de direccionar o uso do activo se:

- o Grupo tem o direito de operar o activo; ou

- o Grupo desenhou o activo de uma maneira que predetermina como e com que finalidade o mesmo irá ser usado.

Esta política é aplicada aos contractos celebrados, ou alterados, em ou após 1 de Janeiro de 2019.

Conforme previsto na IFRS 16, o Grupo optou por não aplicar os requisitos desta norma aos contractos de locação a curto prazo, menor ou igual a um ano, e aos contractos de locação em que o activo subjacente tenha baixo valor (até 5 000 €).

Como locatário

O Grupo reconhece um activo de direito de uso e um passivo de locação na data de início da locação. O activo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor inicial do passivo de locação ajustado por quaisquer pagamentos feitos até a data de início, adicionado de quaisquer custos directos iniciais incorridos e uma estimativa de custos para desmontar e remover o activo subjacente ou para restaurar o Activo subjacente ou o local no qual está localizado, menos quaisquer incentivos de locação recebidos.

O activo de direito de uso é subsequentemente depreciado usando o método linear desde a data de início até ao fim da vida útil do activo de direito de uso ou o término do prazo da locação. As vidas úteis estimadas dos activos de direito de uso são determinadas na mesma base das propriedades e equipamentos. Adicionalmente, o activo do direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por imparidade, se aplicável, e ajustado para remensurações efectuadas ao passivo de locação.

O passivo de locação é mensurado, na data de início de um contracto, ao valor presente dos pagamentos da locação que não são efectuados nessa data. Os pagamentos da locação deverão ser descontados usando a taxa de juro implícita do contracto de locação ou, se essa taxa não puder ser imediatamente determinada, a taxa incremental de financiamento do Banco. Geralmente, o Banco usa a taxa incremental de financiamento do Banco como taxa de desconto.

Os pagamentos incluídos na mensuração do passivo de locação compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos em substância;
- pagamentos variáveis de renda que dependam de um índice ou taxa, inicialmente mensurados usando o índice ou taxa na data de início;
- valores esperados de serem pagos sob uma garantia de valor residual; e
- o preço de exercício sob uma opção de compra de que o Banco está razoavelmente certo de exercer, pagamentos de locação num período de renovação opcional se o Banco tiver razoável certeza de exercer uma opção de extensão e multas pela rescisão antecipada de um arrendamento a menos que o Banco esteja razoavelmente certo de não terminar mais cedo.

O passivo de locação é mensurado pelo custo amortizado usando o método de taxa de juro efectiva. É reavaliado quando há uma mudança nos pagamentos futuros de rendas de locação decorrentes de uma alteração em um índice ou taxa, se houver uma mudança na estimativa do Banco do montante esperado a ser pago sob uma garantia de valor residual, ou se o Banco alterar sua avaliação da possibilidade de exercer

uma opção de compra, extensão ou rescisão.

Quando o passivo de locação é reavaliado dessa forma, um ajuste correspondente é feito no valor contabilístico do activo de direito de uso, ou é registado no resultado se o valor contabilístico do activo de direito de uso tiver sido reduzido para zero.

Locações de activos de curto prazo e baixo valor

O Grupo optou por não reconhecer os activos de direito de uso e os passivos de locação de bens que tenham prazo de locação de 12 meses ou menos e locações de activos de baixo valor, incluindo equipamentos de informática. O Grupo reconhece os pagamentos da locação associados a esses contractos como despesa de forma linear durante o período da locação.

Como locador

Quando o Banco actua como locador, determina, no início do contracto, se se trata de uma locação financeira ou uma locação operacional.

Para classificar cada locação, o Banco avalia globalmente se a locação transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do Activo subjacente. Se esse for o caso, a locação é uma locação financeira; se não, trata-se de uma locação operacional. Como parte dessa avaliação, o Banco considera alguns indicadores, tais como se a locação compreende a maior parte da vida económica do activo.

Quando o Banco é um locador intermediário, contabiliza os seus interesses na locação principal e na sublocação separadamente. Ele avalia a classificação de locação de uma sublocação com referência ao activo de direito de uso proveniente da locação principal, e não com referência ao activo subjacente. Se uma locação principal for uma locação de curto prazo à qual o Banco aplica a isenção descrita acima, ele classificará a sublocação como uma locação operacional.

Se um acordo contiver componentes de locação e de não locação, o Banco aplicará a IFRS 15 para alocar os montantes contratuais.

O Banco reconhece os pagamentos de locação recebidos sob locações operacionais como receita numa base linear durante o período de locação, como parte de "outras receitas". As políticas contabilísticas aplicáveis ao Banco como locador no período comparativo não são diferentes da IFRS 16. No entanto, quando o Banco se trata de um locador intermediário, as sublocações são classificadas com referência ao activo subjacente.

2.12. Benefícios aos empregados

Pensões

Portugal

Decorrente da assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) e subsequentes alterações decorrentes dos 3 acordos tripartidos, conforme referido na nota 14, foram constituídos fundos de pensões e outros mecanismos tendo em vista assegurar a cobertura das responsabilidades assumidas com pensões de reforma por velhice, invalidez, sobrevivência e ainda por cuidados médicos.

A cobertura das responsabilidades é assegurada, para o Banco, através de fundos de pensões geridos pela GNB - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA.

Em Portugal, existem dois planos de pensões de benefícios definidos. Um plano que decorre do ACT do

sector bancário e previsto nas cláusulas 94ª a 103ª do mesmo acordo; e um plano de pensões complementar, que vigorou para os respectivos participantes e beneficiários, até 30 de dezembro de 2020 e que se mantém, a partir desta data, exclusivamente para os respetivos beneficiários e eventuais futuros beneficiários, por morte daqueles. Os planos de pensões de benefícios definidos prevêem o valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais fatores como sejam a idade, anos de serviço e retribuição. Em 30 de Dezembro de 2020, foi introduzido um novo plano de pensões, em regime de contribuição definida, para o qual transitaram todos os participantes ainda não pensionistas do plano complementar, tanto os que já cessaram o seu vínculo com o Haitong Bank, com direitos adquiridos, como os que se encontram no activo ao serviço do Banco.

As responsabilidades do Grupo com pensões de reforma são calculadas semestralmente, em 31 de Dezembro e 30 de Junho de cada ano, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projetada, sendo sujeitas a uma revisão anual por atuários independentes. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a emissões de obrigações de empresas de alta qualidade, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

O juro líquido com o plano de pensões foi calculado pelo Grupo multiplicando o ativo/responsabilidade líquido com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos ativos do fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma atrás referida. Nessa base, o juro líquido foi apurado através do custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma líquidas do rendimento esperado dos ativos do fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente (i) os ganhos e perdas atuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos atuariais e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento esperado dos ativos do fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral.

O Grupo reconhece na sua demonstração de resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o juro líquido de juros com o plano de pensões, (iii) o efeito das reformas antecipadas, (iv) custos com serviços passados e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. O juro líquido com o plano de pensões foi reconhecido como juros e proveitos similares ou juros e custos similares consoante a sua natureza. Os encargos com reformas antecipadas corresponderão ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir os 65 anos de idade (idade normal da reforma prevista no ACTV) e que serve de base ao cálculo atuarial das responsabilidades do fundo de pensões. Sempre que for invocada a possibilidade de reformas antecipadas prevista no regulamento do fundo de pensões, as responsabilidades do mesmo têm de ser incrementadas pelo valor do cálculo atuarial das responsabilidades correspondentes ao período que ainda falta ao colaborador para perfazer os 65 anos. Caso ocorra uma liquidação ou corte num plano de benefícios definidos, o diferencial entre (i) o valor presente da obrigação de benefícios definidos determinado à data da liquidação e (ii) o montante da liquidação, incluindo o valor de ativos do plano a transferir; é registado em “Custos com pessoal”.

O Grupo efetua pagamentos aos fundos de forma a assegurar a solvência dos mesmos, sendo os níveis mínimos fixados pelo Banco de Portugal como segue: (i) financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades atuariais por pensões em pagamento e (ii) financiamento a um nível mínimo de 95% do valor atuarial das responsabilidades por serviços passados do pessoal no ativo.

O Grupo avalia a recuperabilidade do eventual excesso do fundo em relação às responsabilidades com pensões de reforma, tendo por base a expectativa de redução em futuras contribuições necessárias.

Restantes Geografias

Nas restantes geografias, em concreto Espanha, Reino Unido, Polónia e Brasil, o Grupo Haitong Bank suporta planos de pensões de contribuição definida. Nestes casos, as contribuições estão definidas previamente e os benefícios no momento da reforma vão depender do valor das contribuições entregues e dos rendimentos acumulados.

Benefícios de saúde

Portugal

Aos trabalhadores bancários é assegurada pelo Grupo a assistência médica através de um Serviço de Assistência Médico-Social. O Serviço de Assistência Médico-Social – SAMS – constitui uma entidade autónoma e é gerido pelo Sindicato respectivo.

O SAMS proporciona, aos seus beneficiários, serviços e/ou comparticipações em despesas no domínio de assistência médica, meios auxiliares de diagnóstico, medicamentos, internamentos hospitalares e intervenções cirúrgicas, de acordo com as suas disponibilidades financeiras e regulamentação interna.

Decorrente da assinatura do novo Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) em 5 de julho de 2016, com publicação no Boletim do Trabalho n.º 29 de 8 de agosto de 2016, as contribuições para o SAMS, a cargo do Grupo, a partir de 1 de fevereiro de 2017 passaram a corresponder a um montante fixo (conforme Anexo VI do novo ACT) por cada colaborador, 14 vezes num ano.

O cálculo e registo das obrigações do Grupo com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores na idade da reforma são efectuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões. Estes benefícios estão cobertos pelo Fundo de Pensões que passou a integrar todas as responsabilidades com pensões e benefícios de saúde.

Restantes Geografias

Nas restantes geografias, o Grupo Haitong Bank suporta planos de assistência médica locais, complementares aos sistemas de segurança social em prática em cada geografia onde opera.

Prémios de antiguidade / Prémio de Carreira

Em Portugal, nos termos do novo ACT, assinado em 5 de julho de 2016, está previsto o pagamento por parte do Grupo de um prémio de carreira, devido no momento imediatamente anterior ao da reforma do colaborador caso o mesmo se reforme ao serviço do Grupo, correspondente a 1,5 do seu salário no momento do pagamento.

O prémio de carreira é contabilizado pelo Grupo de acordo com a IAS 19, como outro benefício de longo prazo a empregados. Os efeitos das remensurações e custos de serviços passados deste benefício são reconhecidos em resultados do exercício, à semelhança do modelo de contabilização dos prémios de antiguidade.

O valor das responsabilidades do Grupo com este prémio de carreira é igualmente estimado periodicamente com base no Método da Unidade de Crédito Projetada. Os pressupostos atuariais utilizados baseiam-se em expectativas de futuros aumentos salariais e tábuas de mortalidade. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base na mesma metodologia descrita para as pensões de reforma.

Remunerações variáveis aos empregados

De acordo com o IAS 19 – Benefícios dos empregados, as remunerações variáveis (participação nos lucros, prémios e outras) atribuídas aos empregados e, eventualmente, aos membros executivos dos órgãos de administração são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

2.13. Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente decretadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com exceção do *goodwill* não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro, capazes de absorver os prejuízos fiscais reportáveis e as diferenças temporárias dedutíveis.

O Grupo procede à compensação de ativos e passivos por impostos diferidos ao nível de cada subsidiária, sempre que (i) o imposto sobre o rendimento de cada subsidiária a pagar às Autoridades Fiscais é determinado numa base líquida, isto é, compensando impostos correntes ativos e passivos, e (ii) os impostos são cobrados pela mesma Autoridade Fiscal sobre a mesma entidade tributária. Esta compensação é por isso, efetuada ao nível de cada subsidiária, refletindo o saldo ativo no balanço consolidado a soma dos valores das subsidiárias que apresentam impostos diferidos ativos e o saldo passivo no balanço consolidado a soma dos valores das subsidiárias que apresentam impostos diferidos passivos.

2.14. Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Nos casos em que o efeito do desconto é material, a provisão corresponde ao valor actual dos pagamentos futuros esperados, descontados a uma taxa que considera o risco associado à obrigação.

Caso não seja possível que o pagamento venha a ser exigido, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a probabilidade da sua concretização seja remota. São reconhecidas provisões para reestruturação quando o Grupo tenha aprovado um plano de

reestruturação formal e detalhado e tal reestruturação tenha sido iniciada ou anunciada publicamente na data de referência das demonstrações financeiras.

Uma provisão para contractos onerosos é reconhecida quando os benefícios esperados de um contracto formalizado sejam inferiores aos custos que inevitavelmente o Grupo terá de incorrer de forma a cumprir as obrigações dele decorrentes. Esta provisão é mensurada com base no valor actual do menor de entre os custos de terminar o contracto ou os custos líquidos estimados resultantes da sua continuação.

2.15. Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um acto significativo, como por exemplo comissões na sindicação de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído;
- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;

Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

2.16. Reporte por segmentos

O Grupo adoptou o IFRS 8 – Segmentos Operacionais para efeitos de divulgação da informação financeira por segmentos operacionais (ver Nota 4).

Um segmento operacional é uma componente do Grupo: (i) que desenvolve actividades de negócio de que pode obter rédito e pode incorrer em gastos; (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelos principais responsáveis pela tomada de decisões operacionais do Grupo para efeitos de tomada de decisão sobre a imputação de recursos ao segmento e de avaliação do seu desempenho; e (iii) relativamente à qual esteja disponível informação financeira distinta.

2.17. Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível aos accionistas da empresa-mãe pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação, excluindo o número médio de acções próprias detidas pelo Grupo.

Para o cálculo dos resultados por acção diluídos, o número médio ponderado de acções ordinárias em circulação é ajustado de forma a reflectir o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras, como as resultantes de dívida convertível e de opções sobre acções próprias concedidas aos trabalhadores. O efeito da diluição traduz-se numa redução nos resultados por acção, resultante do pressuposto de que os instrumentos convertíveis são convertidos ou de que as opções concedidas são exercidas.

2.18. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição/contratação, onde se incluem a caixa, disponibilidades em Bancos Centrais e em outras instituições de crédito. A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de Bancos Centrais.

NOTA 3 - PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e faça as estimativas necessárias para decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. Estas estimativas foram feitas, tendo em conta a melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras, considerando o contexo de incerteza que resulta do impacto da Covid-19 na actual conjuntura económica. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são discutidos nesta Nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados do Grupo e a sua divulgação.

Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras consolidadas.

Considerando que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

3.1. Perdas por imparidade em activos financeiros ao custo amortizado e dívida ao justo valor por outro rendimento integral

O Grupo efetua uma revisão periódica dos ativos financeiros ao custo amortizado e dívida ao justo valor por outro rendimento integral de forma a avaliar a existência de imparidade conforme referido na Nota 2.4.1..

Análise Individual

Atendendo às características específicas do portfolio de crédito, o Grupo decidiu que a abordagem principal para o cálculo de imparidade é a análise individual, tendo em conta fatores relevantes e particulares que podem justificar um eventual ajustamento à taxa de imparidade.

O Departamento de Gestão de Risco identifica todas as posições sujeitas à análise individual – as vinte maiores exposições *corporate* em Estágio 1, as exposições em que se verificou um aumento significativo do risco de crédito (Estágio 2) e as exposições em imparidade (Estágio 3) –, sendo estas objeto de discussão em sede de Comité de Imparidade para apoio à decisão da Comissão Executiva. No caso das exposições em Estágio 1, a análise individual é realizada com o intuito de confirmar que os maiores devedores do Banco não demonstram qualquer sinal de alerta que provoque uma reclassificação para Estágio 2. As exposições em Estágio 2 são analisadas individualmente, tendo a vista a verificação da inexistência de elementos indicativos de reduzida probabilidade de pagamento do devedor e de eventos considerados pela CRR na definição de *default* e pela norma IFRS 9 na definição de instrumentos financeiros em situação de imparidade, o que poderia suscitar a transferência para Estágio 3.

A documentação de suporte à análise individual das operações que constam da lista de casos a discutir em Comité de Imparidade para apoio à decisão da Comissão Executiva inclui: a) informação histórica (exposição por contrato e tipo, taxas de imparidade em vigor, colaterais e respetiva valorização); e b) cenários de recuperação com cash flows esperados descontados à data atual, utilizando a taxa de juro efetiva que foi determinada no reconhecimento inicial, para obtenção das perdas esperadas para cada cenário desenvolvido.

Os cenários de recuperação são influenciados por perspetivas futuras, contemplando não apenas um

cenário mais expectável, como também cenários alternativos. Para cada um dos cenários apresentados, são descritos os moldes em que os mesmos foram preparados, os respetivos pressupostos de evolução assumidos e a sua justificação, tendo por base a atividade da empresa (baseado em demonstrações financeiras histórica, eventos subsequentes e projeções financeiras quando disponíveis), o valor de colaterais (apresentando as respetivas metodologias de avaliação), considerando a possibilidade de venda ou execução dos mesmos. Os cenários de recuperação são ponderados de acordo com a sua probabilidade de ocorrência.

O processo de análise individual é assim sujeito a diversas estimativas e julgamentos, incluindo sobre as estimativas de recuperações e a valorização dos colaterais existentes.

A utilização de cenários ou metodologias alternativos e de outros pressupostos e estimativas poderia resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Grupo.

Análise Coletiva

A avaliação de imparidade no modelo coletivo baseia-se na avaliação do valor presente líquido dos fluxos de caixa esperadas para cada crédito, utilizando parâmetros de risco predefinidos, suportados por informação externa.

Considerando as especificidades da carteira de crédito do Grupo Haitong Bank, o modelo coletivo é suportado em informação externa para todos os principais parâmetros de risco utilizados. Os principais parâmetros utilizados são: (i) a probabilidade de incumprimento (*Probability of Default* – PD) (ii) perda dado o incumprimento (*Loss Given Default* – LGD), (iii) *Haircut* de colaterais, e (iv) fator de conversão de crédito (*Credit Conversion Factor* – CCF) para exposições fora do balanço (*off-balance exposures*).

- A probabilidade de incumprimento (PD) reflete a probabilidade de incumprimento num determinado momento. O Grupo leva em consideração as PD's da Standard & Poor's ("S&P"'s) ao passo que o processo de atribuição de rating é realizado internamente com base na metodologia da S&P, o que garante o alinhamento entre a gestão interna de riscos e o processo de cálculo de imparidade.
- Perda dado o incumprimento (LGD) é a magnitude da perda no momento do incumprimento. O Grupo aplica LGD com base nas referências (*benchmarks*) da Moody's (taxas de recuperação) cobrindo um amplo período histórico.
- *Haircut* de colaterais (*collateral haircut*) é baseado nos critérios de elegibilidade e requisitos de capital regulatório (CRR).
- Fator de conversão de crédito (CCF) é baseado na CRR e o CCF aplica-se a todas as garantias e linhas de crédito (exposições fora do balanço).

A utilização de metodologias alternativas e de outros pressupostos e estimativas, poderia resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Grupo.

3.2. Impostos sobre os lucros

O Grupo encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre lucros em diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Por outro lado, o Banco regista impostos diferidos de acordo com a política descrita na Nota 2.13, sendo os Ativos por impostos diferidos registados apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro, capazes de absorver os prejuízos fiscais reportáveis e as diferenças temporárias dedutíveis.

O histórico apuramento de prejuízos nos últimos anos justifica o exercício de uma avaliação da recuperabilidade dos Ativos por impostos diferidos, tendo presente, porém, que, tais resultados encontram-se significativamente afetados por situações extraordinárias (p.e. custos de reestruturação) que não se espera que venham a ocorrer em exercícios futuros.

A avaliação da recuperabilidade dos Ativos por impostos diferidos (incluindo a taxa a que serão realizados) foi efetuada pelo Banco com base em projeções dos seus lucros tributáveis futuros, determinadas a partir de um plano de negócios.

A estimativa dos lucros tributáveis futuros envolve um nível de julgamento significativo, no que respeita à evolução futura da atividade do Grupo e à perspetiva de realização das diferenças temporárias. Para este efeito, foram assumidos diversos pressupostos, nomeadamente, a análise de diversos cenários atendendo à incerteza sobre o tratamento fiscal de um conjunto de realidades do Grupo.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pelo Banco e pelas suas subsidiárias residentes em Portugal, durante um período de quatro anos, exceto no caso de ter sido efetuada qualquer dedução ou utilizado crédito de imposto, em que o prazo de caducidade é o exercício desse direito. Desta forma, é possível que hajam correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração do Banco que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo com impacto nas demonstrações financeiras.

3.3. Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, taxa de desconto das responsabilidades e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

3.4. Justo valor dos instrumentos financeiros derivados e activos e passivos ao justo valor através de resultados

O justo valor dos instrumentos cotados é o seu preço de compra corrente (bid-price). Na ausência de cotação, o Banco estima o justo valor utilizando: (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa futuros descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado. Estas metodologias incorporam igualmente o risco de crédito próprio e da contraparte. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos

na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

3.5. Classificação e mensuração

A classificação e mensuração de activos financeiros depende dos resultados do teste SPPI (análise das características dos fluxos contratuais, para concluir se os mesmos correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida) e do teste do modelo de negócio.

O Grupo determina o modelo de negócio tendo em consideração a forma como os grupos de activos financeiros são geridos em conjunto para atingir um objectivo de negócio específico. Esta avaliação requer julgamento, na medida em que têm que ser considerados, entre outros, os seguintes aspectos: a forma como o desempenho dos activos é avaliada; os riscos que afectam o desempenho dos activos e a forma como esses riscos são geridos; e a forma de retribuição dos gestores dos activos.

O Grupo monitoriza os activos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral que sejam desreconhecidos antes da sua maturidade, para perceber os motivos subjacentes à sua alienação e determinar se são consistentes com o objectivo do modelo de negócio definido para esses activos. Esta monitorização insere-se no processo de avaliação contínua do Grupo do modelo de negócios dos activos financeiros que permanecem em carteira, para determinar se o mesmo é adequado e, caso não seja, se houve uma alteração do modelo de negócio e consequentemente uma alteração prospectiva da classificação desses activos financeiros.

NOTA 4 - REPORTE POR SEGMENTOS

4.1. Descrição dos segmentos operacionais

Cada um dos segmentos operacionais inclui as seguintes atividades, produtos, clientes e estruturas do Grupo:

Fusões e Aquisições

A Direção de Fusões e Aquisições (F&A) presta serviços de consultoria financeira na aquisição, venda ou fusão de empresas, bem como serviços de avaliações, processos de reestruturação e estudos de viabilidade.

Mercado de Capitais

A Direção de Mercado de Capitais abrange as atividades de organização, estruturação e colocação de produtos de dívida direcionados para mercado. A área de equity é desenvolvida numa ótica mais oportunística e abrange operações de ofertas públicas de aquisição e de subscrição. O Banco providencia serviços a clientes corporativos, instituições financeiras, entidades estatais, empresas públicas e municípios.

A área de Debt Capital Markets (DCM) inclui a estruturação de instrumentos de dívida, sobretudo emissões domésticas e emissões cross-border, particularmente relacionadas com a China e mercados emergentes, bem como de produtos híbridos, project bonds e obrigações convertíveis.

A vertente de Equity Capital Markets (ECM) inclui operações de aumentos de capital e OPAs.

Corporate Derivatives

A Área de Derivados do Haitong Bank cobre várias classes de ativos tais como taxa de juro, FX e commodities, apoiando as empresas na imunização do seu balanço contra variáveis financeiras que

possam afetar adversamente os seus resultados, permitindo-lhes focar-se no seu core business e fazer o lock-in da margem nos seus produtos. Neste sentido, as empresas conseguem otimizar a sua estratégia de hedging contra a subida das taxas de juro, as variações cambiais entre pagamentos e recebimentos dos seus produtos e a fixação do preço custo/venda de matérias-primas.

Fixed Income

A Direção de Fixed Income tem como objetivo fornecer produtos e serviços diferenciados para clientes institucionais e empresas, bem como prover o Haitong Bank de uma plataforma de distribuição internacional junto de clientes institucionais. A presença em várias geografias e a combinação de capacidade de originação e distribuição estimulam a identificação de novas oportunidades, promovendo as atividades *cross-border*.

Composta por equipas especializadas em *Trading*, Sindicação e Distribuição, a Direção de Fixed Income oferece serviços de *market-making* de títulos de dívida corporate e soberana, distribuição internacional multiproduto e produtos *tailor-made* para clientes institucionais.

A Direcção de Fixed Income é também responsável pela gestão da carteira "Haitong Banking" de acordo com a política de investimento definida pela Comissão Executiva.

Para além do referido anteriormente, a Direção de Fixed Income Brasil tem como missão a gestão dos diversos fatores de risco aos quais o Banco esteja exposto, tais como: juros pré-fixados, inflação, FX e *equities*, bem como os que são originados através da carteira proprietária e estratégica da mesa de operações do Banco (carteira de negociação e carteira bancária) ou através de outros *gaps* em fatores de risco decorrentes das atividades comerciais/Sales do Banco.

Equities

A Direção de Equities disponibiliza um serviço global de execução para investidores europeus através de um amplo leque de soluções *taylor-made* de execução para os seus clientes institucionais. Com o acordo de colaboração assinado com a Haitong International (HTI), o potencial de distribuição do produto de research asiático e polaco ao nível do grupo foi reforçado significativamente.

Structured Finance

A Direção de Structured Finance tem como objetivo desenvolver soluções de financiamento para os seus clientes, nomeadamente nas áreas de *acquisition / leverage finance*, *project finance*, financiamentos corporativos e imobiliários, bem como a prestação de serviços de assessoria financeira na estruturação e *arranging* das operações e a prestação de serviços de agente de operações de financiamento.

Corporate Solutions

O objetivo da Direção de Corporate Solutions é estabelecer relacionamentos com clientes em vários setores, identificar oportunidades de negócios e atrair negócios para as áreas de produto do Banco.

Esta unidade também irá monitorizar oportunidades *cross-border* com o objetivo de garantir uma ligação comercial entre as várias regiões geográficas do Grupo.

Tesouraria

A Direção de Tesouraria tem como objetivo garantir o nível de financiamento adequado para fazer face às necessidades de *funding* atuais e futuras do Banco e do Grupo, bem como manter e gerir o nível de liquidez adequado para cumprir com as responsabilidades financeiras.

Adicionalmente, a Direção de Tesouraria tem também como objetivo gerir a carteira própria de HQLA do Banco de forma eficaz e eficiente.

Private Equity

Este segmento tem por objetivo apoiar a iniciativa empresarial privada, promovendo o investimento produtivo financiado privilegiadamente por capitais próprios.

Centro Corporativo

O Centro Corporativo não corresponde a uma área de negócio; trata-se de uma agregação de estruturas corporativas transversais que asseguram as funções básicas de gestão global do Grupo, como sejam as ligadas aos órgãos de Administração e Fiscalização, função de Compliance, CEO Office, Departamento Financeiro, Clientes, entre outras.

Special Portfolio Management

O objetivo da área de Special Portfolio Management (SPM) é gerir todas as operações de crédito nas quais o Banco está envolvido como financiador que, de acordo com os critérios do IFRS9, são classificadas como não-produtivas.

A área de SPM também gere as operações de crédito nas quais o Banco está envolvido apenas como agente, no caso de operações que estejam em incumprimento ou classificadas como não-produtivas.

Outros

Inclui todos os outros segmentos existentes no modelo de Informação de Gestão do Grupo que, de acordo com o preconizado no IFRS 8, não são de individualização obrigatória (Direção de Research, Direção de Asset Management e outros centros de receita).

4.2. Critérios de imputação da actividade e resultados aos segmentos

A informação financeira apresentada para cada segmento foi preparada tendo por referência os critérios usados para a produção de informação interna com base na qual são tomadas as decisões do Grupo, tal como preconizado pelo IFRS 8.

As políticas contabilísticas seguidas na preparação da informação relativa aos segmentos operacionais são as mesmas que as utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras e que se encontram descritas na Nota 2.

Mensuração dos lucros ou prejuízos dos segmentos

O Grupo utiliza o resultado antes de impostos como medida de mensuração dos lucros e prejuízos para a avaliação do desempenho de cada um dos segmentos operacionais.

Estruturas do Haitong Bank dedicadas ao Segmento

A actividade do Haitong Bank abrange a generalidade dos segmentos operacionais pelo que é objecto de desagregação em conformidade.

Na alocação da informação financeira são utilizados os seguintes princípios: (i) da originação das operações, ou seja, é imputado a cada segmento o negócio originado pelas estruturas comerciais dedicadas ao segmento, mesmo que, numa fase posterior o Grupo, estrategicamente, decida titularizar alguns dos activos neles originados; (ii) da imputação dos custos directos das estruturas comerciais e centrais dedicadas ao

segmento (iii) da imputação dos custos indirectos (serviços centrais de apoio e informáticos) determinados com base em 7 parâmetros específicos e no modelo interno de Informação de Gestão; (iv) da imputação do risco de crédito determinado de acordo com o modelo da imparidade.

As operações entre as unidades juridicamente autónomas do Grupo são realizadas a preços de mercado; o preço das prestações entre as estruturas de cada unidade, designadamente os preços estabelecidos para o fornecimento ou cedência interna de fundos, é determinado pelo processo de margens acima referido (que variam em função da relevância estratégica do produto e do equilíbrio das estruturas entre a função de captação de recursos e da concessão de crédito); as restantes operações são alocadas aos segmentos com base no modelo interno de Informação de Gestão.

Os serviços prestados pelas diversas unidades do Centro Corporativo estão regulados em SLA´s (*Service Level Agreements*).

Juros activos e passivos

Sendo a actividade do Grupo exercida exclusivamente na área financeira, significa que parte substancial das receitas geradas decorre da diferença entre os juros auferidos dos seus activos e os juros suportados pelos recursos financeiros que capta. Esta circunstância e o facto de a actividade dos segmentos ser avaliada pela gestão através das margens negociadas ou determinadas previamente para cada produto, significa que os proveitos da actividade de intermediação são apresentados, tal como permitido pelo parágrafo 23 do IFRS 8, pelo valor líquido dos juros sob a designação de Resultado Financeiro.

Resultados de serviços e comissões

De acordo com a política definida pelo Grupo, o resultado com a prestação de serviços e comissões é reconhecido no momento da entrega do serviço aos seus clientes.

Investimentos consolidados pelo método de equivalência patrimonial

Os investimentos em associadas consolidadas pelo método de equivalência patrimonial estão incluídos no segmento designado por Outros para o caso das associadas do Haitong Bank. Para o caso dos investimentos em associadas de outras entidades do Grupo as mesmas encontram-se afectas aos segmentos em que essas unidades se incluem.

Activos não correntes

O segmento Centro corporativo inclui os activos não correntes, na óptica preconizada no IFRS 8, incluem os Outros activos tangíveis, os Activos intangíveis e os imóveis recebidos em dação ainda não enquadráveis como Activos não correntes detidos para venda.

Activos por impostos diferidos

A componente de impostos sobre lucros é um elemento para a formação dos resultados do Grupo que não afecta a avaliação da generalidade dos Segmentos Operacionais. Os activos por impostos diferidos estão afectos ao segmento Centro corporativo.

Áreas Doméstica e Internacional

Na apresentação da informação financeira por áreas geográficas, as unidades operacionais que integram a Área Internacional são as Sucursais de Londres, Espanha e Polónia e as subsidiárias que constam no perímetro de consolidação, sendo a alocação efectuada pelo país da Sede (ver Nota 1).

Os elementos patrimoniais e económicos relativos à área internacional são os constantes das demonstrações financeiras daquelas unidades com os respectivos ajustamentos e eliminações de consolidação.

(milhares de euros)

	Período de seis meses findo em 30.06.2021											
	Structured Finance	Special Portfolio Management	Fusões e Aquisições	Mercado de Capitais	Coporate Derivatives	Fixed Income	Equities	Private Equity	Tesouraria	Corporate Solutions	Centro corporativo	Outros	Total
Resultado Financeiro	4 361	(199)	(3)	36	(1)	13 262	(18)	(1)	(2 553)	(1)	-	474	15 357
Serviço a Clientes	4 486	236	6 153	4 914	1 201	2 227	2 010	1 391	(1 510)	800	(127)	3 206	24 987
PRODUTO BANCÁRIO COMERCIAL	**8 847**	**37**	**6 150**	**4 950**	**1 200**	**15 489**	**1 992**	**1 390**	**(4 063)**	**799**	**(127)**	**3 680**	**40 344**
Resultados Op Financeiras	9 150	13	30	34	1 315	(7 035)	-	2 951	2 406	-	(1 824)	573	7 613
Custos Deduzindo Produto Bancário	(435)	-	(29)	(21)	(14)	(204)	(11)	(9)	(155)	-	(2 918)	(53)	(3 849)
Proveitos Operacionais Intersegmentos	50	(50)	-	-	(473)	(42)	1	-	34	-	447	35	2
PRODUTO BANCÁRIO TOTAL	**17 612**	**-**	**6 151**	**4 963**	**2 028**	**8 208**	**1 982**	**4 332**	**(1 778)**	**799**	**(4 422)**	**4 235**	**44 110**
Custos Operativos	**1 287**	**372**	**2 384**	**1 156**	**827**	**2 559**	**923**	**395**	**620**	**823**	**16 434**	**887**	**28 667**
Custos com Pessoal	1 092	333	1 792	756	419	1 285	433	266	238	662	9 860	639	17 775
Outros custos administrativos	135	20	458	341	339	1 116	425	71	339	78	4 158	201	7 681
Depreciações e Amortizações	60	19	134	59	69	158	65	58	43	83	2 416	47	3 211
RESULTADO BRUTO	**16 325**	**(372)**	**3 767**	**3 807**	**1 201**	**5 649**	**1 059**	**3 937**	**(2 398)**	**(24)**	**(20 856)**	**3 348**	**15 443**
Imparidade e Provisões	**873**	**18**	**(11)**	**(10 155)**	**15**	**(396)**	**(1)**	**15**	**(100)**	**-**	**588**	**71**	**(9 083)**
Imparidade de crédito	(712)	(12)	-	-	-	(1)	-	-	-	-	10	62	(653)
Imparidade de títulos	1 295	-	-	(10 165)	-	(294)	-	-	5	-	-	-	(9 159)
Provisões líquidas e outras imparidades	290	30	(11)	10	15	(101)	(1)	15	(105)	-	578	9	729
Resultado antes de impostos	**17 198**	**(354)**	**3 756**	**(6 348)**	**1 216**	**5 253**	**1 058**	**3 952**	**(2 498)**	**(24)**	**(20 268)**	**3 419**	**6 360**

(milhares de euros)

	Período de seis meses findo em 30.06.2020												
	Structured Finance	Special Portfolio Management	Fusões e Aquisições	Mercado de Capitais	FICC	Equities	Global Markets	Private Equity	Tesouraria	Corporate Solutions	Centro corporativo	Outros	Total
Resultado Financeiro	3 091	(1 516)	(4)	2 267	261	(34)	8 740	-	(2 269)	(2)	120	1 428	12 082
Serviço a Clientes	4 236	277	5 496	4 952	1 467	2 743	(200)	806	(2 613)	802	(164)	1 331	19 133
PRODUTO BANCÁRIO COMERCIAL	**7 327**	**(1 239)**	**5 492**	**7 219**	**1 728**	**2 709**	**8 540**	**806**	**(4 882)**	**800**	**(44)**	**2 759**	**31 215**
Resultados Op Financeiras e diversos	(164)	550	(1)	(2)	(1 467)	(18)	(1 455)	895	(2 919)	(2)	2 189	(2)	(2 396)
Custos Deduzindo Produto Bancário	(133)	-	(48)	(8)	(120)	(22)	(373)	(6)	(152)	-	(3 487)	(66)	(4 415)
Proveitos Operacionais Intersegmentos	(689)	689	-	-	(1 375)	-	255	-	2 375	-	(1 295)	40	-
PRODUTO BANCÁRIO TOTAL	**6 341**	**-**	**5 443**	**7 209**	**(1 234)**	**2 669**	**6 967**	**1 695**	**(5 578)**	**798**	**(2 637)**	**2 731**	**24 404**
Custos Operativos	**1 020**	**635**	**2 730**	**1 499**	**2 874**	**966**	**656**	**388**	**861**	**917**	**17 505**	**944**	**30 995**
Custos com Pessoal	848	385	1 770	1 143	1 510	424	169	288	431	760	10 650	667	19 045
Gastos gerais administrativos	112	230	810	286	1 107	470	472	76	386	85	4 240	196	8 470
Depreciações e Amortizações	60	20	150	70	257	72	15	24	44	72	2 615	81	3 480
RESULTADO BRUTO	**5 321**	**(635)**	**2 713**	**5 710**	**(4 108)**	**1 703**	**6 311**	**1 307**	**(6 439)**	**(119)**	**(20 142)**	**1 787**	**(6 591)**
Imparidade e Provisões	**(3 391)**	**(592)**	**(360)**	**5**	**(7)**	**(22)**	**235**	**19**	**534**	**(8)**	**(415)**	**(106)**	**(4 108)**
Imparidade de crédito	(1 998)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100	(95)	(1 993)
Imparidade de títulos	(56)	-	-	48	12	-	235	-	6	-	-	-	245
Provisões líquidas e outras imparidades	(1 337)	(592)	(360)	(43)	(19)	(22)	-	19	528	(8)	(515)	(11)	(2 360)
Resultado antes de impostos	**1 930**	**(1 227)**	**2 353**	**5 715**	**(4 115)**	**1 681**	**6 546**	**1 326**	**(5 905)**	**(127)**	**(20 557)**	**1 681**	**(10 699)**

O reporte de segmentos secundários é feito de acordo com a localização geográfica das diferentes unidades de negócio do Grupo:

(milhares de euros)

	30.06.2021			
	Portugal	Resto Europa	América	Total
Resultado líquido	421	(1 877)	3 748	2 292
Activo líquido	1 569 124	363 580	899 965	2 832 669
Investimentos em activos				
tangíveis	61	20	13	94
intangíveis	139	6	15	160

(milhares de euros)

	31.12.2020			
	Portugal	Resto Europa	América	Total
Resultado líquido	(13 528)	12 714	2 455	1 641
Activo líquido	1 617 594	209 328	974 492	2 801 414
Investimentos em associadas	-	-	-	-
Investimentos em activos				
tangíveis	1 664	452	100	2 216
intangíveis	386	-	178	564

NOTA 5 - MARGEM FINANCEIRA

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	Período de seis meses findo em					
	30.06.2021			30.06.2020		
	De activos/ passivos ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral	De activos/ passivos ao justo valor através de resultados	Total	De activos/ passivos ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral	De activos/ passivos ao justo valor através de resultados	Total
Juros e proveitos similares						
Juros de crédito a clientes	9 027	-	9 027	7 069	-	7 069
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	614	-	614	1 633	-	1 633
Juros de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	1 024	-	1 024	528	-	528
Juros de activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	21 138	21 138	-	19 156	19 156
Juros de títulos de dívida ao custo amortizado	2 257	-	2 257	2 759	-	2 759
Outros juros e proveitos similares	74	-	74	95	-	95
	12 996	**21 138**	**34 134**	**12 084**	**19 156**	**31 240**
Juros e custos similares						
Juros de recursos de bancos centrais e instituições de crédito	6 545	-	6 545	7 467	-	7 467
Juros de responsabilidades representadas por títulos	1 111	-	1 111	3 179	-	3 179
Juros de recursos de clientes	10 823	-	10 823	7 951	-	7 951
Juros de locações	85	-	85	105	-	105
Outros juros e custos similares	213	-	213	456	-	456
	18 777	**-**	**18 777**	**19 158**	**-**	**19 158**
	(5 781)	**21 138**	**15 357**	**(7 074)**	**19 156**	**12 082**

Em 30 de junho de 2021, a rubrica de juros e proveitos similares inclui 2 809 milhares de euros e 1 241 milhares de euros relativos a contractos marcados como stage 2 e como stage 3, respetivamente (30 de junho de 2020: 7 010 milhares de euros e 781 milhares de euros, respetivamente).

NOTA 6 - RESULTADOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	Período de seis meses findo em	
	30.06.2021	30.06.2020
Rendimentos de serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados	24 022	16 317
Por garantias prestadas	770	804
Por operações realizadas com títulos	2 267	5 484
	27 059	**22 605**
Encargos com serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados por terceiros	1 511	1 273
Por operações realizadas com títulos	736	824
Por garantias recebidas	201	247
Outros custos com serviços e comissões	236	1 218
	2 684	**3 562**
	24 375	**19 043**

Em 30 de junho de 2021, o rendimento de serviços e comissões inclui um montante de 16 902 milhares de euros (30 de junho de 2020: 11 105 milhares de euros) com partes relacionadas com o Grupo Haitong (Nota 37).

A 30 de junho de 2021 e 2020, o montante de Rendimentos de serviços e comissões apresenta a seguinte distribuição por segmento geográfico:

(milhares de euros)

	30.06.2021	30.06.2020
Rendimentos de serviços e comissões		
China	8 397	3 480
Ilhas Virgens	7 954	5 734
Portugal	3 184	2 354
Bermuda	2 102	2 318
Polónia	1 029	382
Brasil	938	202
Luxemburgo	999	422
Espanha	257	3 192
Alemanha	253	8
Outros	1 946	4 513
	27 059	**22 605**

NOTA 7 - RESULTADOS DE INSTRUMENTOS DE TRADING

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	Período de seis meses findo em	
	30.06.2021	30.06.2020
Activos e passivos de negociação		
Títulos de negociação		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	(43 380)	2 329
De outros emissores	1 257	1 914
Acções	299	1 226
	(41 824)	**5 469**
Instrumentos financeiros derivados de negociação		
Contratos sobre taxas de câmbio	2 122	78 784
Contratos sobre taxas de juro	30 291	(94 504)
Contratos sobre acções/índices	(544)	(516)
Contratos sobre créditos	-	266
Outros	946	(3 009)
	32 815	**(18 979)**
	(9 009)	**(13 510)**

NOTA 8 - RESULTADOS DE OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR COM RECONHECIMENTO EM RESULTADOS

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	Período de seis meses findo em	
	30.06.2021	30.06.2020
Activos e passivos ao justo valor com reconhecimento em resultados		
Instrumentos de dívida		
Crédito a clientes	-	(5)
Acções	686	(836)
Outros títulos de rendimento variável	3 519	947
	4 205	**106**
	4 205	**106**

NOTA 9 - RESULTADOS DE DESRECONHECIMENTO DE ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	Período de seis meses findo em	
	30.06.2021	30.06.2020
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De outros emissores	54	(56)
Acções	-	(4)
	54	**(60)**

NOTA 10 - RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	Período de seis meses findo em	
	30.06.2021	30.06.2020
Reavaliação Cambial	408	9 889
	408	**9 889**

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.3., e os resultados de derivados cambiais.

NOTA 11 – RESULTADOS DE DESRECONHECIMENTO DE ACTIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO

A 30 de junho de 2021 e 2020, o valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	Período de seis meses findo em	
	30.06.2021	30.06.2020
Recuperação de Crédito	7 702	864
Alienação de crédito a clientes	1 292	-
	8 994	**864**

NOTA 12 – OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	Período de seis meses findo em	
	30.06.2021	30.06.2020
Outros serviços de clientes	611	90
Impostos directos e indirectos	(2 202)	(2 372)
Outros resultados de exploração	1 162	(1 939)
Activos não financeiros	(5)	(23)
Sub-leasing	160	182
	(274)	**(4 062)**

Os impostos directos e indirectos incluem 1 185 milhares de euros relativos ao custo relacionado com a Contribuição sobre o Sector Bancário (30 de junho de 2020: 1 421 milhares de euros), criado através da Lei Nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro.

Em 30 de junho de 2021 a rubrica de Outros resultados de exploração inclui, entre outros, os seguintes itens:

i. custos de 1 101 milhares de euros relativos às Contribuições para o Fundo de Resolução (1 581 milhares de euros a 30 de junho de 2020);
ii. custos de 331 milhares de euros relativos às Contribuições para o Fundo Garantidor de Crédito pela subsidiária Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. (93 milhares de euros a 30 de junho de 2020); e
iii. proveitos de 1 842 milhares de euros com a modificação de passivos financeiros.

NOTA 13 - CUSTOS COM PESSOAL

O valor dos custos com pessoal é composto por:

(milhares de euros)

	Período de seis meses findos em	
	30.06.2021	30.06.2020
Vencimentos e salários		
Remunerações	13 622	14 149
Prémios de carreira (ver Nota 14)	(30)	6
Impacto Regime de Salvaguarda (ver Nota 14)	(127)	-
Impacto Acordos Rescisão (ver Nota 14)	120	(514)
Custos com pensões de reforma (ver Nota 14)	110	387
Outros encargos sociais obrigatórios	2 892	4 004
Outros custos	1 188	1 013
	17 775	**19 045**

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão do Grupo Haitong Bank, em funções a 30 de junho de 2021, são como segue:

(milhares de euros)

	Conselho de Administração	Pessoal Identificado	Total
Junho de 2021			
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	830	3 714	4 544
Remunerações variáveis	800	1 160	1 960
Total	**1 630**	**4 874**	**6 504**
Junho de 2020			
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	777	4 173	4 950
Remunerações variáveis	527	1 316	1 843
Total	**1 304**	**5 489**	**6 793**

Considera-se na categoria de "Pessoal Identificado" os colaboradores cujo âmbito das suas funções possa ter um impacto no perfil de risco do Banco ("Identified Staff").

Em 30 de junho de 2021 e 2020 o Grupo Haitong Bank não apresenta crédito concedido a Órgãos de Administração.

Por categoria profissional, o número médio de colaboradores do Grupo Haitong Bank analisa-se como segue:

	30.06.2021	30.06.2020
Funções directivas	189	193
Funções de chefia	3	3
Funções específicas	144	141
Funções administrativas	20	20
Funções auxiliares	11	12
	367	**369**

Em 30 de junho de 2021 e 2020, o Grupo apresentava nos seus quadros um total de 368 e 369 colaboradores, respetivamente.

NOTA 14 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Pensões de reforma e benefícios de saúde

Em conformidade com o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) celebrado com os sindicatos e vigente para o setor bancário, o Grupo assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente em função do número de anos de serviço do empregado, aplicada à tabela salarial negociada anualmente para o pessoal no ativo.

Decorrente da assinatura do novo Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) em 5 de julho de 2016, com publicação no Boletim do Trabalho n.º 29 de 8 de agosto de 2016, as contribuições para o SAMS, a cargo do Grupo, a partir de 1 de fevereiro de 2017 passaram a corresponder a um montante fixo (conforme Anexo VI do novo ACT) por cada colaborador, 14 vezes num ano.

O cálculo e registo das obrigações do Grupo com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores na idade da reforma são efetuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões. Estes benefícios estão cobertos pelo Fundo de Pensões que integra todas as responsabilidades com pensões e benefícios de saúde.

Para os empregados admitidos até 31 de dezembro de 2008, as prestações pecuniárias a título de reforma por invalidez e pensões de invalidez, sobrevivência e morte relativas às obrigações consagradas no âmbito do ACT, assim como as responsabilidades para com benefícios de saúde (SAMS), são cobertas por um fundo de pensões fechado, gerido pela GNB – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

A proteção dos colaboradores na eventualidade de maternidade, paternidade e adoção, e ainda de velhice, é assegurada pelo regime geral da Segurança Social, pois com a publicação do Decreto-lei n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro, todos os trabalhadores bancários beneficiários da CAFEB – Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários, foram integrados no regime Geral da Segurança Social a partir de 1 de janeiro de 2011.

Os colaboradores admitidos após 31 de dezembro de 2008 beneficiam do regime geral da Segurança Social.

As pensões de reforma dos bancários integrados na Segurança Social no âmbito do 2.º acordo tripartido continuam a ser calculadas conforme o disposto no ACT e restantes convenções, havendo contudo lugar a uma pensão a receber do Regime Geral, cujo montante tem em consideração os anos de descontos para este regime. Aos Bancos compete assegurar a diferença entre a pensão determinada de acordo com o disposto no ACT e aquela que o empregado vier a receber da Segurança Social.

A taxa contributiva é de 26,6%, cabendo 23,6% à entidade empregadora e 3% aos trabalhadores, em substituição da Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (CAFEB) que foi extinta por aquele mesmo diploma. Em consequência desta alteração o direito à pensão dos empregados no ativo passa a ser coberto nos termos definidos pelo Regime Geral da Segurança Social, tendo em conta o tempo de serviço prestado de 1 de janeiro de 2011 até à idade da reforma, passando os Bancos a suportar o diferencial necessário para a pensão garantida nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho.

No final do exercício de 2011 e na sequência do 3º acordo tripartido, foi decidida a transmissão definitiva e irreversível para a esfera da Segurança Social, das responsabilidades com pensões em pagamento dos reformados e pensionistas que se encontravam nessa condição à data de 31 de dezembro de 2011 a valores constantes (taxa de atualização 0%), na componente prevista no Instrumento de Regulação Coletiva de Trabalho (IRCT) dos trabalhadores bancários, incluindo as eventualidades de morte, invalidez e sobrevivência. As responsabilidades relativas às atualizações das pensões, benefícios complementares, contribuições para o SAMS, subsídio de morte e pensões de sobrevivência diferida, permaneceram na

esfera da responsabilidade das instituições financeiras com o financiamento a ser assegurado através dos respetivos fundos de pensões.

O acordo estabeleceu ainda que os ativos dos fundos de pensões das respetivas instituições financeiras, na parte afeta à satisfação das responsabilidades pelas pensões referidas, fossem transmitidos para o Estado.

Os principais pressupostos utilizados no cálculo das responsabilidades são como segue:

	Pressupostos	
	30.06.2021	30.06.2020
Pressupostos Financeiros		
Taxa de rendimento esperado	1,60%	1,70%
Taxa de desconto	1,60%	1,70%
Taxa de crescimento de pensões	0,50%	0,50%
Taxa de crescimento salarial	0,75%	0,75%
Pressupostos Demográficos e Métodos de Avaliação		
Tábua de Mortalidade		
Homens	TV 88/90	TV 88/90
Mulheres	TV 88/90 -3 anos	TV 88/90 -3 anos
Método de valorização actuarial	Project Unit Credit Method	

Os custos do período com pensões de reforma e com benefícios de saúde podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2021	30.06.2020
Custo do serviço corrente (ver Nota 13)	110	387
Custo / (Proveitos) de juros	(7)	9
Custos do exercício	**103**	**396**

Os custos / proveitos dos juros são reconhecidos pelo valor líquido na linha de juros e proveitos/custos similares.

Prémios de carreira

Em 30 de junho de 2021, 31 de dezembro de 2020 e 30 de junho de 2020, as responsabilidades assumidas pelo Grupo e os custos reconhecidos nos exercícios com o prémio de carreira são como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2020
Responsabilidades iniciais	**616**	**545**	**539**
Custo do exercício (Ver Nota 13)	(30)	71	6
Responsabilidades finais (ver Nota 33)	**586**	**616**	**545**

Os pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades são idênticos aos apresentados para o cálculo das pensões de reforma (quando aplicáveis).

A responsabilidade com prémios de carreira encontra-se registada em outros passivos (Ver Nota 33).

NOTA 15 - GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	Período de seis meses findo em	
	30.06.2021	30.06.2020
Comunicações e expedição	2 129	2 320
Rendas e alugueres	436	413
Deslocações e representação	90	183
Conservação e reparação	213	323
Seguros	45	85
Publicidade e publicações	56	73
Judiciais e contencioso	30	20
Serviços especializados		
Informática	2 107	1 908
Mão de obra eventual	3	3
Trabalho independente	148	470
Outros serviços especializados	1 591	1 717
Outros custos	833	955
	7 681	**8 470**

A rubrica Outros serviços especializados inclui, entre outros, custos com consultores e auditores externos. A rubrica de Outros custos inclui, entre outros, custos com segurança e vigilância, informação, custos com formação e custos com fornecimentos externos.

NOTA 16 - RESULTADOS POR ACÇÃO

Resultados por acção básicos

Os resultados básicos por acção são calculados efectuando a divisão do resultado atribuível aos accionistas do Banco pelo número médio de acções ordinárias emitidas durante o ano, excluindo o número médio de acções compradas pelo Banco e detidas na carteira como acções próprias.

(milhares de euros)

	Período de seis meses findo em	
	30.06.2021	30.06.2020
Resultado líquido consolidado atribuível aos accionistas do Banco [1]	2 292	(11 738)
Número médio ponderado de acções ordinárias em circulação (milhares)	**168 954**	**168 954**
Resultado por acção básico atribuível aos accionistas do Banco (em euros)	**0,01**	**-0,07**

[1] Corresponde ao resultado líquido do exercício ajustado das remunerações das obrigações perpétuas subordinadas atribuíveis ao exercício (os quais são registados como um movimento de reservas)

Resultados por acção diluídos

Os resultados por acção diluídos são calculados ajustando o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras ao número médio ponderado de acções ordinárias em circulação e ao resultado líquido atribuível aos accionistas do banco.

Em 30 de junho de 2021 e 2020, o Banco detém instrumentos emitidos sem efeito diluidor, pelo que o resultado por acção diluído é igual ao resultado por acção básico.

NOTA 17 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Esta rubrica, em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2021	31.12.2020
Caixa	7	7
Depósitos à ordem em bancos centrais		
Banco de Portugal	412 583	446 535
Outros bancos centrais	8 273	16 534
	420 856	**463 069**
Disponibilidades em outras instituições de crédito no país		
Depósitos à ordem	5 162	5 037
	5 162	**5 037**
Disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	16 324	26 772
	16 324	**26 772**
	442 349	**494 885**
Perdas por imparidade (Nota 31)	(1)	-
	442 348	**494 885**

A rubrica Depósitos à ordem em bancos centrais - Banco de Portugal inclui um depósito de caráter obrigatório, que tem por objetivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com o Regulamento (UE) n.º 1358/2011 do Banco Central Europeu, de 14 de dezembro de 2011, as disponibilidades mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no Banco de Portugal, são remuneradas e correspondem a 1% dos depósitos e títulos de dívida com prazo inferior a 2 anos, excluindo destes os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais. Em 31 de junho de 2021 a taxa de remuneração média destes depósitos ascende a 0,00% (31 de Dezembro de 2020: 0,00%).

O cumprimento das disponibilidades mínimas obrigatórias, para um dado período de observação, é concretizado tendo em consideração o valor médio dos saldos dos depósitos junto do Banco de Portugal durante o referido período. O saldo da conta junto do Banco de Portugal em 30 de Junho de 2021 foi incluído no período de manutenção de 16 de junho de 2021 a 27 de julho de 2021, ao qual correspondeu uma reserva mínima obrigatória de 3 265 milhares de euros (31 de Dezembro de 2020: 3 571 milhares de euros).

NOTA 18 – ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO - TÍTULOS

A 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, estas rubricas apresentam os seguintes valores:

(milhares de euros)

	30.06.2021	31.12.2020
Activos de negociação		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	598 979	603 870
De outros emissores	24 382	23 125
Acções	76	62
	623 437	**627 057**
Passivos de negociação		
Vendas a descoberto	10 832	79 083
	10 832	**79 083**

A 30 de junho de 2021, a rubrica de ativos financeiros detidos para negociação, inclui 297 849 milhares de euros (31 de dezembro de 2020: 442 667 milhares de euros) de títulos dados em garantia pelo Grupo (ver Nota 37).

A 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, o escalonamento dos títulos detidos para negociação por prazos de vencimento é como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2021	31.12.2020
Até 3 meses	9 308	1 578
De 3 meses a um ano	7 881	13 444
De um a cinco anos	197 697	255 815
Mais de cinco anos	408 475	356 158
Duração indeterminada	76	62
	623 437	**627 057**

Conforme a política contabilística descrita na Nota 2.4.1, os títulos detidos para negociação são aqueles adquiridos com o objectivo de serem transaccionados no curto prazo independentemente da sua maturidade.

A 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, a rubrica dos activos detidos para negociação, no que se refere a títulos cotados e não cotados, é repartida da seguinte forma:

(milhares de euros)

	30.06.2021			31.12.2020		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	10 263	588 716	598 979	5 075	598 795	603 870
De outros emissores	23 372	1 010	24 382	18 028	5 097	23 125
Acções	76	-	76	62	-	62
Total valor de balanço	**33 711**	**589 726**	**623 437**	**23 165**	**603 892**	**627 057**

Os títulos não cotados de emissores públicos dizem respeito essencialmente a instrumentos de dívida pública brasileira que, não obstante serem cotados, são valorizados de acordo com o modelo interno, sendo por esse motivo apresentados como títulos não cotados.

Adicionalmente, o Banco efetua Backtesting a todas as operações realizadas e nunca observou perdas ou divergências em relação à metodologia de valorização.

As vendas a descoberto representam títulos vendidos pelo Grupo, os quais tinham sido adquiridos no âmbito de uma operação de compra com acordo de revenda. De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.5, títulos comprados com acordo de revenda não são reconhecidos no balanço. Caso os mesmos sejam vendidos, o Grupo reconhece um passivo financeiro equivalente ao justo valor dos activos que deverão ser devolvidos no âmbito do acordo de revenda.

NOTA 19 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, os instrumentos financeiros derivados em balanço analisam-se como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2021	31.12.2020
Instrumentos financeiros derivados (activos)		
Derivados de negociação		
Contratos sobre taxas de câmbio	11 066	17 493
Contratos sobre taxas de juro	66 732	90 168
Outros contratos	5 207	35 401
	83 005	**143 062**
Instrumentos financeiros derivados (passivos)		
Derivados de negociação		
Contratos sobre taxas de câmbio	18 398	18 450
Contratos sobre taxas de juro	63 720	88 064
Outros contratos	4 946	36 190
	87 064	**142 704**
	(4 059)	**358**
Derivados de Cobertura		
Instrumentos financeiros derivados (activos)		
Contratos sobre taxas de câmbio	-	151
	-	**151**
	-	**151**

Os derivados de negociação a 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 apresentam o seguinte detalhe:

(milhares de euros)

	30.06.2021			31.12.2020		
	Nocional	Justo valor		Nocional	Justo valor	
		Positivo	Negativo		Positivo	Negativo
Contratos sobre taxas de câmbio						
Forward	-	5 894	12 910	-	6 809	7 579
- compras	514 673			252 083		
- vendas	514 629			251 714		
Currency Swaps		789	1 239		1 321	1 270
- compras	251 422			244 150		
- vendas	251 875			244 292		
Currency Futures		-	-		-	-
- compras	114 771			26 880		
- vendas	186 192			126 726		
Currency Interest Rate Swaps		2 378	2 466		8 782	8 953
- compras	18 415			23 186		
- vendas	18 415			23 186		
Currency Options		2 005	1 783		581	648
- compras	270 506			160 744		
- vendas	318 593			185 330		
	2 459 491	**11 066**	**18 398**	**1 538 291**	**17 493**	**18 450**
Contratos sobre taxas de juro						
Interest Rate Swaps		66 209	63 189		89 604	87 496
- compras	1 286 409			1 564 396		
- vendas	1 286 409			1 564 396		
Interest Rate Caps & Floors		523	531		564	568
- compras	55 976			65 773		
- vendas	50 321			59 701		
Interest Rate Futures		-	-		-	-
- compras	410 331			694 409		
- vendas	728 060			707 958		
	3 817 506	**66 732**	**63 720**	**4 656 633**	**90 168**	**88 064**
Contratos sobre acções/índices						
Equity / Index Swaps		5 207	4 946		35 401	36 190
- compras	52 816			109 065		
- vendas	52 816			109 065		
Equity / Index Futures		-	-		-	-
- compras	-			-		
- vendas	3 366			3 053		
	108 998	**5 207**	**4 946**	**221 183**	**35 401**	**36 190**
Contratos sobre crédito						
Credit Default Swaps		-	-		-	-
- compras	615			615		
- vendas	615			615		
	1 230	**-**	**-**	**1 230**	**-**	**-**
Total	**6 387 225**	**83 005**	**87 064**	**6 417 337**	**143 062**	**142 704**

A 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o escalonamento dos derivados de negociação por prazos de vencimento é como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2021			31.12.2020		
	Nocional		Justo Valor (líquido)	Nocional		Justo Valor (líquido)
	Venda	Compra		Venda	Compra	
Até 3 meses	625 952	581 284	(4 108)	458 382	419 921	1 572
De 3 meses a um ano	844 405	782 769	(3 683)	695 252	875 580	(1 047)
De um a cinco anos	1 109 888	840 787	3 302	1 053 290	755 813	(2 219)
Mais de cinco anos	831 046	771 094	430	1 069 111	1 089 988	2 052
	3 411 291	**2 975 934**	**(4 059)**	**3 276 035**	**3 141 302**	**358**

a) Contabilidade de cobertura

A 30 de junho de 2021 não existiam operações com contabilidade de cobertura. A alteração da estratégia de gestão desta exposição ocorreu dia 30 de maio de 2021. O efeito desse cancelamento foi conforme estabelecido pela IFRS 9 registado de forma prospetiva, sendo o impacto da aplicação da contabilidade de cobertura em 2021 de 697 milhares de Euros em rendimento integral.

As operações com contabilidade de cobertura em 31 de dezembro de 2020, por maturidades, podem ser analisadas como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2020		
	Nocional		Justo Valor
	Venda	Compra	
Até 3 meses	75 665	75 738	151
	75 665	**75 738**	**151**

A 31 de dezembro de 2020, os instrumentos derivados activos e passivos incluem operações colateralizadas pela constituição de contas caução com o propósito de assegurar a cobertura de justo valor das exposições activas e passivas contratadas entre o Grupo e diversas instituições financeiras. Os saldos relativos a estes colaterais encontram-se registados em "Outros activos – colaterais depositados ao abrigo de contractos de compensação" (Nota 27) e "Outros passivos – colaterais depositados ao abrigo de contractos de compensação" (Nota 33).

A 30 de junho de 2021, a rubrica de contabilidade de cobertura pode ser analisada na Nota 39.

NOTA 20 – TÍTULOS

Esta rubrica, a 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2021	31.12.2020
Activos financeiros obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De outros emissores	721	703
Acções	227	1 511
Outros títulos de rendimento variável	27 121	33 083
	28 069	**35 297**
Activos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	54 269	18 479
De outros emissores	198 504	142 277
	252 773	**160 756**
Activos financeiros pelo custo amortizado		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	203 407	209 797
De outros emissores	280 088	251 656
	483 495	**461 453**
	764 337	**657 506**

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.4, o Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade nas suas carteiras de títulos, seguindo os critérios de julgamento descritos na Nota 3.1.

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, os saldos referentes a Activos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral apresentam o seguinte detalhe:

(milhares de euros)

	Custo (1)	Reserva de justo valor		Imparidade (Nota 31)	Valor de balanço
		Positiva	Negativa		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	55 240	54	(764)	(261)	54 269
De outros emissores	202 996	1 713	(414)	(5 791)	198 504
Saldo a 30 de Junho de 2021	**258 236**	**1 767**	**(1 178)**	**(6 052)**	**252 773**
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	17 780	791	-	(92)	18 479
De outros emissores	148 055	886	(3 149)	(3 515)	142 277
Saldo a 31 de Dezembro de 2020	**165 835**	**1 677**	**(3 149)**	**(3 607)**	**160 756**

(1) Custo amortizado

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, os saldos referentes a Activos financeiros pelo custo amortizado apresentam o seguinte detalhe:

(milhares de euros)

	Custo (1)	Imparidade (Nota 31)	Valor de balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo			
De emissores públicos	203 569	(161)	203 408
De outros emissores	298 635	(18 548)	280 087
Saldo a 30 de Junho de 2021	**502 204**	**(18 709)**	**483 495**
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo			
De emissores públicos	209 964	(167)	209 797
De outros emissores	262 364	(10 708)	251 656
Saldo a 31 de Dezembro de 2020	**472 328**	**(10 875)**	**461 453**

(1) Custo amortizado

A 30 de junho de 2021, a rubrica de ativos financeiros, inclui 413 181 milhares de euros (31 de dezembro de 2020: 339 045 milhares de euros) de títulos dados em garantia pelo Grupo (ver Nota 37).

A 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o escalonamento das carteiras de títulos por prazos de vencimento é como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2021	31.12.2020
Até 3 meses	138 942	31 531
De 3 meses a um ano	127 098	207 655
De um a cinco anos	410 788	307 212
Mais de cinco anos	60 161	76 518
Duração indeterminada	27 348	34 590
	764 337	**657 506**

A 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, as carteiras de investimento em títulos, no que se refere a títulos cotados e não cotados, são repartidas da seguinte forma:

(milhares de euros)

	30.06.2021			31.12.2020		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Títulos						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	220 273	37 403	257 676	213 572	14 704	228 276
De outros emissores	223 324	255 989	479 313	134 734	259 902	394 636
Acções	8	219	227	9	1 502	1 511
Outros títulos de rendimento variável	-	27 121	27 121	-	33 083	33 083
Total valor de balanço	**443 605**	**320 732**	**764 337**	**348 315**	**309 191**	**657 506**

Os títulos não cotados de emissores públicos dizem respeito essencialmente a instrumentos de dívida pública brasileira que, não obstante serem cotados, são valorizados de acordo com o modelo interno, sendo por esse motivo apresentados como títulos não cotados.

NOTA 21 - APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica a 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2021	31.12.2020
Aplicações em instituições de crédito no país		
Depósitos	56	56
Mercado monetário interbancário	2 500	-
	2 556	**56**
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro		
Operações com acordo de revenda	2 409	112 353
Outras aplicações	3 376	3 251
	5 785	**115 604**
	8 341	**115 660**
Perdas por imparidade (Nota 31)	(610)	(500)
	7 731	**115 160**

O escalonamento das aplicações em instituições de crédito por prazos de vencimento, a 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, é como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2021	31.12.2020
Até 3 meses	5 841	69 005
De 3 meses a um ano	2 500	46 655
	8 341	**115 660**

NOTA 22 - CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica a 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2021	31.12.2020
Ao custo amortizado		
Crédito interno		
A empresas		
Empréstimos	259 346	229 524
A particulares		
Habitação	383	411
	259 729	**229 935**
Crédito ao exterior		
A empresas		
Empréstimos	170 447	187 580
Operações com acordo de revenda	133 534	10 856
A particulares		
Outros créditos	13	13
	303 994	**198 449**
Crédito e juros vencidos		
Até 90 dias	9 992	-
Há mais de 90 dias	3 659	3 646
	13 651	**3 646**
	577 374	**432 030**
Perdas por imparidade (Nota 31)	(10 454)	(11 990)
	566 920	**420 040**
	566 920	**420 040**

O escalonamento do Crédito a clientes por prazos de vencimento, a 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, é como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2021	31.12.2020
Até 3 meses	177 609	134 919
De 3 meses a um ano	27 968	13 376
De um a cinco anos	128 456	95 990
Mais de cinco anos	229 689	184 100
Duração indeterminada	13 652	3 646
	577 374	**432 030**

NOTA 23 – ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Esta rubrica em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2021	31.12.2020
Subsidiárias adquiridas para revenda	2 199	1 699
	2 199	**1 699**

Os activos não correntes detidos para venda incluem apenas a participação na Polish Hotel Company. O Grupo tem implementado um plano com vista à venda imediata desta participada. No entanto, face às condições de mercado não foi possível concretizar a alienação no prazo inicialmente previsto. A empresa irá encerrar a sua actividade hoteleira a 1 setembro de 2021.

Actualmente, o activo encontra-se em reavaliação. Não obstante, o Grupo continua a desenvolver esforços no sentido de alienar a totalidade do capital da empresa, com a dificuldade acrescida do impacto extremamente negativo do Covid19 no sector.

NOTA 24 - OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

Esta rubrica a 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2021	31.12.2020
Imóveis		
De serviço próprio	1	1
Beneficiações em edifícios arrendados	7 469	7 328
	7 470	**7 329**
Equipamento		
Equipamento informático	11 370	11 285
Instalações interiores	2 114	2 117
Mobiliário e material	2 470	2 456
Máquinas e ferramentas	1 095	1 082
Material de transporte	283	267
Equipamento de segurança	262	262
Outros	222	216
	17 816	**17 685**
	25 286	**25 014**
Imobilizado em curso		
Beneficiações em edifícios arrendados	1 077	1 077
Equipamento	478	474
	1 555	**1 551**
Direito de uso		
Equipamento informático	112	95
Viaturas	685	661
Edifícios	13 118	12 143
	13 915	**12 899**
	40 756	**39 464**
Depreciação acumulada	(31 096)	(28 871)
	9 660	**10 593**

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

(milhares de euros)

			Direito de Uso				
	Imóveis	Equipamento	Imóveis	Equipamento Informático	Viaturas	Imobilizado em curso	Total
Custo de aquisição							
Saldo a 31 de Dezembro de 2019	**9 010**	**18 087**	**10 110**	**97**	**1 139**	**-**	**38 443**
Adições	1	664	-	-	-	1 551	2 216
Abates / vendas	(675)	(801)	-	-	-	-	(1 476)
Transferências	-	95	-	-	-	-	95
Variação cambial e outros movimentos	(1 007)	(360)	2 033	(2)	(478)	-	186
Saldo a 31 de Dezembro de 2020	**7 329**	**17 685**	**12 143**	**95**	**661**	**1 551**	**39 464**
Adições	-	90	-	-	-	4	94
Abates / vendas	-	(38)	-	-	-	-	(38)
Variação cambial e outros movimentos	141	79	975	17	24	-	1 236
Saldo a 30 de Junho de 2021	**7 470**	**17 816**	**13 118**	**112**	**685**	**1 555**	**40 756**
Depreciações							
Saldo a 31 de Dezembro de 2019	**5 831**	**16 391**	**2 906**	**46**	**492**	**-**	**25 666**
Depreciações do período	516	699	3 343	37	257	-	4 852
Depreciações de actividades em descontinuação	-	(401)	-	-	-	-	(401)
Variação cambial e outros movimentos	(449)	(170)	(245)	(12)	(370)	-	(1 246)
Saldo a 31 de Dezembro de 2020	**5 898**	**16 519**	**6 004**	**71**	**379**	**-**	**28 871**
Depreciações do período	234	262	1 586	14	92	-	2 188
Abates / vendas	-	(38)	-	-	-	-	(38)
Variação cambial e outros movimentos	112	53	22	(70)	(42)	-	75
Saldo a 30 de Junho de 2021	**6 244**	**16 796**	**7 612**	**15**	**429**	**-**	**31 096**
Saldo líquido a 30 de Junho de 2021	**1 226**	**1 020**	**5 506**	**97**	**256**	**1 555**	**9 660**
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2020	**1 431**	**1 166**	**6 139**	**24**	**282**	**1 551**	**10 593**

NOTA 25 - ACTIVOS INTANGÍVEIS

Esta rubrica a 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2021	31.12.2020
Goodwill	9 859	9 859
Adquiridos a terceiros		
Sistema de tratamento automático de dados	34 357	34 182
Outras	1 006	999
	35 363	**35 181**
Imobilizações em curso	859	743
	46 081	**45 783**
Amortização acumulada	(32 375)	(31 266)
Perdas por imparidade (Nota 31)	(9 859)	(9 859)
	(42 234)	**(41 125)**
	3 847	**4 658**

A 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a imparidade registada é referente ao Goodwill da Haitong Capital – Sociedade de Capital de Risco, S.A.

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

(milhares de euros)

	Goodwill	Sistema de tratamento automático de dados	Outras imobilizações	Imobilizado em curso	Total
Custo de aquisição					
Saldo a 31 de Dezembro de 2019	**9 859**	**34 594**	**916**	**626**	**45 995**
Adições:					
Adquiridas a terceiros	-	269	83	212	564
Transferências	-	-	-	(95)	(95)
Variação cambial	-	(681)	-	-	(681)
Saldo a 31 de Dezembro de 2020	**9 859**	**34 182**	**999**	**743**	**45 783**
Adições:					
Adquiridas a terceiros	-	44	-	116	160
Variação cambial	-	131	7	-	138
Saldo a 30 de Junho de 2021	**9 859**	**34 357**	**1 006**	**859**	**46 081**
Amortizações					
Saldo a 31 de Dezembro de 2019	**-**	**28 253**	**916**	**-**	**29 169**
Amortizações do período	-	2 397	9	-	2 406
Variação cambial e outros movimentos	-	(308)	(1)	-	(309)
Saldo a 31 de Dezembro de 2020	**-**	**30 342**	**924**	**-**	**31 266**
Amortizações do período	-	1 018	5	-	1 023
Variação cambial e outros movimentos	-	85	1	-	86
Saldo a 30 de Junho de 2021	**-**	**31 445**	**930**	**-**	**32 375**
Imparidade					
Saldo a 31 de Dezembro de 2019	**9 859**	**-**	**-**	**-**	**9 859**
Perdas por imparidade	-	-	-	-	-
Saldo a 31 de Dezembro de 2020	**9 859**	**-**	**-**	**-**	**9 859**
Perdas por imparidade	-	-	-	-	-
Saldo a 30 de Junho de 2021	**9 859**	**-**	**-**	**-**	**9 859**
Saldo a 30 de Junho de 2021	**-**	**2 912**	**76**	**859**	**3 847**
Saldo a 31 de Dezembro de 2020	**-**	**3 840**	**75**	**743**	**4 658**

NOTA 26 - INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Os dados financeiros relativos às empresas associadas são apresentados no quadro seguinte:

(milhares de euros)

	Activo		Passivo		Capital Próprio		Proveitos		Resultado líquido	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Fundo Espírito Santo IBERIA I	-	63	-	66	-	(3)	-	-	-	(825)

(milhares de euros)

	Custo da participação		% detida		Valor de balanço		Resultado da associada atribuível ao Grupo	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Fundo Espírito Santo IBERIA I	-	2 766	0%	46%	-	340	-	(379)
	-	**2 766**			**-**	**340**	**-**	**(379)**
Imparidade (ver Nota 31)					**-**	**(340)**		
					-	-		

O movimento verificado nesta rubrica é como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2020
Saldo inicial	-	29	15
Alienações e outros reembolsos	(1)	-	-
Resultado de associadas	-	(430)	51
Outro rendimento integral de associadas	1	401	(37)
Saldo final	**-**	**-**	**29**

NOTA 27 - OUTROS ACTIVOS

A rubrica Outros Activos a 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2021	31.12.2020
Devedores e outras aplicações		
Colaterais depositados ao abrigo de contratos de compensação (Nota 19)	62 643	118 249
Suprimentos, prestações suplementares e activos subordinados	3 937	-
Sector público administrativo	59 894	31 183
Devedores por operações sobre Futuros	2 070	2 535
Outros devedores diversos	20 430	24 377
Valores de créditos e derivados a receber	10 272	10 552
	159 246	186 896
Perdas por imparidade para devedores e outras aplicações (Nota 31)	(9 917)	(9 688)
	149 329	**177 208**
Outros activos		
Ouro, outros metais preciosos, numismática, medalhística e outras disponibilidades	1 292	52
Outros activos	5 392	5 372
	6 684	**5 424**
Proveitos a receber	**55**	**15**
Despesas com custo diferido	**4 405**	**2 733**
Outras contas de regularização		
Operações cambiais a liquidar	4 580	4 272
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	25 634	9 790
Pensões de reforma (Nota 14)	7 264	318
Outras operações a regularizar	11 344	8 654
	48 822	**23 034**
	209 295	**208 414**

Em 30 de junho de 2021 a rubrica do Sector público administrativo inclui, outre outros, um depósito judicial no Brasil de 20 696 milhares de euros (31 de dezembro de 2020: 19 049 milhares de euros) relativos a um processo fiscal (Nota 36). Esta rubrica inclui também o valor de depósito-caução efetuado à Direção-Geral do Tesouro e Finanças ao abrigo do crédito tributário (confirmado pela Autoridade Tributária e Aduaneira) inerente ao REAID no valor de 22 519 milhares de euros.

A rubrica de operações sobre valores mobiliários a regularizar, reflecte operações realizadas com títulos registadas na trade date que se encontram pendentes de liquidação.

NOTA 28 – RECURSOS DE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

A rubrica de Recursos de instituições de crédito é apresentada como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2021	31.12.2020
Recursos de bancos centrais		
Banco de Portugal	108 537	110 600
	108 537	**110 600**
Recursos de outras instituições de crédito		
No país		
Operações com acordo de recompra	18	18
	18	**18**
No estrangeiro		
Depósitos	8 703	7 945
Empréstimos	377 877	-
Operações com acordo de recompra	279 616	428 361
Outros recursos	30 877	31 072
	697 073	**467 378**
	805 628	**577 996**

O escalonamento dos Recursos de instituições de crédito por prazos de vencimento, a 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, é como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2021	31.12.2020
Até 3 meses	277 972	467 396
De 3 meses a um ano	8 703	-
De um a cinco anos	499 423	110 600
Mais de cinco anos	19 530	-
	805 628	**577 996**

NOTA 29 - RECURSOS DE CLIENTES

O saldo da rubrica Recursos de clientes é composto, quanto à sua natureza, como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2021	31.12.2020
Depósitos à vista		
Depósitos à ordem	86 614	72 995
Depósitos a prazo		
Depósitos a prazo	665 834	598 274
Outros recursos		
Operações de venda com acordo de recompra	141 989	4 661
Outros Depósitos	1 023	1 015
Outros	229 749	550 560
	372 761	**556 236**
	1 125 209	**1 227 505**

O escalonamento dos Recursos de clientes por prazos de vencimento, a 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, é como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2021	31.12.2020
Exigível à vista	86 614	72 995
Exigível a prazo		
Até 3 meses	101 694	425 201
De 3 meses a um ano	293 153	130 148
De um a cinco anos	270 987	42 925
	665 834	598 274
Outros recursos		
Até 3 meses	143 019	5 683
De 3 meses a um ano	33 706	21 737
De um a cinco anos	196 036	528 816
	372 761	556 236
	1 125 209	**1 227 505**

NOTA 30 - RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

A rubrica Responsabilidades representadas por títulos decompõe-se como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2021	31.12.2020
Responsabilidades representados por títulos		
Outras Obrigações	64 687	64 862
	64 687	**64 862**

O justo valor da carteira de Responsabilidades Representadas por Títulos encontra-se apresentado na Nota 38.

Durante o primeiro semestre de 2021 o Grupo Haitong Bank procedeu à emissão de 11 241 milhares de euros (31 de dezembro de 2020: 8 187 milhares de euros) de títulos, tendo sido reembolsados 11 297 milhares de euros (31 de dezembro de 2020: 141 392 milhares de euros).

Considerando as emissões dos primeiros seis meses de 2021, as características essenciais destes recursos decompõem-se como segue:

(milhares de euros)

				30.06.2021		
Entidade	Descrição	Moeda	Data Emissão	Valor Balanço	Maturidade	Taxa de juro
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI5S9	BRL	2021	172	2023	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI5T7	BRL	2021	1 721	2023	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI5U5	BRL	2021	344	2023	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI5V3	BRL	2021	516	2023	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI5W1	BRL	2021	1 721	2023	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI5X9	BRL	2021	860	2023	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI5Y7	BRL	2021	103	2023	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI5Z4	BRL	2021	239	2023	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI609	BRL	2021	445	2023	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI617	BRL	2021	992	2023	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI625	BRL	2021	34	2023	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI633	BRL	2021	86	2023	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI641	BRL	2021	128	2023	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI658	BRL	2021	60	2023	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI666	BRL	2021	427	2023	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI674	BRL	2021	3 392	2024	IPCA 100%

NOTA 31 – PROVISÕES E IMPARIDADE

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a rubrica Provisões apresenta os seguintes movimentos:

(milhares de euros)

	Provisões para outros riscos e encargos	Provisões para garantias e outros compromissos	TOTAL
Saldo a 31 de Dezembro de 2019	**5 995**	**15 314**	**21 309**
Dotações líquidas	483	749	1 232
Utilizações	(51)	(3 320)	(3 371)
Diferenças de câmbio e outras	(923)	(76)	(999)
Saldo a 30 de Junho de 2020	**5 504**	**12 667**	**18 171**
Dotações Líquidas	4 957	(494)	4 463
Utilizações	(1 633)	-	(1 633)
Diferenças de câmbio e outras	(46)	(32)	(78)
Saldo a 31 de Dezembro de 2020	**8 782**	**12 141**	**20 923**
Dotações Líquidas	(615)	(295)	(910)
Utilizações	(10)	-	(10)
Diferenças de câmbio e outras	689	12	701
Saldo a 30 de Junho de 2021	**8 846**	**11 858**	**20 704**

Estas provisões destinam-se a cobrir a probabilidade de ocorrência de determinadas contingências relacionadas com a actividade do Grupo.

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade são apresentados como se segue:

(milhares de euros)

	31.12.2020	Dotações / Reversões	Utilizações	Stage 3	Diferenças de câmbio e outras	30.06.2021
Caixa e Equivalentes de Caixa (ver Nota 17)	-	-	-	-	1	1
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (ver Nota 20)	3 607	1 334	(3)	(66)	1 180	6 052
Activos financeiros pelo custo amortizado						
Aplicações em instituições de crédito (ver Nota 21)	500	94	-	-	16	610
Crédito a clientes (ver Nota 22)	11 990	654	(2 781)	34	557	10 454
Títulos (ver Nota 20)	10 875	7 826	-	-	9	18 710
Activos intangiveis (ver Nota 25)	9 859	-	-	-	-	9 859
Investimentos em associadas (ver Nota 26)	340	-	(340)	-	-	-
Outros activos (ver Nota 27)	9 688	85	-	-	144	9 917
	46 859	**9 993**	**(3 124)**	**(32)**	**1 907**	**55 603**

(milhares de euros)

	30.06.2020	Dotações / Reversões	Utilizações	Stage 3	Diferenças de câmbio e outras	31.12.2020
Caixa e Equivalentes de Caixa (ver Nota 17)	531	(484)	-	-	(47)	-
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (ver Nota 20)	2 964	458	(449)	1	633	3 607
Activos financeiros pelo custo amortizado						
Aplicações em instituições de crédito (ver Nota 21)	15 100	475	(15 077)	-	2	500
Crédito a clientes (ver Nota 22)	12 081	173	-	(3)	(261)	11 990
Títulos (ver Nota 23)	8 699	2 176	-	15	(15)	10 875
Activos intangiveis	9 859	-	-	-	-	9 859
Investimentos em associadas (ver Nota 26)	340	-	-	-	-	340
Outros activos (ver Nota 27)	8 756	1 056	-	-	(124)	9 688
	58 330	**3 854**	**(15 526)**	**13**	**188**	**46 859**

(milhares de euros)

	31.12.2019	Dotações / Reversões	Utilizações	Stage 3	Diferenças de câmbio e outras	30.06.2020
Caixa e Equivalentes de Caixa (ver Nota 17)	-	546	-	-	(15)	531
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (ver Nota 20)	3 257	(196)	-	82	(179)	2 964
Activos financeiros pelo custo amortizado						
Aplicações em instituições de crédito (ver Nota 21)	15 615	(528)	-	-	13	15 100
Crédito a clientes (ver Nota 22)	11 881	1 993	(224)	7	(1 576)	12 081
Títulos (ver Nota 20)	8 699	(49)	-	62	(13)	8 699
Activos intangiveis	9 859	-	-	-	-	9 859
Investimentos em associadas (ver Nota 26)	340	-	-	-	-	340
Outros activos (ver Nota 27)	8 012	1 110	-	-	(366)	8 756
	57 663	**2 876**	**(224)**	**151**	**(2 136)**	**58 330**

NOTA 32 – IMPOSTOS

O Banco e as subsidiárias com sede em Portugal, estão sujeitos a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e correspondentes Derramas.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do período, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio. Nestas situações o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

O cálculo do imposto corrente a junho de 2021 e 2020 foi apurado com base numa taxa nominal de IRC e Derrama Municipal de 22,5% de acordo com a Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, e a Lei nº 2/2007, de 15 de janeiro acrescida da respetiva Derrama Estadual, que corresponde à aplicação de uma taxa adicional

de 3% sobre a parte do lucro tributável superior a 1 500 milhares euros e inferior a 7 500 milhares euros, de 5% sobre a parte do lucro superior a 7 500 milhares euros e inferior a 35 000 milhares euros e de 9% sobre a parte do lucro tributável que exceda este valor (quando aplicável).

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente decretadas na data de balanço. Assim, para o primeiro semestre de 2021, o imposto diferido foi apurado à taxa de 26,24%.

Relativamente à atividade em Portugal, foi publicada em 4 de setembro de 2019, a Lei nº 98/2019, que veio alterar o regime fiscal aplicável em matéria de imparidade das instituições de crédito e de outras instituições financeiras. No artigo 4º da referida lei é estabelecido um período de adaptação de 5 anos com início em, ou após, 1 de janeiro de 2019, nos termos do qual se mantém aplicável o regime vigente à data de entrada da presente lei, salvo se existir comunicação dirigida ao Diretor-geral da Autoridade Tributária e Aduaneira da opção pelo regime definitivo. Tendo em conta que para o exercício de 2021 este regime era optativo, o Banco não procedeu à sua adesão até à data. Assim, o Banco considerou, para efeitos de apuramento do lucro tributável e do registo e análise da recuperabilidade dos impostos diferidos ativos com referência a 31 de dezembro de 2020, que o valor da imparidade do crédito e de provisões para garantias registado que é dedutível para efeitos de IRC corresponde ao valor das provisões dedutíveis que seria apurado caso se mantivesse em vigor a remissão para o Aviso do Banco de Portugal n.º 3/95.

Regime Especial aplicável aos Ativos por Impostos Diferidos

Em 2014 o Haitong Bank aderiu ao regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos (READ) relativos a perdas por imparidade em créditos e benefícios pós-emprego ou a longo prazo de empregados, estabelecido na Lei n.º 61/2014, de 26 de agosto. No âmbito do regime em apreço é prevista a conversão dos ativos referidos em créditos tributários nas seguintes situações:

a) Apuramento de resultado líquido negativo;

b) Liquidação por dissolução voluntária, insolvência decretada por sentença judicial ou, quando aplicável, com a revogação da respetiva autorização por autoridade de supervisão competente.

Com referência a 31 de dezembro de 2015, o Haitong Bank apurou um crédito tributário de 5 281 milhares de euros, a que corresponde uma reserva especial no valor de 5 809 milhares de euros que foi objeto de registo no decurso do ano de 2016.

Com referência a 31 de dezembro de 2016, o Haitong Bank apurou um crédito tributário de 20 529 milhares de euros, a que corresponde uma reserva especial no valor de 22 582 milhares de euros que foi objeto de registo no decurso do ano de 2017.

Com referência a 31 de dezembro de 2017, o Haitong Bank apurou um crédito tributário de 9 060 milhares de euros, a que corresponde uma reserva especial no valor de 9 966 milhares de euros que foi objeto de registo no decurso do ano de 2018.

Com referência a 31 de dezembro de 2018, o Haitong Bank apurou um crédito tributário de 232 milhares de euros, a que corresponde uma reserva especial no valor de 256 milhares de euros que foi objeto de registo no decurso do ano de 2019.

Note-se ainda que, no âmbito do regime acima referido, tais direitos de conversão correspondem a valores mobiliários que conferem ao Estado o direito a exigir ao Haitong Bank a emissão e entrega gratuita de ações ordinárias, na sequência do aumento de capital social através da incorporação do montante da reserva.

Porém, é conferido aos acionistas do Haitong Bank o direito potestativo de aquisição dos direitos de conversão ao Estado, nos termos definidos na Portaria n.º 293-A/2016, de 18 de novembro.

Caso os acionistas não exerçam o direito potestativo de aquisição dos direitos de conversão emitidos e atribuídos ao Estado Português no prazo estabelecido para esse efeito, no exercício em que o Estado exerça esses direitos, irá exigir ao Banco o respetivo aumento de capital através da incorporação do montante da reserva especial e consequente emissão e entrega gratuita de ações ordinárias representativas do capital social do Banco, podendo ser necessário ajustar o valor da reserva inicialmente constituída.

Com efeito, para cada exercício importará recalcular o valor de referência dos direitos e caso se mostre diferente do valor nominal das ações, será necessário ajustar o valor da reserva especial. Para 2020, caso tal viesse a suceder no exercício de 2021, e tendo por referência os valores das demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2020, bem como o montante dos créditos tributários convertidos por referência aos exercícios de 2015, 2016, 2017 e 2018, seria necessário reforçar a reserva especial num valor estimado de 19 250 milhares de euros.

O montante dos ativos por impostos diferidos convertidos em crédito tributário, a constituição da reserva especial e a emissão e atribuição ao Estado dos direitos de conversão devem ser certificados por revisor oficial de contas.

Tendo o Haitong Bank apurado, nas suas contas individuais, um resultado líquido negativo com referência a 31 de dezembro de 2020, deverá em 2021, e após certificação da Sociedade Revisora Oficial de Contas, converter em crédito tributário parte dos impostos diferidos abrangidos pelo regime em causa, na proporção entre o resultado líquido e os capitais próprios, bem como, proceder à constituição de uma reserva especial e de emissão de direitos de conversão em ações representativas dos capital social atribuíveis ao Estado Português.

De notar que, nos termos da Lei n.º 23/2016, de 19 de agosto, o REAID deixou de ser aplicado aos gastos e variações patrimoniais negativas contabilizadas nos períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016.

Em julho de 2019 e no dia 2 de janeiro de 2020, o Banco foi notificado dos Relatórios de Inspeção Final relativos a 2015 e 2016, respetivamente, ambos emitidos pela Autoridade Tributária e Aduaneira. Nesses relatórios, alguns procedimentos adotados pelo Banco, nomeadamente no que se refere à aplicação do REAID e à aceitação fiscal de determinados custos, são colocados em causa pela AT.

Neste sentido, não concordando o Banco com essas correções, em novembro de 2019 foi submetida uma Reclamação Graciosa relativa ao Relatório de Inspeção fiscal de 2015 e, em abril de 2020, uma Reclamação Graciosa para contestar o relatório de inspeção de 2016.

Em janeiro de 2021 o Banco recebeu o relatório de inspeção fiscal de 2017 e 2018 emitido pela Autoridade Tributária e Aduaneira. Neste relatório, à semelhança no que aconteceu nos relatórios de inspeção fiscal de 2015 e 2016, alguns procedimentos adotados pelo Banco no que diz respeito à aplicação do REAID são colocados em causa pela AT.

Não concordando o Banco com essas correções, no segundo semestre de 2021, pretende-se submeter Reclamação graciosa para contestar o relatório de inspeção de 2017 e 2018.

Por último, refere-se ainda que, no âmbito da inspeção fiscal aos exercícios de 2015, 2016, 2017 e 2018 a Autoridade Tributária e Aduaneira efetuou correções ao crédito tributário destes dois exercícios, reduzindo-o no valor total de 14 611 milhares de euros (do montante total de 35 103 milhares de euros). Assim, esse

valor de crédito tributário seria reclassificado para a rubrica de ativos por impostos diferidos.

A Administração do Banco considera que a análise fiscal adotada respeita a legislação em vigor e, assim sendo, estima que não é provável que a posição da Autoridade Tributária prevaleça. Ainda assim, esta correção caso se verificasse materializar-se-ia no reconhecimento de imposto diferido ativo. Adicionalmente, o Conselho de Administração acredita que quaisquer outras correções que possam eventualmente materializar-se, relacionadas com os exercícios inspecionados, não terão impacto material quer no capital do Banco quer no resultado do Banco no exercício de 2021, na medida em que afetam essencialmente prejuízos fiscais que ainda não foram utilizados e para os quais não foram registados ativos por impostos diferidos.

A partir de 1 de janeiro de 2019 o Banco adotou a nova norma interpretativa da IAS 12 - IFRIC 23 – 'Incerteza sobre o tratamento de Imposto sobre o rendimento' - e que vem recomendar os requisitos de mensuração e reconhecimento a aplicar na existência de incertezas quanto à aceitação de um determinado tratamento fiscal por parte da Administração fiscal relativamente a imposto sobre o rendimento, devendo refletir a melhor estimativa efetuada pela entidade quanto ao desfecho presumível da situação em discussão. Essa estimativa apurada com base no valor esperado ou valor mais provável deve ser registada pela entidade em Ativo ou passivo por imposto sobre o rendimento com base na norma IAS 12 e não pela IAS 37.

A atividade gerada pelas sucursais no estrangeiro do Banco é integrada nas contas da sede para efeitos de determinação da matéria coletável sujeita a IRC. Além desta sujeição, os resultados dessas sucursais são ainda sujeitos a impostos locais nos países onde se encontram estabelecidas. Os impostos locais são dedutíveis à coleta de IRC da sede, de acordo com o estabelecido no artigo 91.º do Código do IRC, nas situações aplicáveis. Os resultados das sucursais encontram-se sujeitos a tributação local às taxas nominais de seguida indicadas:

Sucursal	Taxa nominal de imposto
Londres	19%
Madrid	30%
Varsóvia	19%

As subsidiárias localizadas no Brasil encontram-se sujeitas a tributação sobre os respetivos lucros nos termos estabelecidos nas normas fiscais em vigor no respetivo país. Nas empresas localizadas no Brasil os lucros são sujeitos a taxas nominais situadas entre os 34% e 45%.

Os ativos e passivos por impostos correntes reconhecidos em balanço a 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	Activo		Passivo	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Imposto sobre o rendimento	3 370	2 465	(6 852)	(5 189)
Crédito de imposto (Regime Especial Aplicável aos Impostos Diferidos)	20 025	20 025	-	-
Imposto corrente activo/(passivo)	**23 395**	**22 490**	**(6 852)**	**(5 189)**

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	Activo		Passivo		Líquido	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Instrumentos financeiros derivados	1 822	4 057	-	-	1 822	4 057
Titulos	(68)	246	(625)	(1 370)	(693)	(1 124)
Crédito a clientes	33 530	33 489	-	68	33 530	33 557
Provisões	3 138	2 037	-	(8)	3 138	2 029
Pensões e benefícios de longo prazo aos colaboradores	6 028	6 028	-	-	6 028	6 028
Outros	(4 739)	(4 243)	-	(20)	(4 739)	(4 263)
Prejuízos fiscais reportáveis	56 784	54 085	-	-	56 784	54 085
Imposto diferido activo/(passivo)	**96 495**	**95 699**	**(625)**	**(1 330)**	**95 870**	**94 369**
Imposto diferido activo/(passivo) líquido	**96 495**	**95 699**	**(625)**	**(1 330)**	**95 870**	**94 369**

O Grupo apenas reconhece imposto diferido ativo em relação a prejuízos fiscais reportáveis quando considera ser expectável que os mesmos venham a ser recuperados no futuro. Do total de ativo por imposto diferido referente aos prejuízos fiscais, 34 375 milhares de euros dizem respeito ao Haitong Bank em Portugal e o valor remanescente corresponde ao Brasil. É de referir que, os prejuízos fiscais de 2017 e 2018 não deram origem ao registo de ativo por imposto diferido, os quais podem ser utilizados até o ano de 2024 e 2025, respetivamente. O período de utilização dos prejuízos fiscais tem em conta as medidas excecionais de resposta à pandemia da COVID-19 nos termos da Lei n.º 27-A/2020 (Orçamento do Estado Suplementar para 2020).

Os movimentos ocorridos na rubrica de impostos diferidos de balanço tiveram as seguintes contrapartidas:

(milhares de euros)

	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2020
Saldo inicial	94 369	102 572	115 393
Reconhecido em resultados	122	1 203	(7 632)
Reconhecido em reservas de justo valor	(396)	(91)	1 382
Reconhecido em outras reservas	-	(5 825)	2
Variação cambial e outros	1 775	(3 490)	(6 573)
Saldo final (Activo/(Passivo))	**95 870**	**94 369**	**102 572**

Os impostos reconhecidos em resultados e reservas a 30 de junho de 2021 e 2020 tiveram o seguimento desdobramento:

(milhares de euros)

	30.06.2021		30.06.2020	
	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas
Impostos Diferidos				
Instrumentos financeiros derivados	2 046	-	-	-
Investimento em títulos	(703)	226	325	(1 138)
Crédito a clientes	489	-	6 888	-
Provisões	104	-	723	-
Pensões	-	-	(278)	(2)
Outros	(1 183)	170	(74)	(244)
Prejuízos fiscais reportáveis	(875)	-	48	-
	(122)	**396**	**7 632**	**(1 384)**
Impostos Correntes	3 273	-	(6 806)	-
Total do imposto reconhecido	**3 151**	**396**	**826**	**(1 384)**

A reconciliação da taxa de imposto, na parte respeitante ao montante reconhecido em resultados, pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2021		30.06.2020	
	%	Valor	%	Valor
Resultado antes de impostos e Interesses que não controlam		**6 360**		**(10 699)**
Taxa de imposto do Haitong Bank	21,0		26,2	
Imposto apurado com base na taxa de imposto do Haitong Bank		1 335		(2 806)
Diferença na taxa de imposto das subsidiárias	34,9	2 221	(13,1)	1 406
Benefícios fiscais	(1,1)	(67)	-	-
Contribuição sobre o sector bancário	1,6	100	(3,5)	373
Prejuízo fiscal não reconhecido	(7)	(432)	-	-
Imposto sobre lucros das sucursais	2,9	183	(7,2)	767
Diferenças resultantes de consolidação	(1,7)	(107)	5,3	(568)
Outros movimentos de acordo com a estimativa de impostos	(4,4)	(278)	(17,4)	1 861
Tributação autónoma	2,2	138	(0,6)	68
Outros	0,9	58	2,6	(275)
	49,5	**3 151**	**(7,7)**	**826**

NOTA 33 - OUTROS PASSIVOS

A rubrica Outros passivos a 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2021	31.12.2020
Credores e outros recursos		
Sector público administrativo	10 913	10 786
Colaterais depositados ao abrigo de contratos de compensação (Nota 19)	7 450	12 260
Credores diversos		
Passivo de locação	6 145	6 719
Credores por operações sobre valores mobiliários	13 079	15 253
Credores por fornecimento de bens	2 197	1 051
Outros credores	4 891	4 540
	44 675	**50 609**
Custos a pagar		
Prémios de final de carreira (Nota 14)	586	616
Outros custos a pagar	8 711	9 333
	9 297	**9 949**
Receitas com proveito diferido	**435**	**317**
Outras contas de regularização		
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	22 615	10 291
Operações cambiais a liquidar	-	298
Outras operações a regularizar	17 560	12 269
	40 175	**22 858**
Pensões de reforma (Nota 14)	-	-
	94 582	**83 733**

As rubricas de Operações sobre valores mobiliários a regularizar, em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, evidenciam o saldo das ordens de venda e compra de títulos que aguardam a respectiva liquidação financeira.

NOTA 34 – CAPITAL, PRÉMIOS DE EMISSÃO E OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Acções ordinárias

Até 3 de Agosto de 2014, o Banco fez parte do Grupo Banco Espírito Santo, S.A..

Em 3 de Agosto de 2014, o Banco de Portugal tomou a decisão de aplicar uma medida de resolução ao Banco Espírito Santo, S.A., accionista único do Banco, e a constituição do Novo Banco, S.A., com capital social de 4,9 mil milhões de euros, no qual foram integrados os activos do Banco Espírito Santo, S.A. seleccionados pelo Banco de Portugal. Neste contexto, o Banco e as suas sucursais e filiais foram transferidos para o Novo Banco, S.A..

Em 7 de Setembro de 2015, o capital do Banco foi integralmente adquirido pelo Haitong International Holdings Limited.

Em 17 de Dezembro de 2015, o Banco realizou um aumento de capital de 100 000 milhares de euros, através da emissão de 20 000 000 de acções de valor nominal de 5 euros cada, o qual foi subscrito e realizado pelo Haitong International Holdings Limited.

Em 22 de Maio de 2017, o Banco realizou um aumento de capital de 40 000 milhares de euros, através da emissão de 8 000 000 de acções de valor nominal de 5 euros cada, o qual foi subscrito e realizado pelo Haitong International Holdings Limited.

Em 25 de Maio de 2017, o Banco realizou um aumento de capital de 20 000 milhares de euros, através da emissão de 4 000 000 de acções de valor nominal de 5 euros cada, pela conversão de um empréstimo concedido pelo accionista, o Haitong International Holdings Limited.

Em 13 de Junho de 2017, o Banco realizou um aumento de capital de 160 000 milhares de euros, através da emissão de 32 000 000 de acções de valor nominal de 5 euros cada, o qual foi subscrito e realizado pelo Haitong International Holdings Limited.

Em 26 de Junho de 2017, o Banco realizou um aumento de capital de 160 000 milhares de euros, através da emissão de 32 000 000 de acções de valor nominal de 5 euros cada, por conversão de um empréstimo concedido pelo accionista, no montante de 80 000 milhares de euros e pela conversão dos Instrumentos designados "Fixed Rate Perpetual Deeply Subordinated Additional Tier 1 Resettable Instruments", no montante de 80 000 milhares de euros, aumento esse que foi subscrito e realizado pelo Haitong International Holdings Limited.

Em 31 de Agosto de 2017, o Banco realizou um aumento de capital de 38 500 milhares de euros, através da emissão de 7 700 000 de acções de valor nominal de 5 euros cada, pela conversão de um empréstimo concedido pelo accionista, o Haitong International Holdings Limited.

Em 30 de junho de 2021 e 2020 o capital social do Haitong Bank ascende 844 769 milhares de euros e encontra-se representado por 168 953 800 acções de valor nominal de 5 euros cada, sendo totalmente detida pela Haitong International Holdings Limited.

Prémios de emissão

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, os prémios de emissão são representados por 8 796 milhares de euros, referentes ao prémio pago pelos accionistas no aumento de capital ocorrido em anos anteriores.

Outros instrumentos de capital

O Grupo emitiu durante o mês de outubro de 2010, obrigações perpétuas subordinadas com juro condicionado no montante global de 50 milhões de euros. Estas obrigações têm um juro condicionado não cumulativo, pagável apenas se e quando declarado pelo Conselho de Administração.

Este juro condicionado, correspondente à aplicação de uma taxa anual de 8,5% sobre o valor nominal, é pago semestralmente. O reembolso destes títulos poderá ser efectuado na sua totalidade, mas não parcialmente, após 15 de setembro de 2015, dependendo apenas da opção do Haitong Bank, mediante aprovação prévia do Banco de Portugal. Face às suas características estas obrigações são consideradas como instrumentos de capital, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.6.

Durante o exercício de 2011, foi efectuada a extinção de 46 269 milhares de euros de outros instrumentos de capital por via de uma operação de aquisição de títulos próprios.

Estas obrigações são subordinadas em relação a qualquer passivo do Haitong Bank e *pari passu* relativamente a quaisquer obrigações subordinadas de características idênticas que venham a ser emitidas pelo Banco.

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 encontram-se em circulação 3 731 milhares de euros destas obrigações. No primeiro semestre de 2021 e 2020 o Banco não efectuou pagamento de juros.

Em março de 2018, o Banco emitiu instrumentos perpétuos elegíveis como fundos próprios adicionais de nível 1 ("Additional Tier 1"), no montante global de 130 000 milhares de dólares americanos, a que corresponderam 105 042 milhares de euros, designados "Fixed Rate Perpetual Deeply Subordinated Additional Tier 1 Resettable Instruments". Estas obrigações têm um juro condicionado não cumulativo, pagável apenas se e quando declarado pelo Conselho de Administração. Face às suas características estas obrigações são consideradas como instrumentos de capital, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.6.

NOTA 35 - RESERVAS DE JUSTO VALOR, OUTRAS RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM

Reserva legal, reservas de justo valor e outras reservas

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. A legislação portuguesa aplicável ao sector bancário (Artigo 97º do RGICSF) exige que a reserva legal seja anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social.

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de activos financeiros ao justo valor através do rendimento integral, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores. O valor desta reserva é apresentado líquido de imposto diferido.

Na rubrica de outras reservas está incluído a reserva especial ao abrigo do REAID no montante correspondente a 38 613 milhares de euros.

Os movimentos ocorridos nestas rubricas foram os seguintes:

(milhares de euros)

	Reservas de justo valor			Outras Reservas e Resultados Transitados				
	Reservas de reavaliação	Reservas por impostos	Total Reserva de justo valor	Reserva Legal	Desvios actuariais (líquidos de imposto)	Diferenças cambiais	Outras reservas e Resultados Transitados	Total Outras Reservas e Resultados Transitados
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	**1 473**	**(1 005)**	**468**	**39 878**	**(31 736)**	**(169 192)**	**(219 864)**	**(380 914)**
Desvios actuariais líquidos de impostos	-	-	-	-	1 341	-	-	1 341
Alterações de justo valor	(3 739)	1 382	(2 357)	-	-	-	-	-
Diferenças cambiais	-	-	-	-	-	(7 762)	-	(7 762)
Outro rendimento integral apropriado de associadas	-	-	-	-	-	-	(37)	(37)
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	-	7 508	7 508
Saldo em 30 de Junho de 2020	**(2 266)**	**377**	**(1 889)**	**39 878**	**(30 395)**	**(176 954)**	**(212 393)**	**(379 864)**
Desvios actuariais líquidos de impostos	-	-	-	-	(2 382)	-	-	(2 382)
Alterações de justo valor	589	(91)	498	-	-	-	-	-
Diferenças cambiais	-	-	-	-	-	(1 446)	-	(1 446)
Outro rendimento integral apropriado de associadas	-	-	-	-	-	-	400	400
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	**(1 677)**	**286**	**(1 391)**	**39 878**	**(32 777)**	**(178 400)**	**(211 993)**	**(383 292)**
Desvios actuariais líquidos de impostos	-	-	-	-	6 216	-	-	6 216
Alterações de justo valor	2 357	(396)	1 962	-	-	-	-	-
Diferenças cambiais	-	-	-	-	-	5 617	-	5 617
Outro rendimento integral apropriado de associadas	-	-	-	-	-	-	1	1
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	-	1 641	1 641
Saldo em 30 de Junho de 2021	**680**	**(110)**	**571**	**39 878**	**(26 561)**	**(172 783)**	**(210 351)**	**(369 817)**

O movimento da reserva de justo valor, líquida de impostos diferidos e interesses que não controlam pode ser assim analisado:

(milhares de euros)

	30.06.2021	31.12.2020
Saldo inicial	**(1 391)**	**468**
Variação de justo valor	1 023	(986)
Alienações do período	1	(2 426)
Imparidade reconhecida no período	1 334	262
Impostos diferidos reconhecidos no período em reservas	(396)	1 291
Saldo final	**571**	**(1 391)**

Interesses que não controlam

O detalhe da rubrica de Interesses que não controlam por subsidiária é como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2021		31.12.2020	
	Balanço	Resultados	Balanço	Resultados
Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.	10 715	927	9 142	1 386
Haitong Securities do Brasil S.A.	3 202	(22)	2 999	(51)
Haitong Negócios S.A.	4 968	33	4 569	(632)
FI Multimercado Treasury	765	(21)	729	24
Outras	1 452	-	1 354	(11)
	21 102	**917**	**18 793**	**716**

O movimento de Interesses que não controlam nos períodos findos em 30 de junho de 2021, 31 de dezembro de 2020 e 30 de Junho de 2020, pode ser assim analisado:

(milhares de euros)

	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2020
Interesses que não controlam no início do exercício	**18 793**	**26 142**	**26 142**
Dividendos distribuídos	-	(179)	-
Variação da reserva de justo valor	(164)	(341)	(294)
Variação cambial e outros	1 556	(7 545)	(6 733)
Resultado líquido do Período	917	716	213
Interesses que não controlam no fim do exercício	**21 102**	**18 793**	**19 328**

NOTA 36 - PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, existiam os seguintes saldos relativos a contas extrapatrimoniais:

(milhares de euros)

	30.06.2021	31.12.2020
Passivos e avales prestados		
Garantias e avales prestados	120 425	142 768
Activos financeiros dados em garantia	812 769	774 229
	933 194	**916 997**
Compromissos		
Compromissos irrevogáveis	76 953	58 010
	76 953	**58 010**

As garantias e avales prestados são operações bancárias que não se traduzem por mobilização de fundos por parte do Grupo.

Em 30 de junho de 2021, a rubrica de activos financeiros dados em garantia inclui:

- Títulos dados em garantia ao Banco de Portugal (i) no âmbito do Sistema de Pagamento de Grandes Transacções no montante de 10 000 milhares de euros em 30 de junho de 2021 (31 de dezembro de 2020: 10 000 milhares de euros), (ii) no âmbito das operações de refinanciamento de prazo alargado no montante de 110 600 milhares de euros (31 de dezembro de 2020: 110 600 milhares de euros) e (iii) 210 507 milhares de euros de colateral livre não utilizado, sendo que o valor total dos títulos elegíveis para redesconto junto do Banco de Portugal ascendia a 332 107 milhares de euros em 30 de junho de 2021 (31 de dezembro de 2020: 368 286 milhares de euros), (iv) no âmbito do Sistema de Compensação Interbancária no montante de 1 000 milhares de euros.
- Títulos dados em garantia à Comissão de Valores Mobiliários no âmbito do Sistema de Indemnização aos Investidores no montante de 109 milhares de euros (31 de dezembro de 2020: 109 milhares de euros).
- Títulos dados em garantia ao Fundo de Garantia de Depósitos no montante de 108 milhares de euros (31 de dezembro de 2020: 107 milhares de euros);
- Títulos dados em garantia no âmbito de operações com acordo de recompra 429 913 milhares de euros (31 de dezembro de 2020: 445 850 milhares de euros);
- Títulos dados em garantia ao abrigo de contractos de compensação de derivados 50 532 milhares de euros (31 de dezembro de 2020: 30 410 milhares de euros).

Adicionalmente, as responsabilidades evidenciadas em contas extrapatrimoniais relacionadas com a prestação de serviços bancários são como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2021	31.12.2020
Responsabilidades por prestação de serviços		
Agenciamento de papel comercial	116 700	87 500
Outras responsabilidades por prestação de serviços	396 968	475 316
	513 668	**562 816**

O Banco Espírito Santo (BES), o Novo Banco e o Haitong Bank (e em alguns casos também autoridades de supervisão, auditores e ex-administradores do BES), foram demandados em processos judiciais de natureza cível relacionados com factos do antigo Grupo Espírito Santo (GES).

Neste enquadramento, o Haitong Bank é réu actualmente em um processo relacionados com o aumento de capital do BES ocorrido em junho de 2014.

No que respeita a este processo (acção instaurada por vários fundos), depois de proferida decisão de 1ª instância a declarar a deserção da instância, o Tribunal da Relação de Lisboa veio revogar essa decisão e ordenou o prosseguimento dos autos. Dois dos Réus neste processo interpuseram recurso para o Supremo Tribunal de Justiça, e este confirmou a decisão do Tribunal da Relação. Foram interpostos recursos de revisão extraordinária e para o Tribunal Constitucional, todos eles mantendo o anteriormente decidido pelo Tribunal da Relação de Lisboa. O processo baixou à Comarca para prosseguimento dos seus termos, aguardando-se marcação de audiência prévia.

O Haitong Bank é ainda réu em 11 processos todos relacionados com emissões de papel comercial de entidades do GES (Rioforte e ESI – Espirito Santo International).

Na nota 37 relativa às contas anuais de 2020, consta que é opinião do Departamento Jurídico do Haitong Bank e dos advogados externos a quem os processos foram confiados, que os mesmos não têm sustentabilidade jurídica, pelo que se considera improvável e remota qualquer condenação do Haitong Bank em tais processos. Opinião que se reafirma.

Esta opinião foi, entretanto, corroborada por diversas decisões judiciais.

De facto, dos 78 processos instaurados contra o Banco relacionados com emissões de papel comercial de entidades do GES, já transitaram em julgado 46 processos relativos ao papel comercial do GES com a absolvição total do Haitong Bank, tendo ocorrido a desistência do pedido pelos Autores em 21 processos.

No passado dia 16 de julho de 2019, o Haitong Bank foi notificado de uma nova acção judicial proposta contra si e antigos administradores, relativa ao papel comercial emitido pela Espírito Santo International e Rioforte em 2013, proposta pelo Fundo de Recuperação de Créditos "FRC – INQ – Papel Comercial ESI e Rio Forte" ("FRC"), ao qual foram cedidos, pelos lesados do BES, os créditos. Os referidos créditos perfazem o montante de 517 500 099,71 euros. O Haitong Bank apresentou a sua contestação a esta acção em 25 de junho 2020 e encontra-se a aguardar o agendamento pelo tribunal da audiência prévia.

Na opinião dos advogados externos a quem foi confiado este processo movido pelo FRC, o mesmo não tem uma sustentabilidade jurídica sólida e por isso consideram pouco provável a condenação do Haitong Bank.

Assim, não foi constituída qualquer provisão relativa aos referidos processos judiciais.

Sem prejuízo do acima exposto quanto ao desfecho favorável ao Haitong Bank dos processos em causa, e para efeitos de cumprimento das normas contabilísticas aplicáveis, entende-se que não é possível quantificar um montante expectável de eventuais perdas que poderiam decorrer para o Haitong Bank, individualmente considerado, tendo em conta que tais processos foram intentados contra diversas entidades e não apenas contra o Haitong Bank.

No Brasil, encontra-se em discussão judicial a constitucionalidade da lei aplicável à incidência das contribuições para o Programa de Integração Social ("PIS") e para o Financiamento da Seguridade Social ("Cofins") sobre outras receitas que não sejam aquelas decorrentes da venda de bens e da prestação de serviços. Suportados em decisão judicial, as entidades do Grupo no Brasil, depositam mensalmente, os valores objecto de discussão judicial e entregam ao Fisco directamente apenas aqueles valores que incidem sobre as receitas de serviços, os quais não são objecto desta discussão. Os valores objecto de depósito judicial estão contabilizados em balanço, nos outros activos. É entendimento do Grupo no Brasil, com base em pareceres dos seus consultores legais, que a possibilidade de vir a sofrer uma decisão judicial contrária ao Banco é inferior a 50%, razão pela qual o Haitong Bank não registra qualquer provisão para esta contingência. Em 30 de junho de 2021, o valor acumulado das referidas contribuições não liquidado, mas depositado pelo Grupo ascendia a 20.696 milhares de euros.

Assim, não foi constituída qualquer provisão relativa ao referido processo judicial.

Fundo de Resolução

Medidas de resolução aplicadas ao Banco Espírito Santo, S.A. e Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.

O Conselho de Administração do Banco de Portugal deliberou, no dia 3 de Agosto de 2014, aplicar ao Banco Espírito Santo, S.A. ("BES") uma medida de resolução, tendo a generalidade da actividade e do património do BES sido transferida para o Novo Banco S.A.. Em consonância com o normativo comunitário, a capitalização do Novo Banco foi assegurada pelo Fundo de Resolução (FR), criado pelo Decreto-Lei n.º 31-A/2012, de 10 de Fevereiro. Conforme previsto no referido Decreto-Lei, os recursos do Fundo de Resolução são provenientes do pagamento das contribuições devidas pelas instituições participantes no Fundo e da contribuição sobre o sector bancário. Adicionalmente, está também previsto que sempre que esses recursos se mostrem insuficientes para o cumprimento das suas obrigações podem ser utilizados outros meios de financiamento, nomeadamente: (i) contribuições especiais das instituições de crédito; e (ii) importâncias provenientes de empréstimos.

Na sequência da medida de resolução, foram determinadas necessidades de capital do Novo Banco, S.A. de 4 900 milhões de Euros, tendo a subscrição de capital realizada pelo Fundo de Resolução sido financiada essencialmente mediante a obtenção de financiamentos do Estado Português (3 900 milhões de euros) e de oito instituições participantes no Fundo (700 milhões de euros), nas quais não se inclui o Banco.

Subsequentemente, ainda no âmbito do processo de resolução do Banco Espírito Santo, S.A., o Banco de Portugal deliberou, conforme comunicado de 29 de Dezembro de 2015, a transferência para a esfera da responsabilidade do Fundo de Resolução de "…eventuais efeitos negativos de decisões futuras, decorrentes do processo de resolução [do Banco Espírito Santo, S.A.], de que resultem responsabilidades ou contingências.".

Em Julho de 2016, o Fundo de Resolução declarou que iria analisar e avaliar os passos necessários na sequência da publicação dos resultados do exercício de avaliação independente, realizado para estimar o nível de recuperação de crédito para cada classe de credores no cenário hipotético de um processo de insolvência normal do BES a 3 de Agosto de 2014.

Nos termos da lei aplicável, caso se venha a verificar, no encerramento da liquidação do BES, que os credores cujos créditos não tenham sido transferidos para o Novo Banco, assumem um prejuízo superior ao que hipoteticamente assumiriam caso o BES tivesse entrado em processo de liquidação em momento imediatamente anterior ao da aplicação da medida de resolução, esses credores têm direito a receber a diferença do Fundo de Resolução.

Na sequência da resolução do BES, existe um conjunto relevante de acções judiciais em curso contra o Fundo de Resolução. De acordo com a Nota 23 às contas do Relatório e Contas de 2018 do Fundo de Resolução, "As acções judiciais relacionadas com a aplicação de medidas de resolução não têm precedentes jurídicos, o que impossibilita o uso da jurisprudência na sua avaliação, bem como uma estimativa fiável do eventual efeito financeiro contingente associado. No entanto, a 12 de Março de 2019 foi proferido acórdão pelo Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, por unanimidade dos seus vinte juízes, que confirmou a constitucionalidade do regime jurídico da resolução e a plena legalidade da medida de resolução aplicada ao BES a 3 de Agosto de 2014. Também por acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 13 de Março de 2019 foi proferida decisão de mérito inteiramente favorável ao Fundo de Resolução relacionada com a impugnação do processo de venda do Novo Banco. A Comissão Directiva, suportada pela opinião dos advogados que asseguram o patrocínio destas acções, e face à informação jurídico-processual disponível até ao momento, considera que não existe qualquer evidência que infirme a sua convicção de que a probabilidade de sucesso seja superior à probabilidade de insucesso".

Em 18 de Outubro de 2017, o Fundo de Resolução anunciou a conclusão do processo de venda de 75% do capital social do Novo Banco, S.A. à Lone Star, cuja selecção havia sido comunicada pelo Banco de Portugal em 31 de Março de 2017. As condições acordadas incluem a existência de um mecanismo de capitalização contingente, nos termos do qual o Fundo de Resolução se compromete a realizar injecções de capital até ao montante total máximo de 3 890 000 milhares de euros no caso de se materializarem certas condições cumulativas. Em comunicado de 17 de Junho de 2019, o Fundo de Resolução divulgou um conjunto de esclarecimentos relacionados com o pagamento devido em 2019 no âmbito do acordo de capitalização contingente celebrado com o Novo Banco, nomeadamente:

- Para haver pagamentos por parte do Fundo de Resolução (limitados a um máximo de Euros 3.890 milhões durante toda a vida do mecanismo) é necessário que ocorram perdas nos Activos abrangidos pelo mecanismo contingente e que os rácios de capital do Novo Banco se situem em nível inferior aos limiares de referência acordados;
- O pagamento a efectuar pelo Fundo de Resolução corresponde ao menor valor entre as perdas acumuladas nos Activos abrangidos e o montante necessário para repor os rácios de capital acima do limiar mínimo de referência;
- Os rácios de capital de referência estão, nos anos de 2017, 2018 e 2019, ancorados aos requisitos regulamentares aplicáveis ao Novo Banco (rácio de 11,25% e de 12,75%, respectivamente, para CET1 e Tier I), mas, a partir de 2020, o rácio de referência corresponde a um rácio de CET1 de 12%;
- O valor de referência inicial da carteira que integra o mecanismo de capitalização contingente era à data de 30 de Junho de 2016 de Euros 7 838 milhões (valor contabilístico dos respectivos Activos, líquido de imparidades), e o valor da carteira, a 31 de Dezembro de 2018, ascendia a cerca de Euros 3.920 milhões (valor contabilístico dos respectivos Activos líquido de imparidades);
- As perdas acumuladas pelos Activos abrangidos e pela respectiva gestão, entre 30 de Junho de 2016 (a data de referência do mecanismo) e 31 de Dezembro de 2018, correspondem a Euros 2.661 milhões. Deste montante, o Fundo de Resolução pagou em 2018, de acordo com os termos e condições do

mecanismo de capitalização contingente, cerca de Euros 792 milhões, pelo que o valor de perdas não suportado pelo Fundo era, no final de 2018, de aproximadamente Euros 1 869 milhões;

- O montante necessário para que, com referência ao exercício de 2018, os rácios de capital do Novo Banco se mantenham nos níveis acordados é de Euros 1 149 milhões. O valor a pagar pelo Fundo de Resolução resulta da comparação entre o montante de Euros 1 869 milhões (perda acumulada nos Activos abrangidos não suportada pelo Fundo) e o montante de Euros 1 149 milhões e corresponde ao menor desses valores, i.e., Euros 1149 milhões.

Em 24 de Maio de 2018, o Fundo de Resolução comunicou a realização nessa mesma data do pagamento ao Novo Banco, S.A. do montante de cerca de 791 695 milhares de euros, resultante da aplicação do mecanismo de capitalização contingente acima referido relativo aos resultados divulgados para 2017, tendo para o efeito utilizado recursos próprios, complementados por um empréstimo adicional do Estado no montante de 430 000 milhares de euros, no âmbito do acordo-quadro celebrado entre o Estado Português e o Fundo de Resolução em Outubro de 2017.

Em 6 de Maio de 2019, o Fundo de Resolução procedeu ao pagamento ao Novo Banco da verba apurada relativamente ao exercício de 2018 no montante de 1 149 milhões de Euros utilizando para este efeito recursos próprios e recorrendo a um empréstimo junto do Estado de 850 milhões de Euros o qual corresponde ao limite máximo de financiamento acordado. Assim, o valor pago pelo Fundo de Resolução ao Novo Banco em dois anos foi de 1 941 milhões de Euros.

De acordo com o Relatório e Contas do Fundo de Resolução de 2018, "No que respeita a períodos futuros, considera-se existir incerteza significativa quanto aos parâmetros relevantes para o apuramento de eventuais responsabilidades futuras, seja para o seu aumento ou para a sua redução, nos termos do acordo relativo ao mecanismo de capitalização contingente com o Novo Banco".

De acordo com comunicado do Fundo de Resolução a 4 de Junho de 2020, o pagamento realizado pelo Fundo de Resolução ao Novo Banco, em Maio de 2020, no montante de 1 035 milhões de euros, resulta da execução dos acordos celebrados em 2017, no quadro da venda de 75% da participação do Fundo de Resolução no Novo Banco, e respeitou todos os procedimentos e limites aí definidos.

No mesmo comunicado, o Fundo de Resolução esclarece ainda que o "Fundo de Resolução e o Novo Banco iniciaram um procedimento arbitral com vista a esclarecer o tratamento que devem merecer, à luz do Acordo de Capitalização Contingente, celebrado entre ambos, os efeitos decorrentes da intenção do Novo Banco em prescindir do regime transitório de que actualmente beneficia e que visa reduzir o impacto da introdução da IFRS 9 sobre os fundos próprios das instituições de crédito. Esta questão enquadra-se no âmbito da execução do Acordo de Capitalização Contingente, que fixa em 3 890 milhões de euros o montante máximo de pagamentos a realizar pelo Fundo de Resolução. Assim, mesmo que o procedimento arbitral viesse a ter um desfecho favorável para as pretensões do Fundo de Resolução, os seus efeitos seriam incluídos no limite máximo de 3 890 milhões de euros previsto no Acordo de Capitalização Contingente. O procedimento arbitral referido não apresenta, portanto, risco adicional face ao limite de 3 890 milhões de euros."

Assim, considerando os pagamentos já realizados e o valor da provisão registada no exercício de 2019, o valor remanescente susceptível de ser ainda utilizado ascende a 912 milhões de euros.

A 31 de Dezembro de 2020, o Novo Banco é detido pela Lone Star e pelo Fundo de Resolução, com uma percentagem do capital social de 75% e 25%, respectivamente.

O Novo Banco, S.A., aderiu ao Regime Especial aplicável aos Activos por Impostos Diferidos (REAID), previsto na Lei nº 61/2014, de 26 de agosto, e foi notificado em 2019 sobre a confirmação, pela Autoridade Tributária

e Aduaneira (AT), da conversão dos activos por impostos diferidos em créditos tributários, com referência aos períodos de tributação de 2015 e 2016, por contrapartida de direitos de conversão atribuídos ao Estado. Caso o Fundo de Resolução não venha a exercer o seu direito potestativo de adquirir os direitos de conversão atribuídos ao Estado, cujo termo ocorre em 2022, o Estado poderá tornar-se acionista do Novo Banco S.A. numa percentagem acumulada de 2.71% do capital social do Novo Banco S.A. com diluição da posição acionista do Fundo de Resolução. De acordo com a informação do relatório e contas do Fundo de Resolução de 2019, nos termos do Contrato de Venda e Subscrição de 75% do capital social do Novo Banco S.A. celebrado com a Lone Star em 17 de Outubro de 2017, o efeito da diluição associada ao REAID deverá afetar exclusivamente a participação do Fundo de Resolução. Estima, conforme nota 21, embora sujeito a concretização de alguns pressupostos, que os processos em curso de conversão dos activos por impostos diferidos em créditos tributários com referência aos períodos de 2017 e 2018 possa corresponder a um montante na ordem de 7.6 pontos percentuais do capital social do Novo Banco. Estes efeitos poderão impactar na posição acionista do Fundo de Resolução no Novo Banco S.A.

Medidas de resolução aplicadas ao Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.

Em 19 e 20 de Dezembro de 2015, foi aplicada uma medida de resolução sobre o BANIF – Banco Internacional do Funchal, S.A. ('BANIF'). A operação envolveu um apoio público, incluindo 489 milhões de euros assumidos pelo FR, os quais foram financiados através de um contrato mútuo concedido pelo Estado. Adicionalmente, o FR prestou uma garantia relativa a obrigações emitidas pelo veículo constituído no âmbito da resolução do Banif, no montante de 746 milhões de Euros, contragarantida pelo Estado Português.

Aspectos gerais

Para reembolsar os empréstimos obtidos e outras responsabilidades que possa vir assumir relativamente às medidas de resolução acima referidas, o FR dispõe essencialmente das contribuições periódicas e especiais das instituições participantes (incluindo o Banco) e da contribuição sobre o sector bancário. Nos termos do artigo 153º-I do Decreto-Lei nº 345/98, de 9 de Novembro, se os recursos do FR se mostrarem insuficientes para o cumprimento das suas obrigações, pode ser determinado por diploma próprio que as instituições participantes efectuem contribuições especiais, e definir os montantes, prestações, prazos e demais termos dessas contribuições.

No âmbito da aplicação destas medidas, o Fundo de Resolução contraiu empréstimos e assumiu outras responsabilidades e passivos contingentes, em particular:

- Os empréstimos obtidos junto do Estado registavam a 31 de dezembro de 2018 os montantes disponibilizados (i) em 2014 para o financiamento da medida de resolução aplicada ao BES (3.900 milhões de Euros); (ii) para o financiamento da absorção de prejuízos do Banif (353 milhões de Euros); (iii) no âmbito do acordo quadro celebrado com o Estado em outubro de 2017, para o financiamento das medidas ao abrigo do mecanismo de capital contingente (430 milhões de Euros, aos quais se acrescem 850 milhões de Euros de financiamento adicional solicitado em 2019, conforme anteriormente descrito);

- Outros financiamentos concedidos por instituições participantes no Fundo de Resolução no valor de 700 milhões de Euros, no qual o Banco não participa, no âmbito da aplicação da medida de resolução do BES;

- Tomada firme pelo Fundo de Resolução de emissão de Tier 2 a realizar pelo Novo Banco, até ao montante de 400 milhões de Euros (esta tomada firme não se materializou, porque a emissão foi colocada junto de entidades terceiras conforme comunicado pelo Novo Banco a 29 de julho de 2018);

- Os efeitos da aplicação do princípio de que nenhum credor da instituição de crédito sob resolução pode assumir um prejuízo superior ao que assumiria caso essa instituição tivesse entrado em liquidação;
- Os efeitos negativos decorrentes do processo de resolução de que resultem responsabilidades ou contingências adicionais para o Novo Banco que têm de ser neutralizados pelo Fundo de Resolução;

Processos judiciais contra o Fundo de Resolução:

- Garantia prestada às obrigações emitidas pela Oitante S.A. Esta garantia está contragarantida pelo Estado Português;
- Mecanismo de capital contingente, em que a Lone Star tem o direito de reclamar junto do Fundo de Resolução os custos de financiamento, as perdas e o provisionamento com os activos pertencentes a essa carteira, até um montante máximo de 3.890 milhões de Euros, subordinado ao preenchimento das condições anteriormente descritas, entre as quais uma redução do rácio de capital CET1 para um valor inferior a 8%-13%;
- O Estado português poderá injetar capital no Novo Banco, sob algumas condições e via diferentes instrumentos, na eventualidade do rácio de capital total atingir valores inferiores aos requisitos de capital definidos no âmbito do SREP, conforme referido na respetiva Decisão da Comissão Europeia.

De acordo com a Nota 24 do Relatório e Contas 2018 do Fundo de Resolução, o Fundo de Resolução considera que não existem, à data, elementos que permitam estimar com fiabilidade o potencial efeito financeiro destas responsabilidades potenciais.

Em 28 de Setembro de 2016 o Fundo de Resolução emitiu um comunicado no qual é indicado que a maturidade do empréstimo que se vencia em 31 de Dezembro de 2017 seria ajustada de forma a garantir a capacidade do Fundo para cumprir integralmente as suas obrigações com base nas suas receitas regulares, e independentemente das contingências a que se encontra exposto, nem necessidade de proceder à cobrança de contribuições extraordinárias.

De acordo com o comunicado do FR de 21 de Marco de 2017:

- "Foram alteradas as condições dos empréstimos obtidos pelo Fundo para o financiamento das medidas de resolução aplicadas ao Banco Espírito Santo, S.A. e ao Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.." Estes empréstimos ascendem a 4 953 milhões de euros, dos quais 4 253 milhões de euros concedidos pelo Estado e 700 milhões de euros concedidos por um sindicato bancário.
- Aqueles empréstimos têm agora vencimento em Dezembro de 2046, sem prejuízo da possibilidade de reembolso antecipado com base na utilização das receitas do Fundo de Resolução. O prazo de vencimento será ajustado em termos que garantam a capacidade do Fundo de Resolução para cumprir integralmente as suas obrigações com base em receitas regulares e sem necessidade de recurso a contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuições extraordinárias.
- A revisão das condições dos empréstimos visou assegurar a sustentabilidade e o equilíbrio financeiro do Fundo de Resolução, com base num encargo estável, previsível e comportável para o sector bancário.
- As novas condições permitem que seja assegurado o pagamento integral das responsabilidades do Fundo de Resolução, bem como a respectiva remuneração, sem necessidade de recurso a contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuições extraordinárias por parte do sector bancário".

Por outro lado, e no contexto do processo de venda do Novo Banco, S.A., o Conselho de Ministros aprovou em 2 de Outubro de 2017 uma resolução na qual autorizou a celebração, pelo Estado Português, enquanto garantidor final da estabilidade financeira, de um acordo com o Fundo de Resolução, com vista à disponibilização de meios financeiros ao Fundo de Resolução, se e quando se afigurar necessário, para a satisfação de obrigações contratuais que venham eventualmente a decorrer da operação de venda da participação de 75% do capital social do Novo Banco, S.A.. Está igualmente referido que o respectivo reembolso terá presente que um dos objectivos deste acordo é assegurar a estabilidade do esforço contributivo que recai sobre o sector bancário, ou seja, sem necessidade de serem cobradas, aos participantes do Fundo de Resolução, contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuições extraordinárias.

Os recursos próprios do Fundo de Resolução apresentavam um saldo negativo de 7 021 milhões de euros, de acordo com as últimas contas publicadas com o Relatório e Contas do Fundo de Resolução de 2019.

Para fazer face às suas responsabilidades o Fundo de Resolução dispõe de receitas provenientes das contribuições, iniciais e periódicas, das instituições participantes (incluindo o Haitong Bank) e da contribuição sobre o sector bancário instituídas pela Lei n.º 55-A/2010. Está ainda prevista a possibilidade de o Governo determinar, por portaria, que sejam efectuadas contribuições especiais nas situações previstas na lei, em concreto na eventualidade de o Fundo de Resolução não dispor de recursos próprios para o cumprimento das suas obrigações.

Nos termos do disposto no Decreto-Lei nº 24/2013 que estabelece o funcionamento do FR, o Banco tem vindo desde 2013 a proceder às contribuições obrigatórias, conforme disposto no referido diploma.

No dia 3 de Novembro de 2015, o Banco de Portugal emitiu uma Carta-Circular nos termos da qual se esclarece que a contribuição periódica para o FR deve ser reconhecida como custo no momento da ocorrência do acontecimento que cria a obrigação de pagamento da contribuição, isto é no último dia do mês de Abril de cada ano, conforme estipula o artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 24/2013, de 19 de Fevereiro, encontrando-se assim o Banco a reconhecer como gasto a contribuição no ano em que a mesma se torna devida. O Fundo de Resolução emitiu em 15 de Novembro de 2015 um comunicado afirmando: "esclarece-se ainda que não é previsível que o Fundo de Resolução venha a propor a criação de uma contribuição especial para financiamento da medida de resolução aplicada ao BES. A eventual cobrança de uma contribuição especial afigura-se, desta forma, remota."

O regime previsto no Decreto-Lei n.º 24/2013 estabelece que o Banco de Portugal fixa, por instrução, a taxa a aplicar em cada ano sobre a base de incidência objectiva das contribuições periódicas. A instrução do Banco de Portugal n.º 24/2019, publicada a 16 de Dezembro de 2019, fixou a taxa base a vigorar em 2020 para a determinação das contribuições periódicas para o FR em 0,06% face à taxa de 0,057% que vigorou em 2019.

A partir de 2015, o Banco passou igualmente a efectuar contribuições no âmbito da constituição do Fundo de Resolução Europeu, tendo as contribuições efectuadas pelo Banco em 2020 ascendido a 974 milhares de euros.

Em 2020, o Banco efectuou contribuições periódicas para o Fundo de Resolução e sobre o sector bancário nos montantes de 570 milhares de euros e 1 669 milhares de euros, respectivamente, as quais são reconhecidas como custos nos termos previstos na IFRIC 21 – Taxas.

A pandemia COVID-19, duração e efeitos, constituem um contexto de incerteza adicional relativamente aos impactos daí decorrentes, conforme relevado no parecer do auditor externo do Novo Banco inscrito no

Relatório e Contas do Novo Banco de 2020 e no parecer do conselho de auditoria do Banco de Portugal inscrito no Relatório e Contas de 2020 do Fundo de Resolução.

NOTA 37 – TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

O valor das transacções do Grupo realizadas com entidades relacionadas do Grupo Haitong nos períodos findos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, assim como os respectivos custos e proveitos reconhecidos no exercício, resumem-se como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2021					
	Activos					
	Outros	Total	Garantias	Passivos	Proveitos	Custos
Accionistas						
HAITONG INTERNATIONAL HOLDINGS LIMITED	-	-	-	-	-	-
Subsidiárias e associadas de accionistas						
HAITONG INTERNATIONAL STRATEGIC INVESTMENT	-	-	-	-	8 000	-
HAITONG SECURITIES	4 840	4 840	-	-	4 840	-
HAITONG UNITRUST FINANCIAL & LEASING	-	-	-	-	-	-
HAITONG INTERNATIONAL SECURITIES CO LTD	2 050	2 050	-	-	1 960	1
HAITONG INTERNATIONAL SECURITIES GROUP LIMITED	-	-	-	-	2 102	-
HAITONG INTERNATIONAL (UK) LIMITED	-	-	-	68	-	381
HAITONG INTERNATIONAL ADVISORY COMPANY LIMITED	-	-	-	-	1 292	-
HAITONG INVESTMENT IRELAND PLC	4 880	4 880	15 099	288 737	1 420	5 963
HAITONG PRIVATE EQUITY FUND	42	42	-	14 789	42	-
TOTAL	**11 812**	**11 812**	**15 099**	**303 594**	**19 656**	**6 345**

(milhares de euros)

	31.12.2020					
	Activos					
	Outros	Total	Garantias	Passivos	Proveitos	Custos
Accionistas						
HAITONG INTERNATIONAL HOLDINGS LIMITED	-	-	-	-	-	12
Subsidiárias e associadas de accionistas						
HAITONG INTERNATIONAL STRATEGIC INVESTMENT	2 970	2 970	-	-	8 000	-
HAITONG SECURITIES	-	-	-	-	16 500	-
HAITONG INTERNATIONAL SECURITIES CO LTD	686	686	-	-	778	-
HAITONG INNOVATION SECURITIES INVESTMENT CO LTD	-	-	-	-	1 500	-
HAITONG INTERNATIONAL SECURITIES GROUP LIMITED	-	-	-	-	2 318	-
HAITONG INTERNATIONAL SECURITIES USA INC	-	-	-	-	2	-
HAITONG INTERNATIONAL SECURITIES CO LTD	880	880	-	-	3 926	-
UNICAM LIMITED	2 471	2 471	-	-	3 000	-
HAITONG INTERNATIONAL (UK) LIMITED	-	-	-	-	-	502
HAITONG INVESTMENT IRELAND PLC	9 199	9 199	15 099	689 936	17 431	27 432
TOTAL	**16 206**	**16 206**	**15 099**	**689 936**	**53 455**	**27 946**

A rubrica de proveitos a 30 de junho de 2021 inclui 16 902 milhares de euros referentes à rubrica de rendimentos de serviços e comissões por serviços bancários prestados (31 de dezembro de 2020: 36 768 milhares de euros).

NOTA 38 – JUSTO VALOR DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Justo valor de activos e passivos financeiros

O Grupo Haitong Bank estima o justo valor dos seus instrumentos financeiros com base em preços observados em mercados activos ou, na sua ausência, recorrendo a técnicas de avaliação baseados em modelos financeiros standard de mercado tais como desconto de cash flows e modelos de valorização de opções. Sempre que disponíveis, os parâmetros de mercado utilizados são os observáveis no mercado. Caso estes não sejam observáveis directamente no mercado, são derivados de instrumentos transaccionados activamente no mercado ou obtidos através de preços indicativos de terceiros.

O Grupo realiza ajustamentos ao justo valor de instrumentos derivados não colateralizados de forma a reflectir o risco de crédito da contraparte (CVA) destes derivados considerando o valor actual em exposição, a perda esperada em caso de incumprimento e a probabilidade de incumprimento. A probabilidade de incumprimento é estimada com base no modelo de avaliação de risco de crédito do Banco ou com base em informação de mercado quando aplicável.

O justo valor dos activos e passivos financeiros para o Grupo, é analisado como segue:

(milhares de euros)

		Valorizados ao Justo Valor				
	Custo amortizado	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total de Valor de Balanço	Justo Valor
30 de Junho de 2021						
Caixa e Equivalentes de Caixa	442 348	-	-	-	442 348	442 348
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados						
Activos financeiros detidos para negociação						
Títulos	-	33 711	588 726	1 000	623 437	623 437
Instrumentos financeiros derivados	-	-	79 493	3 512	83 005	83 005
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados						
Títulos	-	728	7 312	20 029	28 069	28 069
Crédito a clientes	-	-	-	-	-	-
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	102 553	56 743	93 477	252 773	252 773
Activos financeiros pelo custo amortizado						
Títulos	483 495	-	-	-	483 495	483 374
Aplicações em instituições de crédito	7 731	-	-	-	7 731	7 731
Crédito a clientes	566 920	-	-	-	566 920	561 268
Activos financeiros	**1 500 494**	**136 992**	**732 274**	**118 018**	**2 487 778**	**2 482 005**
Passivos financeiros detidos para negociação						
Títulos	-	10 798	-	34	10 832	10 832
Instrumentos financeiros derivados	-	-	86 662	402	87 064	87 064
Passivos financeiros ao custo amortizado						
Recursos de instituições de crédito	805 628	-	-	-	805 628	805 628
Recursos de clientes	1 125 209	-	-	-	1 125 209	1 125 209
Responsabilidades representadas por títulos	64 687	-	-	-	64 687	64 687
Derivados - Contabilidade de cobertura	-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros	**1 995 524**	**10 798**	**86 662**	**436**	**2 093 420**	**2 093 420**
31 de Dezembro de 2020						
Caixa e Equivalentes de Caixa	494 885	-	-	-	494 885	494 885
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados						
Activos financeiros detidos para negociação						
Títulos	-	23 165	603 892	-	627 057	627 057
Instrumentos financeiros derivados	-	-	141 256	1 806	143 062	143 062
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados						
Títulos	-	715	6 565	28 017	35 297	35 297
Crédito a clientes	-	-	-	-	-	-
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	31 421	14 704	114 631	160 756	160 756
Activos financeiros pelo custo amortizado						
Títulos	461 453	-	-	-	461 453	449 115
Aplicações em instituições de crédito	115 160	-	-	-	115 160	115 160
Crédito a clientes	420 040	-	-	-	420 040	415 231
Activos financeiros	**1 491 538**	**55 301**	**766 417**	**144 454**	**2 457 710**	**2 440 563**
Passivos financeiros detidos para negociação						
Títulos	-	-	79 083	-	79 083	79 083
Instrumentos financeiros derivados	-	-	140 898	1 806	142 704	142 704
Passivos financeiros ao custo amortizado						
Recursos de instituições de crédito	577 996	-	-	-	577 996	577 996
Recursos de clientes	1 227 505	-	-	-	1 227 505	1 227 505
Responsabilidades representadas por títulos	64 862	-	-	-	64 862	64 862
Passivos financeiros	**1 870 363**	**-**	**219 981**	**1 806**	**2 092 150**	**2 092 150**

Hierarquia de Justo Valor

Os instrumentos financeiros registados ao justo valor são classificados em três níveis definidos pela IFRS 13 da seguinte forma:

Nível 1 – Instrumentos valorizados com base em cotações observadas em mercados activos e líquidos. Incluem-se neste nível obrigações de governos, obrigações de empresas, e acções e derivados listados e transaccionados em mercados regulados.

Nível 2 – Instrumentos valorizados recorrendo a técnicas de avaliação com base em parâmetros observáveis no mercado, valorizados com base em cotações num mercado activo de instrumentos similares e com base em cotações de mercados que não são activos nem líquidos. Incluem-se neste nível obrigações, derivados OTC não complexos, acções ilíquidas e fundos valorizados com base no Net Asset Value publicados diariamente pelas entidades que os gerem e com possibilidade de resgate diário. Os derivativos de balcão incluem instrumentos financeiros negociados nesse mercado (OTC), nos quais existe contractos de garantia (ISDA com CSA - Credit Support Annex), com valor mínimo de transferência (MTA) muito baixo, que permite mitigar o Risco de Crédito da contraparte e o CVA (Credit Value Adjustment) não é considerado significativo. Adicionalmente, estão incluídos derivativos financeiros negociados em mercado de balcão (OTC), que não possuem CSA assinado, mas o peso dos dados não observáveis no mercado (Ex: Avaliação Interna, Probabilidade de default determinada por modelos internos, etc) na avaliação do CSA não é significativo no valor da derivado como um todo (é considerado um valor significativo quando o valor do CVA é superior a 5% do valor de mercado do derivado).

Nível 3 - Instrumentos valorizados recorrendo a técnicas de avaliação com base em parâmetros não observáveis no mercado e que não cumpram com os requisitos para serem classificados em Nível 1 ou Nível 2. Incluem-se neste nível derivados OTC complexos valorizados com base em parâmetros não observáveis no mercado ou com base em cotações indicativas de uma terceira parte, obrigações altamente ilíquidas ou em situação de incumprimento, fundos valorizados com base no Net Asset Value publicados pelas entidades que os gerem sem possibilidade de resgate diário e acções não transaccionadas em mercado regulado. No Nível 3 estão incluídos os instrumentos financeiros negociados no mercado de balcão com contrapartes que a HB não possui CSA assinada e o peso de dados não observáveis de mercado incorporados na avaliação da CVA, é considerado significativo no valor de mercado do derivativo (o valor do CVA é 5% maior que o valor de mercado do derivado).

No primeiro semestre de 2021, com base na avaliação da liquidez de mercado dos títulos, foram transferidos ativos de negociação de 29,67 milhares de euros de Nível 1 para Nível 2 e 633 milhares de euros de Nivel 2 para Nível 1.

Para os instrumentos financeiros registados no balanço ao justo valor, o movimento ocorrido entre 31 de dezembro de 2020 e 30 de junho de 2021 nos activos e passivos classificados no Nível 3 apresenta o seguinte detalhe:

(milhares de euros)

	Activos e Passivos financeiros detidos para negociação		Activos financeiros obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através		Activos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	Total
	Títulos	Instrumentos financeiros derivados	Títulos	Crédito		
Saldo final a 31 de Dezembro de 2020	**-**	**-**	**28 017**	**-**	**114 631**	**142 648**
Resultados reconhecidos em Margem financeira	-	-	-		2 900	**2 900**
Resultados de instrumentos de trading e de outros instrumentos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados	2	-	3 447	-	-	**3 449**
Resultados de desreconhecimento de activos financeiros ao justo valor através outro rendimento integral	-	-	-	-	44	**44**
Imparidade em activos financeiros	-	-	-	-	(2 408)	**(2 408)**
Outras variações de justo valor	-	-	237	-	1 906	**2 143**
Variação de reserva de justo valor	-	-	-	-	3 672	**3 672**
Aquisições	964	-	-	-	49 122	**50 086**
Saídas	-	-	(10 964)	-	(37 738)	**(48 702)**
Reembolsos	-	-	(708)	-	(11 932)	**(12 640)**
Transferências de outros níveis	-	3 110	-	-	-	**3 110**
Transferências para outros níveis	-	-	-	-	(26 720)	**(26 720)**
Saldo final a 30 de Junho de 2021	**966**	**3 110**	**20 029**	**-**	**93 477**	**117 582**

No que se refere aos instrumentos classificados em nível 3, no primeiro semestre de 2021, com base na avaliação da liquidez de mercado dos títulos, foram transferidos 19 225 milhares de euros para nível 2 e 7 494 milhares de euros para nível 1.

Relativamente aos instrumentos derivados, em 2021, foram transferidos 3 110 milhares de euros de Nível 2 para Nível 3, cujo impacto de CVA na valorização do derivado passou a ser superior a 5%.

(milhares de euros)

	Activos e Passivos financeiros detidos para negociação		Activos financeiros obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados		Activos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	Total
	Títulos	Instrumentos financeiros derivados	Títulos	Crédito		
Saldo final a 31 de Dezembro de 2019	**-**	**2 600**	**29 874**	**107**	**55 268**	**87 849**
Resultados reconhecidos em Margem financeira	-	-	-	-	1 691	**1 691**
Resultados de instrumentos de trading e de outros instrumentos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados	-	(4 935)	2 627	(12)	3	**(2 317)**
Resultados de desreconhecimento de activos financeiros ao justo valor através outro rendimento integral	-	-	-	-	(831)	**(831)**
Imparidade em activos financeiros	-	-	-	-	(372)	**(372)**
Outras variações de justo valor	-	-	(1 210)	(7)	(5 665)	**(6 882)**
Variação de reserva de justo valor	-	-	-	-	179	**179**
Aquisições	-	-	-	-	97 463	**97 463**
Saídas	-	-	(683)	-	(23 686)	**(24 369)**
Reembolsos	-	-	(2 591)	(88)	(12 574)	**(15 253)**
Fluxos financeiros derivados	-	2 897	-	-	-	**2 897**
Transferências provenientes de actividades que foram descontinuadas	-	-	-	-	-	**-**
Transferências de outros níveis	-	-	-	-	3 155	**3 155**
Transferências para outros níveis	-	(562)	-	-	-	**(562)**
Saldo final a 31 de Dezembro de 2020	**-**	**-**	**28 017**	**-**	**114 631**	**142 648**

Em 2020, com base na avaliação da liquidez de mercado dos títulos, foram transferidos 632 milhares de euros de Nível 1 para Nível 2 e 3 155 milhares de euros de Nível 2 para Nível 3. Foram ainda transferidos 4 381 milhares de euros de Nível 2 para Nível 1.

Relativamente aos instrumentos derivados, em 2020, foram transferidos 562 milhares de euros de Nível 3 para Nível 2, cujo impacto de CVA na valorização do derivado passou a ser inferior a 5%.

Os principais parâmetros utilizados, durante o exercício de 2021, nos modelos de valorização foram os seguintes:

Curvas de taxas de juro

As taxas de curto prazo apresentadas reflectem os valores indicativos de taxas de depósito e/ou futuros, para o longo prazo utilizam-se as taxas swap:

(%)

	30.06.2021			31.12.2020		
	EUR	USD	GBP	EUR	USD	GBP
Overnight	-0,55	0,09	0,04	-0,56	0,08	0,03
1 mês	-0,53	0,10	0,06	-0,50	0,14	0,02
3 meses	-0,54	0,15	0,08	-0,50	0,23	0,03
6 meses	-0,50	0,15	0,11	-0,50	0,17	0,03
1 ano	-0,49	0,17	0,16	-0,51	0,17	0,00
3 anos	-0,40	0,49	0,51	-0,51	0,16	0,09
5 anos	-0,26	0,95	0,70	-0,46	0,43	0,19
7 anos	-0,11	1,20	0,83	-0,39	0,66	0,28
10 anos	0,10	1,43	0,97	-0,27	0,94	0,40
15 anos	0,36	1,65	1,09	-0,07	1,22	0,53
20 anos	0,48	1,74	1,12	0,01	1,35	0,58
25 anos	0,50	1,77	1,11	0,01	1,41	0,59
30 anos	0,48	1,77	1,09	-0,03	1,44	0,58

Fonte: Haitong Bank.

Spreads de crédito

Os spreads de crédito utilizados pelo Grupo na avaliação dos derivados de crédito são capturados diariamente via Markit. A tabela seguinte representa a evolução dos principais índices de crédito:

(pontos de base)

Indice	3 anos	5 anos	7 anos	10 anos
30.06.2021				
CDX USD Main	26,59	54,15	80,31	102,71
iTraxx Eur Main	26,88	46,76	65,15	84,92
iTraxx Eur Senior Financial	-	54,52	-	-
31.12.2020				
CDX USD Main	29,94	49,90	70,50	90,93
iTraxx Eur Main	30,60	47,93	65,99	86,31
iTraxx Eur Senior Financial	-	59,01	-	-

Volatilidades de taxas de juro

Os valores a seguir apresentados referem-se às volatilidades implícitas (at the Money):

(%)

	30.06.2021			31.12.2020		
	EUR	USD	GBP	EUR	USD	GBP
1 ano	13,16	20,50	18,97	15,09	19,03	20,29
3 anos	23,78	50,65	39,41	21,11	25,05	31,30
5 anos	36,81	67,14	52,00	28,06	37,52	39,21
7 anos	46,07	72,92	57,16	34,26	48,72	45,21
10 anos	53,44	74,77	60,63	41,19	57,70	51,21
15 anos	57,08	73,86	63,75	46,66	61,92	55,37

Fonte: Haitong Bank.

Câmbios e volatilidades

Seguidamente apresentam-se as taxas de câmbio (Banco Central Europeu) à data de balanço e as volatilidades implícitas (at the money):

Cambial	Cotação		Volatilidade (%)				
	30.06.2021	31.12.2020	1 mês	3 meses	6 meses	9 meses	1 ano
EUR/USD	1,188	1,227	5,633	5,668	5,720	5,740	6,085
EUR/GBP	0,858	0,899	4,800	5,048	5,335	5,545	5,925
EUR/CHF	1,098	1,080	3,645	4,033	4,323	4,555	4,923
EUR/PLN	4,520	4,560	5,345	5,235	5,145	5,103	5,108
EUR/CNY	7,674	8,022	5,445	5,545	5,715	5,903	5,985
USD/BRLa)	4,969	5,194	15,702	15,645	15,653	15,743	15,810

a) Calculado com base nos câmbios EUR/USD and EUR/BRL

Índices accionistas

No quadro seguinte, resume-se a evolução dos principais índices accionistas e respectivas volatilidades:

	Cotação			Volatilidade histórica (%)		Volatilidade implícita (%)
	30.06.2021	31.12.2020	Variação %	1 mês	3 meses	
DJ Euro Stoxx 50	4 064	3 553	14,4	10,39	13,2	14,13
PSI 20	5 035	4 898	2,79	11,95	14,79	-
IBEX 35	8 821	8 074	9,26	12,18	14,2	-
DAX	15 531	13 719	13,21	11,5	13,95	14,75
S&P 500	4 298	3 756	14,41	8,4	13,6	11,16
BOVESPA	126 802	119 017	6,54	11,78	18,31	20,27

Fonte: Haitong Bank.

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros acima referidos são analisados como segue:

Caixa e disponibilidades em bancos centrais, Disponibilidades em outras instituições de crédito e Empréstimos e aplicações em instituições de crédito

Considerando os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

Crédito a clientes

O justo valor do crédito a clientes é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, tendo em conta os spreads de mercado para operações semelhantes (caso fossem contratadas no momento actual) considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas.

Recursos de instituições de crédito

Considerando os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

Recursos de clientes

O justo valor destes instrumentos financeiros é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. Considerando que as taxas de juro aplicáveis são de natureza variável e o período de maturidade dos depósitos é substancialmente inferior a um ano, não existem diferenças quantificáveis no seu justo valor.

Débitos representados por títulos e passivos subordinados

O justo valor destes instrumentos é baseado em cotações de mercado quando disponíveis, caso não existam é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

NOTA 39 – GESTÃO DOS RISCOS DE ACTIVIDADE

O Departamento de Gestão de Risco, enquanto função de controlo independente, ativamente envolvida em todas as decisões relevantes e alinhada com as orientações e práticas da casa-mãe, tem por objetivo permitir ao Banco tomar decisões informadas e assegurar que as políticas de risco aprovadas pelo Conselho de Administração são devidamente implementadas e seguidas.

Risco de crédito

O Risco de Crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente ou contraparte relativamente às obrigações contratuais financeiras estabelecidas com o Grupo no âmbito da sua atividade creditícia. O risco de crédito está essencialmente presente nos produtos tradicionais bancários – empréstimos, garantias e outros passivos contingentes – e em produtos derivados – swaps, forwards e opções (risco de contraparte).

Os portfolios de crédito do Grupo são monitorizados permanentemente, com uma interação próxima entre as equipas de negócio e de gestão de risco durante as fases sequenciais do ciclo de crédito.

O acompanhamento do perfil de risco de crédito do Grupo, nomeadamente no que se refere à evolução das exposições de crédito, rácios de produtividade, provisionamento e métricas de concentração é efetuado de forma contínua.

São igualmente objeto de análise o cumprimento dos limites de crédito aprovados e o correto funcionamento dos mecanismos associados às aprovações de linhas de crédito no âmbito da atividade corrente das áreas de negócio.

Cálculo da ECL

A norma IFRS 9 prevê um modelo de "três estágios" para cálculo de imparidade baseado em alterações na qualidade de crédito face ao momento de reconhecimento inicial. De acordo com o modelo do Grupo Haitong Bank, a perda de crédito esperada (ECL) é determinada de acordo com a informação detalhada com o capítulo 2.4.1., Imparidade de Ativos Financeiros e Modelo Financeiro:

- Estágio 1 – *Performing*: O cálculo de imparidade é realizado com base na perda de crédito esperada para 12 meses, a qual é determinada como a exposição à data de referência multiplicada pela probabilidade de incumprimento (PD) de 12 meses e pela perda dado o incumprimento;
- Estágio 2 – *Under Performing*: O cálculo de imparidade refletirá as perdas de crédito esperadas resultantes de eventos de incumprimento que poderão ocorrer ao longo do período de vida residual esperado do instrumento.
- Estágio 3 – *Non Performing*: O cálculo de imparidade refletirá as perdas de crédito esperadas ao longo do período de vida residual esperado do instrumento.

Inputs para o cálculo da ECL

Como resultado das características da carteira do Banco (número reduzido de operações e elevada heterogeneidade), o cálculo da ECL tem como principal vector de medição a análise individual de imparidade. No modelo coletivo, aplicável para instrumentos financeiros classificados em Estágio 1 e para determinar a taxa de imparidade mínima em instrumentos financeiros classificados em Estágio 2, os principais parâmetros de cálculo são:

- Probabilidade de Incumprimento (*Probability of Default* – PD): reflete a probabilidade de incumprimento num dado momento. O Haitong Bank toma em consideração as PD's da S&P, ao passo que o processo de atribuição de rating é realizado internamente com base na metodologia da S&P. O exposto garante o alinhamento entre a gestão interna de risco e o processo de cálculo de imparidade.
- Perda dado o Incumprimento (*Loss Given Default* – LGD): magnitude da perda no momento de um incumprimento. O Banco aplica a LGD com base nos *benchmarks* da Moody's que cobrem um amplo período histórico.
- Exposição dado o Incumprimento (*Exposure at Default* – EAD): a exposição esperada em caso de incumprimento. O EAD é calculado dependendo do tipo de ativo.

De notar que para compromissos de crédito não utilizados e garantias financeiras, o montante considerado no cálculo de imparidade em cada estágio é determinado como a exposição à data de referência ponderada pelo fator de conversão de crédito (de acordo com a CRR– *Capital Requirements Regulation*).

Informação Prospectiva

O Grupo manteve uma abordagem simplificada quanto à incorporação de informação prospetiva ("exercício de *forward-looking*") com vista à antecipação do reconhecimento das perdas de crédito esperadas, atentas as características e dimensão do Banco e fundada num princípio de proporcionalidade.

No âmbito do exercício de *forward-looking*, o Grupo ajustou as probabilidades de incumprimento ao longo do ciclo económico (i.e., as *probability of default through-the-cycle* ou "PD's TTC"), incorporando informação macroeconómica prospetiva, o que gera probabilidades de incumprimento "*point-in-time*" (ou "PD's PiT"), que são mais ajustadas em termos de precisão e de momentos no tempo. No Grupo, as PD's TTC são as probabilidades de incumprimento fornecidas pela S&P, tendo sido desenvolvida uma

metodologia de análise para estimar as PD's PiT, que tem por suporte o conceito de Fator Escalar (ou *Variable Scalar*), i.e., o coeficiente que converte a PD's TTC em PD's PiT.

O exercício de *forward-looking* do Grupo é aplicado ao modelo coletivo de imparidade e cobre igualmente as operações com aumento significativo de risco de crédito, i.e., em Estágio 2, nomeadamente, para os anos em que as projeções económicas estão disponíveis.

Em 2020, o exercício de *forward-looking* baseou-se em dois cenários (central e severo), ponderados pela respetiva probabilidade de ocorrência. Os pressupostos do referido exercício estão apresentados no Anexo às Contas do exercício de 2020. O exercício de *forward-looking* de 2021 irá ser realizado no segundo semestre.

Em seguida apresentam-se todos os instrumentos financeiros sujeitos aos requisitos de imparidade previstos na norma IFRS 9, detalhados por estágio, à data de 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

(milhares de euros)

Classe de Ativos	30.06.2021										
	Estágio 1					Estágio 2				Estágio 3	
	Low to Fair risk [aaa+;a-]	Monitoring [bbb+;b-]	Substandard [ccc+;ccc]	Not rated	Total Estágio 1	Monitoring [bbb+;b-]	Substandard [ccc+;ccc]	Not rated	Total Estágio 2	Impaired [d]	Total Estágio 3
Crédito a Clientes	1 838	350 131	-	134 374	486 343	64 795	-	-	64 795	26 236	26 236
Garantias	-	80 331	50	8 000	88 381	-	13 729	-	13 729	18 315	18 315
Instrumentos de Dívida	38 500	682 186	-	-	720 686	-	-	-	-	39 754	39 754
Crédito a Bancos	-	4 964	-	-	4 964	-	-	3 377	3 377	-	-
Caixa & Equivalentes de Caixa	435 420	6 903	-	19	442 342	-	-	-	-	-	-
Devedores e outros ativos	-	1 581	915	17 922	20 418	-	-	-	-	10 284	10 284
Total Bruto	**475 758**	**1 126 096**	**965**	**160 315**	**1 763 134**	**64 795**	**13 729**	**3 377**	**81 901**	**94 589**	**94 589**

(milhares de euros)

Classe de Ativos	31.12.2020									
	Estágio 1					Estágio 2			Estágio 3	
	Low to Fair risk [aaa+;a-]	Monitoring [bbb+;b-]	Substandard [ccc+;ccc]	Not rated	Total Estágio 1	Monitoring [bbb+;b-]	Substandard [ccc+;ccc]	Total Estágio 2	Impaired [d]	Total Estágio 3
Crédito a Clientes	2 083	279 447	-	11 684	293 214	130 811	-	130 811	8 005	8 005
Garantias	-	100 932	-	8 449	109 381	-	15 076	15 076	18 311	18 311
Instrumentos de Dívida	29 477	564 504	-	3 455	597 436	-	-	-	40 727	40 727
Crédito a Bancos	-	112 409	-	-	112 409	-	3 251	3 251	-	-
Caixa & Equivalentes de Caixa	487 947	6 931	-	-	494 878	-	-	-	-	-
Devedores e outros ativos	7	934	5 084	18 338	24 363	-	-	-	10 566	10 566
Total Bruto	**519 514**	**1 065 157**	**5 084**	**41 926**	**1 631 681**	**130 811**	**18 327**	**149 138**	**77 609**	**77 609**

A 30 de junho de 2021, a maioria das exposições sem rating atribuído (83.3%) correspondem a operações de compra com acordo de revenda tendo títulos de dívida soberana polaca como subjacente.

A 30 de junho de 2021, a exposição máxima ao risco de crédito de ativos financeiros não sujeitos a requisitos de imparidade ascende a 421 milhões de euros, correspondendo a exposições face a bancos Centrais.

Em seguida apresentam-se todos os instrumentos financeiros ao custo amortizado e garantias prestadas, por sector de atividade, estágio e dias de atraso, a 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

Activos financeiros ao custo amortizado (incluindo garantias prestadas), por setor de actividade, estágio e dias de atraso	30.06.2021												
	Estágio 1					Estágio 2		Estágio 3					
	Sem dias de atraso		1 - 29 dias	Mais de 181 dias		Sem dias de atraso		Sem dias de atraso		30 - 90 dias		Mais de 181 dias	
	Exposição Bruta	Valor Imparidade	Exposição Bruta	Exposição Bruta	Valor Imparidade	Exposição Bruta	Valor Imparidade	Exposição Bruta	Valor Imparidade	Exposição Bruta	Valor Imparidade	Exposição Bruta	Valor Imparidade
Agricultura e bens alimentares	43 697	349	-	-	-	5 131	264	-	-	-	-	205	194
Cooperativas Agrícolas	8 616	11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Automóveis e peças de automóveis	11 490	21	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bancos	464 731	144	-	1 636	1 636	3 376	525	-	-	-	-	-	-
Materias de construção	15 747	126	-	192	192	-	-	12	12	-	-	-	-
Bens de investimento	28 012	38	-	40	40	-	-	-	-	-	-	-	-
Químicos	8 308	628	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comércio e prestação de serviços	10 756	128	-	90	90	-	-	3 521	415	-	-	-	-
Construção e engenharia	75 123	314	16	407	407	-	-	10 043	743	9 990	521	1 578	1 549
Bens de Consumo e Vestuário	3 431	18	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alimentação, bebidas e tabaco	5 525	138	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundos e gestores de activos	133 534	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administrações centrais	213 626	173	-	214	214	-	-	-	-	-	-	-	-
Saúde	5 382	28	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alojamento e turismo	50	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2 127	1 156
Produtos de consumo	31	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Holdings de investimento	25	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Media e entretenimento	45	1	-	94	94	-	-	-	-	-	-	-	-
Metais e minas	13 651	18	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Instituições financeiras não bancárias	26 940	26	-	-	-	-	-	15 099	10 906	-	-	-	-
Petróleo e gás	13 494	56	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Papel e produtos florestais	25 051	205	-	60	60	-	-	-	-	-	-	-	-
Energia	79 173	480	-	57	57	30 041	2 588	-	-	-	-	-	-
Imobiliário	87 172	736	-	166	166	3 751	348	-	-	-	-	-	-
Retalho	13 681	21	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programação informática	20	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tecnologia e equipamento informático	-	-	-	-	-	-	-	27 267	17 658	-	-	-	-
Telecomunicações	55 245	260	-	-	-	13 729	85	-	-	-	-	-	-
Transportes	35 703	137	-	-	-	1 628	146	-	-	-	-	-	-
Infra-estruturas de transportes	109 100	403	-	-	-	24 245	293	2 236	859	-	-	10 022	1 663
Água e Saneamento	11 293	35	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	12 624	796	-	3 139	3 139	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	**1 511 276**	**5 307**	**16**	**6 095**	**6 095**	**81 901**	**4 249**	**58 178**	**30 593**	**9 990**	**521**	**13 932**	**4 562**

Activos financeiros ao custo amortizado (incluindo garantias prestadas), por setor de actividade, estágio e dias de atraso	31.12.2020									
	Estágio 1				Estágio 2		Estágio 3			
	Sem dias de atraso		Mais de 181 dias		Sem dias de atraso		Sem dias de atraso		Mais de 181 dias	
	Exposição Bruta	Valor Imparidade	Exposição Bruta	Valor Imparidade	Exposição Bruta	Valor Imparidade	Exposição Bruta	Valor Imparidade	Exposição Bruta	Valor Imparidade
Agricultura e bens alimentares	18 211	94	-	-	4 996	307	-	-	190	180
Automóveis e peças de automóveis	11 458	21	-	-	-	-	-	-	-	-
Bancos	646 982	282	1 589	1 589	3 251	488	-	-	-	-
Materias de construção	20 970	223	192	192	-	-	12	12	-	-
Bens de investimento	31 344	61	40	40	-	-	-	-	-	-
Químicos	576	576	-	-	-	-	-	-	-	-
Comércio e prestação de serviços	11 260	225	86	86	-	-	4 282	1 071	-	-
Construção e engenharia	86 503	438	407	407	9 420	187	1 192	281	1 564	1 545
Bens de Consumo e Vestuário	3 146	32	-	-	-	-	-	-	-	-
Alimentação, bebidas e tabaco	404	38	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundos e gestores de activos	10 856	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Administrações centrais	220 107	177	214	214	-	-	-	-	-	-
Saúde	5 327	28	-	-	-	-	-	-	-	-
Alojamento e turismo	50	-	-	-	-	-	-	-	2 127	1 156
Produtos de consumo	13	3	-	-	-	-	-	-	-	-
Holdings de investimento	25	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Media e entretenimento	7	3	94	94	-	-	-	-	-	-
Metais e minas	13 684	15	-	-	57 931	2 295	-	-	-	-
Instituições financeiras não bancárias	24 845	40	-	-	-	-	15 099	10 824	-	-
Petróleo e gás	13 326	54	-	-	-	-	-	-	-	-
Papel e produtos florestais	25 469	202	60	60	-	-	-	-	-	-
Energia	89 121	627	57	57	26 923	2 351	-	-	-	-
Imobiliário	65 182	439	166	166	3 751	322	-	-	-	-
Retalho	13 801	17	-	-	-	-	-	-	-	-
Programação informática	20	10	-	-	-	-	-	-	-	-
Tecnologia e equipamento informático	-	-	-	-	-	-	27 267	9 726	-	-
Telecomunicações	34 804	156	-	-	15 076	82	-	-	-	-
Transportes	36 977	118	-	-	1 621	120	-	-	-	-
Infra-estruturas de transportes	74 848	316	-	-	26 169	588	2 100	806	10 316	1 640
Água e Saneamento	3 486	19	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	10 486	821	3 113	3 113	-	-	-	-	-	-
Total	**1 473 288**	**5 036**	**6 018**	**6 018**	**149 138**	**6 740**	**49 952**	**22 720**	**14 197**	**4 521**

Em seguida apresenta-se a exposição por classe de instrumento financeiro, intervalo de rating interno e estágio de imparidade.

Crédito a clientes

O quadro apresentado em seguida apresenta um sumário da carteira de crédito a clientes do Grupo Haitong Bank para 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

(milhares de euros)

Crédito a clientes		30.06.2021				
		Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	POCI	Total
Custo amortizado						
Low to fair risk	[aaa+;a-]	1 838	-	-	-	**1 838**
Monitoring	[bbb+;b-]	350 131	64 795	-	-	**414 926**
Impaired	[d]	-	-	25 475	761	**26 236**
Not rated		134 374	-	-	-	**134 374**
Valor bruto		**486 343**	**64 795**	**25 475**	**761**	**577 374**
Imparidade (Nota 31)		2 162	3 639	4 653	-	**10 454**
Valor líquido		**484 181**	**61 156**	**20 822**	**761**	**566 920**
Total bruto		**486 343**	**64 795**	**25 475**	**761**	**577 374**
Total imparidade (Nota 31)		**2 162**	**3 639**	**4 653**	**-**	10 454
Total líquido		**484 181**	**61 156**	**20 822**	**761**	**566 920**

(milhares de euros)

Crédito a clientes		31.12.2020				
		Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	POCI	Total
Custo amortizado						
Low to fair risk	[aaa+;a-]	2 083	-	-	-	**2 083**
Monitoring	[bbb+;b-]	279 447	130 811	-	-	**410 258**
Impaired	[d]	-	-	8 005	-	**8 005**
Not rated		11 684	-	-	-	**11 684**
Valor bruto		**293 214**	**130 811**	**8 005**	**-**	**432 030**
Imparidade (Nota 31)		1 697	6 169	4 124	-	**11 990**
Valor líquido		**291 517**	**124 642**	**3 881**	**-**	**420 040**
Total bruto		**293 214**	**130 811**	**8 005**	**-**	**432 030**
Total imparidade		1 697	6 169	4 124	-	11 990
Total reavaliação		-	-	-	-	-
Total líquido		**291 517**	**124 642**	**3 881**	**-**	**420 040**

Garantias prestadas

O quadro apresentado em seguida apresenta um sumário da carteira de garantias prestadas a clientes do Grupo Haitong Bank para 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

(milhares de euros)

Garantias prestadas		30.06.2021				
		Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	POCI	Total
Monitoring	[bbb+;b-]	80 331	-	-	-	**80 331**
Substandard	[ccc+;ccc]	50	13 729	-	-	**13 779**
Impaired	[d]	-	-	18 315	-	**18 315**
Not rated		8 000	-	-	-	**8 000**
Total bruto		**88 381**	**13 729**	**18 315**	**-**	**120 425**
Imparidade (Nota 31)		100	85	11 450	-	**11 635**
Total líquido		**88 281**	**13 644**	**6 865**	**-**	**108 790**

(milhares de euros)

Garantias prestadas		31.12.2020 Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	POCI	Total
Monitoring	[bbb+;b-]	100 932	-	-	-	**100 932**
Substandard	[ccc+;ccc]	-	15 076	-	-	**15 076**
Impaired	[d]	-	-	18 311	-	**18 311**
Not rated		8 449	-	-	-	**8 449**
Total bruto		**109 381**	**15 076**	**18 311**	**-**	**142 768**
Imparidade (Nota 31)		387	82	11 513	-	**11 982**
Total líquido		**108 994**	**14 994**	**6 798**	**-**	**130 786**

Instrumentos de dívida

O quadro apresenta em seguida um sumário da carteira de instrumentos de dívida ao custo amortizado e ao justo valor por outro rendimento integral do Grupo Haitong Bank, a 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

(milhares de euros)

Instrumentos de dívida ao justo valor através de outro rendimento integral e ao custo amortizado		30.06.2021 Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	POCI	Total
Custo amortizado						
Low to fair risk	[aaa+;a-]	9 123	-	-	-	**9 123**
Monitoring	[bbb+;b-]	465 816	-	-	-	**465 816**
Impaired	[d]	-	-	27 265	-	**27 265**
Valor bruto		**474 939**	**-**	**27 265**	**-**	**502 204**
Imparidade (Nota 31)		1 052	-	17 658	-	**18 710**
Valor líquido		**473 887**	**-**	**9 607**	**-**	**483 494**
Justo valor através de outro rendimento integral						
Low to fair risk	[aaa+;a-]	29 378	-	-	-	**29 378**
Monitoring	[bbb+;b-]	216 370	-	-	-	**216 370**
Impaired	[d]	-	-	7 978	4 510	**12 488**
Valor bruto		**245 748**	**-**	**7 978**	**4 510**	**258 236**
Imparidade (Nota 31)		789	-	5 167	96	**6 052**
Reavaliação		(35)	-	624	-	**589**
Valor líquido		**244 924**	**-**	**3 435**	**4 414**	**252 773**
Total bruto		**720 687**	**-**	**35 243**	**4 510**	**760 440**
Total imparidade		1 841	-	22 825	96	24 762
Total reavaliação		(35)	-	624	-	589
Total líquido		**718 811**	**-**	**13 042**	**4 414**	**736 267**

(milhares de euros)

Instrumentos de dívida ao justo valor através de outro rendimento integral e ao custo amortizado		31.12.2020				
		Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	POCI	Total
Custo amortizado						
Low to fair risk	[aaa+;a-]	7 089	-	-	-	**7 089**
Monitoring	[bbb+;b-]	436 167	-	-	-	**436 167**
Impaired	[d]	-	-	27 267	-	**27 267**
Not rated		1 805	-	-	-	**1 805**
Valor bruto		**445 061**	**-**	**27 267**	**-**	**472 328**
Imparidade (Nota 31)		1 149	-	9 726	-	**10 875**
Valor líquido		**443 912**	**-**	**17 541**	**-**	**461 453**
Justo valor através de outro rendimento integral						
Low to fair risk	[aaa+;a-]	22 388	-	-	-	**22 388**
Monitoring	[bbb+;b-]	128 337	-	-	-	**128 337**
Impaired	[d]	-	-	7 978	5 482	**13 460**
Not rated		1 650	-	-	-	**1 650**
Valor bruto		**152 375**	**-**	**7 978**	**5 482**	**165 835**
Imparidade (Nota 31)		604	-	2 846	157	**3 607**
Reavaliação		1 489	-	(2 961)	-	**(1 472)**
Valor líquido		**153 260**	**-**	**2 171**	**5 325**	**160 756**
Total bruto		**597 436**	**-**	**35 245**	**5 482**	**638 163**
Total imparidade		1 753	-	12 572	157	14 482
Total reavaliação		1 489	-	(2 961)	-	(1 472)
Total líquido		**597 172**	**-**	**19 712**	**5 325**	**622 209**

Depósitos e Disponibilidades

O quadro apresenta em seguida um sumário dos depósitos e disponibilidades do Grupo Haitong Bank, a 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

(milhares de euros)

Depósitos e disponibilidades		30.06.2021				
		Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	POCI	Total
Custo amortizado						
Low to fair risk	[aaa+;a-]	435 420	-	-	-	**435 420**
Monitoring	[bbb+;b-]	6 903	-	-	-	**6 903**
Not rated		19	-	-	-	**19**
Total bruto		**442 342**	**-**	**-**	**-**	**442 342**
Imparidade (Nota 31)		1	-	-	-	**1**
Total líquido		**442 341**	**-**	**-**	**-**	**442 341**

(milhares de euros)

Depósitos e disponibilidades		31.12.2020				
		Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	POCI	Total
Custo amortizado						
Low to fair risk	[aaa+;a-]	487 947	-	-	-	**487 947**
Monitoring	[bbb+;b-]	6 931	-	-	-	**6 931**
Total bruto		**494 878**	**-**	**-**	**-**	**494 878**
Total líquido		**494 878**	**-**	**-**	**-**	**494 878**

Aplicações em instituições de crédito

O quadro apresentado em seguida apresenta um sumário da carteira de aplicações em instituições de crédito do Grupo Haitong Bank, a 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

(milhares de euros)

Aplicações em instituições de crédito		30.06.2021				
		Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	POCI	Total
Custo amortizado						
Monitoring	[bbb+;b-]	4 964	-	-	-	**4 964**
Not rated		-	3 377	-	-	**3 377**
Total bruto		**4 964**	**3 377**	**-**	**-**	**8 341**
Imparidade (Nota 31)		85	525	-	-	**610**
Total líquido		**4 879**	**2 852**	**-**	**-**	**7 731**

(milhares de euros)

Aplicações em instituições de crédito		31.12.2020				
		Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	POCI	Total
Custo amortizado						
Monitoring	[bbb+;b-]	112 409	-	-	-	**112 409**
Substandard	[ccc+;ccc]	-	3 251	-	-	**3 251**
Total bruto		**112 409**	**3 251**	**-**	**-**	**115 660**
Imparidade (Nota 31)		11	489	-	-	**500**
Total líquido		**112 398**	**2 762**	**-**	**-**	**115 160**

Devedores e outros activos

O quadro apresentado em seguida apresenta um sumário da carteira de devedores e outros activos do Haitong Bank, para 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

(milhares de euros)

Devedores e outros activos		30.06.2021				
		Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	POCI	Total
Custo amortizado						
Monitoring	[bbb+;b-]	1 581	-	-	-	**1 581**
Substandard	[ccc+;ccc]	915	-	-	-	**915**
Impaired	[d]	-	-	262	10 022	**10 284**
Not rated		17 922	-	-	-	**17 922**
Total bruto		**20 418**	**-**	**262**	**10 022**	**30 702**
Imparidade (Nota 31)		8 002	-	252	1 663	**9 917**
Total líquido		**12 416**	**-**	**10**	**8 359**	**20 785**

(milhares de euros)

Devedores e outros activos		31.12.2020				
		Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	POCI	Total
Custo amortizado						
Low to fair risk	[aaa+;a-]	7	-	-	-	**7**
Monitoring	[bbb+;b-]	934	-	-	-	**934**
Substandard	[ccc+;ccc]	5 084	-	-	-	**5 084**
Impaired	[d]	-	-	248	10 318	**10 566**
Not rated		18 338	-	-	-	**18 338**
Total bruto		**24 363**	**-**	**248**	**10 318**	**34 929**
Imparidade (Nota 31)		7 810	-	238	1 640	**9 688**
Total líquido		**16 553**	**-**	**10**	**8 678**	**25 241**

Durante o primeiro semestre de 2021 não existiram ativos financeiros modificados desde o reconhecimento inicial para os quais as perdas de crédito esperadas tenham sido transferidas de Estágio 2 para Estágio 1 (de perdas de crédito esperadas até à maturidade residual para perdas de crédito esperadas a 12 meses).

A utilização de proteção de crédito é uma componente incontornável da política de risco e do processo de decisão de crédito, influenciando os critérios de aceitação, os níveis de decisão e o preço.

As principais técnicas de redução de risco utilizadas pelo Grupo são as cauções financeiras (proteção real de crédito – garantia real financeira sob a forma de títulos e dinheiro) e garantias pessoais (proteção pessoal de crédito com efeito de substituição).

São ainda utilizados outros tipos de garantias, que, embora não elegíveis como mitigadores de risco no cálculo dos requisitos de capital regulamentar, reduzem efetivamente o risco de crédito a que o Grupo se encontra sujeito. A este respeito, salientamos as garantias pessoais providenciadas pelos sócios da empresa (acionistas) em algumas operações de financiamento.

O Grupo Haitong Bank segue as indicações da CRR no que diz respeito a haircuts de garantias reais para cálculo de imparidade. Assim, em vez de utilizar o valor de garantias reais, o Grupo considera o valor das garantias reais após a aplicação do haircut.

A frequência e os métodos de avaliação da garantia real dependem da sua natureza. Para títulos de capital listados e títulos de dívida, a avaliação é realizada diariamente utilizando os preços de mercado.

A valorização da caução de contas bancárias é realizada numa base trimestral, de acordo com as informações fornecidas pelo banco depositário.

No que diz respeito à caução sobre títulos de capital não cotados, às cauções sobre equipamentos e a hipotecas a avaliação é realizada pelo menos anualmente e é baseada em informações financeiras do emitente ou em relatórios de avaliação de entidades externas (por exemplo: imóveis).

A exposição máxima ao risco de crédito no final do período sem ter em conta quaisquer garantias detidas foi já apresentado nas páginas anteriores. À data de 30 de junho de 2021, o montante de instrumentos financeiros em que não se identificou perda pela existência de garantia (ie, sempre que a exposição dado o incumprimento líquida de garantias detidas for igual a zero), foi de 13 546 mil euros, contabilizado na carteira de crédito a clientes e garantias.

Em seguida apresenta-se por classe de rating o valor de balanço bruto e a exposição dado o incumprimento (EAD) para todos os ativos financeiros (incluindo garantias prestadas), de forma separada para cada Estágio e para os instrumentos POCI.

(milhares de euros)

30.06.2021									
Classe de rating		Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3		POCI	
		Exposição Bruta	EAD	Exposição Bruta	EAD	Exposição Bruta	EAD	Exposição Bruta	EAD
Low to fair risk	[aaa+;a-]	475 758	481 289	-	-	-	-	-	-
Monitoring	[bbb+;b-]	1 126 096	1 007 874	64 795	62 050	-	-	-	-
Substandard	[ccc+;ccc]	965	916	13 729	6 864	-	-	-	-
Impaired	[d]	-	-	-	-	79 296	76 924	15 293	15 293
Not rated		160 315	22 976	3 377	3 377	-	-	-	-
Total		**1 763 134**	**1 513 055**	**81 901**	**72 291**	**79 296**	**76 924**	**15 293**	**15 293**

(milhares de euros)

31.12.2020									
Classe de rating		Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3		POCI	
		Exposição Bruta	EAD	Exposição Bruta	EAD	Exposição Bruta	EAD	Exposição Bruta	EAD
Low to fair risk	[aaa+;a-]	519 514	519 515	-	-	-	-	-	-
Monitoring	[bbb+;b-]	1 065 156	847 991	130 811	128 070	-	-	-	-
Substandard	[ccc+;ccc]	5 084	5 085	18 327	10 789	-	-	-	-
Impaired	[d]	-	-	-	-	61 809	59 222	15 800	15 800
Not rated		41 927	22 990	-	-	-	-	-	-
Total		**1 631 681**	**1 395 581**	**149 138**	**138 859**	**61 809**	**59 222**	**15 800**	**15 800**

Exposições Não Produtivas e Exposições Diferidas

De acordo com as definições definidas no Anexo V do Regulamento de Execução da Comissão (UE) 2018/1627, de 8 de Outubro de 2018, que altera o Regulamento de Execução (UE) No. 680/2014, no que diz respeito à avaliação prudente para reportes regulatórios, o Grupo divulga as exposições não produtivas e diferidas (forborne exposures).

As definições de exposições não produtivas e exposições diferidas encontram-se na secção 2.4.1.

Exposições diferidas são contratos de dívida em relação aos quais foram aplicadas medidas de diferimento. As medidas de diferimento consistem em concessões para com um devedor que esteja a enfrentar, ou prestes a enfrentar, dificuldades em cumprir com os seus compromissos financeiros ("dificuldades financeiras"). Assim, as exposições não são tratadas pelo Grupo como diferidas se o devedor não estiver a atravessar dificuldades financeiras.

Neste sentido, a 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, as exposições produtivas e não produtivas apresentam o seguinte detalhe:

	30.06.2021			31.12.2020		
	Valor bruto	Imparidade, Reavaliações negativas e Provisões	Cobertura	Valor bruto	Imparidade, Reavaliações negativas e Provisões	Cobertura
Exposições Produtivas	**1 878 129**	**8 480**	**0,5%**	**1 805 738**	**10 603**	**0,6%**
Exposições Não Produtivas (NPE)	**85 820**	**39 206**	**45,7%**	**64 581**	**28 512**	**44,1%**
Instrumentos de dívida da carteira bancária	40 380	22 921	56,8%	37 767	12 729	33,7%
Crédito a Clientes	26 236	4 653	17,7%	8 005	4 124	51,5%
Garantias prestadas	18 315	11 450	62,5%	18 311	11 513	62,9%
Compromissos de crédito	889	182	20,5%	498	146	29,3%
Total	**1 963 949**	**47 686**	**2,4%**	**1 870 319**	**39 115**	**2,1%**
NPE ratio	**4,4%**			**3,5%**		
NPL ratio	**4,5%**			**1,9%**		

A 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, as exposições diferidas apresentam o seguinte detalhe:

	30.06.2021			31.12.2020		
	Valor bruto	Imparidade, Reavaliações negativas e Provisões	Cobertura	Valor bruto	Imparidade, Reavaliações negativas e Provisões	Cobertura
Exposições Produtivas	**1 839 205**	**5 280**	**0,3%**	**1 702 717**	**5 140**	**0,3%**
Exposições Diferidas Produtivas	**38 924**	**3 200**	**8,2%**	**103 021**	**5 463**	**5,3%**
Crédito a Clientes	38 924	3 200	8,2%	103 021	5 463	5,3%
Exposições Diferidas Não Produtivas	**19 552**	**4 296**	**22,0%**	**13 985**	**4 426**	**31,6%**
Instrumentos de dívida da carteira bancária	4 511	96	2,1%	5 482	156	2,8%
Crédito a Clientes	14 152	4 018	28,4%	8 005	4 124	51,5%
Compromissos de crédito	889	182	20,5%	498	146	29,3%
Exposições Não Produtivas	**66 268**	**34 910**	**52,7%**	**50 596**	**24 086**	**47,6%**
Total	**1 963 949**	**47 686**	**2,4%**	**1 870 319**	**39 115**	**2,1%**

Concentração de riscos

Quanto ao risco de concentração – ou seja, o risco decorrente da possibilidade de exposição ou de grupo de exposições que partilham fatores de risco comuns ou inter-relacionados que produzem perdas suficientemente grandes para afetar a solvência do Grupo –, o Haitong Bank tem limites internos estabelecidos para as maiores exposições individuais. O acompanhamento regular desses limites, juntamente com o dos limites regulatórios, reforça o quadro de acompanhamento do grupo para a concentração de risco de crédito.

A repartição do montante de crédito sobre clientes, ativos de negociação e títulos por sectores de atividade, para os períodos findos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, encontra-se apresentada conforme segue:

(milhares de euros)

Indústria	30.06.2021							
	Crédito a clientes				Activos de negociação		Títulos	
	Valor Bruto		Imparidade		Títulos	Intrumentos financeiros derivados	Valor Bruto	Imparidade
	Crédito vivo	Crédito Vencido	Crédito vivo	Crédito Vencido				
Agricultura e Bens alimentares	31 681	-	538	-	-	1 165	17 147	75
Cooperativas Agrícolas	8 616	-	11	-	-	183	-	-
Automóveis e peças de automóveis	-	-	-	-	1 590	30	13 449	30
Bancos	-	-	-	-	8 872	15 397	67 437	89
Corretagem	-	-	-	-	-	2 948	-	-
Materiais de construção	12 497	-	65	-	-	278	3 255	61
Bens de investimento	10 735	-	14	-	281	-	12 294	110
Indústria Química	-	-	-	-	506	784	7 686	6
Comércio e Serviços	10 981	-	196	-	1 378	-	1 479	2
Construção e Obras Públicas	11 720	11 524	495	2 023	1 455	-	16 961	174
Bens de consumo e vestuário	-	-	-	-	-	-	3 406	18
Alimentação, bebidas e tabaco	5 525	-	138	-	-	2 441	6 653	4
Fundos e Gestores de Ativos	133 534	-	2	-	-	3	10 853	-
Administração pública	1 838	-	-	-	598 979	-	266 203	431
Saúde	-	-	-	-	-	-	22 726	114
Alojamento e Turismo	-	2 127	-	1 156	407	-	10 082	31
Prrodutos de Consumo	-	-	-	-	-	-	2 604	3
Media e Entretenimento	-	-	-	-	102	-	-	-
Metalúrgica & Mineração	-	-	-	-	-	-	15 645	23
Instituições financeiras não bancárias	-	-	-	-	2 026	4 082	34 512	28
Indústria de petróleo e gás	-	-	-	-	-	2 219	13 494	56
Papel e produtos florestais	22 276	-	201	-	-	140	7 611	18
Energia	95 318	-	3 022	-	1 729	3 644	25 858	67
Imobiliário	22 570	-	535	-	528	43	87 447	437
Retalho	-	-	-	-	729	-	20 271	29
Programação informática	-	-	-	-	-	-	8	-
Tecnologia e equipamento informático	-	-	-	-	-	-	35 870	22 825
Telecomunicações	48 383	-	247	-	-	87	10 238	14
Transportes	12 148	-	253	-	682	-	46 710	94
Infraestruturas de transportes	135 505	-	1 554	-	1 165	49 561	4 656	4
Água e saneamento	-	-	-	-	-	-	10 214	19
Outros	396	-	4	-	3 008	-	14 330	-
Total	**563 723**	**13 651**	**7 275**	**3 179**	**623 437**	**83 005**	**789 099**	**24 762**

(milhares de euros)

	31.12.2020								
	Crédito a clientes				Activos de negociação			Títulos	
	Valor bruto		Imparidade		Reavaliação		Intrumentos financeiros derivados	Valor bruto	Imparidade
	Crédito vivo	Crédito Vencido	Crédito vivo	Crédito Vencido	Vencido	Títulos			
Agricultura e Bens alimentares	13 791	-	352	-	-	-	1 908	9 416	49
Automóveis e peças de automóveis	-	-	-	-	-	1 760	1 857	13 225	30
Bancos	-	-	-	-	-	3 311	21 532	23 937	32
Corretagem	-	-	-	-	-	-	2 041	-	-
Materiais de construção	12 464	-	64	-	-	-	-	8 506	158
Bens de investimento	11 804	-	25	-	-	216	-	16 549	187
Indústria Química	-	-	-	-	-	223	368	-	-
Comércio e Serviços	11 814	-	712	-	-	-	-	1 420	2
Construção e Obras Públicas	32 254	1 519	311	1 499	-	2 163	-	21 754	221
Bens de consumo e vestuário	-	-	-	-	-	-	-	3 145	32
Alimentação, bebidas e tabaco	404	-	38	-	-	358	8 983	-	-
Fundos e Gestores de Ativos	10 856	-	1	-	-	-	-	9 354	-
Administração pública	2 083	-	1	-	-	603 870	-	236 595	269
Saúde	-	-	-	-	-	203	-	20 891	107
Alojamento e Turismo	-	2 127	-	1 156	-	-	-	17 492	32
Seguros	-	-	-	-	-	923	-	-	-
Media e Entretenimento	-	-	-	-	-	514	-	-	-
Metalúrgica & Mineração	57 931	-	2 295	-	-	-	-	8 912	11
Instituições financeiras não bancárias	-	-	-	-	-	1 865	6 278	24 811	40
Indústria de petróleo e gás	-	-	-	-	-	622	3 967	13 326	55
Papel e produtos florestais	22 647	-	198	-	-	4 464	214	2 795	3
Energia	94 625	-	2 794	-	-	1 234	4 614	19 279	114
Imobiliário	13 114	-	491	-	-	395	86	79 042	391
Retalho	-	-	-	-	-	2 030	-	18 852	23
Programação informática	-	-	-	-	-	-	-	9	-
Tecnologia e equipamento informático	-	-	-	-	-	-	-	32 285	12 572
Telecomunicações	27 814	-	143	-	-	1 745	67	6 960	13
Transportes	13 422	-	208	-	-	633	33 594	54 079	108
Infraestruturas de transportes	102 937	-	1 699	-	-	528	57 553	-	-
Água e saneamento	-	-	-	-	-	-	-	6 256	33
Outros	424	-	3	-	-	-	-	23 098	-
TOTAL	**428 384**	**3 646**	**-** **9 335**	**2 655**	**-**	**627 057**	**143 062**	**-** **671 988**	**14 482**

A repartição do montante de crédito sobre clientes, ativos de negociação e títulos por país de risco, para os períodos findos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, encontra-se apresentada conforme se segue:

(milhares de euros)

País de Risco	30.06.2021								
	Crédito a clientes					Ativos de negociação		Títulos	
	Valor bruto		Imparidade		Reavaliação				
	Crédito vivo	Crédito vencido	Crédito vivo	Crédito vencido	Crédito vencido	Títulos	Instrumentos financeiros derivados	Valor bruto	Imparidade
Brasil	139 290	9 992	5 217	521	-	589 363	3 049	102 116	586
Bulgária	-	-	-	-	-	-	-	1 406	3
China	-	-	-	-	-	506	-	166 034	23 154
Chipre	-	-	-	-	-	-	-	9 333	11
República Checa	-	-	-	-	-	-	-	1 967	1
Finlândia	-	-	-	-	-	-	-	2 746	3
França	-	-	-	-	-	2 100	992	26 364	37
Alemanha	-	-	-	-	-	281	4 794	11 732	12
Grécia	-	-	-	-	-	-	-	13 033	40
Hong kong	-	-	-	-	-	102	-	1 845	1
Irlanda	-	-	-	-	-	-	4 082	-	-
Itália	-	-	-	-	-	1 313	-	103 488	91
Luxemburgo	-	-	-	-	-	123	-	35 356	12
Polónia	165 794	1 532	165	1 503	-	9 692	-	44 341	226
Portugal	174 193	2 127	1 255	1 155	-	5 793	57 528	222 811	522
Roménia	-	-	-	-	-	-	-	8 106	10
Espanha	84 050	-	633	-	-	6 121	7 435	10 910	18
Suécia	-	-	-	-	-	-	-	7 784	14
Reino Unido	-	-	-	-	-	4 598	4 317	14 778	19
Estados Unidos América	-	-	-	-	-	2 897	808	-	-
Ilhas Virgens Britânicas	-	-	-	-	-	548	-	4 949	2
Outros	396	-	5	-	-	-	-	-	-
TOTAL	**563 723**	**13 651**	**7 275**	**3 179**	**-**	**623 437**	**83 005**	**789 099**	**24 762**

(milhares de euros)

País de Risco	31.12.2020								
	Crédito a clientes					Ativos de negociação		Títulos	
	Valor bruto		Imparidade		Reavaliação				
	Crédito vivo	Crédito vencido	Crédito vivo	Crédito vencido	Crédito vencido	Títulos	Instrumentos financeiros derivados	Valor bruto	Imparidade
Andorra	-	-	-	-	-	-	112	-	-
Brasil	118 857	-	4 393	-	-	599 424	3 979	79 376	583
Bulgária	-	-	-	-	-	-	-	1 435	4
China	-	-	-	-	-	223	-	119 226	12 850
Chipre	-	-	-	-	-	-	-	9 449	12
Finlândia	-	-	-	-	-	-	-	2 795	3
França	-	-	-	-	-	508	4 097	17 929	28
Alemanha	57 931	-	2 295	-	-	217	3 877	5 051	6
Hong kong	-	-	-	-	-	-	-	1 805	19
Irlanda	-	-	-	-	-	-	6 278	-	-
Italia	-	-	-	-	-	925	-	101 451	90
Luxemburgo	-	-	-	-	-	395	-	29 906	11
Paises baixos	-	-	-	-	-	101	-	-	-
Polonia	21 848	1 519	57	1 499	-	8 995	214	49 238	250
Portugal	141 447	2 127	1 406	1 156	-	8 431	102 854	219 507	580
Roménia	-	-	-	-	-	-	-	8 060	10
Espanha	87 877	-	1 181	-	-	6 016	14 495	3 642	4
Suecia	-	-	-	-	-	-	-	7 884	14
Suíça	-	-	-	-	-	358	-	-	-
Reino Unido	-	-	-	-	-	1 047	7 156	8 146	15
Estados Unidos America	-	-	-	-	-	417	-	-	-
Ilhas Virgens Britânicas	-	-	-	-	-	-	-	7 088	3
Outros	424	-	3	-	-	-	-	-	-
TOTAL	**428 384**	**3 646**	**9 335**	**2 655**	**-**	**627 057**	**143 062**	**671 988**	**14 482**

Risco de mercado

O Risco de Mercado representa a possibilidade de incorrer em perdas resultantes de alterações adversas nos preços de mercado, nomeadamente nos preços de acções, taxas de juro, taxas de câmbio e spreads de crédito.

O Grupo calcula as perdas potenciais na sua carteira de negociação e nas posições em mercadorias e cambiais através da metodologia do Value at Risk (VaR) histórico, considerando um intervalo de confiança de 99%, um período de investimento de 10 dias úteis e um período de observação de 1 ano.

(milhares de euros)

	30.06.2021				31.12.2020			
	Junho	Média	Máximo	Mínimo	Dezembro	Média	Máximo	Mínimo
Risco cambial	6 151	3 005	6 723	1 662	1 926	3 236	3 995	1 684
Risco taxa de juro	637	882	1 625	187	420	838	1 825	333
Acções e Mercadorias	-	11	57	-	23	52	1 895	-
Spread de Crédito	1 675	1 970	2 871	205	2 736	2 131	4 888	771
Covariância	(367)	n.a.	n.a.	n.a.	(262)	n.a.	n.a.	n.a.
VaR Global	**8 096**	**5 602**	**9 577**	**3 836**	**4 843**	**6 129**	**7 580**	**4 052**

Fonte: Haitong Bank.

No quadro seguinte apresentam-se as taxas médias de juro verificadas para as grandes categorias de activos e passivos financeiros do Grupo, para os períodos findos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, bem como os respectivos saldos médios e os juros do exercício:

(milhares de euros)

	30.06.2021			31.12.2020		
	Saldo médio do período	Juro do período	Taxa de juro média	Saldo médio do período	Juro do período	Taxa de juro média
Activos monetários	554 884	614	0,22%	596 585	3 659	0,61%
Crédito a clientes	320 841	9 027	5,67%	352 464	15 252	4,32%
Aplicações em títulos	862 298	24 419	5,71%	803 180	43 023	5,34%
Contas caução	85 347	74	0,17%	211 810	159	0,07%
Activos financeiros	**1 823 370**	**34 134**	**2,01%**	**1 964 039**	**62 093**	**3,15%**
Recursos monetários	644 663	6 545	2,05%	503 855	12 561	2,49%
Recursos de clientes	1 143 052	10 823	1,91%	1 086 172	18 042	1,66%
Responsabilidades representadas por títulos	58 935	1 111	3,80%	92 033	3 696	4,00%
Outros recursos	38 639	298	1,56%	125 950	1 119	0,89%
Passivos financeiros	**1 885 289**	**18 777**	**0,84%**	**1 808 010**	**35 418**	**1,95%**
Resultado Financeiro		**15 357**			**26 675**	

No que se refere ao risco cambial, a exposição dos activos e dos passivos, a 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, por moeda, é analisado como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2021			31.12.2020		
	Posições à Vista	Posições a Prazo	Posição Líquida	Posições à Vista	Posições a Prazo	Posição Líquida
AUD	14	-	14	14	-	14
BRL	92 934	7 948	100 882	30 434	(11 815)	18 620
CAD	58	-	58	56	-	56
CHF	233	-	233	94	-	94
CNY	215	-	215	(275)	-	(275)
CZK	-	-	-	24	-	24
DKK	201	-	201	209	-	209
GBP	(1 420)	-	(1 420)	(1 922)	-	(1 922)
HKD	(1 528)	1 560	32	(1 574)	2 189	615
HUF	-	-	-	15	-	15
JPY	79	-	79	92	-	92
MOP	(4)	-	(4)	(4)	-	(4)
MXN	115	-	115	112	-	112
NOK	9	-	9	23	-	23
PLN	75 926	(75 798)	128	70 218	(70 083)	135
SEK	90	-	90	97	-	97
TRY	-	-	-	13	-	13
USD	75 964	(84 216)	(8 252)	150 122	(158 944)	(8 822)
	242 886	**(150 506)**	**92 380**	**247 748**	**(238 653)**	**9 096**

Fonte: Haitong Bank.

A principal fonte geradora de risco cambial do Haitong Bank é a flutuação de valor da subsidiária estrangeira Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A., resultante da taxa de câmbio EUR/BRL.

A 31 de dezembro de 2020, a informação dos investimentos líquidos considerados pelo Grupo nas estratégias de cobertura total ou parcial em subsidiárias e dos instrumentos de cobertura utilizados, é apresentada como se segue:

(milhares de euros)

		31.12.2020			
	Moeda	Investimento líquido	Instrumentos de cobertura	Investimento líquido	Instrumentos de cobertura
		Moeda	Moeda	Euros	Euros
Empresa					
Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A	BRL	482 252	482 252	75 947	75 947

Fonte: Haitong Bank.

A informação relativa aos ganhos e perdas em derivados utilizados para a cobertura dos investimentos líquidos em instituições estrangeiras, reconhecido em reservas cambiais, é apresentada na Demonstração de Alterações no Capital Próprio. Estas relações de cobertura foram consideradas eficazes durante todos os primeiros cinco meses de 2021, conforme política contabilística descrita na nota 2.4.2.

O Haitong Bank avalia o risco de taxa de juro da sua carteira bancária com recurso às métricas Net Interest Income (NII) e Economic Value of Equity (EVE).

A métrica Economic Value of Equity mede a sensibilidade de um movimento nas taxas de juro sobre o valor presente dos fluxos de caixa projectados considerando todos os instrumentos até à sua data de vencimento.

A 30 de junho de 2021 e a 31 de dezembro de 2020, os activos e passivos da carteira bancária, sensíveis a risco de taxa de juro, tinham o perfil de repricing:

(milhares de euros)

	30.06.2021					
	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Activos	1 063 698	364 080	94 176	442 375	73 897	2 038 226
Passivos	(506 917)	(475 152)	(242 852)	(472 726)	(221)	(1 697 868)
Gap	**556 781**	**(111 072)**	**(148 676)**	**(30 351)**	**73 676**	**340 358**

Fonte: Haitong Bank.

(milhares de euros)

	31.12.2020					
	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Activos	1 524 046	293 177	299 039	393 605	93 813	2 603 680
Passivos	(1 204 751)	(516 102)	(184 902)	(455 996)	(1 122)	(2 362 873)
Gap	**319 295**	**(222 925)**	**114 137**	**(62 391)**	**92 691**	**240 807**

Fonte: Haitong Bank.

A tabela abaixo apresenta o impacto no valor económico da carteira bancária, segundo vários cenários:

(milhares de euros)

Cenários	30.06.2021		31.12.2020	
	Delta EVE	Delta NII	Delta EVE	Delta NII
Subida paralela na curva de rendimentos após o choque standard de 200 bps	15 115	(2 046)	14 459	1 158
Descida paralela na curva de rendimentos após o choque standard de 200 bps	2 653	2 046	4 054	(1 158)
Subida paralela da curva de rendimentos	12 003	n.a.	11 917	n.a.
Descida paralela da curva de rendimentos	4 749	n.a.	3 106	n.a.
Aumento do declive da curva de rendimentos	(5 586)	n.a.	(5 066)	n.a.
Diminuição do declive da curva de rendimentos	(5 085)	n.a.	(4 587)	n.a.
Aumento das taxas de curto prazo	15 170	n.a.	14 028	n.a.
Diminuição das taxas de curto prazo	(2 836)	n.a.	(2 972)	n.a.
% Fundos Próprios Totais	2,76%	0,37%	2,73%	n.a.
% Fundos Próprios de Nível 1	2,78%	n.a.	2,65%	n.a.

Fonte: Haitong Bank.

Reformas das taxas de juro de referência

O Regulamento (UE) 2016/1011 do Parlamento Europeu e do Conselho (conhecida como EU Benchmark Regulation ou BMR) veio estabelecer um quadro comum para assegurar que as taxas de juro de referência cumprem determinados requisitos que garantam a sua fiabilidade e eficiência bem como protejam o consumidor e investidor, o que implicou um conjunto de reformas, atualmente em curso, das taxas de juro de referência com implicações diversas para as atividades das instituições financeiras.

O Banco detém fallbacks provisions nos seus contratos de acordo com a prática de mercado para responder a uma descontinuidade das taxas. Não existem à data de 30 de junho de 2021 contratos de financiamento

cuja taxa do contrato esteja associada a taxas Libors que estão previstas serem descontinuadas. O Banco detém derivados cujas taxas estão previstas ser descontinuadas estando a ser negociadas as respetivas alterações contratuais. Os contratos em causa estão ao abrigo de contratos ISDA.

Contabilidade de Cobertura

Pese embora a 30 de maio de 2021 tenha ococrrido uma alteração à estratégia de gestão, a tabela abaixo inclui o detalhe dos instrumentos de cobertura utilizados e contabilizados na rubrica Derivados de cobertura, com referência a 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

(milhares de euros)

	30.06.2021				
	Valor Nominal	Valor de Balanço		Alterações no justo valor (a)	Reserva cambial
		Activo	Passivo		
Cobertura de investimentos líquidos em entidades estrangeiras					
Instrumentos de cobertura					
Risco cambial					
Forward	-	-	-	(698)	(698)
Cobertura					
Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A	n.a	n.a	n.a	6 313	6 313
Total	**-**	**-**	**-**	**5 615**	**5 615**

(a) Variações no justo valor utilizadas para calcular a ineficácia da cobertura

(milhares de euros)

	31.12.2020				
	Valor Nominal	Valor de Balanço		Alterações no justo valor (a)	Reserva cambial
		Activo	Passivo		
Cobertura de investimentos líquidos em entidades estrangeiras					
Instrumentos de cobertura					
Risco cambial					
Forward	75 665	151	-	28 080	28 079
Cobertura					
Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A	n.a	n.a	n.a	(29 918)	(29 918)
Total	**75 665**	**151**	**-**	**(1 838)**	**(1 839)**

(a) Variações no justo valor utilizadas para calcular a ineficácia da cobertura

A tabela abaixo inclui informações sobre a eficácia das relações de cobertura, bem como os impactos nos resultados e outro rendimento integral, com referência a 30 de junho de 2021 e 30 de junho de 2020:

(milhares de euros)

	30.06.2021	
	Ganhos / (Perdas) realizados em Outro rendimento integral	Ineficácia reconhecida na demonstração de resultados (a)
Cobertura de investimentos líquidos em entidades estrangeiras		
Instrumentos de Cobertura		
Risco cambial		
Forward	(697)	-

(a) Ganhos / (perdas) líquidos da contabilidade de cobertura

(milhares de euros)

	30.06.2020	
	Ganhos / (Perdas) realizados em Outro rendimento integral	Ineficácia reconhecida na demonstração de resultados (a)
Cobertura de investimentos líquidos em entidades estrangeiras		
Instrumentos de Cobertura		
Risco cambial		
Forward	25 713	1

(a) Ganhos / (perdas) líquidos da contabilidade de cobertura

Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco actual ou futuro que resulta da incapacidade de uma instituição liquidar as suas responsabilidades à medida que estas se vão vencendo, ou fazê-lo incorrendo em custos excessivos.

No âmbito da Declaração de Visão de Risco aprovada pelo Conselho de Administração, o Haitong Bank pretende manter uma sólida posição de liquidez de curto prazo e um perfil de financiamento de médio e longo prazo sustentável, tanto ao nível do Grupo como ao nível das suas subsidiárias.

Para tal, o Banco procura manter uma base diversificada de investidores, garantindo acesso a fontes e instrumentos alternativos de financiamento e mantendo uma estrutura de financiamento adequada à sua actividade.

A gestão de liquidez e financiamento do Haitong Bank está sob a responsabilidade directa da Comissão Executiva, assessorada pelo Comité de Ativos e Passivos (ALCO). O Diretor da Tesouraria é responsável pela gestão operacional da liquidez, com as equipas locais a assegurarem a gestão diária de liquidez nos centros de tesouraria do Banco (Lisboa, São Paulo e Varsóvia).

O Banco gere a sua liquidez estabelecendo uma política de risco de liquidez, monitorizando um conjunto de indicadores de risco de liquidez, incluindo rácios prudenciais de liquidez, executando testes de stress e definindo planos de contingência e através do estabelecimento de limites consistentes com o apetite ao risco de liquidez do Banco e com os requisitos regulamentares.

A 30 de junho de 2021, o Banco detinha 762 milhões de Euros de activos líquidos de alta qualidade (738 milhões de Euros em 31 de dezembro de 2020), dos quais 416 milhões de Euros correspondiam a depósitos à ordem disponíveis junto de Bancos Centrais (459 milhões de Euros em 31 de Dezembro de 2020). O valor remanescente de activos líquidos de alta qualidade (HQLA) é composto principalmente por dívida soberana de países da União Europeia e por obrigações do tesouro brasileiro denominadas em reais brasileiros e detidas pela subsidiária do Haitong Bank no Brasil.

Em 30 de junho de 2021, o Haitong Bank detinha um excedente de 475 milhões de Euros sobre as suas saídas líquidas de caixa a 30 dias em cenário de stress, o que corresponde a um LCR de 266% (259% em Dezembro de 2020), confortavelmente acima dos limites internos e regulamentares.

Rácio de cobertura de Liquidez	Junho 2021	Dezembro 2020
Activos Líquidos de Elevada Qualidade	762	738
Excedente sobre saídas líquidas de caixa em stress	475	453
Rácio de Cobertura de Liquidez	**266%**	**259%**

O Haitong Bank obteve um financiamento de 111 milhões de Euros do Banco de Portugal (111 milhões de euros no final de 2020) no âmbito da facilidade Targeted Longer-Term Refinancing Operations (TLTRO), com vencimento em 2022 e 2023.

No primeiro semestre de 2021, as principais fontes de financiamento do Haitong Bank foram linhas de crédito providenciadas por uma entidade do Grupo Haitong Securities, empréstimos de longo prazo de bancos, obrigações emitidas pela subsidiária brasileira, operações com acordo de recompra (repos) e depósitos de clientes (particulares e empresas).

O Haitong Bank efectua transacções de instrumentos derivados com clientes corporate e instituições financeiras, a maioria das quais abrangidas por acordos de compensação (ex. ISDA) e acordos de troca de margem (ex. Credit Support Annex). Em situações de stress do mercado em que o valor dos derivados sofre um impacto significativo, o Haitong Bank pode ser chamado a colocar montantes de garantias adicionais. As posições de derivados e colaterais colocados e recebidos encontram-se detalhadas nas notas 19 e 27, respectivamente.

A 30 de junho de 2021, os cash flows contratuais não descontados dos activos e passivos financeiros apresentam a seguinte estrutura:

(milhares de euros)

	30.06.2021						
	à vista	até 3 meses	de 3 meses a 1 ano	de 1 ano a 5 anos	mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Activos							
Caixa e equivalentes de caixa	442 348	-	-	-	-	-	442 348
Activos financeiros detidos para negociação (Títulos)	-	25 759	27 795	383 508	527 388	-	964 450
Activos financeiros obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados	-	-	-	721	-	27 352	28 073
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	42 506	57 791	178 401	24 801	-	303 499
Activos financeiros pelo custo amortizado	-	98 221	107 001	265 558	52 641	-	523 421
Aplicações em instituições de crédito	2 409	2 989	2 415	-	-	-	7 813
Crédito a clientes	126 941	60 427	68 403	234 286	150 970	-	641 027
Instrumentos derivados	-	648 023	267 395	170 424	231 938	62 643	1 380 423
	571 698	**877 925**	**530 800**	**1 232 898**	**987 738**	**89 995**	**4 291 054**
Passivos							
Recursos de instituições de crédito	-	279 378	13 442	545 255	59 270	-	897 345
Recursos de clientes	87 833	246 001	335 059	470 740	-	-	1 139 633
Responsabilidades representadas por títulos	-	17 920	25 523	25 891	-	-	69 334
Passivos financeiros detidos para negociação (Títulos)	5 303	5 529	-	-	-	-	10 832
Instrumentos derivados	-	650 778	266 885	167 894	234 343	7 450	1 327 350
	93 136	**1 199 606**	**640 909**	**1 209 780**	**293 613**	**7 450**	**3 444 494**

A 31 de Dezembro de 2020, os cash flows contratuais não descontados dos activos e passivos financeiros apresentam a seguinte estrutura:

(milhares de euros)

	31.12.2020						
	à vista	até 3 meses	de 3 meses a 1 ano	de 1 ano a 5 anos	mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Activos							
Caixa e equivalentes de caixa	494 885	-	-	-	-	-	494 885
Activos financeiros detidos para negociação (Títulos)	-	17 279	34 192	407 686	379 374	-	838 531
Activos financeiros obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados	-	-	-	703	-	34 594	35 297
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	11 774	48 510	124 043	20 143	-	204 470
Activos financeiros pelo custo amortizado	-	28 845	182 269	205 269	71 962	-	488 345
Aplicações em instituições de crédito	-	69 005	46 656	-	-	-	115 661
Crédito a clientes	-	89 784	98 103	173 445	146 369	-	507 701
Instrumentos derivados	-	563 079	134 044	165 031	216 386	118 249	1 196 789
	494 885	**779 766**	**543 774**	**1 076 177**	**834 234**	**152 843**	**3 881 679**
Passivos							
Recursos de instituições de crédito	15 348	413 691	3 834	179 689	55 789	-	668 351
Recursos de clientes	73 753	185 925	182 070	813 414	-	-	1 255 162
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	56 400	10 903	-	-	67 303
Passivos financeiros detidos para negociação (Títulos)	-	44 838	34 246	-	-	-	79 084
Instrumentos derivados	-	532 956	156 594	126 351	234 508	12 260	1 062 669
	89 101	**1 177 410**	**433 144**	**1 130 357**	**290 297**	**12 260**	**3 132 569**

Os cash flows não descontados de derivados são calculados como cash flows brutos de cada lado da operação, sem considerar posições líquidas.

Risco operacional

O Risco Operacional representa a probabilidade de ocorrência de eventos com impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes da implementação inadequada ou negligente de procedimentos internos, do funcionamento deficiente ou falha dos sistemas de informação, do comportamento do pessoal ou motivados por acontecimentos externos. Os riscos jurídicos estão incluídos nesta definição. Desta forma, considera-se o risco operacional como o cômputo dos seguintes riscos: operativa, de sistemas de informação e de Compliance.

O Banco possui um sistema de gestão de risco operacional que assegura a uniformização e sistematização das actividades regulares de identificação, monitorização, controlo e mitigação do risco operacional. O departamento de Gestão de Risco tem uma equipa exclusivamente dedicada à gestão deste sistema.

Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade

Os principais objectivos da gestão de capital no Grupo são (i) permitir o crescimento sustentado da actividade através da geração de capital suficiente para suportar o aumento dos activos, (ii) cumprir os requisitos mínimos definidos pelas entidades de supervisão em termos de adequação de capital e (iii) assegurar o cumprimento dos objectivos estratégicos do Grupo em matéria de adequação de capital.

Os requisitos regulamentares de capital são determinados pelo Banco de Portugal de acordo com as regras estabelecidas na CRR II (Regulamento (EU) nº 876/2019 que revoga Regulamento (EU) nº 575/2013) e na CRD V (Diretiva 878/2019 que revoga a Diretiva 2013/36/EU). De acordo com estes regulamentos, os requisitos de capital são apurados de forma a atender o nível de risco a que a instituição está exposta, que por sua vez é medido através dos ativos ponderados pelo risco (RWAs – Risk Weighted Assets) e pelo grau de alavancagem.

A legislação em vigor contempla um período de transição entre os requisitos de fundos próprios apurados de acordo com a legislação nacional e os calculados de acordo com a legislação comunitária por forma a fasear quer a não inclusão/exclusão de elementos anteriormente considerados (phased-out) quer a inclusão/dedução de novos elementos (phased-in). O período transitório terminou no final de 2017 para a maioria dos elementos, com exceção da dedução relacionada com os impostos diferidos gerados antes do dia 1 de janeiro de 2014, o ajustamento de transição resultante da implementação da IFRS9 e com a dívida subordinada e instrumentos híbridos não elegíveis como fundos próprios de acordo com a nova regulamentação, cujo período se estende até ao final de 2021.

De acordo com esta estrutura regulatória, os rácios mínimos de capital são 4,5%, 6% e 8% para os fundos próprios principais de nível 1, fundos próprios de nível 1 e fundos próprios totais, respetivamente. Adicionalmente, acresce a estes rácios mínimos a reserva de conservação de capital. A CRD V permite que a inclusão desta reserva de fundos próprios seja faseada com incrementos de 0,625% por ano até ao valor de 2,5% dos ativos ponderados pelo risco em 1 de janeiro de 2019.

Ainda no contexto das reservas de fundos próprios prevista na CRD V, o Banco de Portugal decidiu, em novembro de 2016, aplicar uma reserva adicional a seis Bancos portugueses considerados como “Outras Instituições de Importância Sistémica” (O-SII), no âmbito da sua revisão anual da imposição de reservas de fundos próprios, nos termos do n.º 2 do artigo 138.º-R do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF), o Haitong Bank encontra-se fora do âmbito de aplicação desta reserva macro prudencial.

A regulamentação prevê ainda uma nova reserva contra cíclica de fundos próprios que poderá atingir 2,5% (dos fundos próprios principais de nível 1), que pode ser imposta pelo supervisor nacional caso este

considere que tal se justifica devido a um crescimento excessivo da atividade creditícia em Portugal. No dia 31 de Dezembro de 2020, o Banco de Portugal decidiu pela não aplicação desta reserva contra cíclica de fundos próprios, estabelecendo uma percentagem de 0% do valor total da posição total em risco. Esta decisão está sujeita a reapreciação por parte do supervisor numa base trimestral.

Além das já mencionadas reservas de capital, a partir de 1 de julho de 2018, o Haitong Bank passou a estar sujeito a um requisito complementar específico, determinado e revisto anualmente no âmbito do Processo Anual de Supervisão conduzido pelo Banco de Portugal.

Actualmente, para fins de reporte às autoridades de supervisão para efeitos prudenciais, o Grupo utiliza o método "Standard" tanto para o tratamento do risco de crédito como do risco operacional (método "The Standardized Approach" – TSA).

O quadro seguinte apresenta um sumário da adequação de capital do Grupo Haitong Bank para 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

	30.06.2021		31.12.2020	
	Período Transitório	Implementação Plena	Período Transitório	Implementação Plena
Rácio Fundos Próprios Principais de Nível 1	21,1%	21,0%	22,7%	22,6%
Rácio Fundos Próprios de Nível 1	26,2%	26,1%	28,4%	28,3%
Rácio Fundos Próprios Totais	26,3%	26,3%	28,5%	28,4%

Fonte: Haitong Bank.

Os pressupostos utilizados para os cálculos de adequação de capital encontram-se descritos no capítulo IT & Controlo Interno | Gestão de Riscos | Solvabilidade no Relatório de Gestão.

NOTA 40 – EVENTOS SUBSEQUENTES

De acordo com a Ordem Executiva do Chefe do Executivo de Macau publicada a 19 de julho de 2021, foi formalmente autorizado o estabelecimento da Sucursal de Macau do Haitong Bank, S.A..

DECLARAÇÃO SOBRE A AUDITORIA ÀS CONTAS

Nos termos do n.º 3 do artigo 8.º do Código de Valores Mobiliários, declaramos que a informação financeira relativa ao primeiro semestre de 2021 do Haitong Bank, S.A. e das empresas incluídas no perímetro da consolidação não foi sujeita a auditoria.

Lisboa, 20 de agosto de 2021

Lin Yong
(Presidente do Conselho de Administração)

Wu Min
(Presidente da Comissão Executiva)

Alan do Amaral Fernandes
(Membro da Comissão Executiva)

José Miguel Aleixo Nunes Guiomar
(Membro da Comissão Executiva)

Nuno Miguel Sousa Figueiredo Carvalho
(Membro da Comissão Executiva)

Vasco Câmara Pires dos Santos Martins
(Membro da Comissão Executiva)

António Domingues
(Vogal)

Ana Martina Garcia Raoul-Jourde
(Vogal)

Pan Guangtao
(Vogal)

Paulo José Lameiras Martins
(Vogal)

Vincent Marie L. Camerlynck
(Vogal)

Xinjun Zhang
(Vogal)

ANEXOS

AÇÕES E OBRIGAÇÕES DETIDAS POR MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DO CONSELHO FISCAL

(Anexo referido no parágrafo 5 do Artigo 447 do Código das Sociedades Comerciais)

Conselho de Administração	*Títulos*	*Títulos detidos a 31/12/2020*	*Transações no 1º Semestre de 2021*			*Títulos detidos a 30/06/2021*
			Data	*Aquisições*	*Alienações*	
Wu Min	-	-	-	-	-	-
Lin Yong	Haitong International Securities Group Limited - Ações ordinárias	6.682.555	23/03/2021	249.918 (Nota 1)		
			24/03/2021	398.010 (Nota 2)		
			13/05/2021	177.729 (Nota 3)		7.508.212
	Haitong International Securities Group Limited - Opções sobre Ações	5.218.979	12/05/2021		807.116 (Nota 4)	4.411.863
	Haitong International Securities Group Limited - Ações atribuídas (diferidas)	1.871.595	23/03/2021		249.918 (Nota 1)	
			24/03/2021		398.010 (Nota 2)	
			13/05/2021		177.729 (Nota 3)	1.045.938
Alan do Amaral Fernandes	-	-	-	-	-	-
António Domingues	-	-	-	-	-	-
Martina Garcia	-	-	-	-	-	-
Miguel Guiomar	-	-	-	-	-	-
Nuno Miguel Sousa Figueiredo Carvalho		-	-	-	-	-
Pan Guangtao	-	-	-	-	-	-
Paulo José Lameiras Martins	-	-	-	-	-	-
Vasco Câmara Pires dos Santos Martins		-	-	-	-	-
Vincent Marie L. Camerlynck	-	-	-	-	-	-
Zhang Xinjun	Haitong International Securities Group Limited - Ações ordinárias	802.133	13/05/2021	67.651 (Nota 5)		869.784
	Haitong International Securities Group Limited - Opções sobre Ações	2.510.972	12/05/2021		504.446 (Nota 6)	2.006.526
	Haitong International Securities Group Limited - Ações atribuídas (diferidas)	67.651	13/05/2021		67.651 (Nota 5)	0

Conselho Fiscal	*Títulos*	*Títulos detidos a 31/12/2020*	*Transações no 1º Semestre de 2021*			*Títulos detidos a 30/06/2021*
			Data	*Aquisições*	*Alienações*	
Mário Paulo Bettencourt de Oliveira	-	-	-	-	-	-
Cristina Maria da Costa Pinto	-	-	-	-	-	-
Maria do Rosário Mayoral Robles Machado Simões Ventura	-	-	-	-	-	-
Paulo Ribeiro da Silva	-	-	-	-	-	-
Deloitte & Associados, SROC, S,A,	-	-	-	-	-	-

Notas:

Nota 1: 249.918 ações diferidas foram disponibilizadas em 23/3/2021

Nota 2: 398.010 ações diferidas foram disponibilizadas em 24/3/2021

Nota 3: 177.729 ações diferidas foram disponibilizadas em 13/5/2021

Nota 4: 807.116 opções sobre ações expiraram em 12/5/2021

Nota 5: 67.651 ações diferidas foram disponibilizadas em 13/5/2021

Nota 6: 504.446 opções sobre ações expiraram em 12/5/2021

ORGÃOS SOCIAIS E COMITÉS

Data da publicação deste relatório & Contas

Mesa da Assembleia Geral

Presidente
Maria João Ricou

Secretário
David Ramalhete

Conselho Fiscal

Presidente
Maria do Rosário Ventura

Vogais
Mário Bettencourt
Cristina Pinto

Suplente
Paulo Ribeiro da Silva

Revisor Oficial de Contas

Em exercício de funções
Deloitte & Associados, SROC, S.A.[1]

Conselho de Administração

Presidente
Lin Yong

Vogais
Wu Min
Alan Fernandes
António Domingues
Martina García
Miguel Guiomar
Nuno Carvalho
Pan Guangtao
Paulo Martins
Vasco Câmara Martins
Vincent Camerlynck
Zhang Xinjun (Jeff)

Secretário
Pedro Costa

Comissão Executiva

CEO
Wu Min

Vogais
Alan Fernandes
Miguel Guiomar
Nuno Carvalho
Vasco Câmara Martins

Senior Managers com Assento na Comissão Executiva
António Pacheco
Pedro Costa

Secretário
Pedro Costa

Comissão de Remuneração

Presidente
Martina García

Vogais
António Domingues
Lin Yong
Vincent Camerlynck

Comissão de Risco

Presidente
Vincent Camerlynck

Vogais
António Domingues
Pan Guangtao

Comité de Crédito

Membros com direito de voto (8)
Responsável pela função de Gestão de Risco
Moderador
Secretário
Assistente

Comité de Imparidade

Presidente
Membros com direito de voto (4)
Membros sem direito de voto
Secretário

Comité de Ativos e Passivos (ALCO)

Presidente
Membros com direito de voto (8)
Membros sem direito de voto (1)
Secretário

Comissão de Auditoria Interna

Presidente
António Domingues

Vogais
Vincent Camerlynck
Zhang Xinjun (Jeff)
Paulo Martins

Comissão de Governo Societário

Presidente
António Domingues

Vogais
Vincent Camerlynck
Lin Yong

Comité de *Investment Banking Global Adoption*

Membros com direito de voto (6)

Presidente
Administrador do pelouro de Banca de Investimento

Secretário

Vogais
Responsável pela função de Gestão de Risco
Responsável pela Função de Compliance

Comité de Novos Negócios

Presidente
Administrador do pelouro de Gestão de Risco
Membros com direito de voto
"Deputy Head" do CEO Office
Responsável pelo Departamento Financeiro
Responsável pelo Departamento Jurídico
Responsável pelo Departamento de Informática
Responsável pelo Departamento de Operações
Outros Membros
A indicar pelo Presidente, em casos pontuais, dependendo do tema
Membros sem direito de voto
Responsável pela função de Gestão de Risco
Responsável pela Função de Compliance
DPO - Data Protection Office
Secretário

[1] Deloitte & Associados, SROC, S.A. representado por João Carlos Henriques Gomes Ferreira

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do número 1 do artigo 246.º do Código dos Valores Mobiliários, os Administradores do Haitong Bank, S.A. declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento:

a) As demonstrações financeiras consolidadas do Haitong Bank, S.A. relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2021 foram elaboradas de acordo com as normas contabilísticas aplicáveis e com o Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, conforme o disposto no número 3 do artigo 246.º do Código dos Valores Mobiliários;

b) As demonstrações financeiras referidas na alínea a) supra dão uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo, da situação financeira e dos resultados do Haitong Bank, S.A. e das sociedades incluídas no seu perímetro de consolidação;

c) O Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira do Haitong Bank, S.A. e das sociedades incluídas no seu perímetro de consolidação no primeiro semestre de 2021, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Lisboa, 20 de agosto de 2021

Lin Yong
(Presidente do Conselho de Administração)

Wu Min
(Presidente da Comissão Executiva)

Alan do Amaral Fernandes
(Membro da Comissão Executiva)

José Miguel Aleixo Nunes Guiomar
(Membro da Comissão Executiva)

Nuno Miguel Sousa Figueiredo Carvalho
(Membro da Comissão Executiva)

Vasco Câmara Pires dos Santos Martins
(Membro da Comissão Executiva)

António Domingues
(Vogal)

Ana Martina Garcia Raoul-Jourde
(Vogal)

Pan Guangtao
(Vogal)

Paulo José Lameiras Martins
(Vogal)

Vincent Marie L. Camerlynck
(Vogal)

Xinjun Zhang
(Vogal)

+351 21 319 69 00

www.haitongib.com

info.haitongbank@haitongib.com

LinkedIn Haitong